



SILVANA NUNES DE QUEIROZ

**Migrações, Retorno e Seletividade
no Mercado de Trabalho Cearense**

Campinas

2013



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Demografia
Programa de Pós-graduação em Demografia**

SILVANA NUNES DE QUEIROZ

**Migrações, Retorno e Seletividade
no Mercado de Trabalho Cearense**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosana Baeninger

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas para a obtenção do
Título de Doutora em Demografia.

Este exemplar corresponde à versão
final da tese, defendida pela aluna
Silvana Nunes de Queiroz, orientada
pela Prof.^a Dr.^a Rosana Baeninger e
aprovada no dia 13/09/2013.

**Campinas
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Q32m Queiroz, Silvana Nunes de, 1973-
Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense / Silvana
Nunes de Queiroz. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Rosana Baeninger.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Migração interna - Ceará. 2. Mercado de trabalho - Ceará. 3. Economia -
Ceará. I. Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Migrations, return and selectivity in Ceará's labor market

Palavras-chave em inglês:

Internal migration - Ceara

Labor market - Ceara

Economy - Ceara

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Rosana Baeninger [Orientador]

Fausto Reynaldo Alves de Brito

Ivan Targino Moreira

Claudio Salvadori Dedecca

José Marcos Pinto da Cunha

Data de defesa: 13-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 13 de setembro de 2013, considerou a candidata SILVANA NUNES DE QUEIROZ aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rosana", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "José Marcos", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Fausto Reynaldo Alves de Brito

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Fausto", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Ivan Targino Moreira

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ivan Targino", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Claudio Salvadori Dedecca

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Claudio", is written over a horizontal line.

RESUMO

O objetivo principal desta tese é estudar os fluxos migratórios do e para o estado do Ceará, destacando, para o período recente, o movimento migratório de retorno. Ademais, busca-se identificar a seletividade dos migrantes interestaduais de retorno inseridos no mercado de trabalho cearense. A hipótese central é que o natural do Ceará que retornou traz consigo experiências pregressas no mercado de trabalho em outros estados que o distinguem positivamente daqueles que nunca emigraram do Ceará. Por outro lado, mesmo contando com a rede de solidariedade no local de nascimento (Ceará) e dotado das características citadas anteriormente, esses atributos não são equiparáveis aos presentes nos não nascidos no estado e ingressados no mercado de trabalho local. Assim, o migrante de retorno é negativamente selecionado quando comparado ao migrante não natural. O estudo contempla quatro capítulos: o primeiro reconstrói as raízes das migrações interestaduais cearenses a partir da contextualização do processo de formação histórica e econômica do estado; o segundo analisa, no tempo e espaço, a evolução dos fluxos migratórios interestaduais de última etapa do e para o Ceará durante o período de 1960 a 2010, tendo como pano de fundo as etapas do desenvolvimento socioeconômico estadual, nordestino e nacional; o terceiro analisa a origem, volume e tendências da migração interestadual de retorno, a partir do movimento em uma única etapa e em mais de uma etapa, no intervalo de 1975 a 2010; e o quarto e último identifica e compara o perfil do retornado inserido no mercado de trabalho estadual e verifica se essa categoria de migrante constitui um grupo positivamente selecionado em relação ao não migrante e ao migrante não natural. Os resultados apontaram que em três dos quatro quinquênios estudados (1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), o Ceará se destacou no conjunto do país ao receber os maiores percentuais de retornados. Quanto à seletividade, através da aplicação do modelo econométrico da equação minceriana de rendimentos, os dados mostraram que o migrante de retorno auferia, em média, maiores proventos comparativamente aos não migrantes, mas valores, em média, inferiores aos migrantes não naturais, sugerindo seleção positiva para o retornado, vis-à-vis àqueles que nunca emigraram do estado, e negativa em relação aos não nascidos no Ceará. Ademais, a chegada de trabalhadores experientes (retornados e não naturais) resulta num ganho para o Ceará, através da transferência de conhecimento e aumento da renda estadual.

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to study the migratory fluxes to the State of Ceará, highlighting, to the recent period, the returning migratory movement. Moreover, it is sought to identify the selectivity of the returning interstate migrants inserted in the Ceará's labor market and the central hypothesis is that the Ceará-born person who has returned brings with him experiences acquired from the labor market in other States, a fact that implies in a positive differential when compared to the population who never emigrated from Ceará. On the other hand, even with the network of solidarity in the birthplace (Ceará) and endowed with the characteristics that were mentioned above, these attributes are not comparable to those present in the unborn in the state and entered in the local labor market. Thus, the returning migrant is negatively selected compared to the unnatural migrant. The study contemplates four chapters: the first rebuilds the roots of the Ceara's interstate migration from the contextualization of the historical and economical formation process of the State.; the second analyses, in time and space, the evolution of the last stage of interstate migratory fluxes from and to Ceará during the period from 1960 to 2010, having as its background the State, the north-eastern, and the national socio-economical development; the third analyses the origin, volume and tendencies of return interstate migration, from the movement in a single stage and in more than one stage, in the interval from 1975 to 2010; and the fourth and last one identifies and compares the profile of the returning person inserted in the State's labor market and verifies if that category of migrant is constituted of a positively selected group in relation to the non-migrant and the natural migrant. The results pointed that, in three out of four of the studied quinquennium (1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), Ceará was stood out in the group of the country as receiving a higher percentage of returns. Regarding the selectivity, through the application of an econometric model of the mincerian earnings equation, the data showed that the returning migrant obtains, averagely, more earnings if compared to the non-migrants, but values, averagely, lower than the non-local migrants, suggesting a positive relation to the returning one, face to face to those who have never emigrated from the State, and negative in relation to those not born in Ceará. Furthermore, the arrival of experienced workers (returning ones and non-locals) results in a gain to Ceará, through knowledge transference and increase of the State's incoming.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	27
CAPÍTULO 1 - RAÍZES DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES	31
1.1. Introdução	31
1.2. Breve contextualização da formação histórica e econômica do estado do Ceará.....	33
1.3. Evolução da população: o Ceará no Brasil e no Nordeste	41
1.3.1. Estado do Ceará: caracterização geográfica e física	42
1.3.2. Crescimento populacional.....	43
1.3.3. O processo de urbanização.....	50
1.4. Elementos teóricos para análises das migrações.....	56
1.5. Conclusão.....	61
CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E DE 2000	65
2.1. Introdução	65
2.2. Material, método e conceitos	66
2.3. Panorama das migrações interestaduais no Estado do Ceará – 1960 a 2010	68
2.3.1. Anos 1960: a marcha para o Maranhão	69
2.3.2. Anos 1970: rumo ao Sudeste	74
2.3.3. Anos 1980: início do descenso das perdas líquidas populacionais	78
2.3.4. Anos 1990: intensificação do declínio das perdas líquidas populacionais	83
2.3.5. Anos 2000: o fim do arrefecimento?	87
2.4. O balanço migratório entre entradas e saídas	94
2.5. Conclusão.....	102
CAPÍTULO 3 – MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RETORNO: TENDÊNCIAS CEARENSES – 1975 A 2010	107
3.1. Introdução	107
3.2. Fluxo migratório de retorno: breve contextualização	109
3.3. Procedimentos metodológicos.....	113
3.3.1. Retorno interestadual com somente uma etapa.....	114

3.3.2. Retorno de curto prazo com mais de uma etapa	118
3.4. Migração interestadual de retorno com uma única etapa – 1975-2010	120
3.4.1. O Ceará no contexto nacional da migração de retorno	120
3.4.1.1. Retorno para o estado.....	127
3.4.1.2. Retorno para os municípios	139
3.5. Múltiplas etapas da migração interestadual – 1986-2010	143
3.5.1. Retornado de curto prazo	143
3.6. Conclusão.....	150
CAPÍTULO 4 – MIGRAÇÃO DE RETORNO E SELETIVIDADE NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE – 1986-2010.....	153
4.1. Introdução	153
4.2. Revisão de estudos: seletividade, causas e efeitos da migração de retorno - evidências empíricas	156
4.3. Metodologia de análise	165
4.3.1. Compatibilização entre os Censos Demográficos.....	165
4.3.2. A base de dados e as categorias de análise	165
4.3.3. Definições, indicadores e descrição das variáveis utilizadas.....	166
4.3.3.1. Perfil.....	166
4.3.3.2. Trabalho	169
4.3.3.3. Rendimento	179
4.3.4. Descrição do modelo.....	180
4.4. Migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense	184
4.4.1. Análise descritiva.....	184
4.4.1.1. Quem são?.....	184
4.4.1.2. Como foram inseridos?	193
4.4.1.3. Qual é o rendimento?	208
4.4.2. Análise do modelo	210
4.4.2.1. Regressão 1: migrante de retorno versus não migrante	211
4.4.2.2. Regressão 2: migrante de retorno versus migrante não natural	214
4.5. Conclusão.....	217
CONCLUSÕES FINAIS	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	223
ANEXOS	247

*Dedico aos meus pais,
Lourdinha e Gonçalo.*

Dust in the wind
All they are is dust in the wind
(Kansas)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais (Lourdinha e Gonçalo), irmãs (Sânia e Susiane) e irmãos (Sandro e Sávio) por sempre me incentivarem e darem todo o suporte na realização das minhas conquistas.

À minha orientadora, Professora Dr.^a Rosana Baeninger, pelo privilégio da sua orientação e por acreditar na realização deste trabalho. À sua competência, motivação, convivência harmoniosa, respeito e presença constante em todos os momentos solicitados foram fundamentais na materialização deste estudo. Todos os adjetivos são poucos para expressar os meus agradecimentos.

À Universidade Regional do Cariri (URCA) e ao Departamento de Economia pelo meu afastamento para cursar o Doutorado.

À FUNCAP (Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo suporte financeiro a este estudo.

A todos os professores e pesquisadores do NEPO, que me ensinaram e contribuíram com a minha formação como Demógrafa, e pelo tratamento sempre gentil.

Aos funcionários e servidores do NEPO pela competência e apoio institucional.

A Ivonete pela eficiência, atenção e carinho destinados aos orientados da Professora Rosana.

Aos professores José Marcos Pinto da Cunha e Alberto Jakob pela leitura, sugestões e críticas do material de qualificação.

Aos professores Fausto Brito, Ivan Targino, Claudio Dedecca, José Marcos, Alberto Jakob, Kléber de Oliveira e Ricardo Rippel por aceitarem o convite para participarem da banca de defesa.

Aos amigos da pós-graduação pela convivência fraterna e troca de conhecimentos: Ângela Silva, Cecília Malvezzi, Cimar Alejandro, Ednelson Dota, Francine Modesto, Julia Modesto, Kátia Izaías, Kazuo Nakano, Marcio Caparroz, Neiva Borgato e Vinícius Corrêa.

Às queridas e estimadas amigas Alice, Sabrina, Neiva e Julia por me acolherem em Campinas, se tornarem parte da minha família, estarem presentes nos momentos de tristeza e de alegria, pelo suporte emocional e atenção especial nesses últimos meses.

Ao Abel e a Keilinha pela presença marcante, torcida e apoio através de dezenas de telefonemas e e-mails.

Às sociólogas e amigas Lidianne Maciel e Gisele Almeida, uma honra conhecê-las e contar com a sua amizade.

Aos amigos Demógrafos de coortes anteriores: Alex, Glaucia, Jack, Joice, Henrique, Roberta e Tiago pelo prazer de conviver.

À minha vizinha Silvia Nascimento pela prazerosa amizade, bate-papo e por dividir o sonho da tão chegada hora de conclusão do doutorado.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização e divisão política do Estado do Ceará	42
Figura 2 – Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual da população (%) - Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010.....	46
Figura 3 – Participação relativa da população cearense sobre o Brasil e a região Nordeste (%) – 1950-2010.....	49
Figura 4 – Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana (%) – Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010.....	54
Figura 5 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – 1960/1970 (última etapa)	72
Figura 6 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970 (última etapa)	73
Figura 7 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – 1970/1980 (última etapa)	76
Figura 8 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1970/1980 (última etapa)	77
Figura 9 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 1981/1991 (última etapa).....	81
Figura 10 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1981/1991 (última etapa)	82
Figura 11 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 1990/2000 (última etapa)85	
Figura 12 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1990/2000 (última etapa)	86
Figura 13 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 2000/2010 (última etapa)90	
Figura 14 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 2000/2010 (última etapa)	91

Figura 15 – Evolução das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	95
Figura 16 – Evolução das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	98
Figura 17 – Evolução das trocas migratórias interestaduais entre o Ceará e o estado de São Paulo – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	100
Figura 18 – Taxa de Migração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	101
Figura 19 – Taxa de Imigração Líquida e Taxa de Emigração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)	102
Figura 20 – Evolução da migração interestadual de retorno na participação relativa no total de imigrantes – Brasil – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	123
Figura 21 – Pirâmides etárias da população retornada – Imigrante interestadual de retorno de última etapa (1975/1980) e de data fixa (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010) Estado do Ceará – 1975-2010	128
Figura 22 – Volume da migração interestadual de retorno – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)	130
Figura 23 – Percentual da migração interestadual de retorno, segundo Grandes Regiões de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	134
Figura 24 – Proporção da migração interestadual de retorno para os municípios de nascimento e de não nascimento – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	139
Figura 25 – Proporção da migração interestadual de retorno para os municípios de nascimento, segundo região de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	141
Figura 26 – Percentual dos fluxos de imigrantes interestaduais de retorno de curto prazo para o Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/200 – Estado do Ceará.....	147
Figura 27 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o sexo – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)	185

Figura 28 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo os grupos de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa). 187

Figura 29 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo cor ou raça – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa) 190

Figura 30 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o nível de instrução – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa). 191

Figura 31 – Taxa de atividade e Taxa de inatividade da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 194

Figura 32 – Taxa de ocupação da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 196

Figura 33 – Taxa de desemprego da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 197

Figura 34 – Taxa de formalidade e taxa de informalidade das pessoas de 10 anos e mais de idade (%) – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 203

Figura 35 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo as classes de rendimento nominal mensal* – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da população total, incremento absoluto e participação relativa (%) – Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010	44
Tabela 2 – Evolução da população urbana e rural e grau de urbanização (%) – Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010	52
Tabela 3 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	71
Tabela 4 – Volume da migração intraestadual e emigração interestadual – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)	93
Tabela 5 – Volume da migração intraestadual – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (última etapa).....	93
Tabela 6 – Volume das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa).....	96
Tabela 7 – Imigrante de retorno e participação relativa no total de imigrantes segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	122
Tabela 8 – Evolução da migração interestadual de retorno para o Ceará segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).....	136
Tabela 9 – Proporção da migração interestadual de retorno para o município de nascimento e o município de não nascimento, segundo regiões e estados de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)	142
Tabela 10 – Imigrante interestadual retornado de curto prazo e percentual de imigrante interestadual retornado de curto prazo em relação ao total de imigrante de última etapa – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000, 2005/2010.....	145
Tabela 11 – Imigrante interestadual de retorno, imigrante interestadual retornado de curto prazo e imigrante interestadual de última etapa – Estado do Ceará - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010	149
Tabela 12 – População em Idade Ativa (10+), PEA-R, PNEA, Taxa de Atividade, Taxa de Inatividade, segundo a condição de atividade - migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa) ...	193
Tabela 13 – População Economicamente Ativa, População Ocupada e População Desempregada, com 10 anos e mais de idade - migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa) ...	195

Tabela 14 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo a posição na ocupação – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa) 198

Tabela 15 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)..... 205

Tabela 16 – Estimativa dos coeficientes da equação de rendimentos: migrante de retorno versus não migrante – Ceará – 2005/2010 (Data fixa) 212

Tabela 17 – Estimativa dos coeficientes da equação de rendimentos: migrante de retorno versus migrante não natural – Ceará – 2005/2010 (Data fixa) 215

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Migração interestadual de retorno com somente uma etapa: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.....	117
Quadro 2 – Migração interestadual com mais de uma etapa (imigrante retornado de curto prazo): variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.....	119
Quadro 3 – Data de referência e data fixa dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	166
Quadro 4 – Sexo: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	167
Quadro 5 – Grupos de idade: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	167
Quadro 6 – Nível de instrução: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	168
Quadro 7 – Cor ou raça: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	168
Quadro 8 – Condição de ocupação: período de referência e variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	172
Quadro 9 – Condição de desemprego: período de referência e variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	173
Quadro 10 – Posição na ocupação: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010	175
Quadro 11 – Classificação das ocupações e dos setores de atividade econômica: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010*.....	178
Quadro 12 – Rendimento bruto no trabalho principal em salário mínimo: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.....	180

APRESENTAÇÃO

Historicamente, o Ceará caracteriza-se como área de perda populacional (FERREIRA, 2007). Em um período de 60 anos (1950 a 2010), a sua dinâmica migratória interestadual passou por dois momentos distintos, com a primeira fase entre 1950/1980 e a segunda entre 1980/2010. Até os anos 1950, as raízes da evasão migratória estadual foram justificadas por suas características físicas (seca), processo de ocupação tardio e os grandes latifúndios (GIRÃO, 1953; SOUZA, 2006; TROVÃO, 2008; BARBOSA, 2008). Entre 1950 e 1980, outros fatores agravaram os problemas já existentes, através da ampliação dos desequilíbrios regionais (MOREIRA, 1987), concentração de riqueza, oportunidades de trabalho (PARENTE, 1964) e melhores rendimentos no Centro Sul do país, com o Brasil dividido em polos de atração e de expulsão da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; ROSSINI, 1986).

Como o “problema” das migrações não estava no local de destino, mas na origem (Ceará) e na desigualdade regional (SINGER, 1973), milhares de cearenses cruzaram o país em busca de emprego e de melhores condições de vida. No intervalo de 30 anos (1950 a 1980), o Ceará perdeu elevado contingente humano, inicialmente, para as regiões Norte e Nordeste e, desde os anos 1970, para o centro dinâmico da economia nacional — representado pelo Sudeste, em especial o estado de São Paulo.

Contudo, a partir da década de 1980, com a crise econômica que abalou o país e, durante os anos 1990, com o aumento do desemprego e da informalidade, o Ceará seguiu na contramão, com crescimento econômico acima da média nacional e regional, gerando postos de trabalho formais. Diante dessa conjuntura favorável, as perdas líquidas populacionais se arrefeceram, com destaque para a crescente importância da migração interestadual de retorno (QUEIROZ, 2003).

Nesse cenário, esse fenômeno passou a ser apontado em inúmeros estudos (BAENINGER, 1998; CUNHA, 2000; BRITO e CARVALHO, 2006; SIQUEIRA, MAGALHÃES e SILVEIRA NETO, 2006; 2008; ASSIS e SIQUEIRA, 2011; JUSTO e FERREIRA, 2012), que descreveram o Ceará como um dos principais estados na recepção de retornados, sem, no entanto, investigarem tal fluxo. Nos quatro períodos em que é possível mensurar a migração interestadual de retorno, durante três quinquênios

(1975/1980, 1986/1991 e 2005/2010), o Ceará recebeu a maior proporção de retornados no conjunto do país, com participação de 38,42%, 51,83% e 43,61% do total da sua imigração, respectivamente. Somente no interregno 1995/2000, a Paraíba (49,17%), ligeiramente, superou a sua participação (48,17%).

A partir dos resultados empíricos e da revisão da literatura, foi possível constatar lacunas nas pesquisas sobre a análise desse movimento e, especificamente, na relação entre migração interestadual de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. Nesse sentido, o objetivo principal desta tese é estudar os fluxos migratórios do e para o estado do Ceará, destacando, para o período recente, o movimento migratório de retorno. Ademais, busca-se identificar a seletividade dos migrantes interestaduais de retorno inseridos no mercado de trabalho cearense.

A hipótese central é que o natural do Ceará que retornou traz consigo experiências pregressas do mercado de trabalho em outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009) que o distinguem positivamente daqueles que nunca emigraram do Ceará. Por outro lado, mesmo contando com a rede de solidariedade no local de nascimento (Ceará) e dotado das características citadas anteriormente, esses atributos não são equiparáveis aos presentes nos não nascidos no estado e ingressados no mercado de trabalho local. Assim, o migrante de retorno é negativamente selecionado quando comparado ao migrante não natural.

Para cumprir os objetivos propostos, o trabalho está estruturado em quatro capítulos e a fonte de dados é o Anuário Estatístico do Brasil de 1950 e 1960 e os microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O primeiro capítulo reconstrói as raízes das migrações interestaduais cearenses a partir da contextualização do processo de formação histórica e econômica do estado, além de analisar, no período de 1950 a 2010, a importância dos três componentes da dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração) sobre a evolução da sua população residente.

O segundo capítulo analisa a evolução do fluxo migratório interestadual de última etapa durante os decênios de 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010. Uma das preocupações está em desvendar as articulações e/ou defasagens entre os tempos e espaços das migrações cearenses e a dinâmica econômica estadual, nordestina e nacional

(PATARRA, 2003a). Combina-se a investigação histórica com a análise das etapas do desenvolvimento socioeconômico, na qual as migrações são interpretadas como uma questão macrossocial, resultante da desigualdade regional (MASSEY, 1990).

O terceiro capítulo analisa a migração interestadual de retorno a partir do primeiro Censo Demográfico, que é possível estimar até o mais atual¹ (1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010). Inicialmente, o estudo voltou-se para o movimento migratório interestadual de retorno no Brasil. O objetivo foi apontar para a importância dessa modalidade migratória para o Ceará quando comparado às demais Unidades da Federação. Em seguida, o foco se deteve no retorno interestadual, em uma única etapa, com os fluxos dirigidos para o estado e municípios cearenses de nascimento e não nascimento (RIBEIRO, 1997; RIBEIRO, CARVALHO e WONG, 1996b). A intenção foi acompanhar e comparar a evolução em termos de volume, origem e distribuição espacial no território cearense. O passo seguinte foi estudar, entre 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010, as múltiplas etapas da migração interestadual cearense, através da categoria de imigrante de retorno de curto prazo (CARVALHO, 1999; RIGOTTI, 1999; BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI, 2012; BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012). Procurou-se mostrar que mesmo não contribuindo para o crescimento populacional (RIGOTTI, 1999; 2000), a rotatividade de pessoas (BAENINGER, 2008), num constante vai e vem aumentou no Ceará.

Depois de dedicarmos os três primeiros capítulos à reconstrução teórica e empírica das migrações interestaduais do e para o Ceará e ao movimento interestadual de retorno, o quarto e último capítulo procura confirmar a hipótese deste estudo. Inicialmente, com base nos microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, e através de estatísticas descritivas, analisamos e comparamos as características diretamente observáveis (socioeconômicas, ocupacionais e de rendimento) entre a população retornada, não migrante e não natural ocupada no trabalho principal. Buscou-se saber quem são, como foram inseridos e qual o rendimento? O passo seguinte foi testar a hipótese de seletividade positiva para o migrante retornado comparativamente ao não migrante, mas negativa em

¹ O retorno ao estado e ao município passou a ser aferido a partir do Censo Demográfico de 1980, quando todos os entrevistados responderam ao quesito sobre residência anterior. No Censo Demográfico de 1970, apenas os não naturais dos municípios responderam às questões sobre residência anterior (CARVALHO, 1982; RIBEIRO, CARVALHO e WONG, 1996b).

relação ao migrante não natural. A partir de informações do Censo Demográfico 2010 sobre os rendimentos dos indivíduos (SANTOS JUNIOR, 2002; RAMALHO e MOREIRA, 2006; MEDEIROS e SIQUEIRA, 2010), controlados pelas características diretamente observáveis, recorreremos à equação minceriana dos rendimentos, estimada através de duas regressões lineares múltiplas: i) a primeira entre o migrante interestadual de retorno e o não migrante do local de nascimento (Ceará); ii) e a segunda entre o migrante interestadual de retorno e o migrante não natural dessa Unidade da Federação.

Em resumo, espera-se contribuir com o debate sobre migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. Os diferenciais de salários entre migrante e não migrante têm sido abordados na literatura brasileira (SANTOS JÚNIOR, 2002; LACERDA, 2005; RAMALHO e MOREIRA, 2006; QUEIROZ, 2010; MEDEIROS e SIQUEIRA, 2010), mas a relação retornados, migrantes não naturais, não migrantes e seletividade trata de uma questão relevante ao estudar a chegada de trabalhadores (migrante de retorno e migrante não natural) positivamente ou negativamente selecionados e suas implicações sobre a renda estadual.

CAPÍTULO 1 - RAÍZES DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES

1.1. Introdução

Este capítulo tem como objetivo principal reconstruir as raízes das migrações interestaduais cearenses a partir da contextualização do processo de formação histórica e econômica do estado. O objetivo secundário volta-se para a interpretação dos três componentes da dinâmica demográfica: fecundidade, mortalidade e migração. A intenção é comparar e mostrar a evolução da população residente no Ceará em relação ao efetivo do Brasil e do Nordeste no período de 1950 a 2010.

No Brasil, entre 1930 e 1980, os movimentos migratórios interestaduais ganharam magnitude num processo concomitante com as vertentes da urbanização-industrialização e das fronteiras agrícolas (MARTINE e CAMARGO, 1984; MARTINE, 1994), sendo os dois principais eixos de distribuição espacial da população (BAENINGER, 1999).

No caso do Nordeste, região caracterizada como fornecedora de mão de obra para as áreas mais desenvolvidas do país (BRITO, 1999), fatores climáticos como a seca eram apontado pelas autoridades governamentais como a causa da sua problemática até 1950. Essa retórica “justificou” o seu relativo atraso socioeconômico e demográfico em relação às demais regiões. Contudo, a partir da década de 1950, paulatinamente, tal concepção começou a se modificar, e os desequilíbrios regionais, intensificados pela industrialização e urbanização concentradas no Sudeste, passaram a compor a problemática regional (MOREIRA, 1987) e explicar as causas e os motivos da expulsão da população.

Com relação ao estado do Ceará, as raízes dos seus movimentos migratórios são justificadas em função de suas características físicas, processo tardio de ocupação e concentração de terras, elementos que funcionaram como entrave para o seu desenvolvimento político, econômico e sociodemográfico (SOUZA, 2006; GUERRA, 2007; OLIVEIRA, 2011). A partir de 1930, especialmente durante o período 1950/1980, outros fatores agravaram os problemas já existentes, através da concentração desequilibrada da riqueza e/ou da atividade econômica no Sudeste do país. A criação de espaços econômicos para a reprodução do capital dividiu o território nacional em polos de atração e de expulsão da força de trabalho (GAUDEMAR, 1977; ROSSINI, 1986).

Como o “problema” das migrações não estava no local de destino, mas na origem, que é a desigualdade regional (SINGER, 1973), milhares de cearenses cruzaram o país em busca de oportunidades de trabalho e de melhores condições de vida. Até os anos 1960, o Ceará perdeu, de maneira volumosa, importância relativa no contingente populacional do Brasil, inicialmente, para as regiões Norte e Nordeste e, a partir dos anos 1970, para o centro dinâmico da economia nacional — representado pelo Sudeste (FERREIRA, 2007; GUERRA, 2007). Mas, desde a década de 1980, essa Unidade da Federação passa por transformações políticas, econômicas, sociodemográficas e institucionais, com rebatimentos “positivos” sobre a diminuição nas suas perdas líquidas populacionais (QUEIROZ, 2003; FERREIRA, 2007).

Para o alcance dos objetivos propostos, as fontes de informações são o Anuário Estatístico do Brasil de 1950 e 1960, os microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010, além do Banco de dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS). O embasamento teórico realizou-se através do levantamento bibliográfico a respeito da formação histórica e econômica do estado do Ceará, além da revisão dos principais aportes teóricos para análise das migrações.

Este capítulo encontra-se dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda seção descreve, a partir de uma perspectiva histórico-econômica, as raízes das migrações interestaduais cearenses e os principais destinos até o ano de 1950. A seção seguinte averigua a importância dos componentes da dinâmica demográfica sobre o ritmo de crescimento populacional do Ceará, bem como compara o seu processo de urbanização em relação ao do país e ao do Nordeste. A quarta seção apresenta de modo sucinto as principais vertentes teóricas (clássica, neoclássica e estruturalista), que a partir dos anos 1950 influenciaram as análises das migrações internas. O objetivo é verificar se esses arcabouços teóricos se aplicam ou não ao atual contexto das migrações interestaduais cearenses. A última seção traz as conclusões do capítulo.

1.2. Breve contextualização da formação histórica e econômica do estado do Ceará

Devido às características físicas, à resistência dos indígenas e às invasões de piratas europeus, o processo de ocupação do território cearense pelos portugueses foi tardio, dando-se somente em 1603, um século depois da descoberta do Brasil (GIRÃO, 1953).

Em 1534, com a divisão do Brasil em Capitanias Hereditárias, a coroa portuguesa concedeu as terras da Capitania do Ceará a Antônio Cardoso de Barros, que não teve interesse em colonizá-las. Em 1539, coube a Luís Melo da Silva tal incumbência — tarefa não cumprida, devido ao seu naufrágio nos mares do Maranhão. Em 1603, Pero Coelho de Sousa liderou a primeira bandeira, realizando, de fato, a colonização do Ceará. Mas com a seca que durou de 1605 a 1607 e as dificuldades para conquistar os nativos, a missão bandeirista abandonou a província cearense. A conquista definitiva foi em 1612, sob o comando de Martim Soares Moreno, considerado o “fundador” do Ceará (GIRÃO, 1953).

É preciso destacar que o estado do Ceará esteve sob o domínio holandês por pouco tempo. Eles desembarcaram na Capitania do Ceará em 1637 e foram expulsos pelos índios em 1644, pois estes não aceitaram a dominação do homem branco. A segunda investida flamenga aconteceu em 1649, quando fundaram a cidade de Fortaleza — futura capital do Ceará — sendo expulsos pelos portugueses de maneira definitiva do Brasil em 1654 (GIRÃO, 1953).

Outro aspecto relevante diz respeito ao processo de formação econômica do estado, no qual o cultivo da cana-de-açúcar não se adaptou aos pediplanos do solo cearense (CAPES, 1959) e o clima úmido das serras e as pastagens dos sertões tornaram-se propícios à prática da pecuária — primeira atividade econômica do Ceará.

Conforme Pierre Dennis (1906, *apud* CAPES, 1959, p. 29): “coisa interessante: diferentemente da faixa oriental nordestina, chamada zona da mata, o povoamento do interior do Ceará precedeu a ocupação da costa cearense”. Formou-se no interior do estado uma sociedade rural, com reduzido número de trabalhadores escravos, composta por brancos e, principalmente, indígenas domesticados para o trabalho na pecuária e na agricultura de subsistência (PINHEIRO, 2000).

Nesse sentido, o pioneirismo do Ceará na abolição da escravatura, em 25 de março de 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, está atrelado

a dois elementos. O primeiro, ao mar bravio, que dificultava o atracamento de navios no porto de Fortaleza. O embarque e desembarque de escravos em terra firme era feito por embarcações pequenas — jangadas. Com isso, em 1881, o jangadeiro Francisco José do Nascimento, conhecido como o “Dragão do Mar”, bradou: “no porto de Fortaleza não se embarcam mais escravos”, tornando o Ceará conhecido como a “Terra da Luz” (GIRÃO, 1956; MIRO e SULIANO, 2011). O segundo elemento refere-se à pouca demanda ou importância da mão de obra escrava para a economia cearense, composta em grande parte por brancos e índios. Quando comparado às províncias que contribuíram com os grandes ciclos econômicos do Brasil, o número de escravos no estado foi pequeno (GIRÃO, 1956).

Os poucos escravos trabalhavam mais nos serviços domésticos e criadagem, dado que a pecuária era a atividade do homem livre, exercida pelo vaqueiro, em campos extensos e abertos — propício à fuga (GALIZA, 1979; PINHEIRO, 2000). Entre os séculos XVII e XVIII, a pecuária de subsistência (FURTADO, 1959), atividade subsidiária à cana-de-açúcar, foi a principal atividade econômica do Ceará. Com o couro bovino foi possível desenvolver o artesanato cearense e confeccionar objetos essenciais na vida do sertanejo (roupa, sapato, chapéu, gibão, sela, arreios, mala, baú, peneira, cadeira etc.).

Com a venda dos rebanhos e dos seus derivados (carne seca/carne de charque) para as regiões produtoras de cana-de-açúcar, especialmente Pernambuco, e até mesmo para o Sudeste, criou-se renda e estimulou-se a ocupação e divisão do trabalho durante o ciclo da mineração, tendo o litoral ficado como responsável pelo beneficiamento da carne e os sertões pela criação do gado (PONTES, 2010).

Ainda hoje o “vaqueiro” é um tipo no Ceará que representa um gênero de vida que vem desde os tempos coloniais, como é um tipo de gênero de vida, o “jangadeiro”. Grande parte da agricultura cearense do sertão é realizada por “moradores” das fazendas de criação (CAPES, 1959, p.29).

Nas palavras de Bassanezi (2000, p. 14):

Embora a pecuária tenha ocupado, primeiramente, o interior do Ceará, foi a produção do algodão — à qual se associavam a cultura do milho, feijão e outros produtos de subsistência — que intensificou, posteriormente, o povoamento e o crescimento populacional nesse território.

Durante as secas de 1790 a 1793, a pecuária cearense foi prejudicada com a perda do seu rebanho. A técnica de beneficiamento da carne seca/carne de charque migrou através dos tropeiros viajantes para o Rio Grande do Sul (GIRÃO, 1995).

Nesse cenário, a partir do final do século XVIII e início do século XIX, o cultivo do algodão, agregado a condicionantes internos (independência administrativa do Ceará em relação a Pernambuco² no ano de 1799) e externos (Guerra de Secessão nos EUA³ e a Revolução Industrial), tornou-se a principal atividade econômica. O plantio já era praticado pelos indígenas para a confecção de redes e de algumas peças de roupas (IPLANCE, 1982; GIRÃO, 1995; PONTES, 2010).

Como destaca Furtado (1986, p.135): “[...] nos anos sessenta, quando ocorre a grande elevação de preços provocada pela guerra civil nos EUA, a produção de algodão se intensifica e certas regiões, como o Ceará, conhecem pela primeira vez uma etapa de prosperidade”.

Quase um século depois de manter-se como a base da riqueza da economia cearense, a produção do algodão declinou sensivelmente com a seca de 1877 a 1879⁴. Conforme Girão (1947, p. 225):

[...] uma série de grandes estiagens 1877-79, 1888-89, 1900, 1901, 1902, 1915, 1919, a crescente emigração para o Amazonas, a incúria e, quando não, a ineficiência da ação governamental conjugou-se para manter sem maiores surtos a produção algodoeira até 1921. A seca de 1915 quase aniquilou os algodoeiros cearenses [...]

² Durante a colonização do Brasil e o período que foi administrado pela Capitania de Pernambuco, o Ceará não se desenvolveu. Era dependente em quase tudo, comprava produtos de Pernambuco e de Portugal e enviava grande parte de sua riqueza para essas localidades (GIRÃO, 1995).

³ A Guerra de Secessão foi um conflito que aconteceu nos EUA, entre os estados do Norte e os estados do Sul, perdurando de 1861 até 1865. As causas da Guerra Civil americana fundamentam-se nas diferenças de interesses — o Sul, com a economia baseada no latifúndio, regime escravista e agricultura, principalmente, produção de algodão; o Norte, com a economia sustentada pela indústria, mão de obra livre e assalariada, favorável à abolição da escravidão. Segundo Furtado (1986), esse conflito desorganizou temporariamente a produção de algodão americana — principal fornecedor da Europa, que se encontrava em plena Revolução Industrial.

⁴ Entre o final do século XIX e início do século XX, os EUA passaram a adotar técnicas avançadas de produção e de colheita do algodão. Esta medida resultou na queda do preço do produto no mercado internacional, enquanto, no Brasil, os preços permaneceram altos, tornando o algodão nacional menos competitivo e desorganizando a produção nordestina (FURTADO, 1986; PRADO JÚNIOR, 2006).

Em termos migratórios, a mão de obra cearense fugida das secas foi para a região amazônica em busca de trabalho na extração do látex durante o primeiro ciclo da borracha (1879-1912) (LACERDA, 2006). Nas palavras de Furtado (1986):

O movimento de ajuda às populações vitimadas [pela seca] logo foi habilmente orientado no sentido de promover sua emigração para outras regiões do país, particularmente a região amazônica. [...] Formou-se, assim, a grande corrente migratória que fez possível a expansão da produção de borracha na região amazônica (FURTADO, 1986, p. 135).

No caso dos migrantes cearenses, de acordo com Bassanezi (2000, p. 17):

Os emigrantes da seca, conforme a conjuntura local e nacional, tomavam rumos diferentes. Os oriundos da seca de 1888-1889 tiveram como direção um outro porto da própria Província do Ceará, ao norte ou ao sul de Fortaleza (4,6%); portos de outras Províncias ao Norte do Ceará (63,4%) — principalmente Belém e Manaus — e portos ao Sul que se localizavam nas Províncias do Nordeste ao sul do Ceará (1,0%) e nas Províncias da Região Sudeste: Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo especialmente (22,4%).

Ainda segundo Ferreira (2007, p. 58):

Um fenômeno importante se destaca daí: essas migrações forçadas, principalmente de cearenses, abriram caminhos para as migrações voluntárias que realizaram a seguir, independente da exacerbação da calamidade climática, durante meio século, na direção do Norte do país, constituindo aquele primeiro padrão migratório.

Durante os anos 1930, apesar da passagem do centro dinâmico da economia nacional do café para a indústria (FURTADO, 1986), a trajetória econômica do Ceará manteve-se assentada na exploração de produtos primários. De um lado, atendia à demanda internacional, exportando carnaúba, oiticica, sal, minérios, fibras têxteis, mamona, couros, peles etc. e, do outro lado, importava bens alimentares (arroz, feijão, farinha de mandioca, açúcar, batata, café, cebola, entre outros) para o próprio consumo (GIRÃO, 1947).

Dito isso, o esboço da industrialização cearense nasceu em torno de suas principais atividades: gado e algodão. Assim, a indústria tem raízes agropastoris. O fabrico ou artesanato em couro (roupa, sapato, chapéu, gibão, sela, arreios, mala, baú, peneira, cadeira etc.) e a fabricação de tecidos grossos para vestir os escravos são os primeiros ensaios da

indústria no Ceará. Essas atividades impulsionaram a abertura das primeiras unidades industriais em Fortaleza (curtume e têxtil), com a fiação se expandindo no período entre guerras (NOBRE, 1989).

Apesar de outras atividades industriais se instalarem no Estado — usina de beneficiamento de algodão, indústria de extração de óleo, fábricas de cigarro e de sabão, metalurgia, tipografia — muitas das quais não lograram êxito nos primeiros anos de vida ou tiveram pouca expressão, a atividade têxtil foi a que predominou. A incipiente indústria têxtil cearense tem origem no final do século XIX, com a introdução de teares em pequenos estabelecimentos fabris. Em 1884, foi criada a Fábrica de Tecidos Progresso, considerada pelos historiadores como o primeiro grande empreendimento industrial do estado⁵ (NOBRE, 1989).

Até os anos 1950, o parque fabril cearense se desenvolveu praticamente com o investimento privado local. A fase próspera ocorreu entre as duas Guerras Mundiais, com descenso na década de 1950 (FIEC, 2010). Segundo Nobre (1989):

[...] para adquirir condições de competição, a indústria tradicional passou por um processo de modernização, e as fábricas de tecidos do Ceará, entre outras, enfrentaram dificuldades financeiras para se reequiparem. A própria concorrência interna, feita por empresas de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e de outros Estados, levaria ao colapso total da economia nordestina em geral, se o Governo, cômico do problema, não pusesse em prática um plano de desenvolvimento regional [...] (NOBRE, 1989, p. 25-26).

Na verdade, o Ceará nunca teve uma atividade econômica de grande magnitude — como a cana-de-açúcar, o ouro e o café que, durante quatro séculos, foram os principais eixos de sustentação da economia brasileira. Em três séculos de ocupação (1600/1900), o estado teve dois produtos importantes: sistema gado-algodão, sustentado pela agricultura alimentar. Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, o setor têxtil figurou como a primeira atividade industrial, apresentando momentos de ascensão e declínio, em meio à concorrência internacional e nacional a partir da década de 1950.

⁵ A metalúrgica Fundação Cearense (1868) reporta como o primeiro estabelecimento industrial do estado, mas foi o setor têxtil que se destacou.

Diante desse quadro de relativo atraso socioeconômico, a saga dos cearenses ou “soldados da borracha” em direção ao Norte se intensificou, durante o segundo ciclo desse produto (1942-1945). O Governo Vargas (1930/1945), com o intuito de eliminar os vazios demográficos do Brasil e abastecer de borracha os aliados da II Guerra Mundial, criou, em 1942, o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, com sede em Fortaleza (NEVES, 2001).

O Ceará foi o centro de uma operação de guerra que incluía o recrutamento e o transporte para os seringais de 57 mil nordestinos — exército equivalente ao número de americanos mortos no Vietnã. Cerca de 30 mil eram cearenses. 'Havia uma política racial no governo Vargas', diz Lúcia. 'Diferentemente da Bahia e de Pernambuco, o Ceará não recebeu muitos negros. Isso garantia a manutenção de certo perfil étnico na Amazônia' (MAGESTE, 2004, p.1).

Contudo, segundo Guerra (2007):

Para muitos trabalhadores, este foi um caminho sem volta. Cerca de 30 mil seringueiros morreram abandonados na Amazônia, depois de terem exaurido suas forças extraindo o ouro branco. Morriam de malária, febre amarela, hepatite e atacados por animais como onças, serpentes e escorpiões. O governo brasileiro também não cumpriu a promessa de reconduzir os soldados da borracha de volta à sua terra no final da guerra, reconhecidos como heróis e com aposentadoria equiparada a dos militares (GUERRA, 2007, p.81).

Os migrantes da seca de 1877-1879 e das que se sucederam até 1950, não efetuaram traslado apenas para a região Norte ou estados da própria região; o Sudeste, em especial o interior paulista e o estado do Rio de Janeiro, também foi palco da chegada de cearenses que foram trabalhar no cultivo do café. De acordo com Bassanezi (2000) e Lima (2010), eles foram estimulados pelo Presidente da Província do Ceará, através da concessão de passagens, a procurarem outra rota migratória além da exploração do látex na Amazônia.

Ademais, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a concentração industrial no Sudeste agravou os desequilíbrios regionais e intensificou as correntes migratórias de Minas Gerais e do Nordeste em direção a áreas mais prósperas, especialmente para o estado de São Paulo (BRITO, 1999). Segundo Araujo (2002, p. 3): “enquanto a indústria comandava o crescimento econômico no Sudeste, o velho setor primário-exportador implantado no Nordeste dava mostras de sua incapacidade para continuar impulsionando o desenvolvimento econômico”.

Nesse contexto, a década 1950 representou o início de uma nova etapa no desenvolvimento econômico e industrial do Nordeste, a partir da criação de uma gama de órgãos públicos. Contudo, as primeiras iniciativas foram tomadas em 1881, no Governo Imperial, após a seca de 1877-1879. Com o propósito de elaborar estudos sobre obras de irrigação para a região Nordeste, criou-se a *Comissão de Estudos*. No Ceará, tal comissão sugeriu a construção do açude de Cedro, que iniciou as suas obras em 1884 e concluiu-as no ano de 1906 (PARENTE, 1964).

Em 1909, no Governo Republicano, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em 1919. Este órgão agregava inúmeras funções — estudos pluviométricos, topográficos e de reflorestamento, além da construção de barragens, poços, estradas de ferro e de rodagem. Em 1945, o IFOCS foi transformado no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), todavia, restringiu-se à construção de açudes públicos e estradas, enquanto os problemas da região adquiriam novas demandas — solução para questões de cunho social e econômico (PARENTE, 1964).

Assim, o DNOCS — principal órgão público da região — perdeu importância ao se mostrar incapaz de atender às novas necessidades da população. Segundo Cardoso (2007), na década de 1940, outras instituições federais foram criadas no sentido de superar a fome e a pobreza do Nordeste. Em 1945, foi criada a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), com a função de ampliar a infraestrutura da região através da ampliação da oferta de energia elétrica. Dois anos depois, em 1947, foi criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que tinha o papel de estimular o desenvolvimento das regiões ribeirinhas dos rios São Francisco e Parnaíba.

Mas somente a partir de 1952, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que tinha a função de ofertar crédito e financiamento público para os agricultores da região, e do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE) — responsável pela elaboração de projetos financiados pelo BNB — para o desenvolvimento do Nordeste, têm-se os primeiros passos para uma política de desenvolvimento regional (ALENCAR e ALVES, 2006).

Com a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) em 1956, as reflexões sobre a questão regional adquiriram novo escopo. A principal conclusão foi que a pauperização da população nordestina não advinha apenas da escassez de recursos hídricos, mas da falta de projetos capazes de integrar e desenvolver a região — via estímulo à agricultura e à indústria (FURTADO, 1985). Conforme Duque (1964):

No passado, os problemas do Ceará e do Nordeste foram encarados mais sob o ponto de vista físico. Somente, nos últimos dez anos, com a ampliação e o agravamento das questões, os responsáveis pelo destino da região passaram a considerar os aspectos sociais e humanos (DUQUE, 1964, p. 664).

O relatório do GTDN, intitulado “uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, contribuiu para a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959. Como forma de superar o subdesenvolvimento da região, esse órgão tinha por atribuição diagnosticar as dotações do Nordeste e planejar o desenvolvimento regional — via modernização da agricultura, ampliação da oferta de infraestrutura e, principalmente, estímulo e fortalecimento da indústria (ALENCAR e ALVES, 2006; CARVALHO, 2008).

Quanto ao Ceará, mesmo com a criação da SUDENE, no final dos anos 1950, e de órgão estaduais de planejamento⁶, na década de 1960, a série de Estudos de Desenvolvimento Regional elaborada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mostra que:

A correlação entre o incremento demográfico (o Estado é dos de maior taxa de incremento) e a capacidade para dar emprego à sua população economicamente

⁶ Em 1963, durante o Governo Virgílio Távora (1963-1966), foi elaborado e implantado, no Ceará, o primeiro Plano de Metas do Governo (PLAMEG) (DUQUE, 2004). Conforme Silva Filho (2008), com o PLAMEG, a infraestrutura local expandiu-se — a energia chegou, paulatinamente, em todo o estado e o Distrito Industrial de Fortaleza (1964) e o Banco do Estado do Ceará (1964) foram criados. Desde então, lançou-se um novo modelo de gestão estadual, no qual os próximos governadores elaborarão planos de desenvolvimento governamentais. “[...] de 1967 a 1971 foi implantado o Plano de Ação Integrada do Governo - PAIG, do Governo Plácido Castelo; de 1971 a 1974, o Plano do Governo do Estado do Ceará - PLAGEC, do Governo César Cals; de 1974 a 1979, o Plano de Desenvolvimento do Ceará - PLANDECE, do governo Adauto Bezerra; de 1979 a 1983, o Plano de Metas Governamental - II PLAMEG, do governo Virgílio Távora; de 1983 a 1987, o Plano estadual de Desenvolvimento - PLANED, do governo Gonzaga Mota; e de 1987 a 1991, o Plano de Mudanças, do governo Tasso Jereissati. É importante ressaltar que esses governos deram atenção especial à capacitação de infraestrutura, um dos pontos de estrangulamento da economia cearense, objetivando um melhor desempenho da industrialização” (GONÇALVES, QUEIROZ e ALVES, 2007, p. 3).

ativa parecem indicar que as possibilidades de ocupação são ultrapassadas pelo crescimento vegetativo [...] Este desequilíbrio, agravado nas épocas das secas, acentua a atração do Sul do País, agora de comunicação mais acessível, e onde se verifica a oportunidade de melhores salários [...] (CAPES, 1959, p. 32-33).

A capital cearense também foi destino dos fluxos migratórios originários do interior do estado. Segundo Parente (1964), o rápido crescimento populacional de Fortaleza, ao passar de 270,2 mil habitantes para 514,8 mil, entre 1950/1960, não decorreu somente do crescimento natural. Nesse decênio, o crescimento vegetativo de Fortaleza foi de 141,1 mil habitantes e as migrações somaram 103,5 mil pessoas, representando 42% do crescimento da capital do estado.

A partir desse cenário, a migração interestadual do e para o Ceará será interpretada enquanto processo social historicamente condicionado não somente por questões climáticas. As inúmeras secas que acometeram o estado, sem dúvida, acarretaram desemprego nas áreas rurais e influenciaram o êxodo para a sua capital e outras áreas, mas razões conjunturais e, principalmente, estruturais explicam as suas perdas líquidas populacionais, sendo o resultado de um conjunto de mudanças pelo qual passaram a economia e a sociedade brasileira, nordestina e cearense.

1.3. Evolução da população: o Ceará no Brasil e no Nordeste

Antes de adentrarmos na análise dos movimentos migratórios cearenses, temática abordada no Capítulo 2, esta seção se debruça sobre a evolução e participação da população do estado no conjunto do país e do Nordeste no período de 1950 a 2010. O pano de fundo fundamenta-se no quadro de mudanças sociodemográficas e econômicas a partir dos anos 1930. Em seguida, a análise volta-se para a redistribuição da população entre áreas rurais e urbanas, buscando apreender em que medida o Ceará se inseriu no processo de urbanização do Brasil e do Nordeste.

1.3.1. Estado do Ceará: caracterização geográfica e física

O estado do Ceará localiza-se na região Nordeste do Brasil, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com Pernambuco, a leste com o Rio Grande do Norte e Paraíba e a oeste com o Piauí (Figura 1). A proximidade geográfica com o Continente Africano, Europeu e Americano o torna privilegiado para o desenvolvimento de relações com o comércio exterior e atração do turismo internacional (IPECE, 2010).

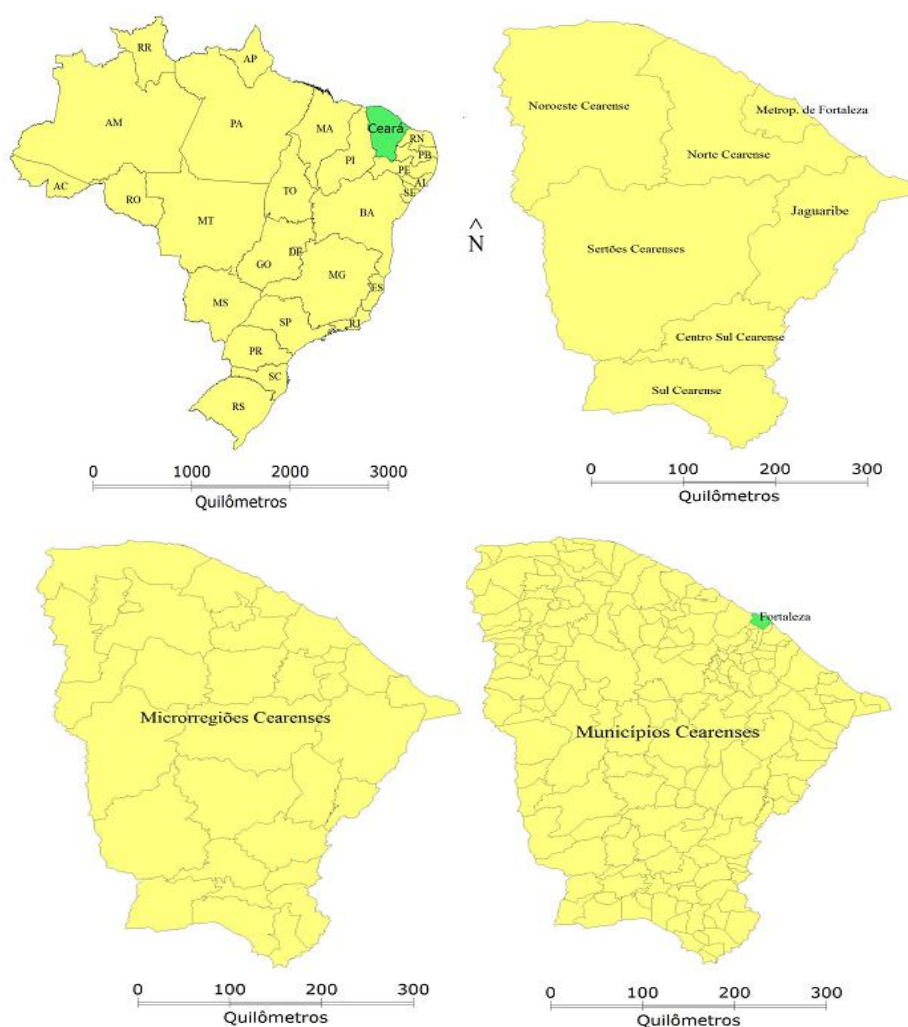


Figura 1 – Mapa de localização e divisão política do Estado do Ceará
Fonte: IBGE - Malha Municipal Digital do Brasil (2010).

Com uma área de 148.825,6 km², que corresponde a 1,75% do território brasileiro e a 9,58% da região Nordeste, o Ceará figura como o quarto maior estado nordestino e o décimo sétimo do país. A divisão política compreende sete mesorregiões, que comportam 33 microrregiões e 184 municípios (Figura 1). A população total era de 8.448.055 milhões de habitantes em 01/08/2010, posicionando-se como a oitava Unidade Federativa mais populosa do Brasil, ao contribuir com 4,4% do contingente demográfico do país e 15,9% do Nordeste (IPECE, 2012b).

Em termos físicos, o Ceará é formado por três regiões bem distintas — um litoral de 573 km de extensão, banhado pelo Oceano Atlântico, com planícies costeiras, praias e dunas, além de zonas intermediárias do sertão e serras. Aproximadamente 93% do território estão inseridos no semiárido nordestino, com predomínio do clima tropical quente semiárido, que engloba 67,9% dos municípios. A caatinga é a vegetação predominante e abrange 69,2% do Ceará. A região serrana se destaca com picos que ultrapassam os 1.000 metros. (SOBRINHO, 1945; BEZERRA e BARBOSA, 2010).

Devido ao seu posicionamento geográfico e suas características físicas, o estado é marcado por distribuição irregular de chuva ou “problema climático” — seca. Dado esse quadro, conjugado com o baixo desenvolvimento econômico e falta de oportunidades de trabalho, historicamente o Ceará tipifica como área de evasão populacional, alta taxa de mortalidade e de fecundidade, com impactos sobre o seu crescimento populacional. Contudo, conforme será mostrado, desde os anos 1980, os componentes demográficos apresentam inflexão ou tendência declinante a partir da diminuição nas trocas migratórias negativas e descenso nas taxas de mortalidade e de fecundidade.

1.3.2. Crescimento populacional

As expressivas alterações no crescimento natural da população brasileira (fecundidade e mortalidade) entre 1940 e 1980 e as inflexões nas migrações internas entre os períodos 1950-1980 e 1980-2010 ajudam a entender o ritmo de crescimento populacional do Ceará.

Segundo Carvalho (2004), o aumento no incremento absoluto da população brasileira entre 1940 e 1970 foi fruto do elevado crescimento vegetativo, em especial o

declínio da mortalidade, dado que a taxa de fecundidade total⁷ encontrava-se em níveis altos e os fluxos migratórios internacionais tiveram contribuição modesta nesse período.

Tabela 1 – Evolução da população total, incremento absoluto e participação relativa (%) – Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010

Ano	População total		
	Brasil	Nordeste	Ceará
1950	51.944.397	17.973.413	2.695.450
1960	70.191.370	22.156.890	3.289.595
1970	93.134.846	28.111.551	4.361.603
1980	119.011.052	34.815.439	5.288.429
1991	146.825.475	42.497.540	6.366.647
2000	169.799.170	47.741.711	7.430.661
2010	190.732.694	53.078.137	8.448.055
Ano	Incremento absoluto		
	Brasil	Nordeste	Ceará
1950/1960	18.246.973	4.183.477	594.145
1960/1970	22.943.476	5.954.661	1.072.008
1970/1980	25.876.206	6.703.888	926.826
1980/1991	27.814.423	7.682.101	1.078.218
1991/2000	22.973.695	5.244.171	1.064.014
2000/2010	20.933.524	5.336.426	1.017.394
Ano	Participação relativa (%)		
	NE/BR	CE/BR	CE/NE
1950	34,60	5,19	15,00
1960	31,57	4,69	14,85
1970	30,18	4,68	15,52
1980	29,25	4,44	15,19
1991	28,94	4,34	14,98
2000	28,12	4,38	15,56
2010	27,83	4,43	15,92

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1950 e 1960; Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota: Exclusive Brasil sem especificação; Exterior ou a bordo; Estrangeiros e sem declaração de nacionalidade; nascido no exterior.

⁷ Consiste na estimativa sobre o número médio de filhos tidos nascidos vivos, por mulher, até o final do seu período reprodutivo.

Os dados dos Censos Demográficos mostram que em 20 anos (1950-1970) a população brasileira aumentou de 52 milhões para 93 milhões de habitantes, com um incremento absoluto de 41 milhões de pessoas (Tabela 1). A taxa média de crescimento anual foi de 3,0% entre 1950 e 1960, mantendo-se praticamente estável (2,9%) no período entre 1960 e 1970.

No caso do Nordeste e do estado do Ceará, os diferenciais regionais são expressivos nessa fase da transição demográfica⁸. Entre 1950 e 1960, as taxas de crescimento situaram-se abaixo da média do país (3,06% a.a), com crescimento de 2,11% a.a para a região e 2,01% a.a. para o Ceará. De acordo com Riedel e Hodel (1978), as expressivas transferências populacionais para outras regiões são fatores que explicam esse resultado, dado que o Nordeste tradicionalmente detém elevadas taxas de crescimento vegetativo (2,7% a.a no período 1940/1970). Todavia, no decênio 1960/1970, essa dinâmica se alterou, com o ritmo de crescimento populacional nordestino (2,41% a.a) e, especialmente cearense (2,9% a.a), se igualando à média nacional (2,87% a.a). Segundo Lazarte (1986, p. 1.689):

Na década de 60, o fim da grande seca pode ter influído na retenção e até mesmo no retorno dos nordestinos. A partir de 1970, observa-se brusca queda no crescimento populacional do Nordeste, com exceção da Bahia, Sergipe e Alagoas, cuja perda populacional foi menor.

Mesmo com a queda na mortalidade, o crescimento do país foi acelerado até 1970, pois a fecundidade continuava alta⁹. Após a introdução da pílula em 1965, observou-se notável declínio em tal taxa já nos anos 1970, com reflexo sobre o ritmo de crescimento da população brasileira (BERQUÓ e CAVENAGHI, 2006).

⁸ A transição demográfica é um fenômeno universal na história da humanidade, ocorre em períodos distintos e de forma diferenciada entre os países, regiões e estados de um mesmo país, assim como entre os grupos socioeconômicos (BRITO, 2008). Em linhas gerais, é um processo caracterizado pela passagem de altos níveis para baixos níveis de mortalidade e de fecundidade. Segundo Carvalho (2004) e Brito (2007; 2008), a transição demográfica aconteceu mais rápido no Brasil quando comparada aos países desenvolvidos e semelhante aos países latino-americanos e asiáticos.

⁹ Em 1950, a taxa de fecundidade total para o Brasil foi de 6,2 filhos por mulher, aumentando ligeiramente para 6,3 filhos em 1960, declinando para 5,8 filhos em 1970. Nesse intervalo, o Nordeste sempre se manteve acima da média do país, com média de 7,5 filhos por mulher em 1950, declinando sutilmente para 7,4 filhos em 1960, voltando ao patamar de 7,5 filhos em 1970 (IBGE, 2012a). Nessas três décadas, o Ceará apresenta patamar superior à média do Brasil e do Nordeste, com taxa de fecundidade total de 7,9 filhos por mulher em 1950, diminuindo para 7,5 filhos em 1960 e aumentando para 7,7 filhos em 1970 (IBGE, 2005).

Com a queda na taxa de fecundidade em curso desde meados dos anos 1960, envolvendo, inicialmente, as regiões mais prósperas e classes sociais mais abastardas, essa tendência se propagou com ritmo diferenciado pelo Brasil (PATARRA, BAENINGER e CUNHA, 2000). A confirmação foi vislumbrada no Censo Demográfico de 1980, a partir da queda no ritmo de crescimento da população para o conjunto do país¹⁰. O Brasil passou de uma taxa média anual de crescimento de 2,87% na década de 1960, para 2,48% a.a. no período seguinte (Figura 2).

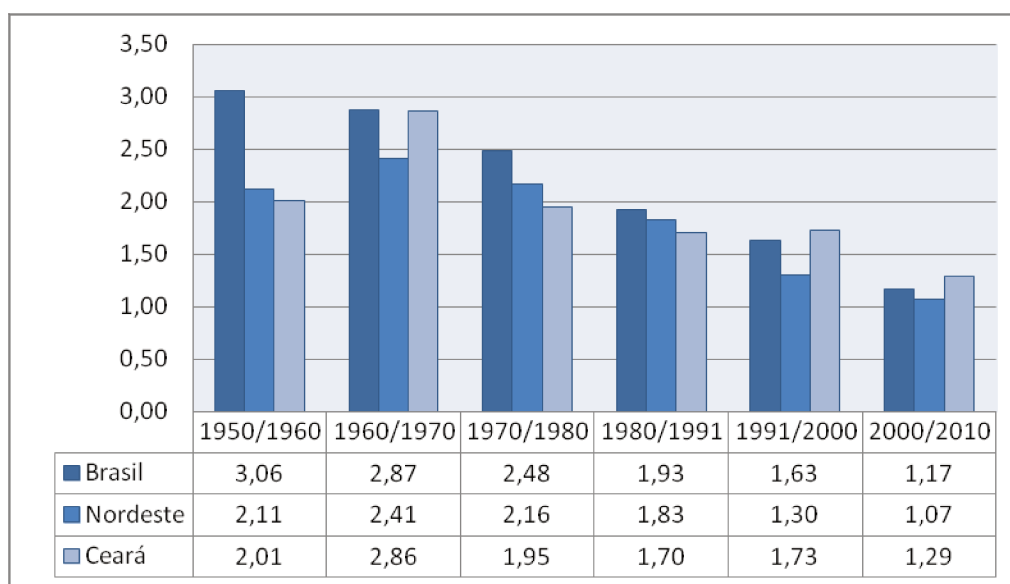


Figura 2 – Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual da população (%) - Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1950 e 1960; Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010.

Quanto à região Nordeste, apesar das alterações nos seus componentes demográficos — em especial mortalidade e fecundidade — se darem com relativo atraso em relação às demais regiões do Brasil (CAMARANO et al, 2000), ela seguiu a tendência nacional e passou de uma taxa de crescimento populacional de 2,41% a.a., na década de 1960, para 2,16% a.a., entre 1970 e 1980. Contudo, esse resultado foi reflexo

¹⁰ Entre 1970-1980, fica evidente a rápida redução na taxa de fecundidade do país, que passou de 5,8 filhos para 4,4 filhos, respectivamente. O Nordeste seguiu esse declínio, com a fecundidade diminuindo de 7,5 filhos por mulher para 6,1 filhos, entre 1970-1980. No Ceará, a dinâmica foi semelhante, com o número de filhos por mulher passando de 7,7, em 1970, para 6,1, em 1980 (IBGE, 2012a).

principalmente das massivas perdas líquidas populacionais para as áreas industrializadas e de fronteiras agrícolas (MARTINE, 1994).

Em relação ao Ceará, entre as décadas de 1960 e 1970, a sua taxa de crescimento populacional diminuiu em quase 1,0%, superando o declínio do Brasil (0,39% a.a) e do Nordeste (0,25% a.a). O efetivo populacional passou de incremento de 1.072.394 milhão de pessoas, entre 1960 e 1970, para 926.650 mil, no período seguinte (Tabela 1). Fatores associados ao declínio da taxa de fecundidade e, principalmente, à redução na perda populacional justificam esse resultado, conforme será mostrado adiante.

A década de 1980 ratifica a tendência generalizada de declínio na taxa de fecundidade¹¹, diminuição no ritmo do crescimento populacional e mudanças nas tendências migratórias do país (MARTINE, 1994; PACHECO e PATARRA, 1997). Em 1991, a população brasileira chegou a quase 147 milhões de residentes, com taxa de crescimento decrescente (1,9% a.a.), quando comparada a dos decênios anteriores, e tendência à homogeneização em relação à nordestina (1,80% a.a.) e à cearense (1,70% a.a).

A última década do século XX e a primeira do século XXI não trazem grandes novidades ao manter o declínio no crescimento médio anual da população brasileira. Por conseguinte, observou-se pela primeira vez, desde a realização do primeiro Censo Demográfico em 1872, decréscimo no incremento absoluto da população no país, que passou de 27,8 milhões de pessoas entre 1980 e 1991 para cerca de 23 milhões no período de 1991 a 2000, caindo para 20,9 milhões na primeira década dos anos 2000 (Tabela 1).

O Nordeste permaneceu com ritmo declinante na taxa de crescimento populacional, posicionando-se abaixo da média nacional e do Ceará. A região passou rapidamente de uma taxa de 1,83% a.a, no período de 1980 a 1991, para 1,30% a.a, no intervalo entre 1991 e 2000, e declinou para apenas 1,07%, na primeira década do século XXI. Em termos absolutos, o incremento populacional diminuiu de 7,7 milhões de pessoas para 5,2 milhões, com ligeiro aumento para 5,3 milhões nos referidos intervalos.

Em direção contrária à dinâmica nacional e regional, o Ceará, entre os períodos de 1991 a 2000 e 2000 a 2010, registrou taxa de crescimento populacional superior à média do Brasil e do Nordeste, com o incremento absoluto mantendo-se praticamente inalterado —

¹¹ Em 1991, a TFT do Brasil é de 2,9 filhos por mulher, a nordestina e a cearense são ambas de 3,7 filhos (IBGE, 2012a).

girando em torno de 1 milhão de pessoas (Figura 2; Tabela 1). Segundo informações do IBGE (2012c), na primeira década do século XXI, o Ceará foi um dos estados com maior participação absoluta no crescimento populacional do Brasil, posicionando-se atrás somente de São Paulo (4,2 milhões de pessoas), Minas Gerais (1,7 milhão), Rio de Janeiro (1,6 milhão) e Pará (1,4 milhão).

No tocante à taxa bruta de mortalidade¹², em 1991, o Ceará figurava com patamares de óbitos por 1.000 habitantes (9,67) acima da média regional (9,42) e nacional (7,66). Em 2000, declinou para 7,22, situando-se ainda acima dos valores do país (6,54), mas abaixo da média nordestina (7,45). Durante a primeira década do século XXI, o número de mortes caiu significativamente (5,95), posicionando-se abaixo da média do Brasil (6,29) e do Nordeste (6,11) (DATASUS, 2012).

Com relação à fecundidade, quando comparado o Ceará com o Brasil e o Nordeste, o declínio da mesma também tem sido mais veloz para o estado nos últimos 20 anos (1991-2010). O número médio de filhos por mulher passou de 3,7, em 1991, para 2,9, em 2000, e caiu para 2,0, em 2010, mantendo-se ligeiramente acima da média do país (1,9 filhos) e igual à média do Nordeste (2,0 filhos). Conforme o IBGE, no período de 2000 a 2010, o Ceará teve o maior declínio na taxa de fecundidade entre os estados brasileiros (IBGE, 2012a; 2012b).

No tocante à migração, variável alvo deste estudo, desde os anos 1980, o Ceará, paulatinamente, apresenta tendência de diminuição das suas perdas líquidas populacionais líquidas a partir do aumento da entrada de imigrantes e, especialmente, arrefecimento das saídas, conforme será abordado em detalhes no Capítulo 2.

Em suma, durante três décadas, entre 1950 e 1991 (exceção para o período 1960/1970), o Ceará teve crescimento inferior à média do Brasil e do Nordeste, com perda da importância relativa no contingente populacional do país e da região (Figura 3). A elevada taxa de fecundidade e taxa de mortalidade e, especialmente, a saída numerosa de migrantes para áreas mais prósperas, seja de fronteira agrícola ou de concentração da atividade econômica, justifica essa dinâmica.

¹² Representa o número de óbitos por 1.000 habitantes em um determinado ano.

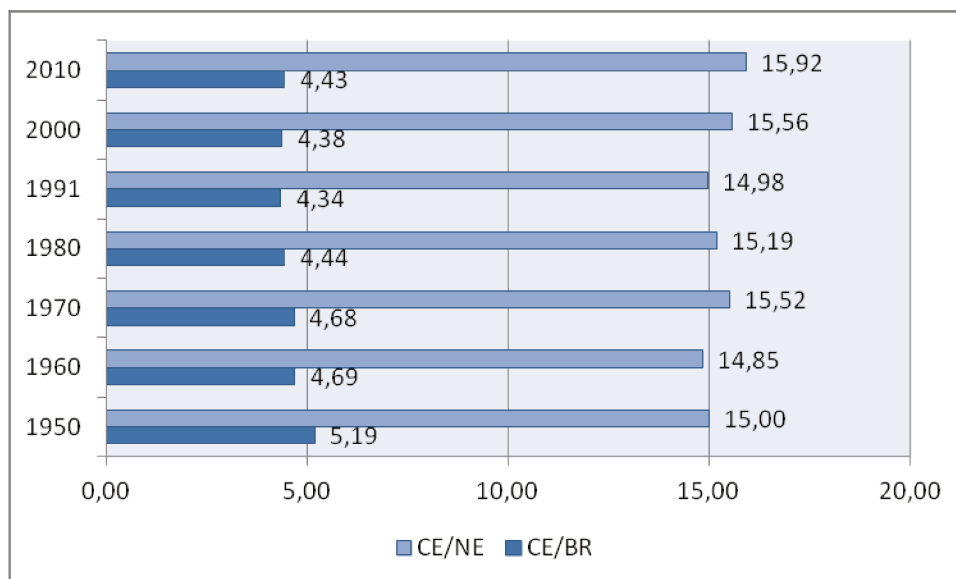


Figura 3 – Participação relativa da população cearense sobre o Brasil e a região Nordeste (%) – 1950-2010

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1950 e 1960; Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Elaborada a partir da Tabela 1

Todavia, a partir dos últimos Censos Demográficos — 2000 e 2010 — essa tendência apresentou inflexão, com a taxa média geométrica de crescimento anual da população cearense (1,73% a.a e 1,29% a.a, respectivamente) suplantando a nacional (1,63% a.a e 1,17% a.a, respectivamente) e a regional (1,30% a.a e 1,07% a.a, respectivamente), implicando no aumento na participação relativa na população total brasileira e nordestina (Figura 3). Assim, o Ceará encontra-se num momento distinto e mesmo apresentando ritmo de crescimento populacional decrescente — segue a tendência do país e da região —, cresceu mais do que as áreas em questão.

Após a análise evolutiva do comportamento da dinâmica populacional brasileira, nordestina e cearense, a partir da interpretação da influência dos componentes demográficos sobre o crescimento populacional, torna-se importante verificar como a população se redistribuiu entre as áreas rurais e urbanas e apreender em que medida o Ceará se inseriu na tendência de urbanização do país, vislumbrada especialmente entre 1950 e 1980.

1.3.3. O processo de urbanização

Desde os anos 1930, a urbanização brasileira se articula com a industrialização e com um conjunto de mudanças estruturais. A partir da década de 1950, as transformações na economia, sociedade e no desenvolvimento regional se intensificaram e acarretaram modificações aceleradas e intensas no nível de urbanização do Brasil (FARIA, 1991).

O período compreendido entre 1950 e 1980 foi marcado pelo rápido processo de industrialização, modernização da agricultura e crescimento econômico (MARTINE e CAMARGO 1984; MARTINE, 1994). A concentração de atividades econômicas nos grandes centros urbanos, em especial no Sudeste, acirrou as disparidades entre as regiões e estimulou a saída da população do campo para as grandes cidades (BAENINGER, 1999).

O processo de urbanização brasileiro foi determinado principalmente pelas migrações (FARIA, 1991), visto que o crescimento natural da população foi maior nas áreas de emigração (CAMARANO e BELTRÃO, 2000). O Nordeste e Minas Gerais formavam os dois grandes reservatórios de mão de obra e dessas localidades partiram duas trajetórias migratórias dominantes: uma em direção às áreas com crescimento urbano-industrial e outra para as regiões de expansão da fronteira agrícola (BRITO, 1997; 1999).

Concomitante com a urbanização, outra tendência observada foi a interiorização e expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, que de alguma maneira amorteceu os fluxos migratórios para as áreas mais urbanizadas (MARTINE, 1994). Conforme o supracitado autor (1987), a ocupação da fronteira agrícola pode ser dividida em três fases: a primeira de 1930 até metade dos anos 1960, que ocupou a região Norte e Noroeste do Paraná; a segunda etapa teve início em 1940 e terminou nos anos 1960, ocupando a faixa central do Brasil que vai do Mato Grosso do Sul até o Maranhão, englobando inclusive Goiás; e a terceira e última fase ocorreu a partir dos anos 1970 e seguiu em direção à Amazônia.

Para Singer (1973), a concentração das atividades industriais em certas regiões seria a principal *causa* da migração rural-urbana. Tal dinâmica provoca desigualdades regionais e ao mesmo tempo estimula a concentração da população em determinadas áreas e o esvaziamento em outras. Nesse caso, aponta o autor, as razões das migrações do campo à

cidade estão na origem, ou seja, por *causas* econômicas ocorreu a expulsão do trabalhador do rural moderno ou do rural estagnado para o urbano em expansão.

Furtado (1986) chamou a passagem de uma economia sustentada no setor primário para a atividade industrial de deslocamento do centro dinâmico. Essa nova etapa da dinâmica econômica nacional, baseada no modelo fordista de produção — capaz de gerar milhares de postos de trabalho (HARVEY, 1992) — intensificou as migrações do campo para a cidade (OLIVEIRA, 2011a).

Conforme Singer (1973), o excedente populacional no campo e a incapacidade de áreas urbanas das regiões mais estagnadas economicamente em retê-lo, direcionaram volumosos contingentes humanos para as áreas urbanas e industriais mais desenvolvidas e em menor volume para as fronteiras agrícolas do Norte do Paraná e regiões Centro-Oeste e Norte.

Por sua vez, segundo Durhan (1973), o fascínio pelo urbano não tem apenas caráter econômico — busca de emprego e mobilidade social no local de destino. Melhorar de vida não se restringe necessariamente a termos monetários. Motivos relacionados à carência de serviços públicos e de infraestrutura básica na origem também estimularam esse processo.

O êxodo rural ou a migração do tipo rural-urbana se intensificou, com perda de população do agrícola-tradicional para o urbano-industrial moderno (SINGER, 1973; MARTINE, 1994; BAENINGER, 2012). Já em 1970, a população urbana superou a rural, quando 52 milhões de brasileiros passaram a residir em cidades e 41 milhões no campo (Tabela 2). O Nordeste e o Ceará apresentaram essa tendência uma década depois, mostrando que esse processo ocorreu em ritmo diferente.

Tabela 2 – Evolução da população urbana e rural e grau de urbanização (%)
Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010

Ano	População urbana		
	Brasil	Nordeste	Ceará
1950	18.782.891	4.744.808	679.604
1960	31.533.681	7.552.781	1.103.436
1970	52.080.793	11.756.451	1.780.093
1980	80.444.755	17.568.001	2.810.527
1991	110.990.990	25.776.279	4.162.007
2000	137.953.959	32.975.425	5.315.318
2010	160.879.708	38.816.895	6.343.990

Ano	População rural		
	Brasil	Nordeste	Ceará
1950	33.161.506	13.228.605	2.015.846
1960	38.657.689	14.604.109	2.186.159
1970	41.054.053	16.355.100	2.581.510
1980	38.566.297	17.247.438	2.477.902
1991	35.834.485	16.721.261	2.204.640
2000	31.845.211	14.766.286	2.115.343
2010	29.852.986	14.261.242	2.104.065

Ano	Grau de urbanização (%)		
	Brasil	Nordeste	Ceará
1950	36,16	26,40	25,21
1960	44,93	34,09	33,54
1970	55,92	41,82	40,81
1980	67,59	50,46	53,14
1991	75,59	60,65	65,37
2000	81,25	69,07	71,53
2010	84,35	73,13	75,09

Fonte: IBGE – Anuário Estatístico do Brasil – 1950 e 1960; Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Os anos 1980 não representaram apenas um ponto de inflexão nas tendências migratórias do país¹³, o crescimento do grau de urbanização, principalmente nas cidades metropolitanas e áreas conurbadas, diminuiu de intensidade (MARTINE, 1994). A concentração da população nas áreas urbanas brasileiras, que aumentou 32% (que passou de 36,16% para 67,59%) entre 1950 e 1980, caiu pela metade (aumento de 16%) no período de 1980 a 2010, ao subir de 68% para 84% (Tabela 2).

Quanto à região Nordeste e ao Ceará, essas áreas não assinalaram nenhuma inflexão expressiva nesses dois intervalos. Entre 1950 e 1980, dobraram o seu grau de urbanização de 25% para algo em torno de 50%, enquanto o Brasil aumentou em 32%. No período de 1980 a 2010, o Nordeste e o Ceará mantiveram o grau de urbanização em torno de 25% (o Nordeste atingiu um nível de urbanização de 73% e o Ceará de 75% em 2010), contra 16% para o Brasil. Portanto, a expansão da urbanização brasileira foi mais acelerada em relação à nordestina e cearense entre 1950 e 1980, enquanto essas localidades cresceram mais no intervalo de 1980 a 2010. Em 2010, 84,35% da população brasileira residia em áreas urbanas, contra 75,09% no Ceará e 73,13% no Nordeste. Esse resultado mostra no tempo e espaço (PATARRA, 2003a), defasagem no processo de urbanização dessas áreas comparativamente ao do país, com possíveis implicações sobre a importância do fluxo migratório rural-urbano para o Ceará e o Nordeste.

Ratificando os resultados acima, Martine (1994) comprovou, a partir da década de 1980, crescimento em menor ritmo nos grandes centros urbanos e aceleração nas cidades de médio e pequeno porte. Brito (2001), no estudo sobre a urbanização recente no Brasil, destacou, desde os anos 1980, elevado ritmo de crescimento nos aglomerados urbanos do Centro Oeste (Brasília e Goiás), do Nordeste (especialmente Fortaleza, que cresce mais do que a Bahia e Recife desde a década de 1980) e da cidade de Campinas-SP, vis-à-vis o baixo crescimento dos aglomerados urbanos do Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

A taxa de crescimento da população urbana é outro indicador que aponta para o período de aceleração e desaceleração da urbanização. Para as três áreas em observação, tal taxa se manteve alta entre 1950 e 1980, especialmente nas décadas de 1950 e 1960 (Figura

¹³ Com o arrefecimento das migrações para a terceira e última fronteira agrícola brasileira (Amazônia), que teve pico nos anos 1970, estagnação na década de 1980 e expulsão nos anos 1990, a fronteira deixa de ser a outra direção ou caminho alternativo para os fluxos migratórios (MARTINE, 1987).

4). Os anos 1980, conforme frisado anteriormente, figuram como o ponto de inflexão no processo de urbanização do país, que passou a desacelerar. Observa-se, portanto, dois períodos: o que vai de 1950 a 1980, com o processo de urbanização rápido e intenso, e a etapa pós 1980 até 2010, com a urbanização brasileira, nordestina e cearense crescente, porém em menor ritmo.

Com relação ao Ceará, a sua taxa de crescimento da população urbana (4,67%) suplantou a do país (4,44%) desde a década de 1970 e é superior à Nordestina durante todo o período (exceção 1991 a 2000). Assim, desde os anos 1970, o Ceará se torna cada vez mais urbano, apesar de a velocidade diminuir (Figura 4) e do seu grau de urbanização ser inferior à média nacional (Tabela 2).

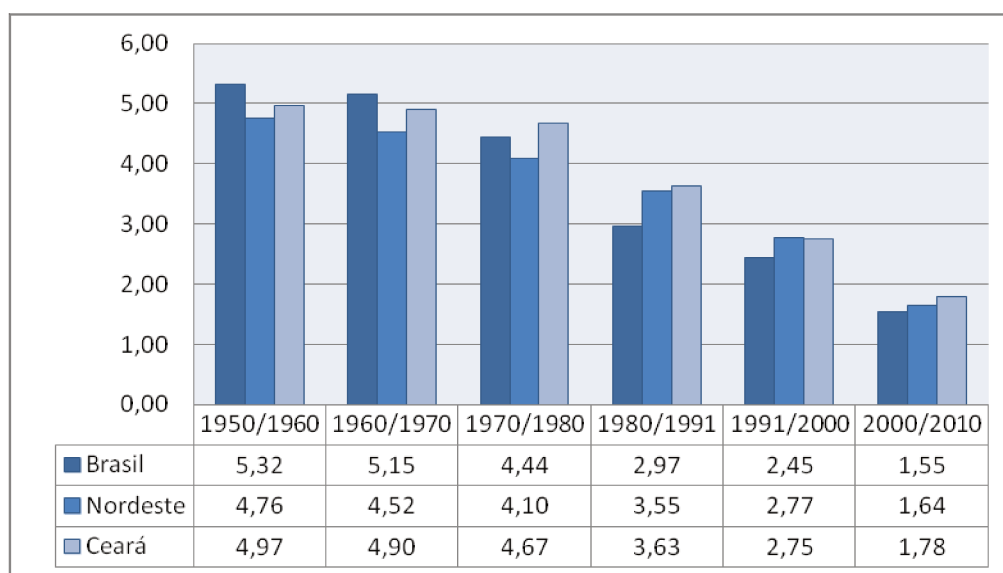


Figura 4 – Evolução da taxa média geométrica de crescimento anual da população urbana (%) – Brasil, Nordeste e Estado do Ceará – 1950-2010

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – 1950 e 1960; Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A tendência de urbanização cearense aconteceu como nos demais estados, inicialmente na sua capital, que concentra atividades político-administrativas, industriais e de serviços. Com a criação oficial da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) em 1973, instituída com outras sete, tal processo se acelerou (ARAÚJO e CARLEIAL, 2001). Desde o século XX, os fluxos migratórios do interior do estado que fugiam dos flagelos das secas, em busca da própria sobrevivência ou melhor condição de vida, se avolumaram não somente nas

regiões Norte e Sudeste, mas em direção a Fortaleza (FERREIRA, 2007; MESQUITA, 2010).

Outro ponto de destaque é que apesar da rápida urbanização brasileira, em 2010, 15% da população do país, 25% da cearense e 27% da nordestina residiam em áreas consideradas rurais (Tabela 1.2). Dedecca (2010) alerta que em termos relativos esse valor pode ser considerado baixo, mas em números absolutos não é desprezível. Assim, dado o elevado contingente populacional do Brasil, em 2010, cerca de 30 milhões de pessoas viviam no campo, desse total, quase 50% residiam no rural nordestino (14,2 milhões), contra 40%, em 1950 (13,2 milhões).

O Ceará, durante todo o período, manteve o seu contingente humano em áreas rurais em torno de 2,2 milhões de pessoas. Em 1950, o estado contribuía com 6% da população rural do país, e aumentou levemente para 7% em 2010. No Nordeste, a sua participação praticamente não se alterou, com registro de 15% em 1950 e 14,7% em 2010. Isso mostra que o quadro populacional que reside em áreas rurais no estado é significativo. Nesse sentido, vale lembrar Dedecca que afirma (2010, p. 8):

[...] qualquer estratégia de desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira continuará a requerer, nas próximas décadas, políticas públicas robustas para a população rural, seja em termos de proteção social, como de trabalho e renda. Estas políticas serão necessárias seja para melhorar as condições de vida desta população, como para atuar sobre a migração em direção às pequenas cidades, que tem sido destino privilegiado do processo de mobilidade espacial nesta década [2000].

Depois de analisarmos o ritmo de crescimento, a urbanização e a participação da população do Ceará no contingente do Brasil e do Nordeste, a próxima seção descreve sucintamente os determinantes da migração na concepção clássica, neoclássica e histórico-estrutural. O objetivo é mostrar a visão geral dos arcabouços teóricos que predominaram, durante o período de 1950 a 1980, como fatores explicativos das migrações internas. Isso porque, a partir dos anos 1980, alguns estudiosos acreditam que tais abordagens estão datadas e, sozinhas, não são capazes de explicar as causas e os motivos dos movimentos migratórios internos.

1.4. Elementos teóricos para análises das migrações

Smith (1983) foi um dos primeiros economistas clássicos a trabalhar com a perspectiva de que os maiores rendimentos nas grandes cidades comerciais e industriais europeias, ainda no século XVIII e num contexto de Revolução Industrial, atraíam migrantes: “[...] tanto o capital como a mão de obra procuram naturalmente os empregos mais vantajosos, correndo, portanto, o mais que podem para as cidades e desertando o campo” (SMITH, 1983, p.137).

Mas foi a partir das *leis de migração* de Ravenstein (1980), publicadas para o Reino Unido em 1882, que se tem o ponto de partida para uma extensa análise dos fatores determinantes das migrações. O autor aponta para a existência de um elo entre os movimentos populacionais e os deslocamentos das atividades econômicas. Assim, com o objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho e melhorarem a sua situação financeira, os migrantes sempre estão dispostos a migrarem para as regiões cujo comércio e as indústrias são mais desenvolvidos.

Apesar de Ravenstein (1980) encontrar regularidades nos movimentos migratórios da Inglaterra para vários países da Europa, quase não há consenso sobre o(s) motivo(s) ou sobre o que origina as migrações internas. O ponto comum entre as diversas correntes é que as migrações decorrem em função de desequilíbrios socioespaciais de natureza econômica, causados por diferenças salariais e abundância de mão de obra em algumas localidades e escassez em outras, sendo as migrações um fator equilibrante entre as regiões estagnadas (de expulsão) e as regiões prósperas (de atração).

Lee (1980) foi outro estudioso que se mostrou disposto a universalizar o tema das “regularidades” dos movimentos populacionais proposto por Ravenstein ao ampliar o seu estudo para os países com desenvolvimento capitalista tardio. A *teoria sobre a migração* é sustentada pela análise de fatores de expulsão (locais de origem) e de atração (locais de destino), que podem ser positivos e negativos, marcados por obstáculos intervenientes (distância) e fatores pessoais que estimulam ou postergam as migrações. Lee (1980) elabora a sua teoria dentro de um marco geral, que inclui o volume das migrações, as correntes e contracorrentes e as características dos migrantes.

De todas as observações feitas por esse autor (1980, p. 103), a principal ideia a ser extraída é que, em todas as sociedades urbano-industriais, “a decisão de migrar nunca é completamente racional, sendo que para algumas pessoas a fundamentação racional é bem inferior à irracional [...] nem todas as pessoas que migram chegam a tal decisão por si mesma”. Visão contrária à de Sjaastad (1980), que acreditava que todo ato migratório envolvia uma escolha racional por parte do indivíduo, pois “todo” migrante tem informação “perfeita” sobre o local de destino e até sobre o “provável” salário.

Dentre os teóricos da corrente neoclássica, Sjaastad (1980) é quem aborda a migração interna com um enfoque mais econômico. A decisão de migrar é sempre resultado de uma “análise individual” de custos e de retornos (monetários e não monetários). O migrante como ser “racional” somente decide migrar quando a probabilidade dos benefícios da realocização excede os custos. A migração não é entendida apenas sob a ótica da promoção do equilíbrio entre os mercados de trabalho, mas também como investimento que, apesar de gerar custos, é capaz de propiciar retornos em capital humano.

Todaro (1980) em seu modelo de migração para os países em desenvolvimento chama atenção para a necessidade de o migrante considerar não somente o diferencial salarial entre os locais de origem e de destino, mas o diferencial do valor esperado da renda entre as áreas rural e urbana, dada a probabilidade de ele ficar desempregado no setor urbano moderno. Logo, é o valor “esperado” ou o valor futuro do diferencial de renda que determina a decisão de migrar, e não o ganho imediato. A partir daí, é possível efetuar o cálculo da estimação do equilíbrio do mercado de trabalho moderno, devendo-se levar em consideração os números de migrantes rurais não absorvidos no setor moderno, assim como os custos de oportunidade.

A contribuição do modelo neoclássico de Todaro (1980), que, na verdade, representou uma modificação e extensão dos tradicionais modelos de economia dual (Lewis, 1969; Fei e Ranis, 1964), consiste em destacar a possibilidade de o migrante ficar desempregado nas áreas urbanas, indo “contra” os modelos tradicionais de Sjaastad e de Lewis, que entendiam que o indivíduo, ao migrar do setor agrícola para o industrial, imediatamente seria absorvido pelo mercado de trabalho urbano moderno, não levando em consideração a falta de experiência e o elevado número de trabalhadores desempregados e subempregados.

Lewis (1969) procurou interpretar o processo migratório a partir dos modelos de economia dual e concluiu que o mecanismo que estimulava os fluxos de trabalhadores dos setores mais arcaicos (zona rural) dos países periféricos, para os ramos de atividades ou regiões com maior desenvolvimento relativo (zona urbana), seria o diferencial entre os salários. Assim, diante da inexistência de oferta de mão de obra no setor urbano em expansão, a agricultura “arcaica” seria capaz de fornecer trabalhadores para as demandas adicionais na indústria.

Todaro (1980, p.151), ao comentar o modelo dual de Lewis, afirma: “[...] Lewis tem feito colocações de natureza, sobretudo, qualitativa, mas ainda não ofereceu um marco teórico suficientemente rigoroso para a análise do mecanismo da migração de mão de obra e do desemprego urbano”.

Para a escola neoclássica, os mercados podem atingir o equilíbrio por meio da livre mobilidade dos serviços dos fatores de produção. A livre interação entre oferta e demanda de trabalho concorre para garantir o ponto de equilíbrio. Como o trabalho é tratado como uma mercadoria qualquer, ele terá um preço que será determinado pela sua oferta e demanda, não havendo possibilidade de desemprego na sociedade. A simples variação do preço e do salário é capaz de garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho, além de diminuir o “gap” entre a região desenvolvida e a não desenvolvida. Essa última região tende a crescer para maiores taxas, o que lhe permite alcançar progressivamente a região mais desenvolvida em termos de renda per capita (CANÇADO, 1999).

Todavia, as interpretações neoclássicas baseadas na ótica do indivíduo racional e no processo migratório capaz de criar equilíbrio geral entre oferta e demanda de mão de obra, tanto na região de origem quanto no destino, levando à equalização interespaial do salário, mostraram-se insuficientes para explicar as causas e os motivos das migrações nas regiões com desenvolvimento econômico tardio, sendo questionadas e/ou negadas pelos estruturalistas. Nessas sociedades era necessário interpretar um conjunto de determinantes estruturais (industrialização tardia, mão de obra abundante, estratificação das classes sociais, herança histórica e cultural, entre outros) que contribuíram para incrementar os diferenciais de salário e de renda entre os locais de origem e de destino.

Por trás das novas formulações teóricas sobre as migrações em países subdesenvolvidos, existe a influência da corrente marxista, que foi adaptada ao contexto

Latino Americano. Peliano (1990), um dos autores que embasa os seus estudos na corrente estruturalista, critica a visão teórica neoclássica liberal e afirma que o trabalho é o ponto de partida e de chegada da sua análise:

[...] os trabalhadores estão condenados a trabalhar onde, como e quando quer o processo social de produção — em uma palavra: o capital. Quer dizer, na sociedade capitalista, as migrações representam a distribuição espacial da força de trabalho por razões econômicas e, estas são comumente ditadas pela dinâmica da produção e reprodução do capital. Desse modo, percebe-se aqui claramente, a distinção entre a corrente marxista e a corrente neoclássica, visto que aquela entende que são as dificuldades do indivíduo em encontrar trabalho e/ou vender sua força de trabalho, as razões preponderantes para que ocorra a migração, enquanto essa entende que as migrações fazem parte apenas de decisões individuais, feitas de modo consciente pelo migrante, que conhece as reais chances de ser inserido ou não no mercado de trabalho de outros países ou regiões (PELIANO, 1990, p.11).

Ademais, conforme Oliveira (2006, p. 123), “os fluxos migratórios são um dos elementos que determinam a disponibilidade de trabalho. É preciso, portanto, entender quais são os motivos que levam os indivíduos a abandonar seus lugares de origem em direção a novos sítios”.

Singer (2002), ao estudar os fluxos migratórios na América Latina, assemelha as suas interpretações às adotadas por Myrdal (1972) para a dinâmica econômica e migratória, em que as migrações internas têm origem nas desigualdades regionais. Uma das grandes críticas de Myrdal (1972) à teoria neoclássica refere-se ao argumento de que a economia vive em equilíbrio ou, se existe desequilíbrio, esse é passageiro. Para Myrdal não existe mecanismo automático ou “mão invisível” capaz de equilibrar a oferta e a demanda por trabalho e, caso o mercado funcionasse livremente, como prescrevem os neoclássicos, a tendência seria o aumento do “gap” entre as regiões, dado que os residentes nos locais mais pobres sempre tenderiam a migrar no sentido das regiões mais desenvolvidas, empobrecendo ainda mais o local de origem.

O enfoque estruturalista tem como ponto de partida a mobilidade da força de trabalho subjugada aos interesses do sistema capitalista. Os movimentos migratórios, segundo Singer (2002), não devem ser entendidos somente como o deslocamento de grupos sociais de uma região para outra, mas também como o deslocamento entre os modos de produção.

O trabalhador ao se deslocar, dependendo do país, da época, ou do contexto histórico-estrutural, encontrará diferentes modos de produção e terá que satisfazer as necessidades de acumulação do capital e/ou ao sistema vigente para ser inserido no mercado de trabalho (GAUDEMAR, 1977).

Rossini (1986) afirma:

O modo de produção capitalista exige, para sua manutenção, a existência de excedentes de trabalhadores para a viabilidade da expansão da produção. A mão de obra excedente existe no sentido de favorecer a reprodução do capital. Na realidade a migração se constitui em um movimento “necessário” ao desenvolvimento capitalista (ROSSINI, 1986, p.578).

Os fluxos migratórios são determinados num contexto de mudanças conjunturais e estruturais globais, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, em que as desigualdades regionais estimulam as migrações internas de áreas estagnadas e atrasadas para regiões prósperas e modernas. Assim, o ato de migrar de áreas rurais estagnadas em direção aos centros urbanos em processo de industrialização não envolve qualquer escolha racional, soberana, individual ou subjetiva, mas a sujeição do trabalho ao capital (SINGER, 1973; 2002).

Observa-se que, na perspectiva histórico-estruturalista, os fatores subjetivos e as características dos migrantes não são considerados como os principais determinantes da mobilidade da força de trabalho, ao assumir que os deslocamentos populacionais são determinados num contexto de transformações conjunturais e estruturais submetido ao modo de produção capitalista. É nesse contexto que as migrações na América Latina, em função do seu processo de industrialização tardia subjugado aos interesses do capitalismo, são explicadas como um fenômeno resultante das desigualdades socioespaciais e/ou desequilíbrios socioeconômicos entre as regiões.

Mas, em geral, as interpretações e/ou teorias econômicas convergem para um ponto em comum, ao elucidarem que as migrações, em qualquer época, nação ou modo de produção, frequentemente está associada ao motivo econômico: emprego e renda.

Contudo, para alguns estudiosos elencados a seguir, o enfoque histórico-estrutural que, por cerca de três décadas (1950/1980) foram utilizados para explicar os movimentos

migratórios internos, desde os anos 1980, com as mudanças experimentadas pela economia e a sociedade brasileira, sozinho não consegue justificar tais processos.

Nas palavras de Barcellos (1995, p. 306-307):

A visão evolucionista de desenvolvimento que encontramos no trabalho de Singer, de um lado, e o quadro econômico dos anos 70, marcado pela modernização agrícola e pelo êxodo rural, de outro, constituíram o suporte para a produção de conhecimento derivada da perspectiva histórico-estrutural.

Brito (2009) também relata a necessidade dos desafios teóricos no entendimento das migrações internas. Para o autor, as teorias econômicas e sociológicas que serviram para explicar o padrão migratório nacional, após os anos 1980, carece incorporar a dimensão política, como um novo paradigma para a compreensão dos movimentos migratórios recentes.

Conforme Baeninger (2011), a partir do final do século XX e primeira década do século XXI, as migrações internas estão mais complexas, com comportamento distinto do observado em décadas passadas. O entendimento das tendências recentes suscita um novo olhar, “sem abandonar a importância das transformações econômicas e suas relações com a dinâmica migratória e regional, consideram abordagens que possam ser complementares e mais voltadas para a sociologia contemporânea” (BAENINGER, 2005, p. 1).

Para tratar dessa problemática sobre a necessidade de novos aportes teóricos capazes de explicar as migrações internas, partiremos de evidências empíricas sobre as migrações interestaduais cearenses, coletadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos de 1970 a 2010. Desse modo, o Capítulo 2 averigua se, para o caso do Ceará, permanecem válidas as colocações estruturalistas no tocante aos determinantes das migrações.

1.5. Conclusão

O objetivo deste capítulo foi descrever as raízes das migrações interestaduais cearenses a partir da contextualização do processo de formação histórico-econômica do estado. O objetivo secundário foi averiguar a importância dos componentes da dinâmica

demográfica sobre o ritmo de crescimento populacional do Ceará, bem como comparar o seu processo de urbanização em relação ao do país e ao do Nordeste. Além disso, fez-se uma síntese das principais abordagens teóricas que tratam da interpretação do fenômeno migratório.

O panorama descritivo das migrações cearenses mostrou que, até os anos 1950, os maiores contingentes humanos que partiram do estado seguiram em direção à região Norte, com menor intensidade para o Sudeste. Fugidos das secas, da concentração da terra e dos desequilíbrios regionais, “os soldados da borracha” migraram em busca de oportunidades de trabalho na extração do látex, tanto no primeiro quanto no segundo ciclo da borracha.

Com relação à influência dos três componentes demográficos sobre o crescimento da população, as principais conclusões assinalam para a importância das migrações como variável chave responsável pelas perdas líquidas populacionais do Ceará, apesar do seu expressivo crescimento vegetativo.

No tocante ao processo de urbanização, os achados mostraram que, em todo o período em análise, o Ceará figurou com grau de urbanização abaixo da média nacional e, desde os anos 1970, suplanta a média do Nordeste. Assim, até 1970, a população residente no estado concentrava-se em áreas rurais, e a partir de 1980 passou a ser maioria em localidades urbanas. Apesar da expansão urbana, em 2010, o quadro humano em áreas rurais é relevante, girando em torno de 2,1 milhões de pessoas, representando 25% da população cearense, enquanto a média do país é de 15%, revelando, no tempo e espaço (PATARRA, 2003a), defasagem desse processo no estado.

Quanto à explicação dos determinantes dos movimentos migratórios internos, pesquisadores como Barcellos (1995), Brito (2009) e Baeninger (2011) apontam para o desafio do entendimento desse processo, que a partir dos anos 1980 suscita novas abordagens teórico-explicativas, sendo necessário reavaliar alguns paradigmas através da incorporação da dimensão política (BRITO, 2009) e da sociologia contemporânea (BAENINGER, 2005).

A partir disso, o próximo capítulo procura responder às seguintes indagações: o arcabouço teórico histórico-estrutural ainda explica as migrações interestaduais cearenses? Permanece a relação entre dinâmica econômica e migração, com os fluxos populacionais se

dirigindo preferencialmente em busca de oportunidades econômicas/trabalho nas regiões mais desenvolvidas? Causas macroestruturais justificam as migrações e sobrepõem-se aos fatores microssociais? As recentes mudanças no quadro político, econômico e social vivenciados pelo Brasil e o Ceará tiveram reflexos sobre o volume e direção das migrações estaduais?

CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO DAS MIGRAÇÕES INTERESTADUAIS CEARENSES ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E DE 2000

2.1. Introdução

O objetivo principal deste capítulo é analisar a evolução das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010. Procura-se traçar as principais tendências e inflexões em termos de volume e direção dos fluxos, tendo como pano de fundo a reconstrução das etapas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, do Nordeste e, em especial, do estado do Ceará.

O problema a ser investigado se justifica por dois motivos: i) magnitude do fenômeno migratório e ii) poucos estudos se debruçaram sobre a análise dessa questão. De acordo com as informações do Censo Demográfico 2010, em 01/08/2010, a população total do Ceará era de 8.448.055 milhões de habitantes, com 18% (1.491.976 milhões) dos seus naturais residindo em outro estado.

De maneira concomitante, a partir dos resultados empíricos, averigua-se se as abordagens teóricas adotadas na análise das migrações internas, notadamente no período de 1950 a 1980, ainda explicam as causas e os motivos das migrações cearenses. O pressuposto básico deste capítulo é que o arcabouço histórico-estrutural apresenta elementos teóricos capazes de justificar os recentes movimentos migratórios do e para o Ceará, que permaneceram se dirigindo no sentido do crescimento econômico.

Nesse sentido, a migração será interpretada como um fenômeno social, vinculado a processos históricos e alimentado pela desigualdade econômica entre as regiões (SINGER, 1973; BALÁN, 1974). Direção e tipos migratórios serão compreendidos à luz de uma perspectiva histórica — relacionada com os desdobramentos de processos anteriores (PATARRA, 2003a).

Para o alcance dos objetivos propostos, a categoria de análise refere-se ao migrante de última etapa, com menos de 10 anos de residência na Unidade da Federação. O recorte temporal abrange o período de 1960 a 2010. A opção por esse intervalo é devido à possibilidade da análise comparativa a partir da combinação do quesito sobre o tempo de

residência na UF e o lugar (UF) de última residência, disponível a partir do Censo Demográfico de 1970, permitindo uma visão histórica do processo migratório cearense.

O presente capítulo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. A segunda parte descreve a fonte de dados, os procedimentos metodológicos e as definições adotadas. A terceira seção reconstrói o panorama das migrações interestaduais cearenses a partir da análise evolutiva das entradas e saídas. Pretende-se captar as principais alterações em termos de volume e direção dos trajetos migratórios. A quarta parte traça o balanço de perda e/ou ganho populacional do Ceará a partir da análise decenal das trocas migratórias. Na última seção, fazem-se as conclusões do capítulo, sumariando as principais rupturas e tendências no quadro migratório do e para o Ceará no período de 1960 a 2010.

2.2. Material, método e conceitos

Os microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 são a principal fonte de informação, uma vez que o estudo da migração de última etapa somente é possível a partir desses cinco levantamentos. Nesse aspecto, a matriz migratória de origem e de destino foi calculada através do cruzamento entre *o tempo de residência na UF há menos de dez anos e o lugar (UF) de última residência*. Com isso, é possível captar o último movimento do indivíduo dentro do período intercensitário de 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010.

É preciso destacar que o quesito sobre o *local de residência anterior* refere-se apenas à última etapa migratória dentro do decênio, ou seja, estima as trocas migratórias líquidas e não representa o ganho líquido de população. Somente com o quesito sobre *o local de residência exatamente cinco anos antes*, resultante do processo migratório entre duas datas fixas, tem-se a possibilidade do cálculo do saldo migratório, que mede a participação das migrações no crescimento populacional do período (CARVALHO e RIGOTTI, 1998). A opção pelo quesito de última etapa é devido ao objetivo deste capítulo, que trata da “reconstrução” do fenômeno migratório interestadual cearense no período de 1960 a 2010, e o quesito de data fixa foi aplicado pela primeira vez a partir do Censo Demográfico de 1991.

A diferença entre imigrantes e emigrantes, definida como troca migratória líquida, chamamos de saldo migratório. Esse procedimento foi adotado por Brito, Garcia e Souza (2004), que reconhecem as limitações do mesmo, porém, ratificam sobre a possibilidade do uso das categorias de migrantes de última etapa, em que as trocas migratórias líquidas são aproximação dos saldos migratórios.

Não estão sendo desconsideradas as limitações dessa escolha, mas como seria importante trabalhar com um período maior para se observar as mudanças ocorridas, as trocas líquidas serão meramente uma “proxy” dos verdadeiros saldos migratórios encontrados com os dados de data fixa. (BRITO, GARCIA e SOUZA, 2004, p.2).

Buscando especificar e aprimorar o conhecimento sobre a dinâmica migratória cearense, outro recurso metodológico adotado foi o cálculo da Taxa de Imigração Líquida (TIL), Taxa de Emigração Líquida (TEL) e Taxa de Migração Líquida (TML). Esse último indicador é calculado a partir da razão entre o saldo migratório¹⁴ (SM) e a população observada no final do período (P_n). Segundo Carvalho e Rigotti (1998, p.9): a TML “será a proporção da população observada no segundo censo resultante do processo migratório, quando a taxa for positiva, e a proporção em que a população seria acrescida na ausência de migração, se negativa”.

$$TML = \frac{SM}{P_n} * 100$$

Por sua vez, definimos Taxa de Imigração Líquida (TIL), a relação entre o total de imigrantes no decênio (última etapa) e a população observada no final do período (P_n).

$$TIL = \frac{I}{P_n} * 100$$

De maneira análoga, a Taxa de Emigração Líquida (TEL) corresponde ao quociente entre o total de emigrantes no decênio (última etapa) e a população observada no final do período (P_n).

¹⁴ Vale frisar que neste Capítulo adotamos as trocas líquidas migratórias como proxy dos saldos migratórios.

$$TEL = \frac{E}{P_n} * 100$$

Por último, apresentamos a definição de migrante de última etapa adotada neste Capítulo.

Imigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado do Ceará, mas há menos de dez anos morava em outra Unidade da Federação.

Emigrante interestadual – indivíduo (natural ou não natural) que na data de referência do Censo Demográfico residia em outra Unidade da Federação, mas há menos de dez anos morava no estado do Ceará.

Trocas migratórias – representa a diferença entre o total de imigrantes e de emigrantes de última etapa

A próxima seção reconstrói em decênios as tendências das migrações interestaduais do e para o Ceará a partir das etapas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, Nordeste e, notadamente, do estado em questão. A interpretação dos condicionantes do processo migratório é feita a partir da abordagem histórico-estrutural, segundo a qual a migração constitui elemento da desigualdade regional decorrente da expansão do capitalismo (SINGER, 1973).

2.3. Panorama das migrações interestaduais no Estado do Ceará – 1960 a 2010

Nesta seção, adotamos o procedimento metodológico usado por Patarra (2003a), que analisou no tempo e espaço, a relação entre migração e transformações estruturais da sociedade brasileira, em especial, a relação entre distribuição espacial das atividades econômicas e mobilidade espacial da população.

Segundo a supracitada autora (2003a, p.4): “[...] o recurso metodológico da periodização é fundamental; trata-se de explorar relações temporais e eventuais defasagens entre mudanças econômico-sociais e a distribuição da população pelo território”.

2.3.1. Anos 1960: a marcha para o Maranhão

Marcadas por diferenças regionais ou pelos “diferentes brasis”, com o Sul e o Sudeste desenvolvidos, as migrações figuram como alternativa ou alento para aqueles que querem melhorar de vida ou apenas sobreviver. Devido à inquietude e à vontade de superar os desafios impostos, inicialmente, pelas estiagens e, em seguida, pelos desequilíbrios regionais, a força de trabalho cearense migrou, seja para estados vizinhos ou regiões distantes.

Segundo Souza (2006, p. 1), as manchetes na imprensa, no ano de 1964, comumente atribuem o êxodo rural e as migrações cearenses a fatores climáticos, quando, na verdade, “[...] o discurso da seca e êxodo oculta outra causa da expulsão: o latifúndio, a concentração fundiária”.

Nas palavras de Ferreira (2007, p.57):

O importante a destacarmos é que ao invés de assumir a necessidade de uma efetiva intervenção na estrutura agrária da região que a tornasse menos vulnerável ao fenômeno climático, assim como, menos exploradora da força de trabalho campesina, pela dominação latifundiária, os respectivos governos locais, muitas vezes associados ao governo nacional, optaram pela saída mais cômoda, política e economicamente, que eram as transferências de populações para outras áreas do país nos momentos de maior agudização das condições miseráveis de vida de nordestinos e de cearenses, em particular.

Para Singer (1973), os grupos de migrantes são estimulados por dois fatores (expulsão e atração), que podem atuar de forma isolada ou em conjunto. No caso dos fatores de expulsão, a razão das migrações está na origem: por causas econômicas ocorre a expulsão do migrante do rural moderno ou do rural estagnado para o urbano em expansão. O segundo fator é o de atração, e está no destino, em alguns polos de expansão do capitalismo que aglomeram a atividade industrial e orientam os fluxos migratórios.

Paralelamente à atrofia da economia cearense, existia atratividade em outros destinos, estimulando as saídas, dada a possibilidade de inserção no mercado de trabalho em áreas prósperas. Conforme Martine e Camargo (1984), durante os anos 1960, forças centrífugas atraíram migrantes para áreas de expansão de fronteiras agrícolas, e forças centrípetas motivaram a migração do rural para o urbano industrializado no Sudeste,

especialmente em direção à Região Metropolitana de São Paulo (MARTINE e CAMARGO, 1984).

Em resumo, não somente as intempéries das secas, mas fatores associados ao elevado crescimento natural, desequilíbrio econômico entre as regiões (FURTADO, 1986), grande propriedade rural, baixo rendimento, desemprego (PARENTE, 1964) e escassez de infraestrutura básica na origem estão no bojo do processo que, comumente, qualifica o cearense como ‘migrante’ (FERREIRA, 2007).

Do ponto de vista migratório, as principais transformações no volume e direção das migrações interestaduais cearenses no período de 1960 a 2010 podem ser observadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Volume dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões e UFs de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Regiões e Estados	1960/1970		1970/1980		1981/1991		1990/2000		2000/2010	
	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.
RO	583	2.528	634	3.609	4.077	10.441	4.599	5.053	2.278	2.791
AC	984	1.728	444	1.310	812	1.321	1.345	1.135	653	971
AM	1.900	4.486	2.844	7.961	7.270	11.795	7.940	8.687	5.097	7.442
RR	192	298	114	1.863	1.018	5.192	1.609	3.052	1.239	2.353
PA	3.658	20.145	6.402	33.276	19.244	31.142	18.510	19.908	12.603	14.498
AP	210	327	323	526	1.195	1.136	1.311	1.895	1.329	1.384
TO	–	–	–	–	1.216	5.141	1.351	4.364	1.687	2.917
NORTE	7.526	29.512	10.760	48.545	34.831	66.166	36.665	44.094	24.887	32.356
MA	11.193	69.140	14.168	31.192	20.391	22.032	20.183	14.895	12.745	11.747
PI	19.044	31.367	17.344	21.878	23.204	25.098	25.755	19.547	16.914	15.392
RN	28.002	8.121	14.410	14.874	18.162	17.390	16.454	16.767	12.965	16.357
PB	39.882	6.219	15.895	8.995	15.005	10.807	11.448	10.411	9.896	9.815
PE	22.722	28.859	18.601	22.693	23.264	25.455	26.121	19.483	21.064	19.283
AL	6.948	1.135	2.823	2.264	3.639	2.176	3.801	2.000	2.971	2.699
SE	338	377	587	1.469	1.051	2.452	1.308	1.738	848	1.260
BA	2.771	9.949	6.287	21.915	13.741	16.871	13.669	13.598	11.231	13.795
NORDESTE	130.901	155.169	90.114	125.280	118.459	122.282	118.739	98.439	88.634	90.349
MG	1.355	2.733	2.118	5.021	4.238	8.894	6.753	11.264	5.753	16.149
ES	245	488	353	1.927	1.548	2.834	1.284	2.404	931	2.138
RJ	5.229	43.233	12.098	61.042	33.774	49.653	37.485	60.938	26.098	53.975
SP	6.282	47.698	22.745	155.672	74.999	170.722	107.706	163.809	74.683	125.030
SUDESTE	13.111	94.152	37.315	223.662	114.560	232.103	153.228	238.415	107.466	197.293
PR	2.191	15.316	2.730	3.660	2.135	3.033	3.179	3.850	3.301	4.421
SC	254	100	305	508	609	1.289	1.511	2.739	1.708	5.387
RS	483	339	853	1.381	1.670	2.422	3.837	4.371	2.952	4.196
SUL	2.928	15.755	3.888	5.549	4.414	6.744	8.527	10.960	7.961	14.004
MS	–	–	967	3.649	1.552	3.852	1.634	2.374	897	2.165
MT	519	8.053	394	2.034	1.922	4.891	2.205	3.660	1.461	3.668
GO	483	11.168	2.038	14.169	3.707	13.925	5.326	16.417	4.874	14.278
DF	801	31.213	4.957	41.895	13.947	32.391	17.281	23.794	11.973	19.843
C.OESTE	1.803	50.434	8.356	61.746	21.128	55.060	26.446	46.245	19.205	39.954
CEARÁ	156.269	345.021	150.434	464.781	293.392	482.355	343.605	438.153	248.153	373.957

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota (1): Para efeito de comparação, entre 1960/1970 e 1970/1980, Fernando de Noronha foi somado a Pernambuco e Guanabara, incorporado ao Rio de Janeiro, entre 1960/1970.

Nota (2): No total de imigrantes são excluídos os nascidos no exterior e sem declaração de Unidade da Federação de residência anterior.

A análise no tempo e espaço mostra que, no período 1960/1970, entraram no estado do Ceará 156.269 imigrantes, contra uma saída de 345.021 emigrantes (Tabela 3). Em termos de distribuição espacial, destacou-se o fluxo procedente do Nordeste, com 130.901

pessoas ou 83,77% do total da imigração, apontando para a importância do movimento migratório de curta distância. As regiões Sudeste (8,39% ou 13.111 pessoas), Norte (4,82% ou 7.526 pessoas), Sul (1,87% ou 2.928 pessoas) e Centro Oeste (1,15% ou 1.803 pessoas) apresentaram pequena participação. Com respeito às saídas, o Nordeste também se destacou ao receber 155.169 pessoas ou 44,97% do total de emigrantes, superando a participação do Sudeste, que atraiu 94.152 (27,29%) indivíduos. No caso das demais regiões, as mesmas tiveram contribuição modesta, representando 28% das saídas (Figura 5 e Tabela 3).

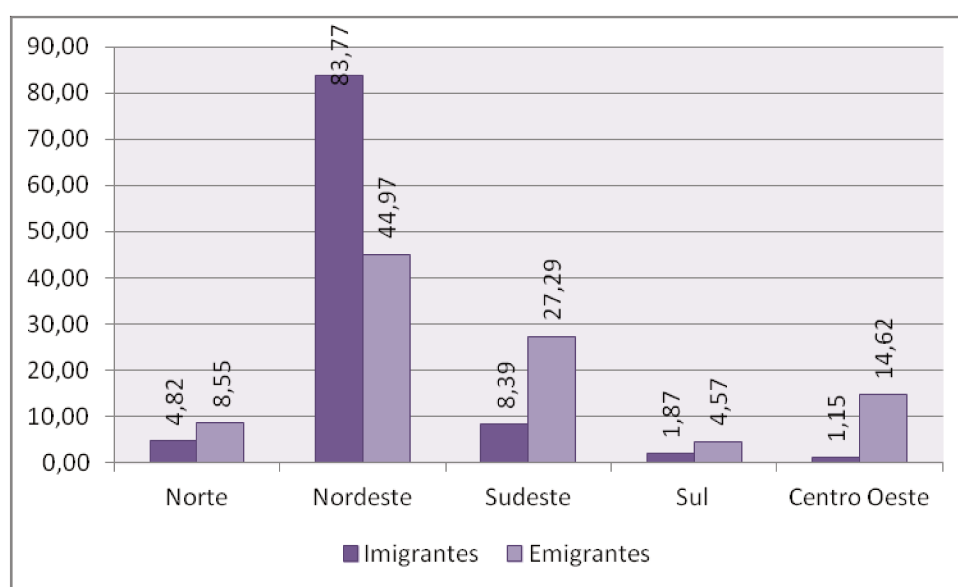


Figura 5 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – 1960/1970 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

No tocante aos estados, a Paraíba (39.882 pessoas ou 25,52%), o Rio Grande do Norte (28.002 pessoas ou 17,92%) e Pernambuco (22.722 pessoas ou 14,54%) representaram mais da metade das imigrações. Nessa época, o estado de São Paulo (4,02%) e do Rio de Janeiro (3,35%) não se destacavam como os principais locais de origem. Quanto às emigrações, Maranhão (20,04%), São Paulo (13,82%), Rio de Janeiro (12,53%), Piauí (9,09%) e Distrito Federal (9,05%) constituíram os principais destinos (Figura 6 e Tabela 3).

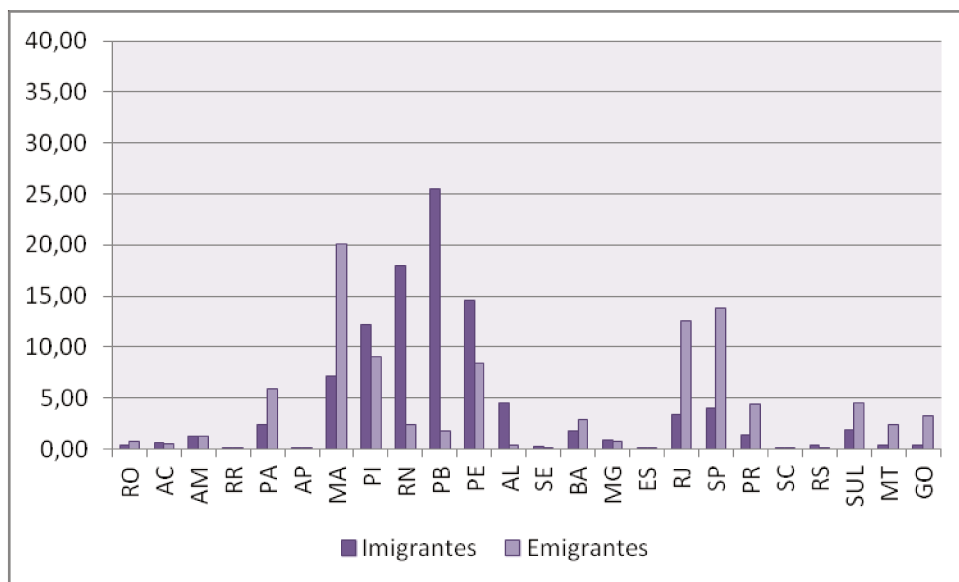


Figura 6 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográficos de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

A atratividade do Maranhão (69.140 pessoas ou 20,04%), superando o estado de São Paulo (47.698 pessoas ou 13,82%) e do Rio de Janeiro (43.233 pessoas ou 12,53%) como principal local de “refúgio” das emigrações cearenses, tem raízes históricas. Iniciou-se com a seca de 1844 a 1846 e se intensificou durante as primeiras estiagens do século XX (secas de 1915 e de 1932). Entre as décadas de 1940 e 1960, época em que o Ceará foi castigado por secas e marcado pela concentração de latifúndios, os retirantes migraram em busca de terras férteis no Maranhão, onde as estiagens foram menos intensas (ROSADO, 1981; TROVÃO, 2008; BARBOSA, 2008).

Conforme Moura (1980, p. 1.039):

O papel que o Maranhão representou como principal Estado nordestino receptor de população deve estar ligado ao fato de constituir uma área úmida vizinha a regiões semiáridas [...] Admiti-se, geralmente, que o elevado crescimento observado no saldo de naturais de outros Estados do Nordeste presentes no Maranhão seja, em grande medida, resultante das secas (1950/1952 e 1958) que, naquele decênio, afetaram de forma generalizada a zona semiárida do Nordeste, particularmente os Estados do Ceará e do Piauí.

No caso do Sudeste, a explicação para os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro figurarem como o segundo e o terceiro destino, está atrelada à intensificação da atividade

econômica nessas áreas a partir do segundo quinquênio dos anos 1950 (MOURA, 1980; REGO e MARQUES, 2006). Ao criar um grande polo industrial, do qual se esperava a propagação pelas demais áreas do país, aprofundaram-se os desequilíbrios regionais (AFONSO e SILVA, 1995). Tal estratégia culminou, entre 1950 e 1980, com a transferência massiva de população do meio rural para o urbano-industrializado e/ou de regiões atrasadas economicamente para áreas prósperas (MARTINE, 1994).

Com relação à emigração para o Distrito Federal, esse fluxo tem a ver com a construção da Capital Federal do país e da rodovia Belém-Brasília, além da melhoria do sistema viário e de comunicação a partir dos anos 1950 (MOURA, 1980; MARTINE e CAMARGO, 1984; MOREIRA, 1987). O estudo de Souza (2006) sobre as migrações cearenses nos anos 1950 e 1960 destaca que:

[...] a SUDENE indica a presença de migrantes [cearenses] em Brasília, desde a década de 1950, o que confirma a persistência de intensa emigração das áreas rurais. “A construção de Brasília, no final da década de 50, e a aberta estrada Belém-Brasília e da Transamazônica, posteriormente, atraíram muitos emigrantes em busca de melhor condição de vida” (SOUZA, 2006, p. 3).

Em resumo, entre 1960/1970, os retirantes cearenses, fugidos da seca e do desemprego, se “espalharam” por diversos pontos do Brasil, praticando, ao mesmo tempo, a migração de curta e de longa distância. Nesse processo, destacou-se o volume de pessoas que partiram em direção ao Maranhão, seguido do fluxo que migrou em busca de emprego no Sudeste urbano e industrializado e na recém-criada capital do país.

2.3.2. Anos 1970: rumo ao Sudeste

A região Sudeste, ocupando apenas 11% do território nacional detinha 81% da atividade industrial do Brasil em 1970 e, o estado de São Paulo, sozinho, era responsável por 58% dessa produção (CANO, 1997). Com relação à economia Nordeste, entre 1970 e 1979, o PIB da região “[...] expandiu-se a uma taxa de 9,4%, apoiado pelo ‘milagre’ econômico e pela expansão que ficou conhecida por ‘marcha forçada’ (II PND), na segunda metade da referida década” (GUIMARÃES NETO, p. 153, 2004).

Apesar do “sucesso relativo” da tentativa de desconcentração da indústria em direção à periferia nacional, contraditoriamente, ao longo da década de 1970, cinco milhões de indivíduos saíram do Nordeste rural. Segundo Camarano e Abramovay (1999, p. 10):

No caso do Nordeste, [...] essa nova leva de 5 milhões de migrantes pode estar influenciada por um certo nível de pecuarização, mas relaciona-se antes de tudo com a expulsão generalizada de ‘moradores’ dos engenhos e com as oportunidades ainda maiores de migrações inter-regionais, voltadas para trabalhos assalariados de baixa qualificação durante a época do milagre econômico.

Nesse contexto, a crítica que se faz ao modelo de integração produtiva do Nordeste ao restante do país é que durante as décadas de 1960 e 1970, auges do crescimento nacional e da região, esse modelo não foi capaz de atenuar as disparidades de renda, pobreza e exclusão social. Assim, as migrações atuaram como parte do processo histórico de acumulação de capital, que contribuiu para incrementar os diferenciais de renda entre as áreas de origem e de destino.

Quanto à economia cearense, entre as décadas de 1960 e 1970, precisamente no período da Ditadura Militar (1964-1985), a atividade industrial se desenvolveu, porém, atrelada ao setor primário e localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). A produção estadual concentrou-se em torno de indústrias tradicionais, como a têxtil, calçadista e alimentícia, beneficiadas pela matéria-prima local (LIMA e LIMA, 2008).

Apesar de essas atividades serem intensivas em mão de obra, a falta de infraestrutura local e de uma política estadual de industrialização, “emperrava” o desenvolvimento do estado (PONTES, CAMBOTA e BIDERMAN, 2011). A permanência da disparidade regional e a possibilidade de trabalho e melhores salários alimentaram as migrações interestaduais.

O intenso e rápido processo de industrialização, concentrado no Sudeste, ocasionou elevado fluxo de migrantes procedentes da região Nordeste e de Minas Gerais em direção àquela área (BRITO, 2000). Esses dois processos: industrialização e migração — intensificaram a urbanização e o aumento das desigualdades regionais.

Nesse contexto, a partir dos anos 1960 e 1970, contingentes volumosos de cearenses se dirigiram preferencialmente para o estado de São Paulo e do Rio de Janeiro (Tabela 3)

— eixos do desenvolvimento do país — ao concentrar a indústria e criar maiores oportunidades de trabalho.

Diante dessa conjuntura, a década de 1970 acirrou as perdas líquidas populacionais do Ceará. Ao considerar todo o período em estudo, o decênio 1970/1980 foi o de maior evasão migratória em sua história. Conforme a Tabela 3, no referido intervalo, entrou um contingente de 150.434 pessoas, ao passo que saíram 464.781 indivíduos, com saldo negativo de 314.347 migrantes (Tabela 6).

Considerando as Grandes Regiões, o fluxo de origem permaneceu de curta distância, com cerca de 60% (90.114 pessoas) procedentes do Nordeste, apesar da participação relativa da mesma diminuir a cada década. Por sua vez, o Sudeste passou de uma contribuição de 8,39% (13.111 pessoas), entre 1960 e 1970, para 24,80% (37.115 pessoas), no período de 1970 a 1980. No caso das saídas, o destino migratório se alterou, com o maior contingente de emigrantes se dirigindo para a região Sudeste (223.662 pessoas ou 48,12%), que desde então se tornou a principal porta de entrada. O Nordeste, que no decênio anterior ocupou o primeiro posto, figurou em segundo lugar ao atrair 125.280 pessoas ou 26,95% do total do fluxo. As regiões Centro Oeste (13,28%), Norte (10,44%) e Sul (1,19%) permaneceram com baixa atratividade (Figura 7).

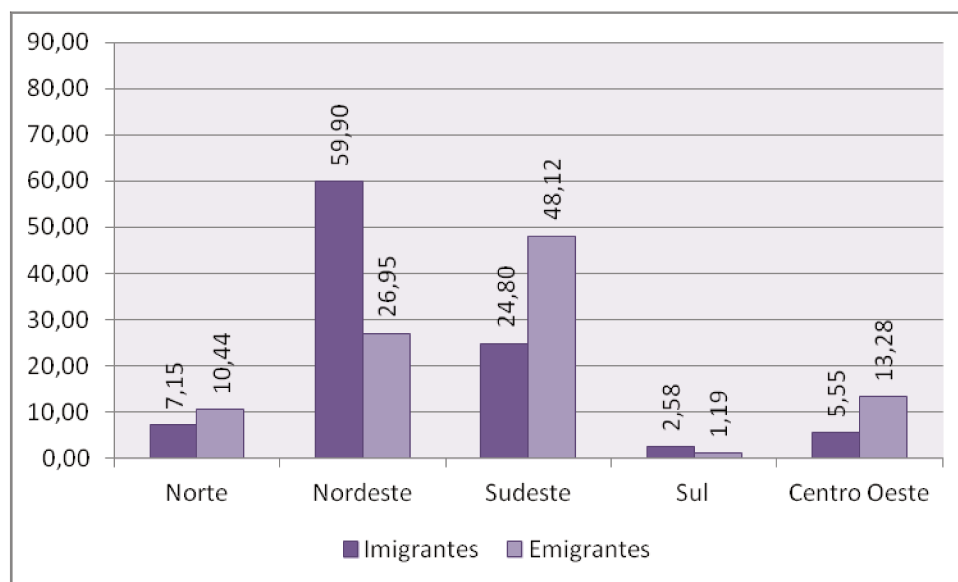


Figura 7 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – 1970/1980 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográficos de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Esse resultado denota mudanças nos trajetos das migrações cearenses, predominando, a partir de então, os fluxos de longa distância, direcionados no sentido do desenvolvimento urbano-industrial, concentrados no Sudeste, em especial, no estado de São Paulo.

Em termos de Unidade da Federação, houve mudanças. O estado de São Paulo tornou-se, ao mesmo tempo, o principal local de origem (15,12% ou 22.745 pessoas) e de destino (33,49% ou 155.672 indivíduos) dos fluxos que chegaram e partiram do Ceará, tendência que se mantém até o último Censo Demográfico (2010). A partir dessa dinâmica, surge a seguinte pergunta: havia migração de retorno, em especial do estado de São Paulo, para o Ceará nos anos 1970? A resposta encontra-se no Capítulo 3, que trata desse fluxo.

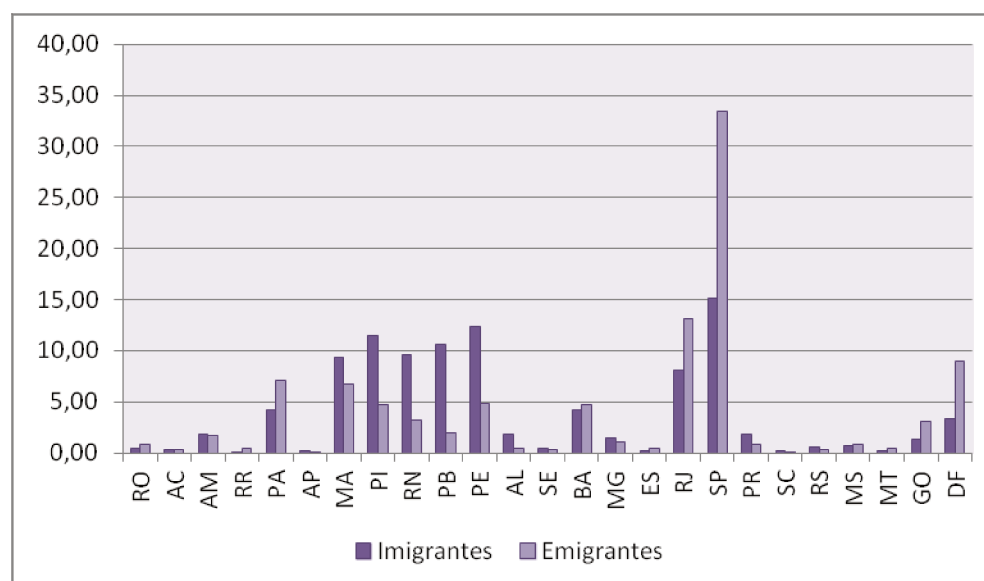


Figura 8 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1970/1980 (última etapa).

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1980. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Apesar de menos distante do que São Paulo, o Rio de Janeiro se posicionou como o segundo local de recepção, ao atrair 13,13% (61.042 pessoas) do fluxo no período 1970/1980, contra 12,53% (43.233 pessoas) no decênio anterior. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro se consolidavam como áreas prioritárias de destino, o Maranhão (de 20,04% para 6,71%), Piauí (de 9,09% para 4,71%) e Pernambuco (de 8,36% para 4,88%)

diminuíram a sua contribuição relativa entre as décadas de 1960 e 1970 (Tabela A.1 no anexo e Figuras 7 e 8).

Ainda que pouco volumosa, vale destacar que a emigração para o Paraná diminuiu o ímpeto e passou de 15.316 (4,44%) pessoas, entre 1960 e 1970, para 3.660 migrantes (0,79%) no período de 1970 a 1980 (Tabela 3), sinalizando para o fim de sua fronteira agrícola, que seguiu em direção ao Centro Oeste e à Amazônia (MARTINE, 1994).

Em síntese, em dez anos intensificaram-se as migrações de longa distância, com São Paulo e Rio de Janeiro despontando como principais áreas de destino. De um lado, a concentração da atividade econômica nos grandes centros urbanos do Sudeste, em especial nos supracitados estados, e, do outro lado, o baixo dinamismo da economia cearense, incapaz de gerar oportunidades de trabalho e manter a população no estado, foram elementos que contribuíram para a expulsão e alteração nos eixos dos movimentos migratórios, predominando, desde os anos 1970, a trajetória Ceará→Sudeste (São Paulo) e Sudeste (São Paulo)→Ceará.

2.3.3. Anos 1980: início do descenso das perdas líquidas populacionais

Com cenário distinto do observado entre 1950 e 1980, caracterizado por intenso crescimento econômico, os anos 1980 representam a fase de inflexão dessa dinâmica. A década de 1980 foi marcada pela crise econômica, elevado processo inflacionário e taxa de desemprego crescente (QUEIROZ, 2003), ocasionando alterações na reconfiguração do espaço econômico e redistribuição espacial da população brasileira (DINIZ, 1995; PACHECO e PATARRA, 1997; FERREIRA e LEMOS, 2000).

Nesse contexto, os anos 1980 são considerados pelos estudiosos de população como a década de ruptura nas tendências demográficas do país, em especial na dinâmica migratória (PACHECO e PATARRA, 1997; MARTINE, 1997). As principais mudanças apontaram para a diversificação das rotas migratórias, intensificação dos movimentos migratórios de curta distância — dentro das regiões e dos próprios estados — fluxos urbano-urbano, deslocamentos pendulares e sazonais, retorno e refluxos (PACHECO e PATARRA, 1997; MATOS, 2002).

Quanto ao Ceará, o ano de 1987 é considerado por alguns estudiosos da dinâmica econômica regional como o início de uma “nova” concepção na administração da máquina estatal. O recém-eleito governador elegeu como meta principal promover o desenvolvimento econômico do estado (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

O ajuste nas finanças públicas do estado foi definido como o primeiro e mais importante passo para o alcance do desenvolvimento. O Governo partia do pressuposto de que somente com a reforma fiscal seria possível obter recursos para aumentar os investimentos nas áreas sociais e de infraestrutura básica (sistema de transporte: malha rodoviária, portuária, aeroporto, energia, saneamento básico, recursos hídricos etc.), sendo possível atrair novos investimentos (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999).

Outra característica marcante foi a política de incentivos fiscais e/ou “guerra fiscal”. O programa de atração de investimentos para o Ceará almejava diversificar a economia e, ao mesmo tempo, atrair indústrias. Para tanto, a partir do final dos anos 1980, foi criado o Programa de Promoção e Atração de Investimentos, que englobava programas estaduais e federais. Os programas estaduais mais importantes foram: o Programa de Incentivo ao Financiamento de Empresas (PROVIN), que concedia os maiores benefícios fiscais para as indústrias que se localizam no interior do estado¹⁵, e o Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), que procurava ampliar a capacidade industrial do estado através de diversos incentivos (subsídios, redução do ICMS etc.) (SILVA FILHO, 2008). Tais medidas permitiram atrair significativos empreendimentos, destacando-se os investimentos na indústria calçadista e têxtil (QUEIROZ e COSTA JÚNIOR, 2008).

Diante dessa conjuntura, a partir dos anos 1980, o ritmo de crescimento da economia cearense seguiu na contramão da observada no país. O PIB do Ceará, no intervalo de 1980 a 1990, conhecido na literatura econômica como a “década perdida”,

¹⁵ Os dados analisados por Vasconcelos, Almeida e Silva (1999) mostraram que, em 1997, cerca de 65,2% das indústrias estavam localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. Mas, conforme os referidos autores (1999, p. 12): “[...] a tendência de interiorização do processo de industrialização deve-se acentuar em futuro próximo [...]”. No entanto, Silva Filho (2008) mostra que a política de industrialização do Ceará, via incentivos fiscais concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), de um lado, foi eficiente ao atrair indústrias (passou de 4.743 unidades industriais, em 1996, para 7.955 estabelecimentos, em 2006) e, do outro, foi ineficiente, pois os investimentos concentraram-se, ainda mais, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), que aumentou a sua participação de 71,1%, em 1995, para 76,6%, em 2005, acentuando as disparidades dentro do próprio estado.

cresceu três vezes mais (4,04%) em relação ao do Brasil (1,21%) (QUEIROZ, 2003), com reflexo sobre a diminuição nas perdas líquidas populacionais do estado (Tabela 3).

Segundo Cunha (1998, p. 1):

[...] não há como negar que fatores estruturais como a falta de emprego, precarização das relações de trabalho, subemprego, déficit habitacional, pobreza, entre outros, seriam os que, ao fim e ao cabo, acabariam por desestimular a permanência dos migrantes nos grandes centros.

Assim, conforme a Tabela 3, depois de duas décadas de intensa evasão migratória (anos 1960 e 1970), as perdas se arrefecem ao longo da década de 1980. Entre 1970/1980 e 1981/1991, o volume de emigrantes aumentou ligeiramente de 464.786 pessoas para 482.355 indivíduos, enquanto o contingente de imigrantes praticamente duplicou, de 150.434 pessoas para 293.392 mil, com o saldo migratório negativo baixando de 314.347 migrantes para 188.963 mil (Tabela 6).

Em relação à procedência, mais novidade. O Sudeste (39,05%) enviou quase a mesma proporção de migrantes do Nordeste (40,38%), tradicional área de origem. As demais regiões aumentaram a sua contribuição de 15,29%, entre 1970 e 1980, para 20,58%, no período de 1981 a 1991. No que tange às emigrações, os anos 1980 ratificam a tendência vislumbrada na década de 1970, com o Sudeste (48,12%) mantendo-se como principal porta de entrada. Por sua vez, o Nordeste que, entre 1960 e 1970, foi responsável por 44,97% das saídas, no período de 1981 a 1991, permaneceu em segundo lugar, mas com participação de 25,35% (Figura 9).

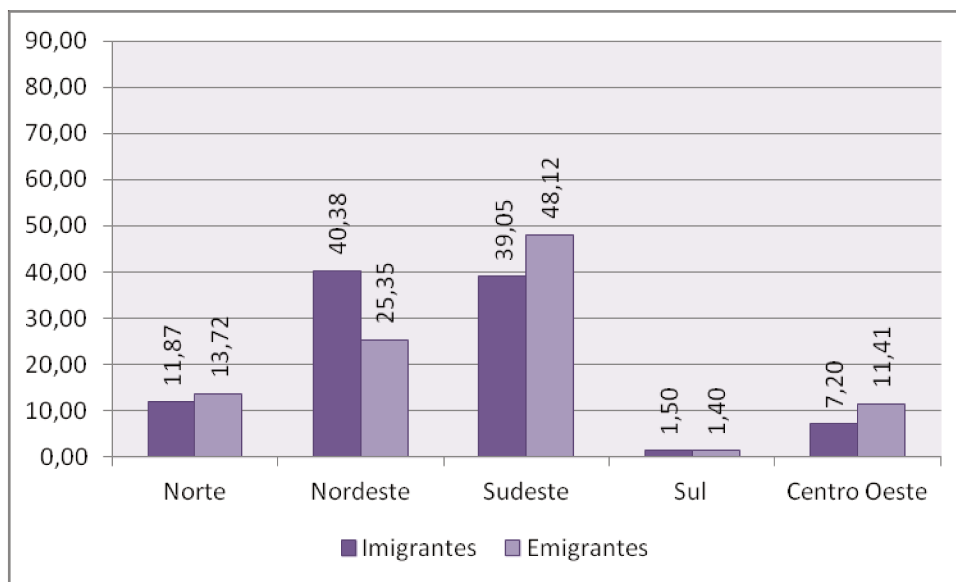


Figura 9 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 1981/1991 (última etapa)
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Essa dinâmica representa o refluxo das saídas: do lugar para onde se dirigiu o maior contingente de emigrantes também procede o maior número de imigrantes (Tabela 3). Durante a década de 1970, com o crescimento econômico do Sudeste e oportunidades de trabalho e renda, essa região atraiu mais migrantes, mas, a partir da crise econômica dos anos 1980, passou a enviar mais pessoas, num movimento de refluxo marcado por constantes idas e vindas, conforme será observado no Capítulo 3, a partir da migração de retorno de curto prazo¹⁶.

Em nível estadual, São Paulo (25,56%), Rio de Janeiro (11,51%), Pernambuco (7,93%), Piauí (7,91%) e Maranhão (6,95%) mantiveram-se como principais áreas de origem. Em termos de destino, 35,39% do fluxo direcionaram-se para o estado de São Paulo e 10,29% para o Rio de Janeiro. No Nordeste, o Piauí (5,2%) e o Maranhão (4,57%) continuaram atraindo os principais fluxos, decorrência do elevado número de migrantes que se dirigiu para esses estados até os anos 1960 (Figura 10).

¹⁶ Representa o movimento de saída e de retorno ao mesmo local de residência no intervalo de cinco anos (RIGOTTI, 1999).

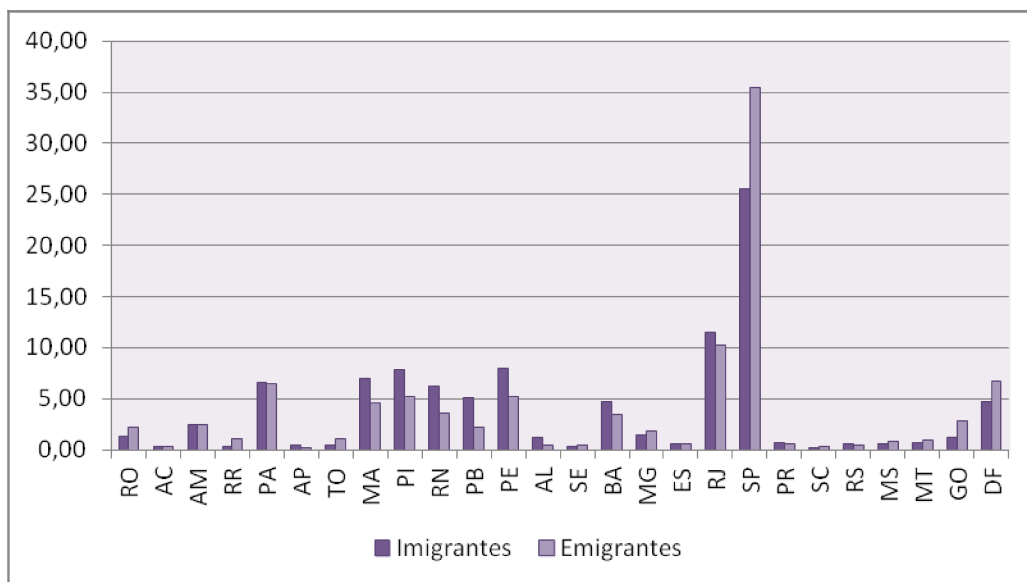


Figura 10 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1981/1991 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Mas o destaque ficou por conta do incremento absoluto (de 22.745 pessoas para 74.999 mil) e relativo (de 15,12% para 25,56%) de imigrantes que se dirigiram do estado de São Paulo para o Ceará, entre 1970/1980 e 1981/1991 (Tabela 3 e Figura 10). O que explica essa dinâmica? Esse fenômeno se relaciona com a crise econômica dos anos 1980 e o crescimento da economia cearense, impulsionando o movimento migratório de retorno?

Sim, é possível que essa fase das migrações interestaduais cearenses, de um lado, seja reflexo do contexto favorável da economia¹⁷ e do mercado de trabalho local ao reter a população no estado (Tabela 3) e, do outro, é resultado do baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, em especial, pela Região Metropolitana de São Paulo, estimulando a imigração (Tabela 3), com destaque para o volume de retornados¹⁸.

Em síntese, quando comparado às décadas de 1960 e 1970, ficou evidente o decréscimo nas perdas líquidas populacionais cearenses ao longo dos anos 1980. Tais resultados ratificam a proposição de Pacheco e Patarra (1997), que diz que, a partir da

¹⁷ Durante as décadas de 1980 e 1990, o Ceará (4,04% e 4,57%, respectivamente) reverte o quadro de letargia ao apresentar taxa de crescimento do PIB acima da média nacional (1,21% e 2,43%, respectivamente) (QUEIROZ, 2003).

¹⁸ Maiores detalhes veja Queiroz (2003).

década de 80, se iniciam as mais notáveis transformações na dinâmica populacional brasileira. Ou, como afirma Baeninger (1998), que, em meados da década de 70, começa a se verificar no Brasil e, especificamente, no estado de São Paulo, dois movimentos interligados: a desconcentração econômica e populacional, com rebatimentos sobre o volume e direção dos fluxos migratórios interestaduais.

Diante desse resultado, é possível afirmarmos que as migrações interestaduais cearenses estão em uma fase de reversão do seu histórico processo de perdas líquidas populacionais? Esta tendência se manterá? Qual é a importância da migração de retorno nesse fluxo? Procurando responder a essas questões, as próximas subseções tratam da análise do movimento migratório no último decênio do século XX e no primeiro do século XXI.

2.3.4. Anos 1990: intensificação do declínio das perdas líquidas populacionais

Seguindo a tendência dos anos 1980, a economia brasileira passou por profundas transformações estruturais durante a década de 1990. A opção do Governo pela estabilização dos preços — via Plano Real, conjugado com a tríade globalização, políticas neoliberais e reestruturação produtiva — refletiram, de um lado, no controle da inflação e, do outro, no baixo crescimento econômico e aumento do desemprego e da informalidade (QUEIROZ, 2003).

Para o Nordeste, as medidas citadas acima, além do novo redimensionamento do papel do estado, impactaram no tímido crescimento do PIB da região (2,6% durante os anos 1990), sendo o mais modesto em quatro décadas (1960/2000) (GUIMARÃES NETO, 2004).

Almeida e Araujo (2004) ao analisarem a experiência da SUDENE no comando do processo de industrialização do Nordeste concluíram que, durante o período de 1960 até 2000, a região teve crescimento médio superior ao Brasil, porém, não foi capaz de melhorar as condições de vida da população e diminuir o número relativo de indigentes. A distribuição de renda e de terra praticamente não se alterou e a atividade industrial concentrou-se no litoral.

Com dinâmica econômica contrária à vivenciada pelo país e pelo Nordeste, a economia e o mercado de trabalho formal cearense mantiveram-se com indicadores acima da média nacional e regional, intensificando a diminuição das perdas líquidas populacionais durante a década de 1990 (Tabela 3).

O crescimento do PIB cearense mantém-se com taxas superiores às nacionais desde a década de 1980. Entre 1980/1990, o PIB do Ceará cresceu 4,04% contra 1,21% do país (QUEIROZ, 2003). No decênio 1990/2000, o Brasil cresceu o dobro (2,43%) em relação à década anterior, mas o Ceará (4,57%) ficou dois pontos percentuais acima da taxa do crescimento do PIB nacional (BELTRÃO, 2003; IPECE, 2011a). No tocante ao mercado de trabalho, ao longo da década de 1990, o nível do emprego formal cearense cresceu a uma taxa de 4,22% a.a., enquanto o Nordeste e o Brasil tiveram taxas negativas, -0,3% a.a. e -1,1% a.a., respectivamente (VALOIS, ALVES e QUEIROZ, 2007).

Nesse cenário favorável, a década de 1990 ratifica a tendência vislumbrada nos anos 1980, com o Ceará arrefecendo, ainda mais, a sua perda populacional. De acordo com a Tabela 3, no período de 1990 a 2000, houve incremento de 343.605 imigrantes, contra 293.392 entre 1981 e 1991. Por sua vez, o volume de emigrantes diminuiu de 482.355 pessoas para 438.153, com as trocas migratórias negativas baixando para a metade, ao passar de 188.963 migrantes para 94.548, entre as décadas de 1980 e 1990 (Tabela 6).

A partir desses resultados, a década de 1990 sugere tendência de alteração nas migrações cearenses, que seguiram em sintonia com a dinâmica nacional, por outro lado destoam do quadro de letargia da economia brasileira. É justamente o pífio crescimento econômico do país no período de 1980 a 2000, vis-à-vis ao favorável desempenho da economia e do mercado de trabalho local ao apresentar taxa de desocupação inferior à média nordestina e nacional (AMARAL FILHO et al, 2009), que permite ao Ceará aumentar as entradas e reduzir as saídas.

Cunha e Baeninger (2001, p. 92) ratificam essa inclinação:

Particularmente nos Estados do Ceará e Pernambuco, historicamente algumas das áreas brasileiras de maior evasão, a redução da intensidade emigratória foi bastante significativa, o que poderia estar refletindo uma certa recuperação desses estados — especialmente o Ceará — que experimentaram um crescimento econômico na última década.

A distribuição por grande região de origem apontou que o Sudeste continuou na liderança no envio de imigrantes (44,59%) e recepção de emigrantes (54,41%), ratificando a sua posição de área de atração e, também, de “expulsão”. Do lugar para onde se dirigiram os maiores volumes também procederam os maiores fluxos, em um movimento de refluxo.

De fato, durante os anos 1980 e 1990, as migrações adquiriram um caráter mais reversível (DOMENACH e PICOUE, 1990), com os fluxos marcados, ao mesmo tempo, por idas e vindas (BAENINGER, 2008), com o tempo de permanência se encurtando, os deslocamentos populacionais (pendularidade) ampliando-se e o volume da migração interestadual de retorno intensificando-se (QUEIROZ, 2003).

No que diz respeito ao Nordeste, essa região permaneceu enviando (34,56%) e recebendo (22,47%) o segundo maior contingente de pessoas. Quanto às demais regiões, o envio de imigrantes girou em torno de 20% e a recepção de emigrantes em torno de 23% (Figura 11).

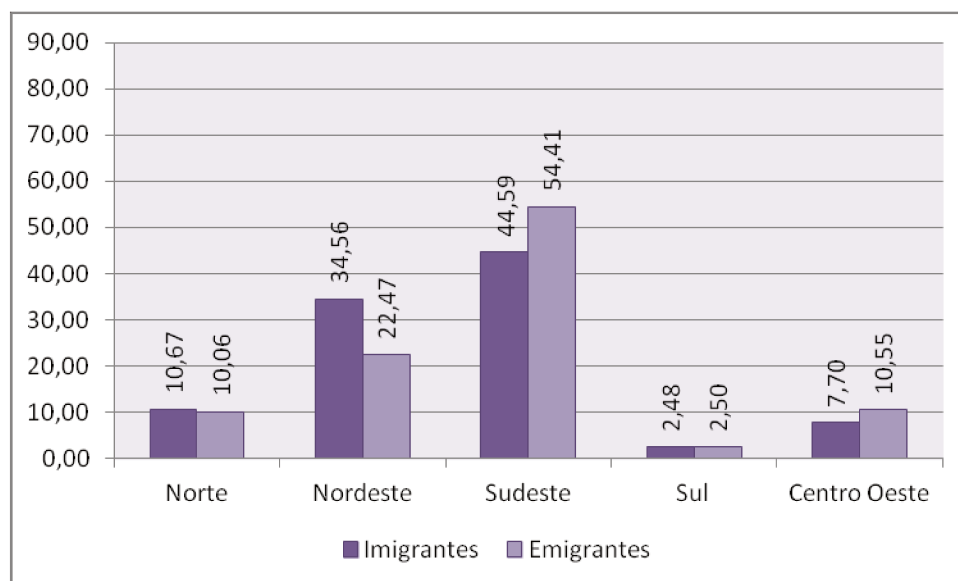


Figura 11 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 1990/2000 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

No tocante aos estados, quase um terço (31,35%) ou 107.706 indivíduos declararam o estado de São Paulo como último local de residência, contra 25,56% (74.999 pessoas) no intervalo de 1981 a 1991 (Tabela 3). Rio de Janeiro (10,91%), Pernambuco (7,60%), Piauí (7,50%), Maranhão (5,87%), Pará (5,39%) e o Distrito Federal (5,03%) são outros polos

importantes. Com relação às emigrações, não houve mudanças: o destino preferido permaneceu o estado de São Paulo (37,39%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (13,91%). Distrito Federal (5,43%), Pará (4,54%), Piauí (4,46%), Pernambuco (4,45%) e Goiás (3,75%) são outros estados de atração (Figura 12).

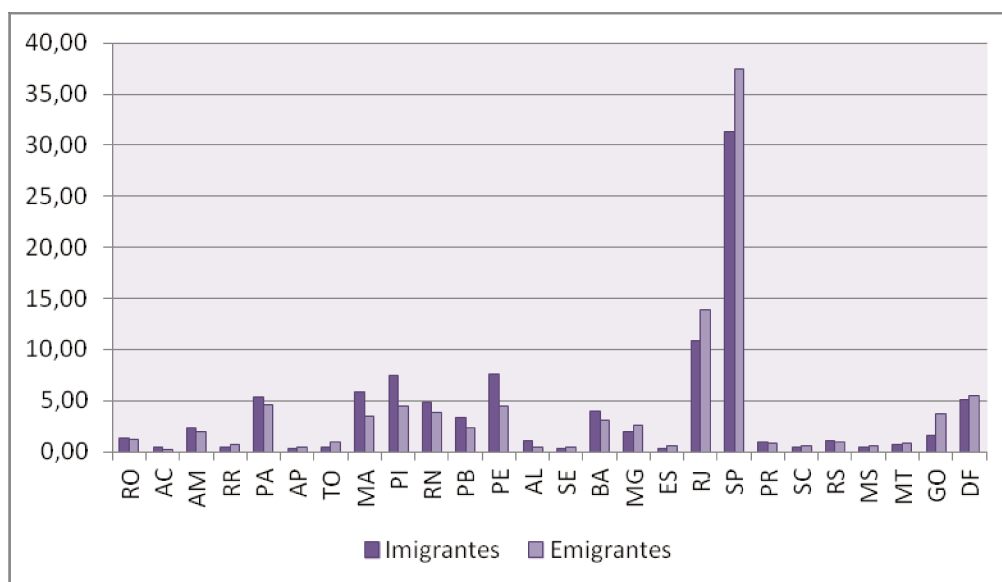


Figura 12 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 1990/2000 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Em resumo, durante a última década do século XX, a dinâmica migratória cearense manteve e intensificou a diminuição das suas perdas líquidas populacionais, vislumbradas ao longo dos anos 1980, sugerindo uma possível nova fase no seu processo migratório, caso o histórico quadro de perdas continue se arrefecendo, durante a primeira década do século XXI. Em termos de origem e de destino não houve mudanças, a região Sudeste e o estado de São Paulo tipificam, ao mesmo tempo, como principal área de atração e de expulsão dos fluxos cearenses, apontando para as constantes idas e vindas entre essas áreas e a importância da migração de retorno, conforme será analisado no Capítulo 3.

2.3.5. Anos 2000: o fim do arrefecimento?

A primeira década do século XXI é marcada pela recuperação do dinamismo econômico do país, especialmente a partir de 2004¹⁹. O crescimento médio do PIB no intervalo de 2004 a 2010 foi de 4,4% (SERRANO e SUMA, 2011), com impactos positivos sobre a evolução na estrutura social brasileira. Mesmo com a crise financeira internacional no último trimestre de 2008 e primeiro trimestre de 2009, o Brasil não interrompeu o ciclo de progresso social vivenciado nos últimos sete anos²⁰ (QUADROS, 2011).

No caso do Nordeste, com o esvaziamento de uma política de desenvolvimento nacional, desde o final dos anos 1980, a guerra fiscal, ou a disputa entre as Unidades da Federação (especialmente Bahia e Ceará) e municípios, tornou-se o principal determinante na atração e manutenção de alguns focos de dinamismo na região (ARAÚJO, 1999; DINIZ e BASQUES, 2004). Apesar da ausência ou negligência de uma política de desenvolvimento nacional, o Nordeste seguiu a tendência do país, ao combinar crescimento econômico com melhorias sociais.

O avanço social vivenciado no Brasil em anos recentes deriva de uma gama de fatores: difusão do programa de aposentadoria e pensão rural, com impacto sobre o aumento na participação da renda das famílias rurais em detrimento da queda da renda advinda do trabalho, principalmente em áreas menos desenvolvidas (MAIA et al, 2008); estabilidade econômica alcançada com o Plano Real — que ampliou o poder de compra, notadamente da população mais pobre, somado aos programas assistenciais — como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e, principalmente, o Bolsa Família, que tem ampla cobertura nacional (QUEIROZ et al, 2010).

Desde os anos 2000, estudos apontam para a redução das desigualdades regionais e sociais, traduzidas no aumento da renda das camadas mais pobres superior à média

¹⁹ Vale frisar que, entre 1999-2003, o crescimento econômico do país foi de apenas 1,9% em média (SERRANO e SUMA, 2011), portanto, segundo Paes de Barros et al., (2006), a queda da pobreza e extrema pobreza, no período 2001-2005, não foi em função do crescimento econômico, mas devido às reduções do grau de desigualdade, fazendo com que a fatia da renda total apropriada pelos pobres aumentasse, ou seja, a renda dos pobres cresceu mais rapidamente em relação a dos ricos.

²⁰ Conforme Quadros (2011), em 2009, a crise econômica repercutiu ligeiramente sobre o mercado de trabalho nacional. Nesse sentido, os resultados analisados por Aparício e Queiroz (2011) para o ano de 2010 já apontaram para a recuperação econômica do país, com espraiamento sobre a geração de empregos na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

nacional²¹, com forte repercussão no Nordeste brasileiro (CARVALHO, 2008). Entretanto, Araujo e Santos (2009) são cautelosos e destacam que a integração do Nordeste contemporâneo às regiões mais desenvolvidas é perceptível, porém, é um processo lento, com as assimetrias econômicas, sociais e demográficas persistindo.

No que concerne ao Ceará, durante a primeira década do século XXI, o crescimento do PIB (4,63%) manteve-se praticamente inalterado em relação à década anterior (4,57%), com a diferença diminuindo para 1% em relação ao do país, que cresceu 3,62% entre 2000 e 2010 (IPECE, 2011a). Tal dinâmica refletiu sobre o mercado de trabalho estadual, que ratificou a tendência observada na década de 1990 – com aumento na oferta de vagas. Vale frisar que a maioria dos postos de trabalho criados no estado são precários, marcados por alta rotatividade e baixa remuneração (COSTA, 2011; APARÍCIO e QUEIROZ, 2011; SILVA FILHO, QUEIROZ e CLEMENTINO, 2012).

Com relação às migrações, tanto o volume de imigrantes (que passou de 343.605 para 248.153 indivíduos) quanto de emigrantes (que passou de 438.153 para 373.957 pessoas) apresentou descenso (Tabela 3), com implicações sobre o aumento no saldo migratório negativo entre 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente (Tabela 6). Esse resultado é distinto do constatado nos anos 1990 que, pela primeira vez, revelou, em conjunto, aumento nas entradas e diminuição nas saídas, tipificando como o período de menor perda populacional para o Ceará ou de menor saldo migratório negativo (Tabela 6). O que justifica essa dinâmica? Ela representa a inflexão na tendência de diminuição nas perdas líquidas populacionais cearenses, que teve início nos anos 1980 e intensificou-se na década de 1990?

A explicação está atrelada às flutuações na economia brasileira, sendo possível articular o tipo migratório à etapa econômica, embora Patarra (2003a) e Baeninger (2008) não vejam essa dinâmica, especialmente em relação ao estado de São Paulo. Nos momentos de crise, décadas de 1980 e 1990, quando o Ceará apresentou taxa de crescimento econômico e taxa de emprego formal acima da média do país e do Nordeste (QUEIROZ 2003), essa Unidade da Federação tornou-se mais atrativa para retornados ou não naturais, aumentando de maneira ininterrupta o volume de imigrantes, além de arrefecer as saídas

²¹ Para maiores detalhes sobre a queda da desigualdade entre estratos de renda, veja Hoffmann (2006); Neri (2007); Paes de Barros et al. (2006).

(Tabela 3). Com a estabilidade econômica alcançada em todo o país ao longo dos anos 2000, o Ceará diminuiu as entradas e permaneceu arrefecendo as saídas, surgindo a seguinte conclusão: quando o Brasil cresce, e mesmo com o Ceará seguindo tal tendência (anos 2000), o estado recebe menos imigrantes, mas, nos períodos de baixo crescimento econômico do País (anos 1980 e 1990), e elevado crescimento da economia cearense (décadas de 1980 e 1990), o Ceará recebe mais migrantes.

Nesse contexto, os determinantes das migrações cearenses continuam relacionados com a reprodução do capital, permanecendo a relação entre dinâmica econômica e migração. Os fluxos populacionais se dirigem em busca de oportunidades de trabalho em outras regiões ou no próprio estado (Ceará), sendo este último destino a “novidade” a partir da década de 1980.

Uma possível explicação deve-se ao significativo contingente de pessoas que moram em áreas rurais no estado. Em 2010, esse número girava em torno de 2,2 milhões de indivíduos, representando 25% da sua população contra 15% na média nacional (Tabela 2). Isso demonstra, no tempo e espaço, a defasagem do processo de urbanização do Ceará em relação ao do país.

Contudo, conforme destacado no Capítulo 1, Barcellos (1995), Brito (2009) e Baeninger (2011) acreditam que até os anos 1980, no âmbito nacional, era possível articular tipo migratório à etapa econômica, mas, na atualidade, o entendimento das migrações está complexo e apenas um aporte teórico não consegue explicar a dinâmica migratória que serve como pano de fundo, carecendo de novos elementos teóricos da sociologia contemporânea²² e fundamentos políticos²³.

Não resta dúvida de que programas de transferência de renda, preços dos imóveis nos grandes centros urbanos, violência, custo de vida nas metrópoles, pressão nos serviços públicos, redes de contato/solidariedade etc. exercem influência na atração, manutenção e repulsão dos migrantes. Mas questões de ordem econômica ou macrossociais aliadas aos fatores microssociais perduram como os principais determinantes das migrações interestaduais cearenses.

²² Veja Massey (1990); Sayad (1998); Sasaki e Assis (2000); Baeninger (2005; 2012).

²³ Veja Brito (2009).

Quanto à distribuição espacial, em termos regionais, não houve alteração, o Sudeste (43,31%) e o Nordeste (35,72%) permaneceram como as principais áreas de origem, enviando quase 80% dos imigrantes. Os destinos também não mudaram, o Sudeste (52,76%) recebeu mais da metade do fluxo, um quarto emigrou para o Nordeste (24,16%), 10,68% para o Centro-Oeste, 8,65% para o Norte e somente 3,74% para o Sul (Figura 13).

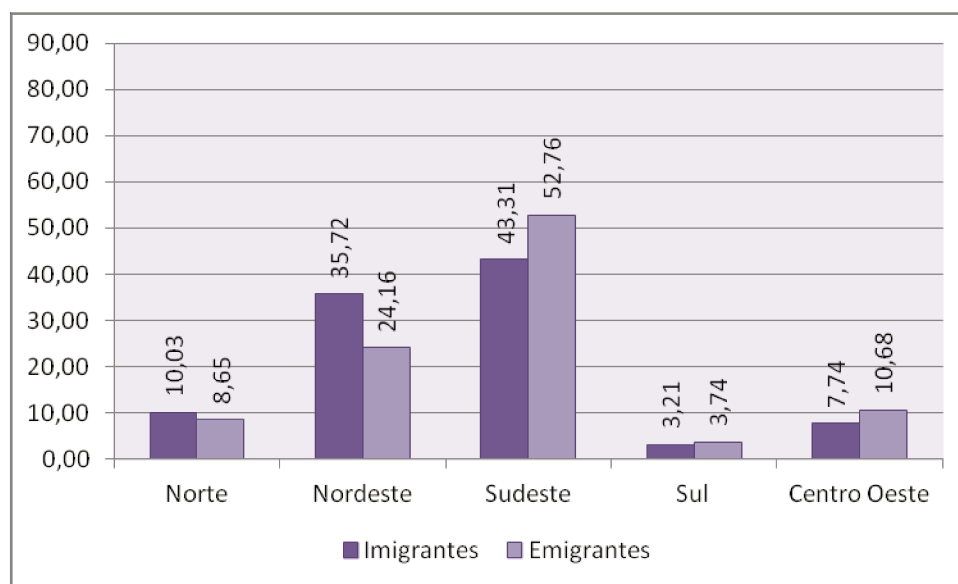


Figura 13 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Grandes Regiões de origem e de destino – Estado do Ceará – 2000/2010 (última etapa)
Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1970. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Em nível estadual, os maiores fluxos de imigrantes procederam do estado de São Paulo (30,10%), Rio de Janeiro (10,52%), Pernambuco (8,49%) e Piauí (6,82%). Em relação às emigrações, as saídas permaneceram para o estado de São Paulo (33,43%), seguido de longe pelo Rio de Janeiro (14,43%), Distrito Federal (5,31%) e Pernambuco (5,16%) (Figura 14).

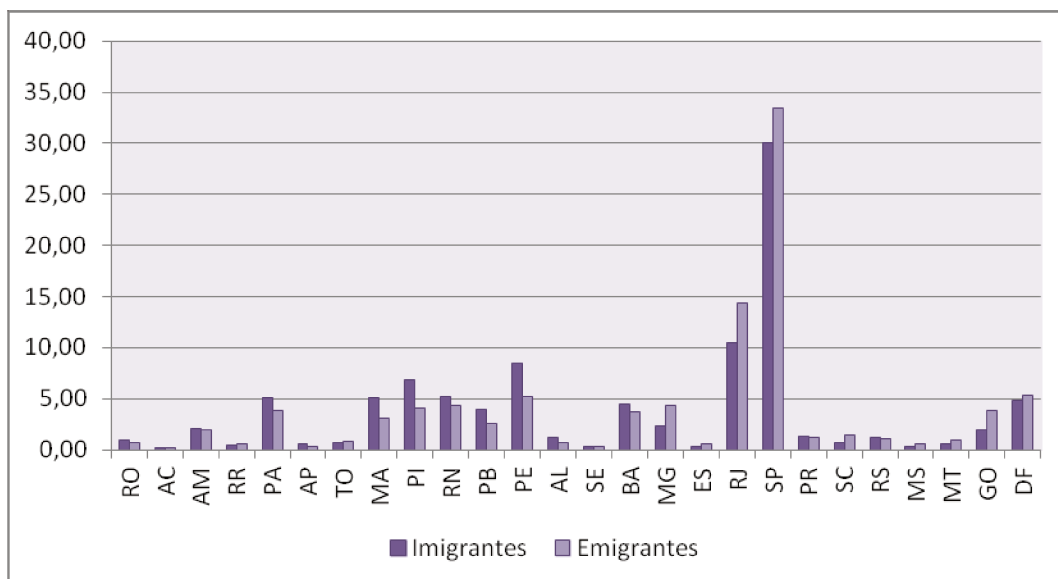


Figura 14 – Distribuição relativa dos imigrantes e emigrantes interestaduais, segundo as Unidades da Federação de origem e de destino – Estado do Ceará – 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010. Elaborada a partir da Tabela A.1 no anexo.

Contudo, um olhar mais apurado entre os fluxos Ceará→São Paulo e São Paulo→Ceará mostra que, apesar de o estado de São Paulo manter-se recebendo e enviando o maior contingente de emigrantes e de imigrantes do e para o Ceará, houve diminuição dessa relação. Entre 1990/2000 e 2000/2010, o número de imigrantes do estado de São Paulo com destino ao Ceará passou de 107.706 (31,35%) pessoas para 74.683 mil (30,10%), respectivamente. No caso das emigrações, o descenso foi mais intenso (37,39%), com o volume daqueles que saíram do Ceará em direção a São Paulo passando de 163.809 indivíduos para 126.030 mil no referido intervalo (Figura 14 e Tabela 3).

A questão, a saber, é se esse descenso, em termos absolutos e relativos no fluxo São Paulo→Ceará e Ceará→São Paulo, reflete uma nova tendência? As trocas migratórias do e para o Ceará se realizarão com maior proeminência com outros estados? E, nesse caso, principalmente com as Unidades da Federação da região Nordeste? Ou, em termos de volume, o fluxo de natureza intraestadual ganhará relevância quando comparado ao fluxo interestadual?

O estado de São Paulo deverá permanecer como o principal local de origem e de destino das migrações cearenses. Mas, em longo prazo, os fluxos de longa distância possivelmente terá redução, em função da queda da taxa de fecundidade (diminuição da

pressão demográfica), ampliação do processo de urbanização (Capítulo 1) e o desenvolvimento dos polos regionais no estado, com os movimentos se encurtando entre o Ceará e as UFs do Nordeste e, notadamente, circunscritos ao espaço intraestadual.

Com a perspectiva de crescimento econômico, a partir de obras da Copa do Mundo, ampliação do parque eólico e, principalmente, com a construção de uma siderúrgica e da Refinaria Premium II, o Ceará deverá duplicar o seu PIB (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2012) e, em longo prazo, deverá manter, ainda mais, a população no estado (Tabela 3) e, ao mesmo tempo, atrair migrantes (de retorno e não naturais). Diante desse cenário, o descenso nas perdas líquidas populacionais cearenses deverá permanecer, não configurando o fim do arrefecimento.

Em um estudo recente sobre crescimento, migração interna e trabalho no início do século XXI, Dedecca (2012, p. 6-7), em parte, ratifica essa conclusão:

[...] Se considerado ainda o crescimento menos concentrado regionalmente vivido pelo país e a amplitude das políticas sociais como o Bolsa-Família e o Benefício de Prestação Continuada, tem-se fatores que devem estar contribuindo para a retenção populacional nas regiões menos desenvolvidas.

Esta tese não tem o objetivo de analisar a migração intraestadual cearense, mas, para ilustrar a magnitude desse fluxo, a Tabela 4 aponta para valores crescentes no movimento migratório interno e redução nas saídas para outras Unidades de Federação. Entre 1986/1991 e 1995/2000, o fluxo migratório intraestadual declinou de 371.100 pessoas para 332.269 mil, respectivamente, mas, no intervalo 2005/2010, aumentou significativamente para 463.348 migrantes, apontando para a importância da migração de curta distância e intraestadual, além do processo de urbanização no estado, a partir dos anos 1980 (Tabela 2e Figura 4). Por sua vez, a emigração interestadual declinou de maneira ininterrupta, passou de 245.165 pessoas para 183.012 mil entre 1986/1991 e 1995/2000, baixando ainda mais (181.221 mil) no período 2005/2010.

Tabela 4 – Volume da migração intraestadual e emigração interestadual – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Migrações	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Migração intraestadual	371.100	332.269	463.348
Emigração interestadual	245.165	183.012	181.221

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Ferreira (2007), no estudo sobre as migrações cearenses na década de 1990, também aponta para o crescimento no fluxo intraestadual:

[...] muito embora, com relação ao total dos outros Estados da federação, o Estado do Ceará seja sistematicamente um expulsor líquido de populações, este processo vem se arrefecendo para dar lugar a uma predominância das migrações intraestaduais. Esta mudança no padrão migratório de cearenses deve acarretar importantes transformações socioeconômicas no Estado FERREIRA (2007, p. 70).

Com relação à distribuição espacial, apesar da RMF ser um espaço ganhador de população, a tendência tem sido a diminuição nas perdas do interior em relação a essa área (Tabela 5). A análise das trocas migratórias revelou que o interior perdeu 90.765 pessoas para a RMF entre 1986 e 1991, ao passo que o saldo foi negativo em 16.500 migrantes no quinquênio 2005/2010. Ou seja, no período de maior volume migratório intraestadual (463.348 mil), o interior teve as menores trocas (-16.500 mil), com 275.999 pessoas saindo do interior em direção à metrópole, contra uma entrada de 259.499 migrantes oriundos da RMF.

Tabela 5 – Volume da migração intraestadual – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Migração intraestadual	Imigrante intraestadual			Emigrante intraestadual			Troca migratória		
	86/91	95/00	05/10	86/91	95/00	05/10	86/91	95/00	05/10
RMF	196.589	152.773	203.849	105.824	122.821	187.349	90.765	29.952	16.500
Interior	174.511	179.496	259.499	265.276	209.448	275.999	-90.765	-29.952	-16.500
Total CE	371.100	332.269	463.348	371.100	332.269	463.348	0	0	0

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A partir desses resultados, no tempo e espaço, constatamos a defasagem da dinâmica migratória cearense em relação à observada a partir do movimento intraestadual

no estado de São Paulo. Baeninger (1999) observou a inclinação de perda de atratividade populacional da RMSP em relação ao interior paulista nos 1970, com crescimento nas décadas de 1980 e 1990. No tocante ao Ceará, é possível que a elevada concentração da atividade econômica, postos de trabalho e melhor infraestrutura na RMF (ARAÚJO e CARLEIAL, 2001) expliquem a atração de migrantes em direção à metrópole. Entretanto, paulatinamente, surgem focos de dinamismo econômico no interior, com rebatimentos sobre a distribuição do fluxo migratório intraestadual. Segundo Lima e Lima (2008, p. 519): “[...] pode-se chamar a atenção para o surgimento de alguma diversificação e desconcentração das atividades industriais [...] de forma limitada em Sergipe e no Piauí e mais diversificada no Ceará e em Pernambuco, denotando alguma desconcentração industrial na Região”.

2.4. O balanço migratório entre entradas e saídas

Depois de analisarmos a origem, o destino e o volume da imigração e da emigração interestadual cearense, esta subseção complementa o estudo a partir do balanço entre entradas e saídas de pessoas (trocas migratórias), procurando conhecer, ao longo dos cinco decênios, o ganho e/ou perda líquida populacional do Ceará. Mesmo sabendo da diferença conceitual entre trocas migratórias líquidas e saldos migratórios, explicitada na seção metodológica, para facilitar a análise dos dados e a leitura do texto, a diferença entre imigrantes e emigrantes será chamada doravante de saldo migratório.

A Figura 15 elucida de modo sintético o resultado do processo migratório cearense que, durante todo o período, apresentou saldo migratório negativo, com momentos de ascensão e descenso.

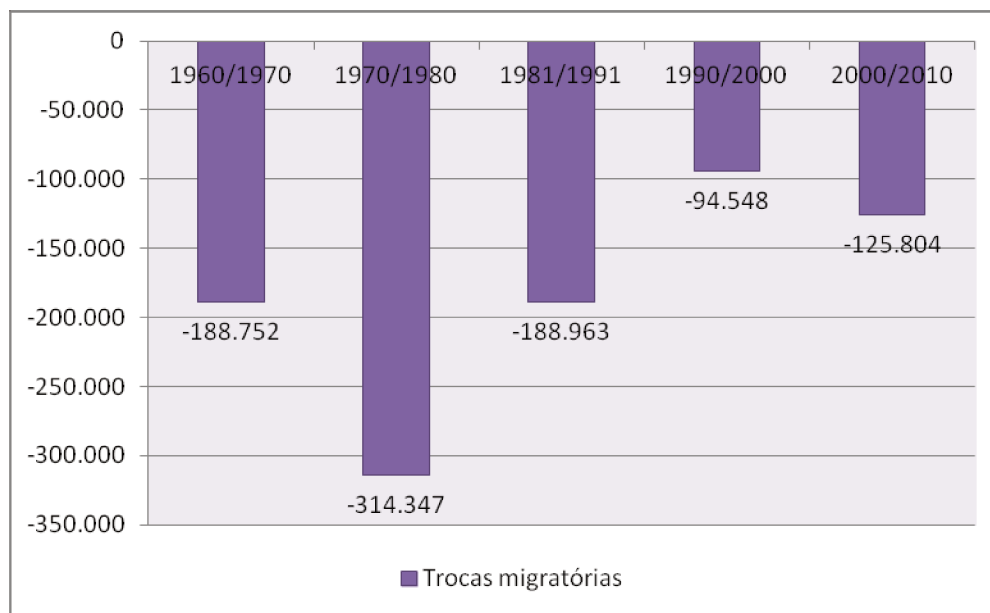


Figura 15 – Evolução das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaborada a partir da Tabela 6.

Num cenário marcado por desigualdades regionais, as migrações representam um mecanismo de distribuição espacial da população, que se adaptou ao arranjo ou rearranjo das atividades econômicas (SINGER, 1973). Dado o baixo dinamismo da economia cearense, em face da expansão da atividade econômica concentrada no Sudeste, especialmente durante o período no qual o país mais cresceu — Milagre Econômico —, a evasão migratória tornou-se mais expressiva, com saldo negativo de 314.347 pessoas no período de 1970 a 1980. As menores perdas (–94.548 migrantes) foram entre 1990 e 2000 e, possivelmente, de um lado, tem a ver com o contexto favorável da economia e do mercado de trabalho cearense, mantendo a população no estado e, do outro lado, reflete o baixo crescimento econômico vivenciado pelo país, impulsionando a imigração com destino para essa UF.

A partir desses resultados, podemos afirmar que as migrações interestaduais cearenses são determinadas/influenciadas por transformações conjunturais e estruturais (SINGER, 1973). Entre as décadas de 1980 e 1990, as mudanças de ordem política e econômica tiveram resultados mais positivos sobre a economia e o mercado de trabalho cearense. Desde então, assistiu-se à tendência de ruptura nas perdas líquidas populacionais

do estado. Logo, a afirmação de que os processos migratórios estão estreitamente associados aos eventos de ordem ou natureza econômica ou macrossocial permanece válida, com os fluxos migratórios se dirigindo preferencialmente no sentido do crescimento econômico, sendo que, nos anos 1980 e 1990, no próprio estado.

Tabela 6 – Volume das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Regiões e Estados	Trocas migratórias				
	1960/1970	1970/1980	1981/1991	1990/2000	2000/2010
Rondônia	-1.946	-2.975	-6.364	-454	-513
Acre	-744	-867	-509	210	-318
Amazonas	-2.586	-5.117	-4.525	-747	-2.346
Roraima	-106	-1.749	-4.174	-1.443	-1.113
Pará	-16.487	-26.874	-11.898	-1.398	-1.894
Amapá	-117	-204	59	-584	-55
Tocantins	-	-	-3.924	-3.013	-1.230
NORTE	-21.985	-37.784	-31.335	-7.429	-7.469
Maranhão	-57.947	-17.024	-1.640	5.288	997
Piauí	-12.323	-4.534	-1.894	6.208	1.522
Rio Grande do Norte	19.881	-463	772	-313	-3.392
Paraíba	33.663	6.900	4.198	1.037	81
Pernambuco	-6.137	-4.092	-2.191	6.638	1.780
Alagoas	5.813	559	1.463	1.801	273
Sergipe	-40	-882	-1.400	-430	-413
Bahia	-7.178	-15.629	-3.130	71	-2.564
NORDESTE	-24.268	-35.166	-3.822	20.300	-1.715
Minas Gerais	-1.378	-2.903	-4.656	-4.511	-10.397
Espírito Santo	-243	-1.574	-1.286	-1.120	-1.207
Rio de Janeiro	-38.004	-48.944	-15.879	-23.453	-27.876
São Paulo	-41.416	-132.926	-95.723	-56.103	-50.347
SUDESTE	-81.041	-186.347	-117.543	-85.187	-89.827
Paraná	-13.125	-930	-898	-671	-1.120
Santa Catarina	154	-203	-681	-1.228	-3.679
Rio Grande do Sul	144	-528	-752	-534	-1.245
SUL	-12.827	-1.661	-2.330	-2.433	-6.044
Mato Grosso do Sul	-	-2.681	-2.301	-740	-1.268
Mato Grosso	-7.535	-1.640	-2.969	-1.455	-2.207
Goiás	-10.685	-12.130	-10.219	-11.091	-9.403
Distrito Federal	-30.412	-36.938	-18.444	-6.513	-7.870
CENTRO-OESTE	-48.632	-53.389	-33.932	-19.799	-20.749
TOTAL CEARÁ	-188.752	-314.347	-188.963	-94.548	-125.804

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

No que tange aos espaços regionais, em todos os cinco intervalos, o Ceará teve maiores saldos negativos com o Centro-Oeste e o Sudeste, com destaque para a última região. Assim, o principal corredor das migrações é dado pelo fluxo Ceará→Sudeste, com as maiores perdas durante o decênio 1970/1980, com trocas negativas de 186.347 pessoas (Tabela 6). Nas trocas com as Unidades da Federação, na década de 1960, as perdas foram mais intensas com o Maranhão e, desde os anos 1970, são com São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal, mas com o volume decrescente, notadamente, com o estado de São Paulo, conforme pode ser observado na Figura 16 e Tabela 3.

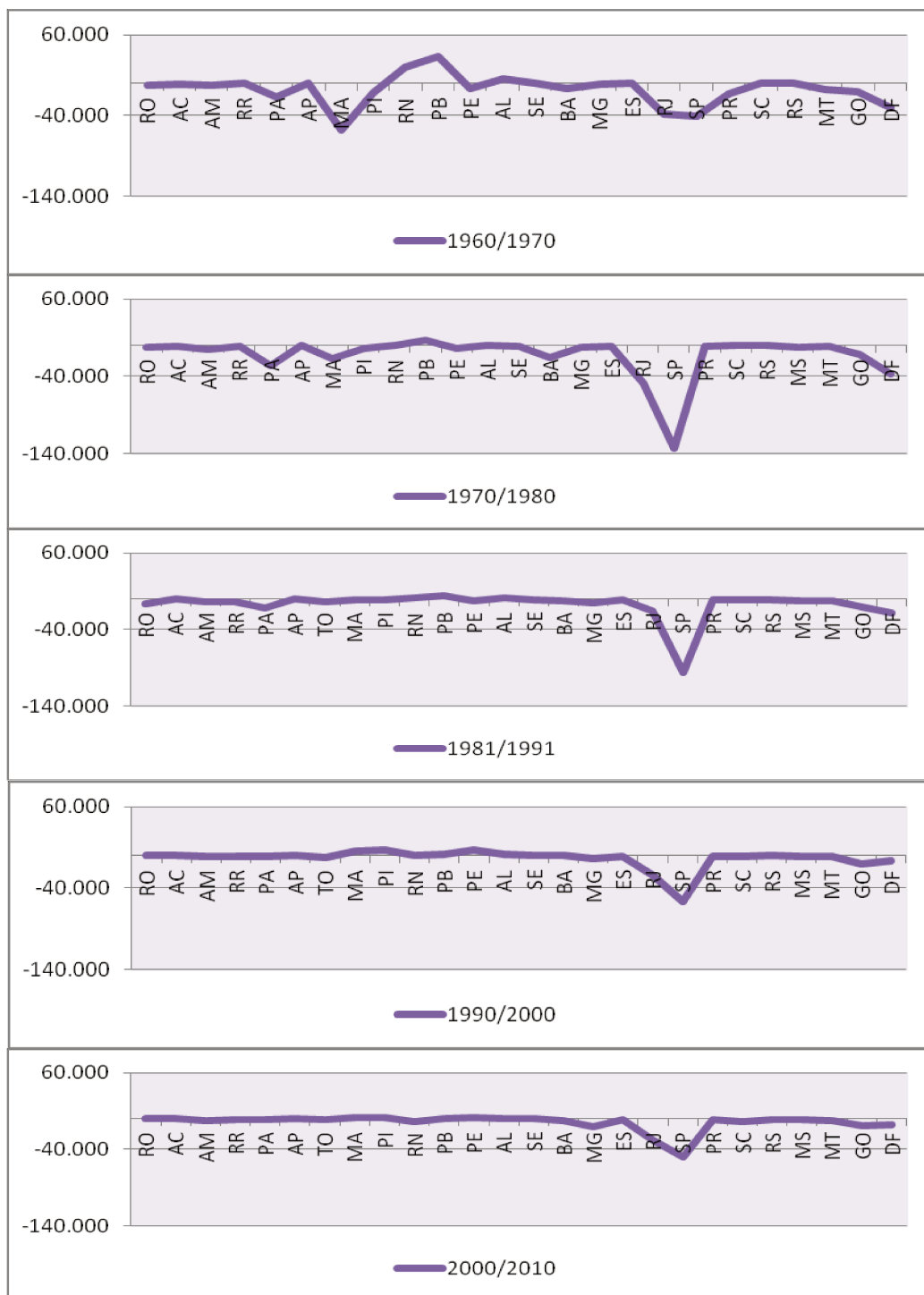


Figura 16 – Evolução das trocas migratórias interestaduais – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em razão de suas melhores e maiores oportunidades de trabalho, geradas por sua própria economia — inicialmente com o café e depois com a indústria — o Sudeste atraiu

elevado número de migrantes (CANO, 1997), ganhando peso substancial na participação relativa da população brasileira. Nesse cenário, em busca de melhores condições de vida, através da inserção no mercado de trabalho ou de infraestrutura básica (saúde, educação, moradia etc.), a população cearense migrou “em massa” para tal região, em especial para o estado de São Paulo.

No caso da primeira década do século XXI, quando se esperava a continuidade no decenso nas perdas líquidas populacionais cearenses, os resultados revelaram aumento no saldo migratório negativo de 125.804 migrantes (2000/2010), contra 94.548 no decênio 1990/2000 (Tabela 6 e Figura 15).

Afinal, o que justifica tal inflexão? De um lado, programas sociais²⁴, como o Bolsa Família (PBF), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), a política de construção de cisternas, a política de valorização do salário mínimo, melhora na distribuição de renda, manutenção do crescimento econômico e geração de empregos, contribuíram para manter a população no Ceará, diminuindo a emigração (Tabela 3). Por outro lado, durante os anos 2000, com o crescimento econômico alcançado pelo país e a ampliação de vagas no mercado de trabalho na maioria dos estados, o Ceará diminuiu o volume das entradas (imigrantes), com efeito negativo sobre o saldo migratório (Tabela 6 e Figura 12).

Esse resultado denota que o Ceará tem a tendência de manter e, principalmente, atrair população e diminuir as suas perdas quando a conjuntura econômica do estado revela resultados positivos (em termos de crescimento e oportunidade de trabalho) enquanto a do país encontra-se estagnada, com baixo investimento, baixo crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, conforme caracterizaram as décadas de 1980 e 1990.

Nesse sentido, entendemos que os fatores de expulsão estão na origem (outras UF's) e são mais importantes quando comparados aos fatores de atração (destino). Portanto, o Ceará (destino) aumenta o volume das imigrações devido aos “problemas” na origem, e mantém a população na UF — diminui a emigração — a partir das “soluções” no próprio estado.

²⁴ Tais programas não devem ter estimulado a migração de retorno, uma vez que a família assistida pelo programa não perde o benefício ao migrar.

Quanto à distribuição espacial, em nível regional, no período de 2000 a 2010, os resultados apontaram para os maiores saldos negativos com o Sudeste (89.827 pessoas) e o Centro-Oeste (20.749 pessoas), e os menores com o Nordeste (1.715 migrantes), Sul (6.044) e Norte (7.469) (Tabela 6). Por estado, como esperado, as maiores perdas foram com São Paulo (50.347 pessoas) e Rio de Janeiro (27.876). Mas, pela primeira vez, as trocas negativas com Minas Gerais (10.397 pessoas) superaram as perdas para Goiás (9.403 mil) e Distrito Federal (7.870 mil). O que isso significa? Minas surge como um “novo” destino?

Na verdade, parece que a diminuição nas trocas negativas efetuadas com o estado de São Paulo foi redistribuída com Minas Gerais. Dito de outra forma, apesar de o saldo migratório negativo cearense ter aumentado (de 94.548 migrantes para 125.804) entre 1990/2000 e 2000/2010 (Tabela 6 e Figura 16), as trocas com o estado de São Paulo continuaram se arrefecendo (Figura 17), ao passar de 56.103 para 50.347 migrantes, enquanto para Minas Gerais aumentou de 4.511 para 10.397 migrantes no respectivo intervalo (Tabela 6).

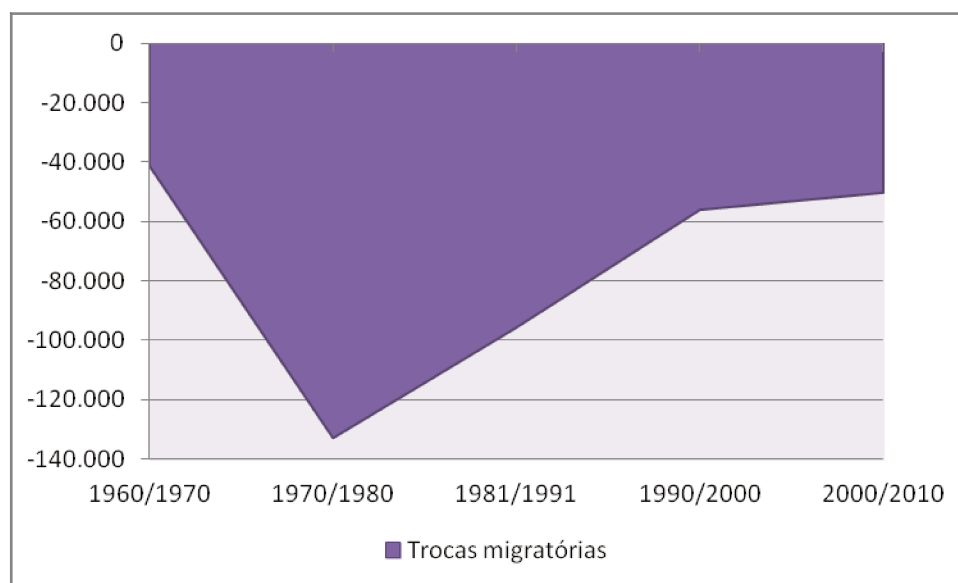


Figura 17 – Evolução das trocas migratórias interestaduais entre o Ceará e o estado de São Paulo – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaborada a partir da Tabela 6.

Essa dinâmica mostra que, de fato, paulatinamente, o Ceará diminui as suas perdas para o principal local de origem e de destino dos seus fluxos migratórios (Tabela 6). As trocas negativas existem, mas a intensidade decresce década a década, revelando a importância da manutenção da população no estado a partir do declínio na emigração (Tabela 6), intensificação do movimento migratório intraestadual vis-à-vis ao interestadual (Tabela 4), migração de retorno (Capítulo 3) e possíveis novos rumos, como o caso de Minas Gerais.

A Taxa de Migração Líquida é um indicador que sintetiza as oscilações, no caso do Ceará e, ao mesmo tempo, a tendência de diminuição do peso do saldo migratório da população total observada no final do período. Conforme a Figura 18, a TML para o Ceará foi mais alta (–5,94%) entre 1970 e 1980, e mais baixa (–1,27%) no intervalo de 1990 a 2000. No último período (2000/2010), com o aumento do saldo migratório negativo (125.804 pessoas), a TML foi de –1,49%, posicionando-se como a segunda mais baixa. Esse resultado significa que se não houvesse migração, a população teria aumentado em 5,94%, 1,27% e 1,49% nos decênios 1970/1980, 1990/2000 e 2000/2010, respectivamente. Apesar dessa recente inflexão na TML, ficou evidente que as perdas líquidas populacionais não são tão intensas quanto eram no passado recente.

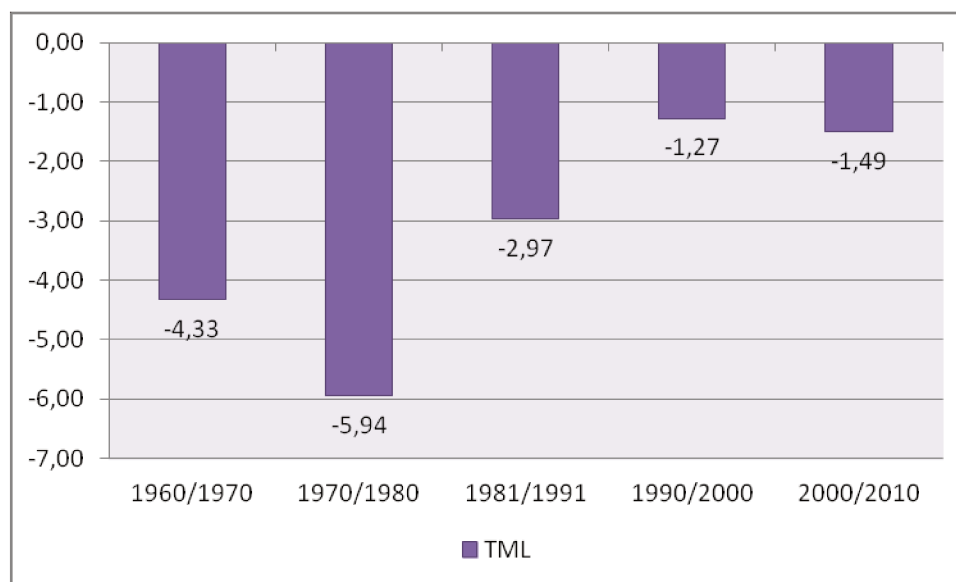


Figura 18 – Taxa de Migração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A análise conjunta entre a Taxa de Imigração Líquida (TIL) e a Taxa de Emigração Líquida (TEL) confirma tal afirmação (Figura 19). Apesar de o Ceará apresentar saldo migratório negativo e taxa de imigração líquida oscilando, a taxa de emigração líquida diminuiu o ritmo de crescimento desde a década de 1980, impactando sobre o descenso nas trocas negativas.

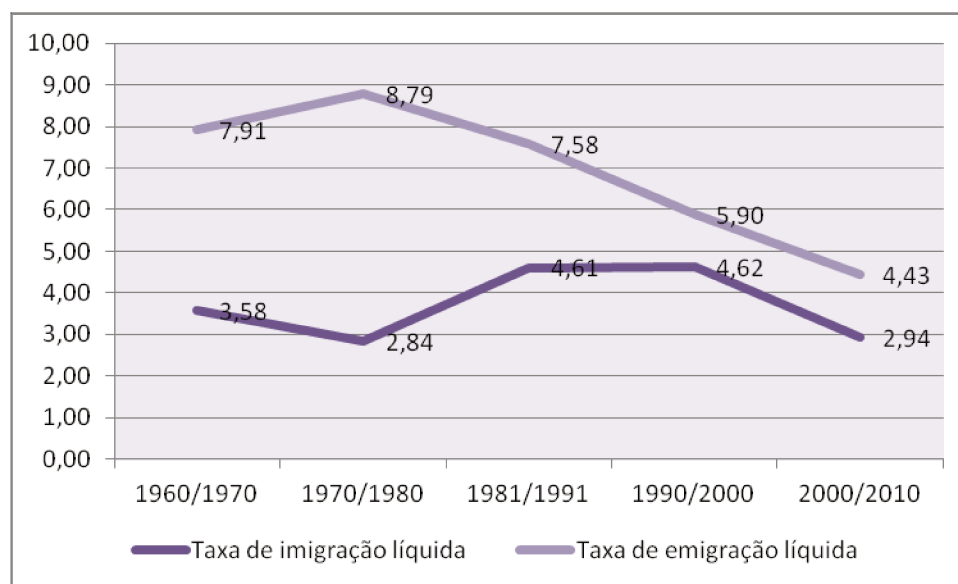


Figura 19 – Taxa de Imigração Líquida e Taxa de Emigração Líquida – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Em resumo, não podemos afirmar que o Ceará reverteu o seu histórico processo de perda populacional, mas a evasão migratória não é tão intensa quanto era nas décadas de 1960, 1970 e 1980, sendo possível sugerir que, paulatinamente, o quadro migratório do estado aponta para a tendência de reversão das perdas, caso a diminuição nas saídas se mantenha e o fluxo migratório interestadual de retorno permaneça, conforme será abordado no Capítulo 3.

2.5. Conclusão

Este capítulo se propôs a reconstruir, no tempo e no espaço, a evolução das migrações interestaduais cearenses na tentativa de identificar e comparar as principais inflexões e tendências no que diz respeito ao volume (entradas, saídas e saldos migratórios)

e distribuição espacial dos fluxos no período de 1960 a 2010. A questão levantada no capítulo procurou verificar se os postulados teóricos da escola estruturalista, que explicaram as causas e os motivos das migrações internas no período de 1950 a 1980, para o caso do Ceará, permanecem capazes de explicar a dinâmica migratória cearense.

No que diz respeito ao quadro evolutivo das migrações, a periodização em décadas revelou algumas alterações no volume e direção dos fluxos, sistematizadas a seguir:

- i) Em relação à imigração, entre 1960/1970, 1970/1980 e 1981/1991, predominou o movimento procedente do Nordeste, somente nos dois últimos decênios (1990/2000 e 2000/2010), o Sudeste passou a enviar o maior fluxo, apontando possivelmente para a importância da migração de retorno na composição das entradas. Em nível estadual, no interregno 1960/1970, da Paraíba veio o maior volume de imigrantes, mas, nos quatro intervalos seguintes, o estado de São Paulo submeteu o maior contingente, com ligeiro descenso em termos absolutos e relativos entre 1990/2000 e 2000/2010. A prevalência de São Paulo na entrada é reflexo dos maiores fluxos terem se dirigido para essa UF.
- ii) Sob a ótica da emigração, somente no intervalo 1960/1970, o Ceará enviou mais população para o Nordeste e, em nível estadual, o destino preferido foi o Maranhão. Nos períodos seguintes, a direção foi o Sudeste e o estado de São Paulo, revelando a importância dos movimentos migratórios de longa distância.
- iii) No tocante ao saldo migratório, no período de 1960 a 2010, a análise decenal mostrou que o Ceará sempre apresentou trocas negativas, mas, desde os anos 1980, as perdas diminuíram, com ligeira inflexão no último decênio (2000/2010).
- iv) Ademais, o balanço entre entradas e saídas de pessoas mostrou o intervalo 1970/1980 como o período de saldo migratório negativo mais elevado e o decênio 1990/2000, como o mais baixo. Por região, as maiores trocas negativas foram com o Centro-Oeste e, especialmente, com o Sudeste. Em nível estadual, durante os anos 1960, o Ceará teve maiores trocas negativas

com o Maranhão, mas, desde a década de 1970, as maiores perdas foram para o estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Goiás.

A partir dessas tendências, constatamos oscilações no volume (imigrantes, emigrantes e saldos migratórios) e na direção (origem e destino) dos fluxos migratórios do e para o Ceará, sendo possível apontar para dois grandes vetores: i) um primeiro vetor, com raízes históricas, se dirigiu no sentido da região Norte (Amazônia) e Nordeste (Maranhão e Piauí), predominando até 1970; ii) um segundo vetor, num contexto contemporâneo, seguiu em direção ao Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e prevalece até os dias atuais.

Em termos de volume, as principais tendências revelaram que, desde os anos 1980, paulatinamente, a cada Censo Demográfico, o Ceará diminui as suas perdas líquidas populacionais, e apesar da ligeira inflexão nos anos 2000, a intensidade é distinta da observada em décadas passadas, em especial nos anos 1960, 1970 e 1980, que apresentaram as maiores Taxa de Migração Líquida.

Por sua vez, chamou atenção o fato de que o aumento nas trocas migratórias negativas vislumbradas para o Ceará em relação ao conjunto do país não foi observado em relação ao estado de São Paulo, com o saldo negativo se arrefecendo ininterruptamente durante três decênios seguidos (1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010), revelando a importância crescente da migração intraestadual vis-à-vis à interestadual.

A partir desses resultados e tendo como pano de fundo a análise histórica e contemporânea da dinâmica socioeconômica nacional, nordestina e cearense, concluímos que, para o Ceará, o pressuposto sobre a clássica relação entre migração-emprego e migração-crescimento econômico permanece válido e o enfoque histórico estrutural, em grande parte, explica as causas e os motivos das migrações interestaduais cearenses. No entanto, a análise para o conjunto do país e as demais UFs pode revelar particularidades e resultados distintos dos encontrados para o estado.

O recente estudo do IPEA (2010, p. 16), que analisa a migração interna no Brasil, ratifica a nossa conclusão:

Como se viu até aqui, a migração se transformou em termos de seus significados e estrutura e como experiência social. Ainda assim, a migração não é, na maior parte dos casos, uma aventura. Ao contrário, deve ser considerada como

deslocamento à procura de trabalho e renda. Migra-se de uma região para outra — ou internamente as regiões — com a intenção de melhoria das condições pessoais ou de família. Migra-se para atenuar as dificuldades vividas na origem, sejam ligadas ao baixo dinamismo das economias locais ou às vulnerabilidades e carência no sistema de proteção social.

CAPÍTULO 3 – MIGRAÇÃO INTERESTADUAL DE RETORNO: TENDÊNCIAS CEARENSES – 1975 A 2010

3.1. Introdução

Depois de dedicarmos o segundo capítulo à análise da migração interestadual cearense, procurando percorrer os principais destinos e origens dos fluxos que partiram e chegaram ao estado, no período de 1950 a 2010, este capítulo complementa o anterior, com o exame minucioso da migração interestadual de retorno. A intenção é verificar a importância da migração de retorno na composição das entradas e conferir a relação desse fluxo com tendências passadas, daí o motivo do Capítulo 2 se debruçar sobre a reconstrução empírica e analítica do processo migratório cearense. De acordo com Baptista, Campos e Rigotti (2012, p. 2-3): “sendo o retorno uma condição intrínseca ao migrante, a perspectiva histórica é sempre essencial para a compreensão dos fluxos migratórios”

O estímulo para o estudo da migração de retorno surgiu através de leituras (RIBEIRO, CARVALHO e WONG, 1996a; 1996b; BAENINGER, 2000; CUNHA e BAENINGER, 2005) que apontaram para as mudanças nas tendências e características dos movimentos migratórios brasileiros a partir dos anos 1980 e da crescente importância do fluxo de retornados para alguns estados. Pesquisas como as de Baeninger (1998); Cunha (2000); Brito e Carvalho (2006); Siqueira, Magalhães e Silveira Neto (2006; 2008); Assis e Siqueira (2011); e Justo e Ferreira (2012) destacaram o Ceará como um dos principais locais de recepção de retornados, sem, no entanto, fazerem estudos minuciosos. Trabalhos com fluxos específicos sobre a migração de retorno foram realizados para a região Nordeste (RIBEIRO; CARVALHO e WONG, 1996a; 1996b); Minas Gerais (RIBEIRO e CARVALHO, 1998); Bahia (CUNHA, 1998); Mesorregiões mineiras (RIGOTTI, 1999); Pernambuco (LYRA, 2003); Paraná (MAGALHÃES, 2003) e a Paraíba (ASSIS e SIQUEIRA, 2011).

Queiroz (2003), na sua dissertação de mestrado, pesquisou o movimento interestadual de retorno para o Ceará a partir de informações do Censo Demográfico 2000. O foco deteve-se na análise da origem, volume e distribuição espacial dos retornados e de migrantes não naturais no território cearense, entre 1990/2000. Este estudo pretende

avancar em vários aspectos, primeiro por meio da análise evolutiva e comparativa do retorno migratório, a partir da estimativa do primeiro Censo Demográfico até o mais atual²⁵, permitindo o apontamento das mudanças e tendências durante quatro quinquênios consecutivos (1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010). Outro ponto será o estudo da migração interestadual de retorno em uma única etapa e com mais de uma etapa (retornado de curto prazo). Em termos de distribuição espacial, também terá avanços, com o fluxo analisado em dois níveis de desagregação: estado e município (nascimento e não nascimento).

A partir da constatação da importância da migração interestadual de retorno para o Ceará e de lacunas de estudos sobre essa temática, o presente capítulo pretende amenizar essa brecha e responder às seguintes indagações: De onde vêm esses migrantes? Para onde se dirigem ao chegarem ao estado? Como o volume tem evoluído? O Ceará permanecerá figurando como o estado que, em termos relativos, recebe mais retornados? Por que retornaram? O que faz dessa UF um local de atração para retornados? Os programas sociais do Governo Federal e os investimentos do Governo Estadual têm influenciado a migração de retorno?

Incluindo essa introdução, o presente capítulo está dividido em seis seções. A segunda contextualiza, brevemente, estudos nacionais que trataram sobre a migração interestadual de retorno. O objetivo é resgatar as pesquisas acerca desse tema e apontar como poucos se dedicaram à análise para o Ceará. A seção 3.3 descreve em detalhes os procedimentos metodológicos para a mensuração da migração interestadual de retorno em uma única etapa e a migração interestadual em múltiplas etapas (imigrante interestadual de retorno de curto prazo). A seção 3.4 procura demonstrar a importância dessa categoria de migrante para o Ceará, a partir da análise para o conjunto do país, e a redistribuição espacial da mesma no estado. A seção 3.5 estuda as múltiplas etapas da migração interestadual através da categoria de imigrante de retorno de curto prazo, definida como o movimento de saída e de volta para o mesmo local de residência (Ceará) no intervalo de

²⁵ O retorno ao estado e ao município passou a ser aferido a partir do Censo Demográfico de 1980, quando todos os entrevistados responderam o quesito sobre residência anterior. No Censo de 1970, apenas os não naturais dos municípios responderam às questões sobre residência anterior (CARVALHO, 1982; RIBEIRO; CARVALHO e WONG, 1996b).

cinco anos (RIGOTTI, 1999). O intento é mostrar que mesmo não contribuindo para o crescimento populacional, a rotatividade de pessoas aumentou no estado, num crescente ‘vai e vem’. A última seção apresenta as principais conclusões do capítulo.

3.2. Fluxo migratório de retorno: breve contextualização

No Brasil, a partir dos anos 1980, com as acentuadas transformações nos movimentos migratórios internos, dos quais se destacavam o intenso volume de retornados para os estados de nascimento, o debate sobre esse processo ganhou espaço na produção acadêmica, destaque nos foros de discussão e nos meios de comunicação.

Amaral e Nogueira (1992), a partir de entrevistas realizadas em rodoviárias interestaduais, constataram que 87% dos migrantes que retornaram para Pernambuco eram procedentes do Sudeste. A principal justificativa era o motivo econômico — desemprego e elevado custo de vida no local de residência anterior, fatores de atração em Pernambuco não foram citados. Na verdade, o retorno ocorreu devido a “problemas” na origem, em função da estagnação econômica nos grandes centros urbanos, notadamente, no estado de São Paulo, durante a década de 1980.

Ao estudar a migração de retorno para a região Nordeste, Ribeiro, Carvalho e Wong (1996a, 1996b) apontaram que Pernambuco, Ceará e Maranhão foram os estados nordestinos que receberam o maior fluxo de retornados, especialmente do estado de São Paulo, durante os anos 1980. O estudo revelou que grande parte do retorno é familiar, formado pelo chefe de família, cônjuge e filhos que os acompanhavam. A população receptora se modifica (em termos de volume e perfil) pela volta dos retornados e migrantes não naturais, justificando a necessidade e a importância de avaliar este impacto.

Com enfoque na migração de retorno para as mesorregiões mineiras que apresentou elevado volume de retornados no intervalo 1981/1991 (386.560 mil), representando 47,6% do total da imigração interestadual, Ribeiro e Carvalho (1998), mais uma vez, atentaram para a importância da análise dos efeitos indiretos. No período em questão, 155.313 mil migrantes não naturais acompanharam os retornados que, em termos proporcionais, para cada 2,5 retornados, 1 migrante não natural o acompanhou.

A partir da análise dos efeitos da crise estrutural que assolou o país na “década perdida”, em especial o estado de São Paulo, Cunha (1998) evidenciou o aumento do fluxo migratório de retorno de São Paulo para a Bahia. Segundo o autor, quando comparado à década de 1970, o retorno migratório se intensificou nos anos 1980, especialmente para aqueles com mais tempo de residência em São Paulo. Por outro lado, as saídas da Bahia em direção a São Paulo não apresentou grandes mudanças, evidenciando o aumento da circulação de pessoas entre esses dois estados.

Os estudos de Baeninger (1998; 2000) destacaram o aumento no volume da migração interestadual de retorno desde a década de 1970. Num primeiro momento, ainda nos anos 1970, esse aumento ocorreu em função do processo de desconcentração das atividades econômicas, notadamente do estado de São Paulo, e do surgimento de polos regionais em regiões anteriormente estagnadas economicamente, como o Nordeste brasileiro. Posteriormente, a partir da década de 1980, observou-se a continuidade e o crescimento no número de retornados, dessa vez, como também apontado por Cunha (1998), devido à crise econômica que abalou o país nesse decênio. Os dados apontaram que nos anos 1970, a migração de retorno representava 11% da migração total do país e, na década de 1980, cresceu para 24,5%. Minas Gerais e o Nordeste, em especial os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco, tiveram as maiores participações na proporção de retornados entre 1981/1991.

Buscando analisar a emigração interestadual do estado de São Paulo, Cunha (2000) observou que, no período 1986/1991, 72% dos retornados se dirigiram para os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Paraná.

Lyra (2003) procurou identificar, no período 1970/2000, se a migração de retorno para Pernambuco originária do estado de São Paulo representava a reversibilidade do movimento de “ir e vir”. A autora evidenciou que as redes sociais, durante o processo de migração e de remigração, se mantiveram entre os estados, principalmente no agreste pernambucano. A expansão de atividades comerciais entre essas duas Unidades da Federação estimulou o contínuo e frequente “ir e vir”, nada podendo afirmar sobre a reversão dos movimentos, apesar do aumento do número de retornados.

Estudando o fluxo de retornados para o Paraná, Magalhães (2003) constatou que, no período 1981/1991, os maiores volumes procediam de localidades para os quais as saídas

foram mais intensas (regiões Sudeste, Centro Oeste e Sul, e os estados de São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina). O destino preferencial foram as mesorregiões do Norte Pioneiro, Meso Norte Central, Centro-Occidental, Noroeste e o município de Londrina. Além disso, na média estadual, mais de 50% da imigração interestadual foi decorrente do retorno e dos seus efeitos indiretos ²⁶.

Cunha e Baeninger (2005) ao estudarem os cenários da migração brasileira, revelaram que algumas tendências observadas na década de 1980 não se confirmaram nos anos 1990. Entretanto, com relação à migração de retorno, essa se manteve e cresceu ao passar de um volume de 1,2 milhões de pessoas na década de 1970, para 2,7 milhões entre 1981/1991, aumentando para 3,8 milhões no intervalo 1990/2000. Nos anos 1990, os maiores volumes de retornados se dirigiram para Minas Gerais, Paraná, Bahia, Pernambuco e Ceará. Os pesquisadores justificaram que esse fenômeno retratava as dificuldades dos migrantes permanecerem em tradicionais locais de atração, como o estado de São Paulo, castigado pelo aumento do desemprego e pela influência da desconcentração da atividade econômica em direção à periferia nacional.

Procurando verificar se o Programa Bolsa Família (PBF) afetava a migração inter-regional, Silveira Netto (2009), a partir de PNAD 2004, constatou que a transferência de renda age no sentido de diminuir as saídas de migrantes das regiões mais pobres para as áreas mais desenvolvidas. Entretanto, no que diz respeito à migração de retorno, os achados não apontaram para a influência do PBF sobre a remigração.

Fazendo uso do Censo Demográfico de 1991, Assis e Siqueira (2011) apontaram para a relevância da migração de retorno no Brasil, destacando a importância relativa do fluxo interestadual de retornados para a Paraíba. Os resultados mostraram que o estado de São Paulo — principal destino dos migrantes — se destacava no envio de retornados para o Nordeste. No caso da Paraíba, os retornados procediam, em sua maioria, do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em um estudo que analisava a influência do Programa Bolsa Família na decisão de migrar, a partir de informações da PNAD 2009, Gama (2012) concluiu que, no caso do

²⁶ Para maiores detalhes, veja Ribeiro (1988) e Magalhães (2003)

estado de Minas Gerais, o recebimento do benefício reduz a chance de migração, mas não afetava a decisão de retornar.

Com relação aos estudos específicos sobre a migração de retorno para o Ceará, até o momento, poucas pesquisas se dedicaram à análise dessa categoria de migrante ou modalidade migratória, apesar dessa UF se destacar como principal área de recepção de retornados. Os trabalhos que se debruçaram foram os de Queiroz (2003) e Queiroz e Baeninger (2010).

Queiroz (2003) estudou a origem, o destino e o volume do fluxo migratório (retornado e não natural) que se dirigiu para o Ceará entre 1990/2000. Os resultados apontaram que o número de retornados foi superior ao fluxo de não naturais, sendo que tanto os retornados quanto os não naturais, em grande parte, declararam como local de residência anterior a região Nordeste e o estado de São Paulo. Com relação ao destino, a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza atraiu o maior fluxo tanto de retorno quanto de não natural.

Procurando compreender as migrações recentes no Brasil, enfatizando a tendência de migração de retorno para o Ceará, Queiroz e Baeninger (2010) compararam informações sobre os movimentos migratórios com base no Censo Demográfico 2000 e nas PNADs 2004, 2006 e 2008. Os achados mostraram, no período 2003/2008, saldos migratórios positivos para o Ceará, com destaque para o fluxo de retornados, que representou 55% dos migrantes que se dirigiram para o estado.

A partir dessa breve sistematização de estudos sobre a migração de retorno, ficou clara a importância dessa temática que, paulatinamente, ganhou espaço na agenda acadêmica nacional. Entretanto, no caso do Ceará, apesar dessa UF ser citada inúmeras vezes como importante área de recepção de retornados, poucos trabalhos se dedicaram ao estudo. Diante dessa constatação, os Capítulos 3 e 4 procuram sanar tal lacuna, ao analisar a migração interestadual de retorno para o Ceará desde o primeiro Censo Demográfico que é possível ser estimado até o mais atual.

3.3. Procedimentos metodológicos

Esta seção descreve de modo detalhado a fonte de dados, o recorte geográfico e temporal, as definições e variáveis selecionadas para responder as questões e os objetivos propostos no presente capítulo.

Somente a partir do Censo Demográfico de 1980, pode-se contar com a amostra dos entrevistados que responderam o quesito sobre o local de residência anterior, tornando possível mensurar a migração de retorno. No Censo Demográfico de 1970, apenas os não naturais dos municípios responderam às questões sobre residência anterior (CARVALHO, 1982; RIBEIRO, CARVALHO e WONG, 1996b). Desse modo, utilizam-se como fonte de informações os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. A partir desse recorte temporal, o panorama evolutivo da migração interestadual de retorno será analisado, no curto prazo, para quatro quinquênios consecutivos: 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).

O estado do Ceará, os municípios de nascimento e de não nascimento são as unidades espaciais de investigação. A escolha por essa desagregação justifica-se pela possibilidade de apontar com maior especificidade para a distribuição espacial dos retornados no estado — marcado por diferenças físicas, sociodemográficas e econômicas e, com isso, melhor caracterizá-la.

Convém ratificar e esclarecer que este capítulo centra-se no efeito direto da migração interestadual de retorno, mesmo sabendo da importância do efeito indireto. Segundo Ribeiro, Carvalho e Wong (1996a, p.956): “O efeito direto [...] é definido como o retorno de naturais da região analisada. O efeito indireto [...] considera dois componentes: [...] imigração de não naturais, associada ao retorno de naturais; e [...] nascimentos na região de destino, de filhos de naturais retornados”.

A justificativa por esse recorte deve-se ao objetivo principal desta tese, que é analisar a inserção do retornado no mercado de trabalho cearense (Capítulo 4), e a partir disso testar a presença de viés de seleção para o migrante de retorno vis-à-vis ao não migrante e ao migrante não natural (SANTOS JÚNIOR, 2002; RAMALHO e MOREIRA, 2006; MEDEIROS e SIQUEIRA, 2010).

As próximas subseções descrevem os procedimentos, as definições e as variáveis selecionadas na mensuração da migração interestadual de retorno em uma única etapa (RIBEIRO; CARVALHO e WONG, 1996a) e a migração interestadual com mais de uma etapa (retornado de curto prazo) (RIGOTTI, 1999; BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI, 2012; BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012).

3.3.1. Retorno interestadual com somente uma etapa

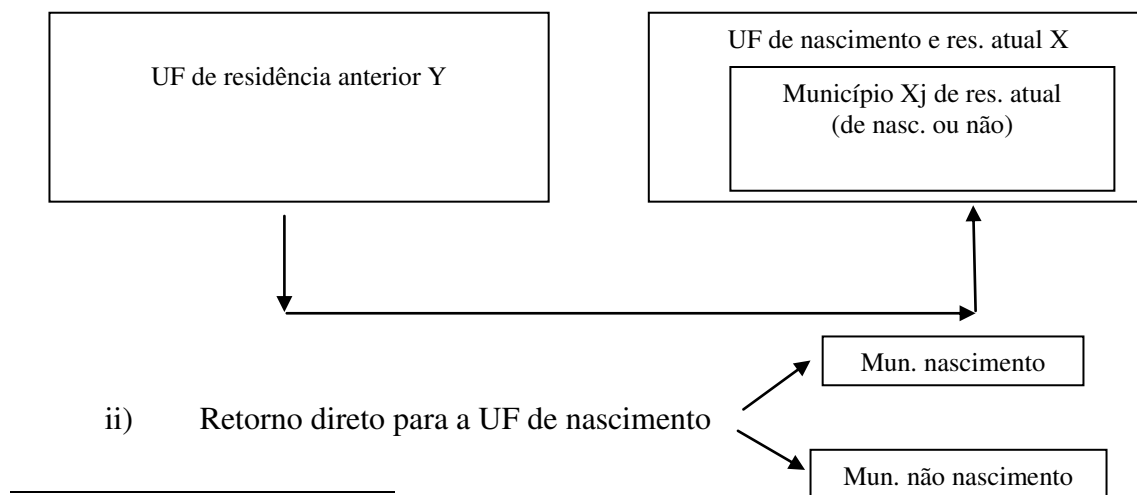
Tomando como base a mensuração direta da migração ²⁷ utilizada por Ribeiro, Carvalho e Wong (1996b), o retorno será classificado em dois tipos: i) retorno para a UF de nascimento e ii) retorno para o município de nascimento ou município de não nascimento.

Os diagramas abaixo sintetizam a origem e o destino do fluxo do migratório de retorno.

i) Retorno direto para a UF de nascimento

Nessa situação, não importa se o retorno interestadual foi para o município de nascimento ou município de não nascimento, mas dentro da UF/Ceará.

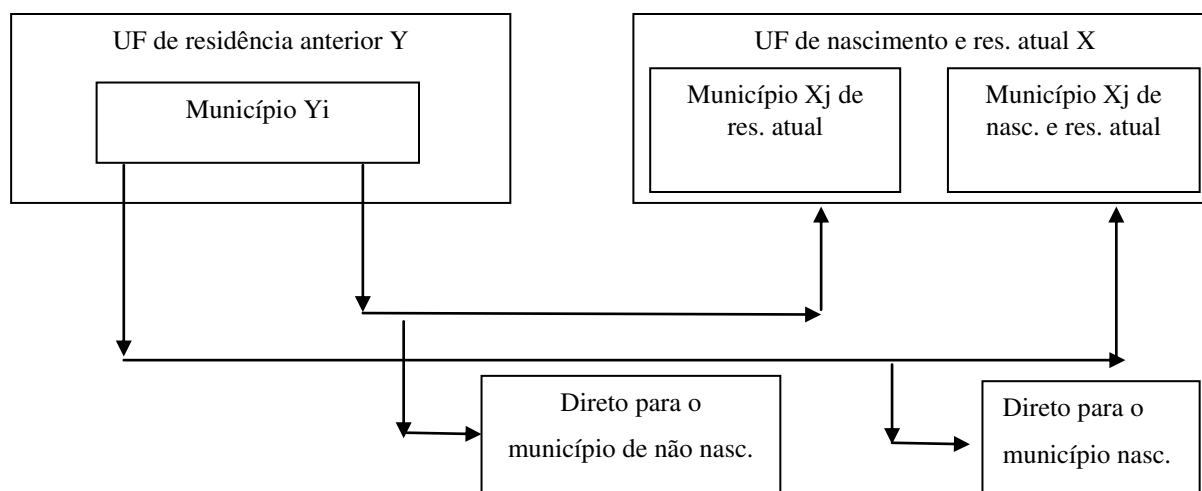
Diagrama 1
Retorno para a UF de nascimento



²⁷ Conforme Rigotti (1999, p. 35): “Chama-se técnicas diretas o processo de estimação através da utilização dos quesitos censitários referentes aos migrantes [...]”.

Nesse caso, o retorno migratório para a UF de nascimento com somente uma etapa (direto) é subdividido em dois grupos: i) aqueles que retornaram direto para o município de nascimento e ii) aqueles que retornaram direto para o município de não nascimento, conforme mostra o Diagrama 2.

Diagrama 2
Retorno para o município de nascimento e de não nascimento



Como no Censo Demográfico de 1980 era somente possível estimar a migração de última etapa, dado que o quesito sobre a migração em uma data fixa (há exatamente cinco anos) foi introduzido a partir do Censo Demográfico de 1991, os migrantes interestaduais de retorno foram definidos conforme abaixo.

Migração interestadual de última etapa – Censo Demográfico de 1980 (1975/1980)

Migrante de retorno estadual — indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado, mas há menos de cinco anos morava em outra Unidade da Federação.

Migrante de retorno para o município de nascimento — indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no município de nascimento, mas há menos de cinco anos morava em outra Unidade da Federação.

Migrante de retorno para o município de não nascimento — indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no município de não nascimento, mas há menos cinco anos residia em outra Unidade da Federação.

Migração interestadual de data fixa – Censos Demográficos de 1991 (1986/1991), 2000 (1995/2000) e 2010 (2005/2010)

Migrante de retorno estadual – indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

Migrante de retorno para o município de nascimento – indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no município de nascimento, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

Migrante de retorno para o município de não nascimento – indivíduo natural do Ceará, com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no município de não nascimento, mas em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.

As variáveis necessárias para a mensuração do retorno interestadual de última etapa e de data fixa com uma única etapa estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Migração interestadual de retorno com somente uma etapa: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010

Censo Demográfico – 1980 – Última etapa (1975/1980)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V512	UF de nascimento	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V513	Nasceu neste município	1-Sim 2-Não	
V517	Tempo de residência no município	Número de anos completos	Tempo < 5 anos
V518	UF do mun. de residência anterior	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V606	Idade em anos	Em anos completos	Idade >= 5 anos
Censo Demográfico – 1991 – Data fixa (1986/1991)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0314	Nasceu neste município	1-Sim e sempre morou neste 2-Sim, mas já morou em outro 3-Não nasceu	
V0316	UF ou País estrangeiro de nascimento	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V0321	UF e Mun. ou País estrangeiro em que morava em 01/09/1986	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
Censo Demográfico – 2000 – Data fixa (1995/2000)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0417	Nasceu neste município	1-Sim 2-Não 3-Branco para os não migrantes	
V0418	Nasceu nesta UF	1-Sim 2-Não 3-Branco para os não migrantes	
V4260	Cód. da UF ou País de residência em 31/07/1995	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
Censo Demográfico – 2010 – Data fixa (2005/2010)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0618	Nasceu neste município	1-Sim e sempre morou 2-Sim, mas morou em outro Mun. ou País estrangeiro 3-Não	
V0619	Nasceu nesta UF	1-Sim e sempre morou 2-Sim, mas morou em outra UF ou País estrangeiro 3-Não	
V6262	UF de residência em 31/07/2005	Código conforme estabelecido pelo IBGE	

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

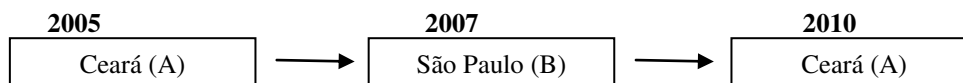
A subseção seguinte apresenta as definições e variáveis necessárias para o cálculo da migração interestadual com mais de uma etapa (retornado de curto prazo).

3.3.2. Retorno de curto prazo com mais de uma etapa

Através da categoria de imigrante de retorno de curto prazo, é possível estimarmos a migração com mais de uma etapa no intervalo de cinco anos (RIGOTTI, 1999; BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI, 2012; BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012), também denominada de migração de retorno pleno (BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI, 2012). De maneira distinta da definição empregada por Ribeiro, e Carvalho e Wong (1996b), em Rigotti (1999), migrante de retorno não se refere somente aos naturais dos municípios/estado, mas àqueles (natural ou não natural) que no curto prazo (quinquênio) deslocaram-se entre duas ou mais localidades.

Nesse sentido, com base em Rigotti (1999); Baptista, Campos e Rigotti (2012); e Brito, Rigotti e Campos (2012), entende-se por imigrante de retorno de curto prazo, o movimento de saída do Ceará e de volta para o próprio estado, no intervalo de cinco anos. Tomemos como exemplo o Censo Demográfico 2010 e o Diagrama 3. A situação seria a seguinte: o indivíduo declarou no quesito data fixa que residia em A (Ceará) no ano de 2005 e o estado B (São Paulo) como local de residência anterior (2007), mas na data do Censo Demográfico 2010 foi recenseado no Ceará (A). “Desse modo, portanto, torna-se possível conhecer a data e o local de origem da migração, uma etapa intermediária do movimento e, também, a data e o local de destino da migração (daí o termo pleno)” (RIGOTTI, 2000, p.120).

Diagrama 3
Retornado de curto prazo quinquenal



Para estimar a migração com etapas intermediárias, Rigotti (1999) trabalhou simultaneamente com a matriz migratória de última etapa e a matriz migratória de data fixa,

tornando possível mensurar a imigração de retorno de curto prazo (ou retorno pleno) e a emigração de passagem (ou migração por etapas). Nas palavras do autor:

A diferença entre as matrizes de última etapa e data fixa reflete alguns dos aspectos resultantes do processo migratório ocorrido durante o período. Torna-se, assim, factível elaborar uma tipologia para as regiões em análise levando-se em conta a magnitude do número de migrantes de última etapa em relação aos de data fixa, a fim de se avaliar a importância da migração de retorno pleno e da emigração de passagem, bem como das duas diferentes etapas, captáveis pelo censo, envolvidas na dinâmica migratória (RIGOTTI, 1999, p.50).

Somente a partir do Censo Demográfico de 1991, com a introdução do quesito data fixa, combinado com o quesito de última etapa, foi possível calcular essas duas categorias de migrantes. Para a confecção das mesmas foram selecionadas as variáveis apresentadas abaixo. Lembrando que esse estudo se deteve ao fluxo da imigração de retorno de curto prazo.

Quadro 2 – Migração interestadual com mais de uma etapa (imigrante retornado de curto prazo): variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo Demográfico – 1991 – Última etapa e data fixa (1986/1991)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0317	Anos em que mora na UF	Número de anos completos	Tempo < 5 anos
V3072	Idade	Em anos completos	Idade >= 5anos
V0319	UF e Mun. ou País estrangeiro que morava antes	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V0321	UF e Mun. ou País Estrangeiro em que morava em 01/09/1986	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
Censo Demográfico – 2000 – Última etapa e data fixa (1995/2000)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0422	Tempo de moradia na UF	Número de anos completos	Tempo < 5 anos
V4752	Idade	Em anos completos	Idade >= 5anos
V4230	Cód. da UF ou País de residência anterior	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V4260	Cód. da UF ou País de residência em 31/07/1995	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
Censo Demográfico – 2010 – Última etapa e data fixa (2005/2010)			
Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
V0623	Tempo de moradia na UF	Número de anos completos	Tempo < 5 anos
V6036	Idade	Em anos completos	Idade >= 5anos
V6252	UF de residência anterior	Código conforme estabelecido pelo IBGE	
V6262	UF de residência em 31/07/2005	Código conforme estabelecido pelo IBGE	

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em suma, a migração interestadual de retorno para o Ceará será analisada, inicialmente, em uma única etapa para dois níveis de desagregação: UF de nascimento (Ceará), e município de nascimento e município de não nascimento. Em seguida, a análise será do fluxo migratório com mais de uma etapa para o nível de desagregação estadual. Nessa situação, o imigrante retornado de curto prazo pode ser natural ou não natural do Ceará.

3.4. Migração interestadual de retorno com uma única etapa – 1975-2010

3.4.1. O Ceará no contexto nacional da migração de retorno

Esta seção centra-se na análise evolutiva e comparativa da migração interestadual de retorno em uma única etapa, ou seja, direto para a UF de nascimento. Considerou-se como retornado o indivíduo com cinco anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado de nascimento e há menos de cinco anos (última etapa) ou exatamente cinco anos antes do recenseamento (data fixa) morava em outra Unidade da Federação. O recorte temporal é o período de 1975 a 2010, para quatro quinquênios consecutivos: 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa).

O objetivo é demonstrar a importância dessa categoria de migrante nas migrações internas, com ênfase no fluxo para o Ceará, que tem se destacado como principal área de recepção de retornados (QUEIROZ e BAENINGER, 2010). Nas palavras de Andrade e Dedecca (2002):

A despeito da queda sistemática dos fluxos migratórios em todas as regiões e mesmo que se verifique que o fluxo Nordeste-Sudeste ainda seja importante, a chamada migração de retorno tem tomado a atenção de estudiosos do tema (ANDRADE; DEDECCA, 2002, p.1).

Com base nas informações contidas na Tabela 7, constatou-se que o retorno interestadual sempre esteve presente nas trajetórias populacionais do país, compondo parte importante dos movimentos migratórios, com tendência crescente durante os três primeiros

quinquênios (1975/1980, 1986/1991 e 1995/2000) e sutil inflexão no último intervalo (2005/2010).

Entre 1965/1970, 654.958 mil pessoas retornaram para os estados de nascimento, ou 13,68% do total da imigração interna (Tabela 7). A partir dos anos 1980, esse fenômeno se intensificou e registrou um volume de um milhão de retornados (20,11%) no intervalo 1986/1991. Tal tendência permaneceu na década de 1990, com aproximadamente 1,1 milhão de indivíduos (21,92%) retornando entre 1995/2000. Todavia, no Brasil do século XXI (2005/2010), quando comparado aos anos 1990, o retorno apresentou ligeiro arrefecimento, envolvendo cerca de um milhão de pessoas ou 21,53% da migração interna.

Tabela 7 – Imigrante de retorno e participação relativa no total de imigrantes segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – Brasil – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Regiões e Unidades da Federação	Imigrante de retorno							
	75/80	86/91	95/00	05/10	Participação relativa no total de imigrantes (%)			
					75/80	86/91	95/00	05/10
RO	1.690	2.092	6.091	6.762	1,06	1,65	7,31	10,27
AC	492	2.193	2.785	2.124	6,03	16,89	20,43	15,30
AM	2.548	3.711	8.619	7.277	6,35	6,25	9,62	10,18
RR	225	497	1.011	1.621	1,92	1,41	2,12	6,34
PA	9.473	17.491	27.795	26.126	4,26	8,23	15,27	16,13
AP	575	1.556	2.327	2.529	4,61	6,58	5,22	6,83
TO	#	10.764	14.270	12.970	#	13,07	14,95	15,13
NORTE	15.003	38.304	62.897	59.410	3,30	6,92	11,30	12,87
MA	9.071	34.998	43.186	40.913	10,73	33,83	42,84	38,71
PI	11.306	28.238	40.997	28.695	23,03	38,71	46,20	38,98
CE	31.419	63.056	78.469	49.003	38,42	51,83	48,17	43,61
RN	17.336	27.660	27.748	20.434	30,73	36,60	35,61	30,17
PB	24.847	43.050	50.154	39.222	37,58	48,42	49,17	40,84
PE	52.909	73.553	73.554	54.049	36,25	42,85	44,61	36,40
AL	10.384	17.005	23.239	20.274	20,20	27,93	41,52	37,83
SE	9.094	14.298	13.510	13.502	22,32	25,54	25,92	25,46
BA	33.846	61.005	108.097	86.637	18,58	32,69	43,14	37,80
NORDESTE	200.212	362.862	458.955	352.728	26,40	38,70	43,47	37,53
MG	129.118	155.323	161.045	111.448	38,40	41,77	35,96	29,60
ES	18.140	24.955	21.831	18.744	17,51	18,43	16,90	14,33
RJ	29.977	37.670	49.351	47.112	7,59	14,87	15,43	17,42
SP	135.235	130.840	116.431	156.875	8,65	9,39	9,51	15,82
SUDESTE	312.470	348.787	348.658	334.178	13,03	16,20	16,44	18,89
PR	32.433	93.542	94.654	79.043	15,60	34,76	31,84	29,04
SC	25.937	36.459	34.962	39.011	20,32	21,41	17,51	12,95
RS	28.612	49.312	40.435	39.924	36,36	43,15	35,66	38,91
SUL	86.982	179.313	170.050	157.978	21,00	32,39	27,86	23,36
MS	11.121	15.929	14.997	16.139	7,77	12,84	15,35	16,31
MT	5.955	8.062	19.646	11.499	3,33	3,55	11,81	7,99
GO	17.978	48.400	54.294	47.787	10,01	18,06	14,57	13,13
DF	5.237	6.376	9.482	19.939	2,01	3,27	4,39	10,47
C. OESTE	40.291	78.768	98.419	95.364	5,29	9,67	11,54	11,96
BRASIL	654.958	1.008.034	1.138.979	999.658	13,68	20,11	21,92	21,53

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Nota (1): Exclusive Brasil sem especificação, país estrangeiro sem especificação e nascido no exterior.

A partir desse breve panorama surge a seguinte questão: o recente declínio no volume de retornados, revelado pelo Censo Demográfico 2010, permanecerá durante a segunda década do século XXI? A migração interestadual de retorno “perdeu a importância”? Provavelmente não, o percentual de retornados manteve-se em torno dos 20% do total da imigração durante os três últimos interregnos (Figura 20).

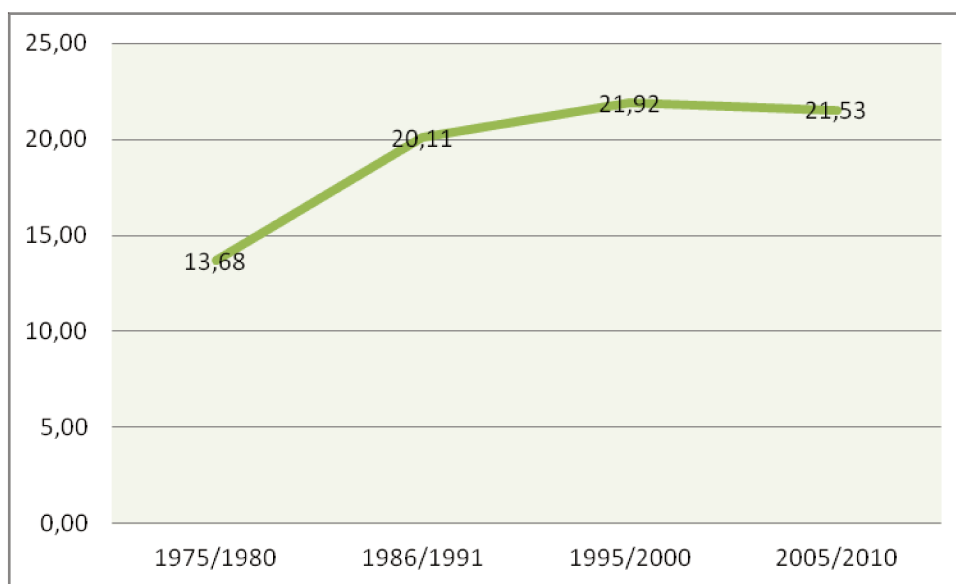


Figura 20 – Evolução da migração interestadual de retorno na participação relativa no total de imigrantes – Brasil – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 7.

Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 21) ratificam tal afirmação:

Utilizando as informações de data fixa, aqueles imigrantes que regressaram ao seu estado de origem aumentaram, em termos absolutos até o final do século, contudo diminuem na primeira década deste século (Tabela 8). Contudo, as proporções, nos dois últimos períodos analisados, praticamente não se alteraram, o que indica a manutenção da importância relativa da imigração de retorno.

Quanto ao fluxo de retorno segundo Grandes Regiões, as informações na Tabela 7 mostram comportamentos distintos. A região Norte, apesar de apresentar a menor proporção de retornados, foi a única que aumentou de maneira ininterrupta a sua participação. Esse resultado é devido a mesma tipificar como área de absorção migratória (BAENINGER, 1999) ao atrair migrantes de toda parte do país, notadamente das regiões

Sul e Nordeste (MARTINE, 1994), durante o ciclo de expansão de sua fronteira agrícola, construção da rodovia Transamazônica e projetos de mineração. Em nível estadual, Acre, Pará e Tocantins foram as UFs com maior atração de retornados.

Com relação ao Nordeste, durante os quatro momentos em estudo, essa região atraiu a maior proporção de retornados em relação ao seu total de imigrantes, dinâmica já esperada. No interregno 1975/1980, o fluxo foi de 26,40%, aumentou para 38,70% no período 1986/1991, alcançou o patamar de 43,47% entre 1995/2000 e declinou para 37,53% no interregno 2005/2010, mas permaneceu como principal destino. A partir dessa tendência, fica evidente a importância dessa categoria de migrante na composição dos fluxos que se dirigiram para as UFs do Nordeste. Nos quatro interregnos, todos os estados da região (com exceção do Maranhão, entre 1975/1980) apresentaram proporção de retornados acima da média nacional, Sergipe teve a menor participação (em torno de 25%) e o Ceará a maior (cerca de 45%).

Quanto ao retorno para o Ceará, principal objeto de estudo desta tese, nos quatro intervalos em observação, durante três quinquênios (1975/1980, 1986/1991 e 2005/2010), esse estado se destacou ao receber a maior proporção de retornados no conjunto do país, com participação de 38,42%, 51,83% e 43,61%, respectivamente. Somente no interregno 1995/2000, a Paraíba (49,17%) ligeiramente superou a participação cearense (48,17%).

Outro importante resultado revelou que, durante todo o período, apesar de o Ceará superar os percentuais de retornados para Minas Gerais, essa UF sempre foi notificada em diversos estudos e na mídia em geral como estado de grande recepção de naturais que voltaram para o estado de nascimento. De fato, é verdade, mas se justifica em função do número absoluto de mineiros que partiram ultrapassar o volume das saídas do Ceará.

No que diz respeito ao Sudeste, essa região sempre se posicionou em terceiro lugar, atrás do Nordeste e do Sul (tradicionais áreas de perda populacional), mas com participação crescente a cada intervalo, aumentando de 13,03% para 18,89% entre 1975/1980 e 2005/2010, respectivamente. Do ponto de vista estadual, o grande destaque ficou por conta de Minas Gerais. Entre 1975/1980, essa UF recebeu 38,40% de retornados em relação ao seu total de imigrantes, contra 17,51% do Espírito Santo, 8,65% de São Paulo e 7,59% do Rio de Janeiro. No interregno seguinte (1986/1991), Minas atraiu mais retornados (41,77%), porém, desde os anos 1990, tal tendência desacelerou, com participação de

35,96% entre 1995/2000, passando para 29,60% no intervalo 2005/2010. Por sua vez, a imigração de retorno de curto prazo aumentou, ou seja, o movimento de saída e volta para Minas Gerais, no intervalo de cinco anos, intensificou-se em termos absolutos e relativos, ao passar de 123.896 mil pessoas (21,67%) para 166.775 mil (30,70%), entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente (BRITO, RIGOTTI e CAMPOS, 2012).

Em relação aos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, tradicionais polos de recepção de migrantes interestaduais (BRITO, 1997; BAENINGER, 1999; CUNHA e BAENINGER, 2005; BRITO e CARVALHO, 2006), os resultados dos dois últimos Censos Demográficos apontaram para ligeiro aumento na importância do retorno na composição de suas entradas. São Paulo aumentou em termos absolutos (de 116.431 mil para 156.875 mil) e relativos (de 9,51% para 15,82%) entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. O Rio de Janeiro teve acréscimo na sua participação relativa (de 15,43% para 17,42%) e sensível declínio em números absolutos (de 49.351 mil para 47.112 mil).

Tais achados ratificam as evidências encontradas por Baeninger (2012, p. 34) para o início do século XXI. Segundo a autora:

O contexto atual da economia e da reestruturação produtiva, em anos recentes, induziu um novo dinamismo às migrações no Brasil, onde os fluxos mais volumosos são compostos de idas-e-vindas, refluxos, reemigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino –, onde as migrações assumem um caráter mais reversível (DOMENACH e PICOUE, 1990) do que nas explicações que nos pautávamos até o final do século 20.

No tocante ao Sul do país, durante todos os intervalos, essa região figurou em segundo posto na atração de retornados. Essa dinâmica está vinculada às suas tradicionais perdas líquidas populacionais, representando o refluxo da saída em massa, entre as décadas de 1960 e 1970, para áreas de fronteiras agrícolas do Centro Oeste e do Norte, além do estado de São Paulo (MARTINE, 1994). Nesse contexto, entre 1965/1970 e 1986/1991, a proporção de retornados aumentou de 21% para 32,39%, respectivamente. Contudo, desde os anos 1990, o contingente relativo diminuiu para 27,86% entre 1995/2000, baixando para 23,36% no último período (2005/2010).

A análise estadual mostrou que esse fenômeno se distribuiu de modo diferenciado. Santa Catarina, nos dois primeiros quinquênios, recebeu proporção de retornados (20,32% e

21,41%, respectivamente) semelhante à média brasileira e, nos dois últimos períodos, diminuiu a sua participação (de 17,51% para 12,95%, respectivamente), posicionando-se abaixo da média do país. O Paraná, tradicional polo de expulsão (MAGALHÃES, 2003; RIPPEL, 2005), a partir dos anos 1980, superou a média nacional, com participação de 34,76% entre 1986/1991, mas decresceu nos dois intervalos seguintes (31,84% e 29,04%). O Rio Grande do Sul, por sua vez, durante todo o período se destacou ao configurar com percentuais acima da média nacional, inclusive com participação crescente entre 1995/2000 (35,66%) e 2005/2010 (38,91%), enquanto a maioria dos estados declinou.

A dinâmica migratória gaúcha é semelhante à cearense e à mineira ao se caracterizar durante décadas como área de perda populacional, mas, desde os anos 1980 — aos poucos —, essa tendência se altera a partir do descenso no ritmo de crescimento das taxas de emigração e aumento nas taxas de imigração (JARDIM e BARCELLOS, 2011). Com relação à migração de retorno, de acordo com as referidas autoras (2011, p. 138), “[...] é relevante notar que as maiores proporções de retorno têm origem em estados das regiões Norte e Centro-Oeste, para as quais se deslocou grande contingente de gaúchos oriundos do campo, principalmente nos anos 70”.

O Centro Oeste, como esperado, apresentou percentuais de retornados bem abaixo da média nacional, mas com participação crescente entre os Censos Demográficos. Essa dinâmica, em parte, é resultado da expansão da sua fronteira agrícola e da construção da capital do país que, desde os anos 1950, atraíram nordestinos e mineiros (“candangos”), tornando o Centro Oeste uma importante área de destino (CAMARANO e BELTRÃO, 2000). O retorno segundo UFs apontou Goiás como o mais atrativo, com participação crescente nos quatro períodos, mas com valores inferiores à média nacional (em torno de 10 a 18%). Por sua vez, o Distrito Federal recebeu a menor proporção, mas com crescimento significativo de 4,39% para 10,47%, entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente. Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso também figuram com valores abaixo da média nacional.

Depois de traçarmos o quadro geral da migração interestadual de retorno no país durante o período de 1975 a 2010 e revelarmos as principais rupturas e tendências, comprovamos a importância dessa categoria de migrante na composição dos fluxos cearenses. Assim, as próximas subseções estão voltadas, exclusivamente, para a análise do

movimento migratório interestadual de retorno para o Ceará em uma única etapa e com mais de uma etapa.

3.4.1.1. Retorno para o estado

Antes de analisarmos a migração interestadual de retorno, é pertinente caracterizarmos, ainda que brevemente, a composição por sexo e idade dos envolvidos nesse processo. Conforme as pirâmides etárias abaixo, a proporção de homens retornados sempre superou ligeiramente a participação de mulheres retornadas (Figura 21).

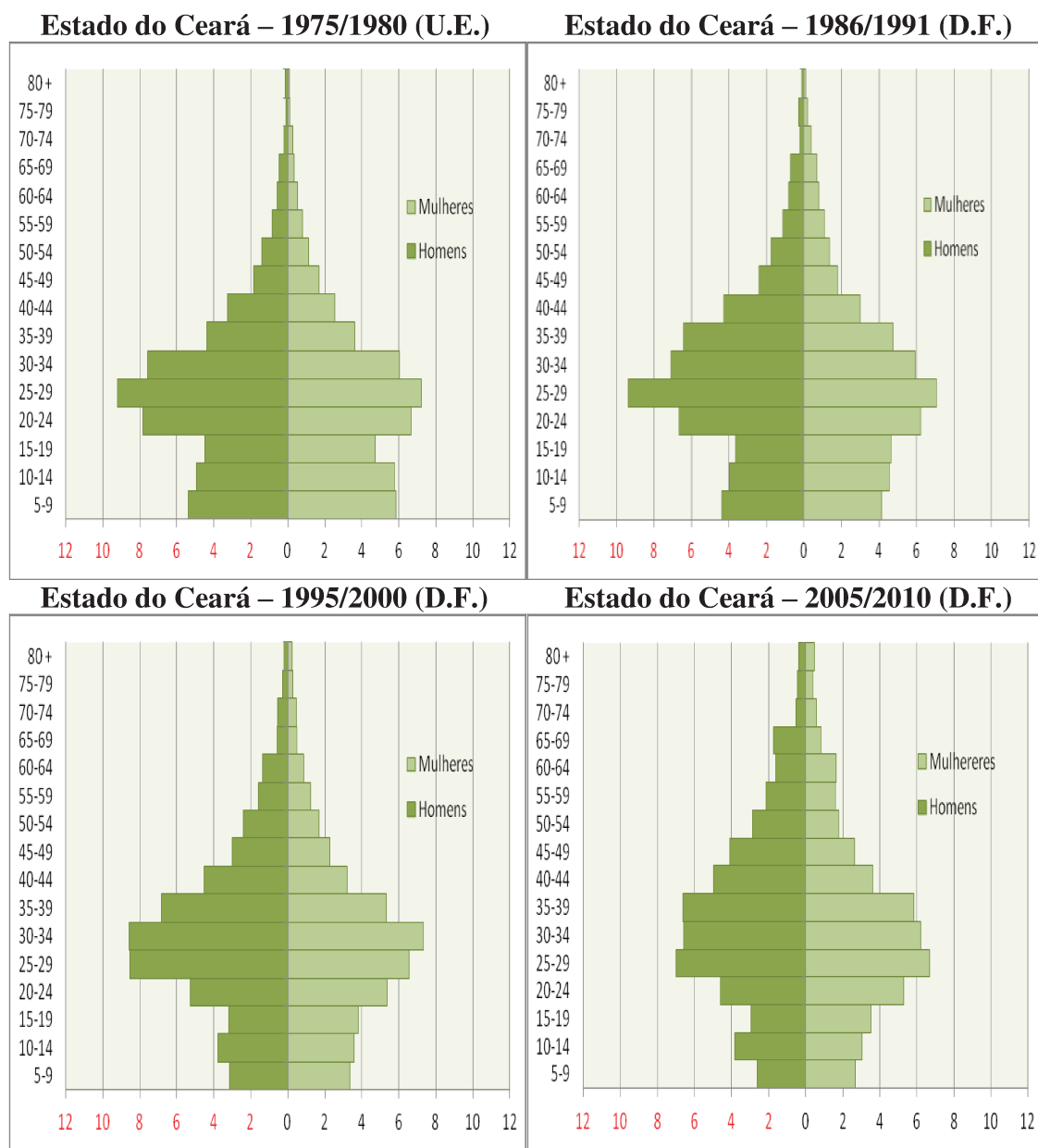


Figura 21 – Pirâmides etárias da população retornada – Imigrante interestadual de retorno de última etapa (1975/1980) e de data fixa (1986/1991, 1995/2000, 2005/2010) Estado do Ceará – 1975-2010

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Com relação à idade, tanto homens quanto mulheres foram maioria no grupo etário entre 20 a 39 anos, com o intervalo modal para ambos os sexos na faixa etária de 25 a 29 anos (1975/1980, 1986/1991 e 2005/2010), com exceção do interregno 1995/2000, que se concentrou no grupo de 30 a 34 anos idade.

Essa análise preliminar revelou “seletividade” na migração interestadual de retorno para o Ceará, dado que a maioria são pessoas em idade produtiva, enquanto a contribuição de crianças, jovens e idosos é pequena. Os dados na Figura 21 mostraram que, entre 1986/1991, a participação de crianças entre 5 a 9 anos de idade foi de 4,4% para os homens e de 4,2% para as mulheres, diminuindo para 2,6% (homens) e 2,7% (mulheres), no interregno 2005/2010. Tal resultado, possivelmente tem relação com o declínio na taxa de fecundidade, conforme descrito no Capítulo 1.

Os estudos sobre migração internacional apontam dois motivos para o retorno ao local de nascimento na idade produtiva. De um lado, a concentração de pessoas (homens e mulheres) nos grupos de jovens adultos (20 a 39 anos) sugere um possível fracasso no local de destino, com o retorno sendo a melhor opção, ao invés de seguir para outro destino (NEWBOLD, 2001; NEWBOLD e BELL, 2001). Os supracitados autores apontam o desemprego, a baixa remuneração e dificuldades ao acesso à moradia como os motivos do retorno à terra natal. Por outro lado, Vadean e Piracha (2009) concluem que a chegada de indivíduos na idade produtiva pode representar o cumprimento de uma meta de poupança, ilustrando caso de sucesso. Dustmann e Kirchkamp (2002) apontam que caso os retornados sejam qualificados, isso representa um ganho para o local de nascimento. No tocante aos idosos, o retorno após os 60 anos de idade configura um evento planejado, com a volta após a aposentadoria, representando sucesso (COHEN e HABERFELD, 2001; DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2002).

Com relação ao Ceará, a partir dessas colocações e da constatação da elevada proporção de retornados nas faixas centrais das pirâmides etárias e do aumento relativo de idosos, é possível que essa população contribua com o desenvolvimento do estado, caso represente: a) um grupo positivamente selecionado, a partir do conhecimento adquirido no mercado de trabalho de destino/outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009); b) tenha passado pelo processo de adaptação progressiva ou sobrevivência dos mais fortes (MARTINE, 1980) no local de destino; c) retorne após a aposentadoria (VADEAN e PIRACHA, 2009). O Capítulo 4 aborda essa questão ao analisar e comparar as características pessoais, ocupacionais e de rendimento entre o migrante de retorno vis-à-vis ao migrante não natural e ao não migrante.

Quanto ao volume do fluxo interestadual de retorno, os resultados revelaram duas fases: a primeira caracterizada pelo número crescente, entre os três primeiros interregnos, e a segunda pela inflexão no último quinquênio (Figura 22), contudo, conforme descrito na seção anterior (Tabela 7), o Ceará manteve-se como o principal estado, em termos proporcionais, na recepção de retornados.

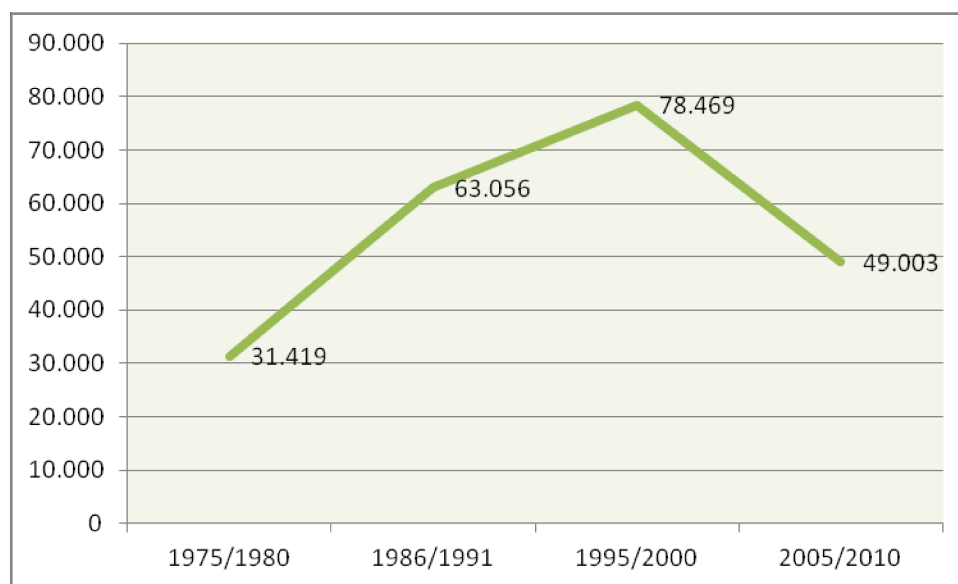


Figura 22 – Volume da migração interestadual de retorno – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 8

No tocante ao primeiro intervalo (1975/1980), retornaram 31.419 mil pessoas para o Ceará, representando 38,42% do total de suas entradas (Tabela 8), se destacando, já na década de 1970, como a principal área de recepção de retornados. Questões relacionadas à seletividade migratória estariam por trás dessa dinâmica? Ou seja, nem todos que partiram foram absorvidos no mercado de trabalho de destino, ou conseguiram passar pelo processo de adaptação progressiva ou sobrevivência dos mais fortes (MARTINE, 1980). Ou seria a situação de uma volta planejada (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2002), após aposentadoria (VADEAN e PIRACHA, 2009), aquisição de experiência no mercado de trabalho em outro estado (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009)? O Capítulo 4 que trata da migração interestadual de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense aprofundará essa discussão.

Lee (1980) destacou os obstáculos intervenientes, ou melhor, as diferenças culturais ou o “choque” cultural (sotaque, crença, hábitos alimentares, clima etc.) como elementos que fazem parte do processo migratório e dificultam a adaptação do migrante no local destino. A saudade do convívio familiar, dos amigos, do local de nascimento e das raízes são outros fatores que influenciam os migrante, definido por Sjaastad (1980) como os custos psicológicos da migração e, possivelmente, estimulou o retorno já nos anos 1970.

Os anos 1980, conhecidos na literatura econômica como a “década perdida”, devido aos altos índices de inflação, baixo crescimento econômico e elevada taxa de desemprego, do ponto de vista migratório, repercutiram sobre o volume de retornados. Entre 1975/1980 e 1986/1991, o número daqueles que voltaram para o Ceará mais do que duplicou, aumentando de 31.419 mil pessoas para 63.056 mil, passando de 38,42% para 51,83%, a representatividade do retorno na composição das imigrações cearenses (Tabelas 7 e 8 e Figura 22).

A década de 1990, sob a ótica econômica, é caracterizada pelo processo de abertura econômica, adoção de políticas neoliberais, reestruturação produtiva e fechamento de inúmeras empresas nos diferentes setores da atividade econômica. A população brasileira passou a conviver, ao mesmo tempo, com inflação galopante e altas taxas de desemprego nunca antes vistas (QUEIROZ, 2003; QUEIROZ; COSTA JÚNIOR, 2008).

Nesse aspecto, segundo Andrade e Dedecca (2002, p. 2):

A década de 1990 parece ter produzido, portanto, um quadro desfavorável para a população mais exposta ao processo de migração. As maiores dificuldades em se estabelecer no local de destino, através da obtenção de uma condição econômica capaz de proporcionar condições dignas de sobrevivência, induz movimento de retorno ou trajetórias itinerantes para uma parte ponderável daqueles que migram.

Em termos migratórios, parece que os cearenses sentiram o efeito do baixo desempenho econômico e do crescente desemprego e decidiram retornar ou permanecerem na origem (Ceará). Num contexto de crise, é provável que o local de nascimento/residência base seja mais seguro (DOMENACH e PICOUE, 1990), o apoio familiar e as redes de contato figurem como elementos importantes na atração (SCOTT, 1996). Nesse cenário, o quinquênio 1995/2000 se destacou como o período de maior volume de retornados (78.469 mil), representando 48,17% do total de imigrantes (Tabela 7 e Figura 22).

Como a migração tem um local de origem e outro de destino, não foi somente o baixo dinamismo econômico na origem (outros estados) que influenciou o retorno. O Ceará, local de destino, desde os anos 1980 e, principalmente, durante a década de 1990, se destacou com taxa de crescimento econômico e participação na geração de empregos formais acima da média nacional e regional, estimulando o retorno e, simultaneamente, mantendo a população no estado (QUEIROZ, 2003).

No tocante à primeira década do século XXI, especialmente o período pós 2004, a trajetória econômica e social do país foi distinta da notificada entre os anos 1980 e 1990. Assistiu-se a recuperação dos indicadores macroeconômicos (crescimento médio do PIB de 4,4, entre 2004-2010) com resultados positivos sobre o quadro social (minoração da pobreza, extrema pobreza e exclusão social) em conjunto com o descenso na taxa de desemprego, aumento no rendimento do trabalho e do crédito (SCALON 2005; NERI 2007; SERRANO e SUMA, 2011; QUADROS, 2011).

Quanto às migrações, as tendências de aumento no número de retornados vislumbrados nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 não se confirmaram em 2010. O volume passou de 78.469 mil pessoas entre 1995/2000 para 49.003 mil, no intervalo 2005/2010 (Tabela 8). Na verdade, o Ceará seguiu tal qual a tendência nacional de descenso no volume da migração interestadual de retorno, que nesse intervalo diminuiu de 1.138.979 milhões de pessoas para 999.658 mil (Tabela 7).

É importante ressaltar que das 26 Unidades da Federação, além do Distrito Federal, somente sete tiveram acréscimo no número absoluto de retornados (Rondônia, Roraima, Amapá, São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal). Contudo, em termos relativos, o Ceará permaneceu atraindo a maior proporção de retornados em relação ao seu total de imigrantes (43,61%). Nesse sentido, o retorno deverá manter-se como a modalidade migratória, dada a relevância relativa desse fluxo na composição das suas entradas.

Ademais, com a perspectiva de crescimento econômico, melhoria na conformação dos espaços (infraestrutura) e geração de empregos, ainda que precários²⁸, são elementos

²⁸ Veja Costa (2011), e Aparício e Queiroz (2012).

importantes na atração e, principalmente, na retenção da população. De acordo com Costa (2009, p.75):

[...] por falar em contexto expansionista, acredita-se que a evolução do emprego no Estado do Ceará tende a manter essa tendência de crescimento dos últimos anos, em decorrência dos inúmeros investimentos a serem realizados no estado, especificamente em 2009 e 2010, além dos investimentos inerentes à Copa de 2014, estimados inicialmente em R\$ 9,4 bilhões. Para os próximos dois anos, são R\$ 5 bilhões de investimentos, dos quais R\$ 3 bilhões, em 2009. Sem falar em 2014, são investimentos em obras de habitação, saúde, recursos hídricos (eixo das águas, novo perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas), obras do Aquário do Ceará e outros investimentos em infraestrutura turística, parques de energia solar e eólica, construção de escolas de ensino profissional e de policlínicas, estradas, segurança e informática, afora os recursos aplicados nas obras do Porto do Pecém, com a instalação da siderúrgica, refinaria, termelétricas, sua interligação com a Transnordestina, além das empresas que se instalarão nas proximidades do Porto, e de outras que serão atraídas para regiões diversas do estado.

Questões de ordem econômica, pessoais e características individuais predominam como os fatores determinantes das migrações e do movimento de retorno, mas os laços familiares (saúde da família), nostalgia da terra natal, relações de amizades, hábitos culturais e o reencontro com as suas raízes têm certa relevância na decisão de regressar (SCOTT, 1986; ZHAO, 2001; CARLEIAL, 2002; SOARES, 2002; DEBIAGGI, 2004; VADEAN e PIRACHA, 2009) ou permanecer no local de nascimento. Quanto ao programa Bolsa Família do Governo Federal, segundo os estudos de Silveira Netto (2009) e Gama (2012), o mesmo não teria influência sobre a migração de retorno, mas atuaria no sentido de diminuir as saídas.

Com relação à procedência por região (Figura 23), dada a elevada saída de cearenses para o Sudeste (Capítulo 2), a tendência foi a chegada massiva de retornados dessa área, com percentual médio de 51%, em cada quinquênio. Durante os três primeiros intervalos, a sua participação foi crescente, com leve declínio no período 2005/2010, mas permanecendo como principal área de origem (Figura 23).

Esse resultado era esperado em função de tendências passadas. A extração do látex e expansão da fronteira agrícola na região Norte (anos 1950 e 1960) atraiu considerável contingente de cearenses, conforme constatado nos Capítulos 1 e 2, mas em “massa” eles migraram para o Sudeste. Observa-se, portanto, a emergência de dois processos concomitantes: i) o movimento de saída (o decênio 1970/1980 representou a maior perda

populacional para o Ceará) e ii) o incipiente fluxo de retornados (entre 1975/1980 retornaram 13.765 mil migrantes do Sudeste, representando 43,81% do total do retorno para o Ceará).

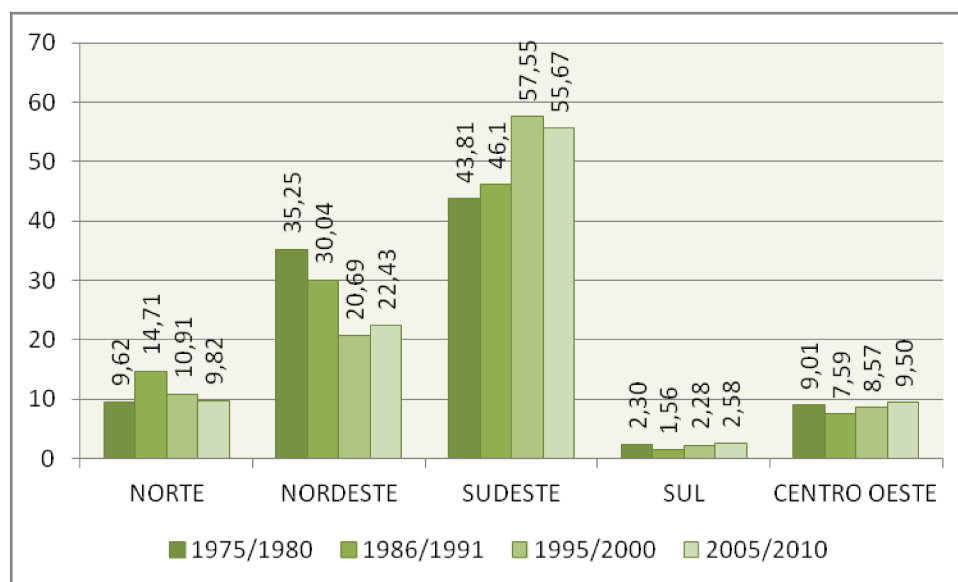


Figura 23 – Percentual da migração interestadual de retorno, segundo Grandes Regiões de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 8

No tocante ao Nordeste, essa região envia o segundo maior número de retornados desde os anos 1970 (Figura 23). Em parte, isso representa o refluxo das entradas, com o segundo maior fluxo das emigrações se direcionando para essa área. A análise entre os quinquênios mostra dinâmica contrária à revelada pelo Sudeste. A participação nordestina foi decrescente nos três primeiros interregnos, com ligeiro aumento no último. Esse recente crescimento deve ser em função das oportunidades de empregos no estado ²⁹, mesmo precários, o Ceará apresenta uma das menores taxa de desemprego da região ³⁰. Quanto às

²⁹ O Ceará possui a terceira maior economia do Nordeste, atrás dos estados da Bahia e Pernambuco. Maiores detalhes sobre a dinâmica econômica cearense consta no Capítulo 2.

³⁰ O estudo do IPEA (2012), a partir dos microdados da PNAD para o período 2001/2009, apontou que o Ceará detém taxa de desemprego (diminuiu de 7,1% em 2001 para 6,8% em 2009) abaixo da média nacional (passou de 9,2% para 8,2% no intervalo em questão) e do Nordeste (mantém-se em 8,9% em 2001 e em 2009). Entretanto, os estudos de Costa (2011); Aparício e Queiroz, (2011); Silva Filho; Queiroz e Clementino (2012) mostraram que as vagas são precárias, marcadas por alta rotatividade, e que, a despeito da melhora no nível educacional do trabalhador cearense, a remuneração encontra-se em patamar inferior à média nordestina

demais regiões, a contribuição foi modesta, com média quinquenal de 22% para as três. O Norte enviou o terceiro maior fluxo, seguido pelo Centro Oeste e o Sul (Figura 23). Mais uma vez, isso tem a ver com as tendências passadas, com os menores contingentes das migrações cearenses partindo para o Norte e o Sul, conforme mostrado nos capítulos anteriores.

No que diz respeito à origem dos retornados segundo UF, como esperado, durante os quatro interregnos, o estado de São Paulo teve a maior participação absoluta e relativa (Tabela 8). A sua contribuição cresceu nos três primeiros intervalos (que passou de 29,63% para 30,86%, aumentando para 41,59%), com ligeiro descenso (para 37,40%) no último quinquênio. As fases do retorno de São Paulo são idênticas à vislumbrada para todo o fluxo que se dirigiu para o Ceará. Na verdade, dada a intensidade dos procedentes desse estado (média quinquenal de 35%), essa UF influenciou o resultado do movimento de retorno para o Ceará.

Apesar desse declínio, é esperado que São Paulo permaneça como a principal área de origem dos migrantes de retorno, pois ela figura como a UF para a qual o Ceará enviou mais pessoas (e deverá permanecer enviando). Nesse sentido, convém lembrar Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 25) que afirmam:

[...] a persistência das grandes trajetórias migratórias impede, por exemplo, que São Paulo deixe de ser o estado que mais receba imigrantes e que os estados nordestinos, em seu conjunto, e Minas Gerais, em particular, deixem de ser grandes fornecedores de emigrantes interestaduais. A tendência à convergência migratória significa, fundamentalmente, que pelas antigas trajetórias migratórias circulam fluxos e contra-fluxos alimentados pelas migrações de retorno de curto prazo. Como um fenômeno tipicamente estrutural, a migração interna interage com as dinâmicas da economia e da sociedade, espelhando, espacialmente, as suas desigualdades regionais e sociais.

e nacional. Em 2009, o rendimento médio do trabalho no Ceará foi de R\$ 684,20 contra R\$ 743,60 no Nordeste e R\$ 1.116,30 no Brasil (IPEA, 2012).

Tabela 8 – Evolução da migração interestadual de retorno para o Ceará segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Regiões e Estados de origem	Retornados							
	1975/1980		1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rondônia	206	0,66	1.305	2,07	1.270	1,62	442	0,90
Acre	61	0,19	97	0,15	201	0,26	102	0,21
Amazonas	766	2,44	1.627	2,58	1.716	2,19	806	1,64
Roraima	25	0,08	289	0,46	596	0,76	312	0,64
Pará	1.860	5,92	5.565	8,83	4.038	5,15	2.487	5,08
Amapá	106	0,34	156	0,25	311	0,40	254	0,52
Tocantins	#	0,00	239	0,38	429	0,55	407	0,83
NORTE	3.024	9,62	9.278	14,71	8.561	10,91	4.810	9,82
Maranhão	2.547	8,11	3.391	5,38	2.390	3,05	1.551	3,16
Piauí	1.824	5,81	3.609	5,72	3.468	4,42	2.082	4,25
Rio G. do Norte	1.050	3,34	3.021	4,79	1.871	2,38	1.338	2,73
Paraíba	1.107	3,52	1.465	2,32	1.217	1,55	1.225	2,50
Pernambuco	2.467	7,85	3.803	6,03	3.205	4,08	2.585	5,28
Alagoas	195	0,62	779	1,24	412	0,53	331	0,68
Sergipe	117	0,37	247	0,39	191	0,24	132	0,27
Bahia	1.768	5,63	2.628	4,17	3.479	4,43	1.748	3,57
NORDESTE	11.075	35,25	18.943	30,04	16.233	20,69	10.992	22,43
Minas Gerais	512	1,63	913	1,45	1.798	2,29	1.283	2,62
Espírito Santo	105	0,33	269	0,43	605	0,77	147	0,30
Rio de Janeiro	3.837	12,21	8.426	13,36	10.119	12,90	7.525	15,36
São Paulo	9.311	29,63	19.460	30,86	32.637	41,59	18.326	37,40
SUDESTE	13.765	43,81	29.068	46,10	45.159	57,55	27.281	55,67
Paraná	541	1,72	426	0,68	679	0,87	459	0,94
Santa Catarina	87	0,28	220	0,35	488	0,62	381	0,78
Rio G. do Sul	95	0,30	337	0,53	625	0,80	424	0,86
SUL	723	2,30	983	1,56	1.792	2,28	1.264	2,58
Mato G. do Sul	268	0,85	450	0,71	404	0,51	199	0,41
Mato Grosso	146	0,46	467	0,74	647	0,82	391	0,80
Goiás	633	2,01	753	1,19	1.277	1,63	975	1,99
Distrito Federal	1.785	5,68	3.114	4,94	4.396	5,60	3.092	6,31
C. OESTE	2.832	9,01	4.784	7,59	6.724	8,57	4.656	9,50
TOTAL CE	31.419	100,00	63.056	100,00	78.469	100,00	49.003	100,00

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

Para dar uma ideia da importância do estado de São Paulo, em 2010, o estoque de naturais do Ceará residindo nessa UF chegou a quase 500 mil pessoas (487.620 mil)³¹, isso não significa que todos irão retornar, pois milhares moram há décadas nesse estado, com laços de família e de amizades construídos e consolidados, emprego estável, hábitos culturais adquiridos etc. Mas o ideário do retorno está presente em parte da população que deixa a terra natal (SAYAD, 2000), sendo estimulados especialmente nos períodos de crise, como aconteceu nas décadas de 1980 e 1990.

Em Sayad (2000) a ideia do retorno faz parte da condição do migrante, o ciclo vital da emigração só se fecha com a imigração/retorno à residência base, onde o projeto do retorno já está presente antes mesmo da partida. Além disso, o retorno não representa apenas o espaço físico, mas a volta para o espaço social e o seu universo cultural.

Nesse aspecto, convém destacar o estudo de Carleial (2002, p. 3) sobre cultura migratória nordestina:

A leitura da cultura migratória pela música, pela literatura de cordel e poética contemporânea comprova um percurso dessa ideação sobre a migração, um discurso cultural que é um texto de movimento com ida, permanência/transitoriedade e vinda, que poderia interpretar os diferentes tipos de fluxos populacionais: temporário, pendular, de longo prazo [...] Efetivamente não existiria apenas uma imagem construída, mas várias, porém, um discurso dominante que configura uma rede de significados, que ressalta um movimento cíclico do migrante, com um final de volta para casa.

A importância do estado de São Paulo deve-se a tendências passadas, com os maiores volumes das migrações cearenses se dirigindo para essa área desde os anos 1960. Nesse cenário, a Unidade da Federação para a qual seguiram-se os maiores contingentes demográficos é de onde procede o maior volume de retornados, confirmando o novo papel desempenhado por São Paulo ao atrair e, ao mesmo tempo, repelir o maior número de pessoas a partir dos anos 1990 e início do século XXI (BAENINGER, 2012). Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 12) também chegam a essa conclusão:

Aliás, a novidade maior é que ele [São Paulo] é, ao mesmo tempo, o estado com maior número de imigrantes e de emigrantes interestaduais, à frente da Bahia e de

³¹ Valores calculados pela autora, mas omitidos no Capítulo.

Minas Gerais, tradicionais exportadores de mão de obra, mostrando a intensidade da circulação da população de outros estados em seu território.

No caso do Rio de Janeiro, segunda porta de entrada dos fluxos que partiram do Ceará, procedeu o segundo maior volume de retornados, com dinâmica semelhante a do estado de São Paulo, mas com intensidade inferior, com média quinquenal de 13% para o Rio contra 35% para São Paulo. Para o caso dos estados do Nordeste, Maranhão, Piauí e Pernambuco foram as UFs que mais contribuíram com o retorno, com troca de posto entre elas durante os interregnos.

A explicação, novamente, deve-se às trajetórias migratórias passadas, com o maior estoque de naturais do Ceará residindo no Piauí, em 1950, e no Maranhão, em 1960 e 1970³². Quanto a Pernambuco, até o início dos anos 1980, a sua Região Metropolitana e a Região Metropolitana de Salvador se destacaram como os “principais” polos regionais do Nordeste, atraindo migrantes do Ceará. Apesar de Fortaleza figurar como a terceira metrópole regional, a mesma cresceu somente após os anos 1980, em especial na década de 1990, quando a economia brasileira e a metrópole pernambucana e baiana encontravam-se estagnadas (QUEIROZ, 2003). Vale frisar que o saldo migratório do Ceará em relação ao estado de Pernambuco foi negativo durante três decênios seguidos (1960/1970, 1970/1980 e 1981/1991), mas positivo desde os anos 1990 (1990/2000 e 2000/2010) (Tabela 6).

Os estados das demais regiões tiveram contribuições modestas. No Norte, o destaque foi o Pará, responsável pelo maior envio de retornados durante todos os intervalos. No Sul, as três UFs tiveram participação abaixo de 1%, com exceção do Paraná, entre 1975/1980, refletindo o retorno após o fim da sua fronteira agrícola. No Centro Oeste, somente Brasília contribui de maneira mais expressiva, responsável, em média, por 5,5% do retorno em cada quinquênio contra 1,7% para Goiás e 1% para o Mato Grosso do Sul e o Mato Grosso.

Como não há retorno sem saída, o que se observou foi o predomínio de dois “blocos” no envio de naturais para o Ceará: de um lado, a presença marcante dos estados da região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e o peso de alguns estados do Nordeste (Pernambuco, Piauí e Maranhão); do outro lado, a fraca colaboração dos estados do Norte

³² Valores calculados pela autora, mas omitidos no trabalho.

(exceto o Pará), Sul e Centro Oeste. Na verdade, o retorno representou o contra fluxo dos principais destinos — São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, a natureza do fluxo de retornados é de longa distância e combina articulações entre os tradicionais intercâmbios/trajetos migratórios (Ceará→Sudeste), com a modalidade migratória – retorno (Sudeste→Ceará).

3.4.1.2. Retorno para os municípios

Essa subseção permanece com a análise da migração de retorno em uma única etapa, mas a partir da ótica do retorno interestadual para o município. O objetivo é checar a distribuição espacial dessa modalidade migratória e conferir se os retornados vão direto para o local de nascimento ou partem para outro destino no próprio estado.

As informações na Figura 24 mostraram que os retornados se dirigiram preferencialmente para o município de nascimento. Essa tendência é observada desde os anos 1970 (58,05%), com ligeira oscilação entre os dois quinquênios seguintes (que passou de 59,67% para 58,23%) e aumento no último intervalo (66,86%). Por outro lado, isso significa que somente um terço (33,14%) se estabilizou nos municípios de não nascimento em 2010.

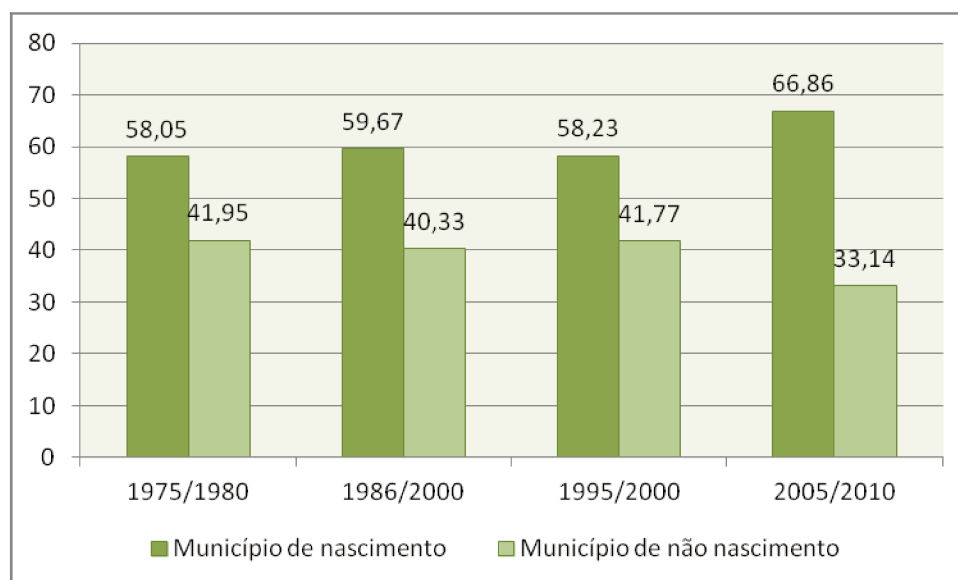


Figura 24 – Proporção da migração interestadual de retorno para os municípios de nascimento e de não nascimento – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 9.

Essa dinâmica aponta para a importância dos laços de afetividade com a família (SCOTT, 1986) e as redes de solidariedade com os amigos, justificando possivelmente a significativa opção por esse destino. A maioria dos estudos que trataram da relação entre migração e redes sociais abordaram os movimentos migratórios entre países e inserção social, política e econômica (mercado de trabalho) no local de destino ³³. Mas as redes também atuam nas migrações internas e não somente na perspectiva de contatos no destino, ao optar pelo retorno para o município de nascimento, o migrante facilita a sua integração social, com redes de solidariedade existente e novas que poderão se formar a partir dessas.

Tomemos alguns exemplos, como a maneira em que o contato familiar e com os amigos pode atuar na origem, nesse caso, no município de nascimento: i) retorno associado ao fracasso no local de residência anterior — as redes de amizade e o apoio familiar (SCOTT, 1996) poderão abrir oportunidades de trabalho (SIQUEIRA; MAGALHÃES e SILVEIRA NETO, 2006) e de acesso à moradia, estudo, saúde etc; ii) retorno representa um caso de sucesso — depois de certo tempo residindo fora do local de nascimento, o retornado conseguiu poupar algumas economias (VADEAN e PIRACHA, 2009) e decidiu aplicá-las comprando imóveis ou tornando-se empresário/conta própria/empregador (COHEN e HABERFELD, 2001; SIQUEIRA; MAGALHÃES e SILVEIRA NETO, 2006; RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2009). Nessa situação, as redes funcionam como sistema de apoio e de confiança, facilitando a circulação de informações e orientando sobre o melhor investimento (SIQUEIRA, 2007).

³³ Soares (2002) realizou um estudo sobre redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares-MG e Ipatinga-MG. A partir da aplicação dos princípios teóricos e metodológicos da análise de redes sociais, o autor concluiu que os movimentos migratórios não são influenciados somente por decisão individual ou características pessoais, destacando o papel das relações sociais de parentesco, amizade e trabalho na origem e no destino. No Brasil, existem outros estudos importantes sobre processos migratórios internacionais e redes sociais, para tanto, veja Soares (1995); Sales (1999); Fusco (2001; 2006).

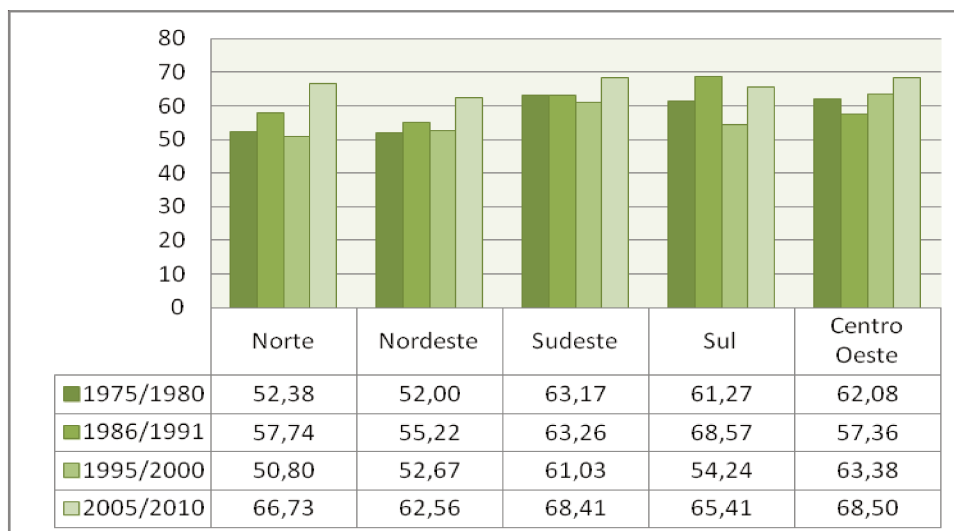


Figura 25 – Proporção da migração interestadual de retorno para os municípios de nascimento, segundo região de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Fonte: Elaborada a partir da Tabela 9.

Em relação à distribuição espacial segundo região de residência anterior, desde a década de 1970, mais da metade daqueles que volveram para o Ceará foram direto para o município de nascimento (Figura 25 e Tabela 9). Ao longo dos períodos, observaram-se flutuações, com momentos de diminuição e de aumento, mas com os valores entre as regiões se aproximando. No último interregno (2005/2010), o Centro Oeste (68,50%) enviou o maior contingente para os municípios de nascimento, enquanto o Nordeste (62,56%) figurou em último lugar, com pequena diferença entre as suas participações.

Com dinâmica distinta da observada para o retorno regional, que mostrou aproximação na participação entre as regiões, a análise segundo UF de residência anterior não apontou para a uniformização entre os valores, muito menos delineou a predominância de estados no envio de retornados (Tabela 9). No período 1975/1980, Mato Grosso (94,52%) enviou mais retornados para os municípios de nascimento e o Acre (39,34%) teve a menor contribuição relativa. No quinquênio seguinte, as discrepâncias se mantiveram, com o Rio Grande do Sul (83,09%) se destacando, enquanto Sergipe (30,36%) apresentou os valores mais baixos. No interregno 1995/2000, as diferenças diminuíram, mas são outros estados — Mato Grosso do Sul teve a maior participação (73,02%) e o Amapá (44,05%) a menor. No último período, as oscilações permaneceram e se intensificaram, com 94,05%

retornando do Acre contra 50,24% do Mato Grosso, que no primeiro intervalo enviou 94,52%.

Tabela 9 – Proporção da migração interestadual de retorno para o município de nascimento e o município de não nascimento, segundo regiões e estados de origem – Estado do Ceará – 1975/1980 (última etapa), 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (data fixa)

Regiões e Estados de origem	Retornado para o município (%)							
	1975/1980		1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	Nasc.	Não nasc.	Nasc.	Não nasc.	Nasc.	Não nasc.	Nasc.	Não nasc.
Rondônia	45,15	54,85	57,70	42,30	53,39	46,61	65,80	34,20
Acre	39,34	60,66	43,30	56,70	71,14	28,86	94,05	5,95
Amazonas	50,91	49,09	58,45	41,55	56,82	43,18	73,83	26,17
Roraima	80,00	20,00	54,67	45,33	46,48	53,52	64,48	35,52
Pará	53,87	46,13	57,27	42,73	47,82	52,18	65,04	34,96
Amapá	51,89	48,11	52,56	47,44	44,05	55,95	73,66	26,34
Tocantins	#	#	76,99	23,01	48,48	51,52	54,54	45,46
NORTE	52,38	47,62	57,74	42,26	50,80	49,20	66,73	33,27
Maranhão	57,36	42,64	49,19	50,81	56,90	43,10	61,17	38,83
Piauí	45,83	54,17	56,19	43,81	51,82	48,18	59,77	40,23
Rio G. do Norte	49,81	50,19	47,43	52,57	50,99	49,01	59,41	40,59
Paraíba	49,68	50,32	66,21	33,79	45,36	54,64	64,41	35,59
Pernambuco	51,72	48,28	57,95	42,05	48,21	51,79	64,77	35,23
Alagoas	58,97	41,03	60,98	39,02	65,53	34,47	75,87	24,13
Sergipe	69,23	30,77	30,36	69,64	61,26	38,74	89,92	10,08
Bahia	51,87	48,13	61,15	38,85	56,19	43,81	60,36	39,64
NORDESTE	52,00	48,00	55,22	44,78	52,67	47,33	62,56	37,44
Minas Gerais	55,86	44,14	53,01	46,99	59,29	40,71	70,55	29,45
Espírito Santo	62,86	37,14	45,35	54,65	60,66	39,34	68,39	31,61
Rio de Janeiro	59,11	40,89	65,92	34,08	63,44	36,56	68,96	31,04
São Paulo	65,26	34,74	62,84	37,16	60,39	39,61	68,04	31,96
SUDESTE	63,17	36,83	63,26	36,74	61,03	38,97	68,41	31,59
Paraná	62,48	37,52	57,98	42,02	54,05	45,95	68,55	31,45
Santa Catarina	56,32	43,68	66,82	33,18	59,63	40,37	68,06	31,94
Rio G. do Sul	58,95	41,05	83,09	16,91	50,24	49,76	59,64	40,36
SUL	61,27	38,73	68,57	31,43	54,24	45,76	65,41	34,59
Mato G. do Sul	82,46	17,54	40,89	59,11	73,02	26,98	74,58	25,42
Mato Grosso	94,52	5,48	46,25	53,75	62,13	37,87	50,24	49,76
Goiás	64,93	35,07	71,58	28,42	59,51	40,49	70,28	29,72
Distrito Federal	55,35	44,65	57,96	42,04	63,81	36,19	69,85	30,15
C. OESTE	62,08	37,92	57,36	42,64	63,38	36,62	68,50	31,50
TOTAL CE	58,05	41,95	59,67	40,33	58,23	41,77	66,86	33,14

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010.

De modo geral, não foram constatadas regularidades na participação das UFs no envio de retornados para os municípios cearenses (nascimento ou não nascimento), com alternância entre os estados e sem lugar determinado ou um “padrão” definido na origem ou intensidade, denotando a complexidade e o desafio teórico no entendimento das migrações internas a partir do final dos anos 1990 e início do século XXI (BRITO, 2009; BAENINGER, 2011).

3.5. Múltiplas etapas da migração interestadual – 1986-2010

Procurando detalhar e complementar o estudo da migração de retorno para o Ceará em uma única etapa, essa seção se debruça sobre a análise da migração com mais de uma etapa. As múltiplas etapas das migrações interestaduais cearenses serão estimadas para a categoria de imigrante de retorno de curto prazo, com base nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nas palavras de Baptista, Campos e Rigotti (2012):

[...] a introdução dos quesitos de data fixa a partir do censo de 1991 permitiu o cálculo da migração de retorno de curto prazo, que correspondem aos indivíduos que emigraram e retornaram dentro do quinquênio. Essa definição caracteriza a migração de retorno pleno (BAPTISTA, CAMPOS e RIGOTTI 2012, p.14).

Considerou-se retornado de curto prazo, *todos (naturais e não naturais)* aqueles que saíram e voltaram para o Ceará no intervalo de cinco anos. A partir dessa categoria de migrante, é possível estimar a intensidade da mobilidade populacional no curto prazo (quinquênio), sem que a mesma contribua com o crescimento populacional (RIGOTTI, 1999).

3.5.1. Retornado de curto prazo

Conforme a Tabela B.1 anexada, entre 1986/1991, 156.866 mil pessoas maiores de quatro anos de idade imigraram para o Ceará há menos de cinco anos, das quais 35.215 mil ou 22,45% são retornados de curto prazo (Tabela 10), quer dizer, no intervalo de cinco anos saíram e voltaram para o estado.

Em nível regional, no interregno 1986/1991, as maiores participações foram do Sudeste (29,48%) e do Centro Oeste (24,46%), assim, proporcionalmente, o ir e vir foi mais intenso entre o Ceará e essas localidades. Por estado, Tocantins (49,81%), Rondônia (33,15%) e São Paulo (31,91%) se destacaram (Tabela 10 e Figura 26). Essa última UF é, desde a década de 1970, a principal área de origem e de destino dos fluxos que chegaram e partiram do Ceará, conforme constatado no Capítulo 2. Assim, em parte, esse resultado representa o refluxo, mesmo através do vai e vem. Ademais, aponta para a manutenção do vínculo/contato entre o local de origem (Ceará) e o de destino, efetuado pelas redes de sociabilidades (LYRA, 2003).

Tabela 10 – Imigrante interestadual retornado de curto prazo e percentual de imigrante interestadual retornado de curto prazo em relação ao total de imigrante de última etapa – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000, 2005/2010

Regiões e Estados de origem	1986/1991		1995/2000		2005/2010	
	Retornado de Curto Prazo		Retornado de Curto Prazo		Retornado de Curto Prazo	
	Total	% R.C.P.	Total	% R.C.P.	Total	% R.C.P.
Rondônia	868	33,15	688	25,06	339	27,70
Acre	57	12,96	174	23,35	86	20,40
Amazonas	1.159	28,48	1.173	23,77	1018	33,05
Roraima	112	18,34	35	2,92	152	19,93
Pará	1.323	13,37	3.089	26,55	2.229	25,60
Amapá	139	18,46	26	2,84	209	22,87
Tocantins	304	49,81	55	6,65	582	48,36
NORTE	3.962	20,86	5.240	22,78	4.616	28,29
Maranhão	1.415	13,80	3.774	31,48	2.658	34,71
Piauí	1.941	15,61	4.008	25,06	2.875	27,02
Rio G. do Norte	1.364	15,27	2.855	27,28	3.376	38,91
Paraíba	973	12,63	1.880	26,26	1.917	29,72
Pernambuco	1.634	13,05	3.653	23,82	3.054	23,17
Alagoas	397	18,53	136	6,37	228	14,71
Sergipe	53	9,02	124	15,25	15	3,09
Bahia	2.037	28,17	1.449	16,48	2.165	29,47
NORDESTE	9.815	15,88	17.880	24,60	16.287	29,09
Minas Gerais	506	21,40	1.066	23,96	1.063	25,79
Espírito Santo	7	1,19	14	1,40	83	15,42
Rio de Janeiro	4.674	25,83	8.639	35,04	4.774	28,02
São Paulo	13.396	31,91	21.281	28,84	12.270	27,24
SUDESTE	18.583	29,48	31.000	29,84	18.190	27,25
Paraná	92	8,93	625	25,83	793	36,10
Santa Catarina	44	12,27	46	4,04	477	39,64
Rio G. do Sul	123	12,25	230	7,95	352	16,41
SUL	259	10,82	901	13,97	1.622	29,25
Mato G. do Sul	26	4,56	196	16,17	127	25,01
Mato Grosso	205	19,74	163	10,80	60	7,97
Goiás	495	27,97	1.232	34,40	914	29,52
Distrito Federal	1.870	25,84	4.397	37,90	2.395	31,35
CENTRO OESTE	2.595	24,46	5.987	33,44	3.497	29,14
TOTAL CEARÁ	35.215	22,45	61.008	27,24	44.210	28,23

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
Elaborada a partir das Tabelas B.1, B.2 e B.3 no anexo.

Os anos 1990, período de menor perda migratória para o Ceará (Tabela 6 e Figura 15), os achados para o movimento migratório interestadual em mais de uma etapa vão nessa direção. Segundo os dados na Tabela 10, o fluxo de retornados de curto prazo aumentou de 22,45% (35.215 mil) para 27,24% (61.008 mil), entre 1986/1991 e 1995/2000, respectivamente. Esses resultados são semelhantes aos evidenciados por Baptista, Campos e Rigotti (2012, p. 14) que estudaram a migração interestadual de retorno de curto prazo para o conjunto do país e destacaram que:

Embora pesquisas recentes apontem para uma diminuição dos fluxos interestaduais [...] a Tabela 3 mostra um aumento significativo dos movimentos de curto prazo [imigrante de retorno pleno], principalmente entre 1986/1991 e 1995/2000, seja em termos absolutos como relativos.

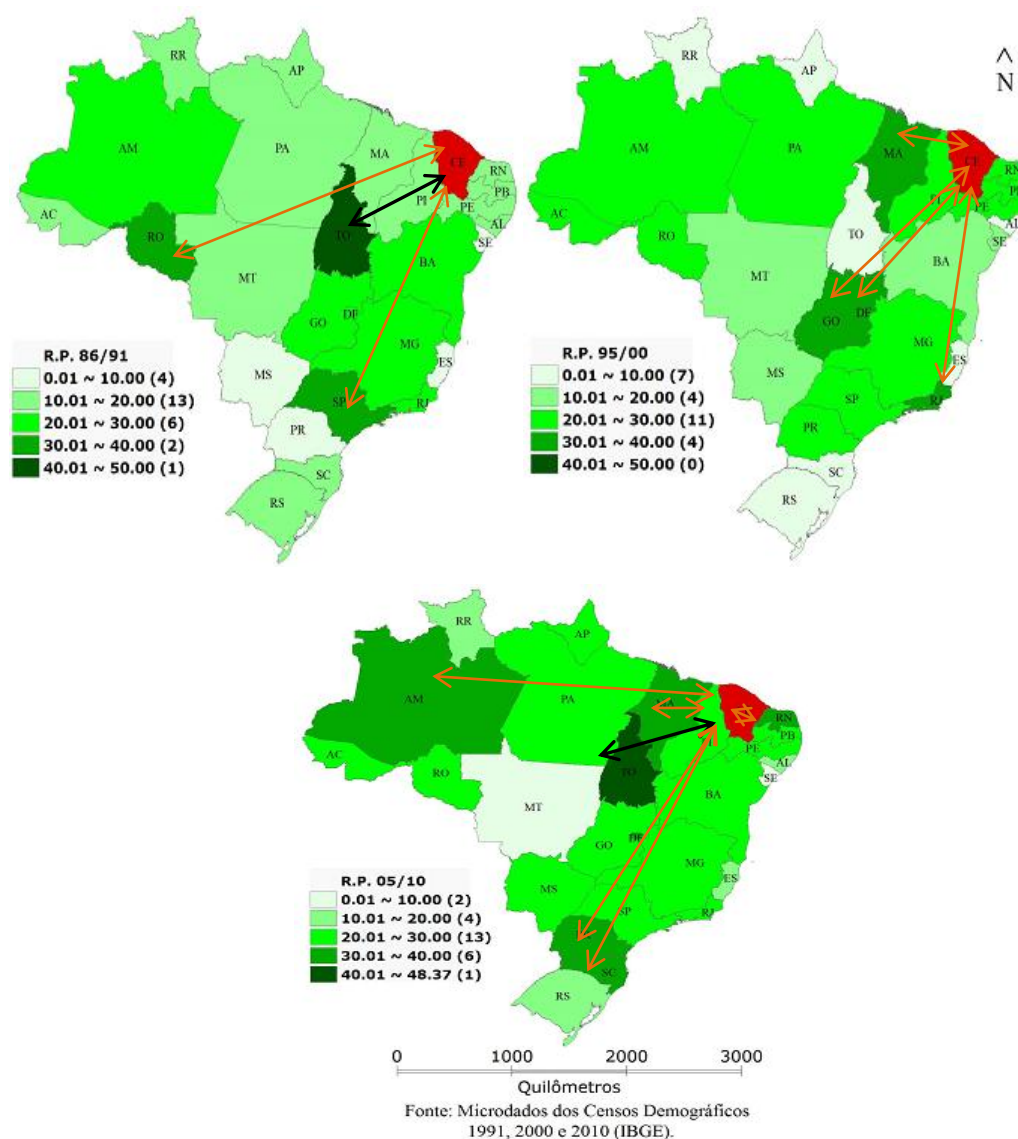


Figura 26 – Percentual dos fluxos de imigrantes interestaduais de retorno de curto prazo para o Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 – Estado do Ceará

Quanto à redistribuição espacial, houve alterações, com as maiores proporções daqueles que saíram e voltaram procedentes do Centro Oeste (33,44%) e do Sudeste (29,84%). Por estado, Distrito Federal (37,90%), Rio de Janeiro (35,04%), Goiás (34,40%) e Maranhão (31,48%) representaram o fluxo mais intenso, apontando para as constantes idas e vindas entre essas áreas (Figura 26). Essa dinâmica tem estreita relação com os resultados encontrados no Capítulo 2. Durante os cinco decênios analisados, o Ceará teve os maiores saldos negativo com o Sudeste e o Centro Oeste e, em nível estadual, manteve essa inclinação com São Paulo, Rio de Janeiro e o Distrito Federal. É importante lembrar

que tal tendência também foi revelada para a migração interestadual de retorno em uma única etapa (Tabela 8).

Com relação aos anos 2000, a proporção de retornados de curto prazo aumentou sutilmente de 27,24% para 28,23% entre 1995/2000 e 2005/2010, respectivamente (Tabela 10). No tocante à distribuição segundo regiões de origem, diferente dos interregnos anteriores, as mesmas tiveram participação próxima, convergindo para a média estadual (28,23%), e mostrando que o vai e vem foi mais intenso com todas as cinco Grandes Regiões (Tabela 10). Quanto aos estados, houve alterações, com o fluxo, em termos relativos, mais expressivo do Tocantins (48,36%), Santa Catarina (39,64%), Rio Grande do Norte (38,91%), Paraná (36,10%), Maranhão (34,71%), Amazonas (33,05%) e o Distrito Federal (31,35%).

É digno de nota o intenso ir e vir entre o Ceará e o Rio Grande do Norte, Paraná, Santa Catarina e o Tocantins no início do século XXI, isso porque esses estados não tipificam como os principais corredores dos fluxos cearenses. No caso do Rio Grande do Norte, uma possível explicação seria a aproximação geográfica. Mas com relação à Santa Catarina e o Paraná, o que justifica o vai e vem? E no caso do Tocantins, onde, no primeiro e último interregno, quase 50% daqueles que deixaram o Ceará voltaram no intervalo de cinco anos.

O que isso representa? Significa que há uma mescla entre o novo e o tradicional. Surgiram outros destinos, mas esse fluxo é caracterizado pelo intenso ir e vir e/ou baixa temporalidade (curto prazo) e, em conjunto, a região Sudeste, e em especial o estado de São Paulo, permaneceu como o principal destino e origem das migrações interestaduais cearenses (Tabelas 3 e 6), enviando também o maior volume de retornados em uma única etapa (Tabela 8). Desse modo, concordamos com Brito, Rigotti e Campos (2012, p. 25) que afirmam:

Essas estratégias migratórias, migração de retorno e curto prazo, que circulam nos fluxos e contra-fluxos das persistentes trajetórias migratórias, alinham-se entre as novidades do novo padrão migratório que se desenha desde os anos oitenta. É importante mencionar que esse novo padrão que se anuncia não significa uma transição completa, pelo contrário, nele coexistem características do antigo e do novo e essa, talvez, seja a sua marca estrutural mais relevante, pois acompanha as próprias características do desenvolvimento desigual do capitalismo brasileiro.

Em resumo, chama atenção o aumento na intensidade de pessoas saindo e voltando para o Ceará (Figura 26), apontando para a diminuição no tempo de residência em outras UF's, daí a importância da análise de curto prazo e em mais de uma etapa. Nesse ponto, destacamos as dificuldades teóricas e empíricas de explicar as migrações internas no final do século XX e início do século XXI, marcadas por fluxos e refluxos e baixa temporalidade, tornando-se difícil classificar a área em local de atração ou de repulsão, dado o forte 'vai e vem' ou rotatividade de pessoas. (BAENINGER, 2008; 2011; LIMA e BRAGA, 2010; BASTOS et al, 2012).

Procurando ratificar a importância da migração interestadual de retorno e de retornado de curto prazo para o Ceará (Tabela 11), ao somarmos os retornados (1) aos retornados de curto prazo (2) e dividirmos pelo total de imigrantes interestaduais de última etapa (3), constatamos que, de fato, o retorno migratório é a modalidade migratória para o estado, dada a magnitude desse fluxo na composição das suas entradas, girando em torno dos 60%, nos três interregnos.

Tabela 11 – Imigrante interestadual de retorno, imigrante interestadual retornado de curto prazo e imigrante interestadual de última etapa – Estado do Ceará - 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Estado do Ceará	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Imigrante interestadual de retorno (1)	63.056	78.469	49.003
Imigrante interestadual retornado de curto prazo (2)	35.215	61.008	44.210
Imigrante interestadual de última etapa (3)	156.866	223.925	156.582
% de (1+2) / (3)	62,65	62,29	59,53

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nos dois primeiros intervalos, a participação dos imigrantes de retorno e imigrantes retornados de curto prazo superou a casa dos 60%, com discreto descenso no período 2005/2010 (59,53%). É possível que essa tendência permaneça ao longo da segunda década do século XXI, ainda mais com as expectativas favoráveis ao crescimento econômico do Ceará. A implantação e inauguração da Refinaria Premium II está prevista para o ano de 2017, a mesma tem orçamento estipulado em 17 bilhões de dólares somente na fase de construção e previsão de duplicar o PIB cearense após a sua instalação. Com a chegada de

uma obra dessa magnitude, o Ceará poderá atrair outras empresas do setor — como um polo petroquímico (O POVO ONLINE, 2012; GIRO DA NOTÍCIA, 2012).

Diante dessa perspectiva, o retorno migratório e, ao mesmo tempo, a rotatividade de pessoas deverá intensificar-se com a chegada de trabalhadores qualificados ou não, que irão participar da construção desses empreendimentos. Além disso, com a geração de empregos, as saídas deverão se arrefecer, mantendo a tendência constatada nos anos 1990 e 2000 (Tabela 3).

3.6. Conclusão

Buscou-se, com este capítulo demonstrar a importância da migração interestadual de retorno para o Ceará e contribuir com o estudo minucioso dessa modalidade migratória. Em seguida, destacamos o crescimento nas migrações em múltiplas etapas a partir da imigração de retorno de curto prazo, num constante “vai e vem” entre o Ceará e as demais Unidades da Federação.

Com relação à migração interestadual de retorno em uma única etapa, os resultados comprovaram a importância dessa categoria de migrante para o Ceará. Nos quatro quinquênios estudados, durante três (1975/1980, 1986/1991 e 2005/2010), essa UF se destacou, em termos relativos, como a principal área de recepção de retornados no país.

Nesse sentido, o movimento migratório de retorno representa e deverá permanecer como a modalidade migratória para o Ceará. Um dos motivos é o elevado estoque de naturais do estado residindo em outras UF's. Isso não significa que todos irão retornar de maneira definitiva ou não, mas, de acordo com Sayad (2000), a intenção do retorno à terra natal faz parte do projeto migratório antes mesmo da partida. Além disso, o elevado custo de vida, violência, trânsito e poluição nas grandes metrópoles e, por outro lado, a perspectiva de crescimento econômico e geração de postos de trabalho no estado deverão permanecer estimulando a incidência do retorno.

Em relação à origem, como esperado, o maior volume de retornados era procedente do estado de São Paulo, representando, em parte, o refluxo de tendências passadas. Essa dinâmica relaciona antigas e novas articulações através das tradicionais correntes migratórias (Ceará→São Paulo) e a partir da modalidade migratória — retorno (São

Paulo→Ceará). Portanto, São Paulo, ao mesmo tempo, atraiu e expulsou a população cearense, num movimento caracterizado por constantes idas e vindas, fluxos e refluxos, com comportamento diferenciado do observado no passado recente.

Quanto ao estudo na escala municipal, os resultados revelaram que os migrantes interestaduais de retorno, em grande maioria (dois terços), fazem o movimento em uma única etapa, direto para o município de nascimento, contra um terço que retornou para o município de não nascimento. Aspectos relacionados aos laços de parentesco, afetividade, redes de contato, maior facilidade de integração social e inclusão no mercado de trabalho local devem justificar a opção por esse destino.

Com respeito às múltiplas etapas das migrações interestaduais, durante os interregnos observados, o movimento daqueles que saíram e retornaram para o Ceará em menos de cinco anos foi crescente, com cerca de 28% dos imigrantes de retorno de curto prazo entre 2005/2010, apontando para o aumento na rotatividade de pessoas. Quanto à procedência, não houve predomínio de correntes migratórias, a cada quinquênio, os estados se alternaram (exceção para o Tocantins), não apresentando nenhuma tendência, regularidade, padrão ou presença marcante no “vai e vem” de pessoas. Isso confirma a árdua tarefa na compreensão das migrações internas a partir dos anos 1990, caracterizadas por fluxos, refluxos e baixa temporalidade.

Finalmente, por meio da análise conjunta entre o volume de retornados (em uma única etapa) e o volume de retornados de curto prazo (em mais de uma etapa) em relação ao total de imigrantes interestaduais de última etapa, dada a magnitude desses fluxos na composição das entradas, ratificamos que a migração de retorno é a modalidade migratória para o Ceará, e “a volta pro meu aconchego” deverá permanecer pelo menos ao longo da segunda década do século XXI.

Nesse cenário, o estado do Ceará deverá se preparar para acolher esses migrantes — retornados e retornados de curto prazo — definitivos ou temporários, itinerantes ou sem fixação, e redirecionar políticas públicas capazes de atender à demanda por emprego, habitação, educação, saúde, infraestrutura básica etc., e, com isso, ofertar melhores condições de vida para a população residente e aqueles que decidiram morar no estado.

CAPÍTULO 4 – MIGRAÇÃO DE RETORNO E SELETIVIDADE NO MERCADO DE TRABALHO CEARENSE – 1986-2010

4.1. Introdução

No capítulo anterior, analisamos, através de diferentes medidas e níveis de desagregação espacial, a evolução da migração interestadual de retorno para o Ceará durante quatro quinquênios consecutivos. Procuramos demonstrar a importância dessa modalidade migratória na composição das entradas e também o aumento na rotatividade de pessoas, num constante “vai e vem”. Depois de tal comprovação, este capítulo estuda a relação entre migração, trabalho e seletividade no estado do Ceará. Nas palavras de Renner e Patarra (1980):

Quando se pretende ir além dos esforços de mensuração e descrição do fenômeno migratório, é necessário buscar o sentido desse fenômeno. Em termos modernos, esse sentido está estreitamente vinculado aos processos de inscrição dos indivíduos no mercado de trabalho (RENNER; PATARRA, 1980, p.246).

No cenário caracterizado pelos distintos “brasis”, com a concentração econômica no Sudeste, entre 1950 e 1980 assistiu-se elevada perda populacional das áreas estagnadas economicamente para as mais desenvolvidas. A partir desse contexto, grande parte da literatura que abordou a relação entre migração e emprego, centrou-se na inserção ocupacional do migrante e não migrante no local de destino, frequentemente definido como o mercado de trabalho paulista ou a sua Região Metropolitana (MATA et al, 1973; FERREIRA e RODRIGUES, 1986; RODRIGUES e FERREIRA, 1988; ARANHA, 1996; JANUZZI, 1999; CUNHA e DEDECCA, 2000; DEDECCA e CUNHA, 2002). Outros estudos mais uma vez destacaram a absorção das referidas categorias de migrantes no mercado de trabalho das áreas urbanas do país (COSTA, 1975), grandes regiões (DEDECCA, 2012) e regiões metropolitanas (MARTINE e PELIANO, 1978; MARTINE, 1980; MERRICK e GRAHAM, 1981; CUNHA e JAKOB, 2010).

Os estudos sobre migração e seletividade são incipientes na literatura brasileira, principalmente com respeito à migração de retorno e seletividade. Santos Júnior (2002), em um trabalho pioneiro, analisou a migração e seletividade no Brasil, com o recorte entre migrante e não migrante. Ramalho e Moreira (2006) estudaram migração e seletividade no

Brasil metropolitano, considerando as duas categorias populacionais acima. Queiroz (2010), no estudo sobre diferenciais de salários e autosseleção no Brasil, ampliou as categorias de análise para o migrante interestadual de retorno, não retornado e não migrante. Já Medeiros e Siqueira (2010) averiguaram a migração e seletividade no Brasil considerando migrante de retorno, não migrante e migrante. Com relação aos estudos sobre migração e seletividade no estado do Ceará, até o momento sabemos de Lacerda (2005), que testou o viés de seleção entre os migrantes procedentes do interior do estado (zona rural) e os naturais de Fortaleza (considerados como não migrantes) ocupados nesse município.

Esta tese pretende avançar tanto no que concerne ao recorte da população, que será analisada a partir das categorias migrante interestadual de retorno, migrante não natural e não migrante, quanto no que se relaciona ao ponto de vista espacial, cujo estudo abordará os migrantes inseridos no mercado de trabalho cearense.

A partir disso, o objetivo principal deste capítulo é identificar a seletividade dos migrantes interestaduais de retorno inseridos no mercado de trabalho cearense.

Conforme Medeiros e Siqueira (2010):

Estudos apontam que os fluxos migratórios favorecem a existência do viés de seleção positiva, no sentido que os migrantes têm em média melhores características observáveis, tais como a idade, escolaridade e rendimento [...] principalmente quando comparado com os indivíduos que ficaram na área de origem. (MEDEIROS, SIQUEIRA, 2010, p.2).

A identificação será realizada através da comparação entre os rendimentos dos retornados vis-à-vis aos não migrantes e migrantes naturais. Para tanto, faz-se uso da análise multivariada (controlando em conjunto todas as variáveis/fatores selecionados que afetam diretamente a renda), por meio da regressão linear múltipla de uma equação minceriana (SANTOS JÚNIOR, 2002; RAMALHO, MOREIRA, 2006; MEDEIROS, SIQUEIRA, 2010). Após todos os controles, a diferença salarial deve-se a experiência pregressa no mercado de trabalho em outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009).

Trabalhamos com a hipótese de que o migrante interestadual de retorno é positivamente selecionado (auferir maiores rendimentos) em relação ao não migrante (sempre morou no estado), mas negativamente selecionado (auferir menores rendimentos)

quando comparado ao migrante não natural. A justificativa é que o retornado possui experiência no mercado de trabalho em outras Unidades da Federação que o diferencia favoravelmente em relação àqueles que nunca emigraram do estado. Todavia, esses mesmos atributos não se igualam aos observados no migrante não natural, lhe possibilitando menores proventos.

O objetivo secundário é traçar, através de características diretamente observáveis (socioeconômicas, ocupacionais e de rendimento), o perfil do migrante de retorno ocupado no mercado de trabalho cearense e comparar com o não migrante e o migrante não natural, procurando saber quem são, como foram inseridos e qual é o rendimento.

Para cumprir esses objetivos, além dessa introdução, o capítulo contempla mais quatro seções. A segunda faz uma breve revisão bibliográfica, a partir da literatura estrangeira e nacional, acerca dos estudos sobre migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho. O intento é verificar se os retornados para os países/estados de nascimento são uma população positivamente ou negativamente selecionada. O perfil, causas e efeitos desse fluxo sobre a área receptora também foram averiguados.

A terceira seção, a partir dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, descreve as etapas metodológicas na compatibilização das variáveis selecionadas na caracterização socioeconômica (sexo, idade, nível de instrução e raça/cor), ocupacional (condição de atividade, condição de ocupação, condição de desemprego, posição na ocupação, classificação das ocupações, classificação dos setores de atividade econômica) e rendimento dos grupos populacionais (migrante de retorno, não migrante e migrante não natural). Em seguida, apresenta-se o modelo econométrico adotado no teste da presença do viés de seleção e as variáveis de controle usadas na regressão.

A quarta seção busca traçar e comparar, através de características diretamente observáveis, o perfil (socioeconômico e ocupacional) dos inseridos no mercado de trabalho cearense, para, em seguida, relacionar os efeitos desses atributos sobre o rendimento. No último passo, procurou-se comprovar a hipótese desse estudo, através da aplicação do modelo econométrico da equação minceriana dos rendimentos (SANTOS JÚNIOR, 2002; RAMALHO e MOREIRA, 2006; MEDEIROS e SIQUEIRA, 2010), com base nos microdados do Censo Demográfico 2010.

4.2. Revisão de estudos: seletividade, causas e efeitos da migração de retorno - evidências empíricas

Com o intento de resgatar a literatura recente que trata da relação entre migração e trabalho, em especial migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho, essa seção sistematiza algumas contribuições publicadas no exterior e no Brasil. Procura-se identificar, a partir de diferentes perspectivas, a seletividade entre os grupos de migrantes, o perfil e as causas do retorno, além dos efeitos desse fluxo migratório sobre a área receptora.

Lee (1980) foi um dos primeiros estudiosos a apontar para a seletividade migratória, a partir das características pessoais dos envolvidos nesse processo. Conforme o autor (1980, p. 112):

(i) as migrações são seletivas; (ii) o grau de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos intervenientes; (iii) a propensão mais intensa a migrar em certas etapas do ciclo vital é importante na seleção dos migrantes; (iv) as características dos migrantes tendem a ser intermediária entre as características da população do lugar de origem e da população do lugar de destino.

Vanderkamp (1971), em um estudo pioneiro sobre a migração de retorno, concluiu que a experiência migratória internacional proporcionava incremento em termos de capital humano para o migrante, e esse, ao retornar para o local de nascimento, poderia ocupar os melhores postos de trabalho, com implicações positivas para o país de origem.

Davanzo (1983) supõe a racionalidade no ato migratório, ou seja, quando o indivíduo decide migrar, ele espera que os benefícios superem os custos. Nesse caso, a probabilidade de retorno seria praticamente nula. Contudo, as informações sobre o local de destino nem sempre são perfeitas, e como forma de corrigir os erros de previsão, o migrante poderá partir para outra área ou retornar para o local de nascimento. Dessa maneira, a migração não seria irreversível e o retorno estaria associado ao fracasso, devido à desinformação do migrante que calculou ou superestimou a renda e o emprego na região de destino.

Borjas e Bratsberg (1996), no seu modelo neoclássico de migração, analisaram a possibilidade do retorno a partir da perspectiva de autoseleção entre o grupo de retornados para os EUA. Os autores perceberam que, inicialmente, quando emigraram os mais

instruídos, o fluxo de retornados era formado pelo grupo dos menos qualificados que não conseguiram inserir-se no destino, tendo permanecido somente os mais habilidosos. Por outro lado, caso a corrente migratória de partida fosse selecionada negativamente, emigrassem os menos experientes, o retorno traria a coorte mais talentosa, que teria chance de obter os maiores rendimentos no local de nascimento.

Chiswick (1999), no seu modelo de migração seletiva, teve como ponto de partida o trabalho de Sjaastad³⁴ sobre migração e investimento em capital humano. O primeiro autor modelou os custos em capital humano e os retornos da migração. O viés de seleção foi testado a partir dos rendimentos entre migrantes e não migrantes, controlado por características pessoais (sexo, idade, escolaridade etc.) e ocupacionais, com os migrantes positivamente selecionados em relação aos não migrantes, em virtude de serem mais ambiciosos, empreendedores, talentosos etc. (características não observáveis diretamente).

Zhao (2001) realizou estudo sobre a migração de retorno para a China, contando com uma amostra de 2.001 pessoas, ou 824 famílias, que volveram para os seus locais de nascimento. Os resultados diferem da maioria das pesquisas ao apontarem que o principal motivo do retorno é a saudade da família (permanência da esposa na origem), ao invés do fracasso por não obter emprego no destino. Outro achado mostrou que os retornados e os não migrantes têm a mesma probabilidade de se empregarem em atividades não agrícolas, dado que, além da educação, outros atributos foram levados em consideração. Quanto ao perfil do retornado, ele é idoso, bem-instruído e casado.

Dustmann e Kirchcamp (2002) analisaram a duração ideal da migração e a escolha ocupacional de migrantes turcos retornados da Alemanha. As opções são não trabalhar, trabalhar como assalariado ou por conta própria. Os resultados indicaram que, após o retorno, mais da metade é economicamente ativa e a maioria se envolveu em atividades empreendedoras, representando um ganho para a Turquia. Outro resultado apontou para a relação positiva entre escolaridade e autoemprego e negativa entre idade e

³⁴ Sjaastad (1980) estudou a migração não somente sob a ótica da promoção do equilíbrio entre as regiões, mas como um investimento que gera custos e retornos. No seu modelo, reconhecido na literatura como o “modelo de capital humano”, o potencial migrante investe em si próprio (educação, treinamento, anos de experiência etc.) e a partir disso consegue os melhores empregos e os maiores rendimentos.

empreendedorismo. Quanto mais instruído for o retornado, maior é a chance de se tornar empreendedor e quanto maior for a idade, menor é a chance do autoemprego.

Em outra pesquisa sobre a migração de retorno para a Alemanha, Dustman (2003) estudou o tempo ideal de permanência no exterior e a diferença salarial entre o país de origem e o de destino. Os resultados são contraditórios, mostrando que o aumento de salário no país de acolhimento está associado à diminuição da duração da migração nesse local. A justificativa decorre da diferença no poder de compra entre o país anfitrião e o país de origem. Nesse caso, o efeito-salário no destino estimulou a permanência no país de acolhimento, mas, ao mesmo tempo, diminuiu a utilidade marginal da riqueza (efeito renda), estimulando o retorno.

Em um estudo para a Albânia, Coulon e Piracha (2003) descobriram que os retornados, em geral, são negativamente selecionados, obtendo remuneração inferior aos não migrantes. Mas o efeito da autosseleção nem sempre é negativo. A experiência de trabalho obtida no exterior representa um prêmio para o salário do retornado, principalmente para aqueles que optaram por trabalhar por conta própria. Outros resultados mostraram que os diferenciais de rendimentos no mercado de trabalho Albanês devem-se aos atributos individuais entre retornados e não migrantes.

Piracha e Vadean (2009) investigaram a possibilidade de mudança ocupacional ou escolha profissional dos migrantes ao retornarem para a Albânia. Eles constataram que os retornados mais instruídos, um ano após o seu retorno, apresentaram elevada probabilidade de tornarem-se empreendedores de sucesso ao criarem empresas próprias. No caso dos retornados com menor nível educacional, no início eles trabalham por conta própria e depois se tornam assalariados.

Em outro estudo, Vadean e Piracha (2009) averiguaram os determinantes das diferentes formas de migração — migração circular e retorno definitivo para a Albânia. A escolha desse país justifica-se por sua emigração em massa e pelo fato de um terço dos fluxos ser temporário, do qual cinquenta por cento são de retorno e a outra metade é circular. Os resultados apontaram que a migração circular e de retorno, em geral, são determinadas pelo sexo, idade, origem rural/urbana, laços de família e perspectiva de trabalho e poupança. Os retornados são indivíduos com o ensino secundário, que fracassaram no destino ou não cumpriram uma meta de poupança. Mas o retorno para a

Albânia pode ser positivo através da transferência de habilidades e conhecimentos tecnológicos adquiridos no exterior. No caso da migração circular, o fluxo é formado por pessoas com nível de escolaridade primário, procedentes de áreas rurais e com experiência positiva de migração temporária no passado. A principal contribuição deste fluxo para a Albânia é via remessas e poupança dos repatriados.

O trabalho de Démurger e Xu (2010) usou informações de uma pesquisa domiciliar rural chinesa. O estudo analisou e comparou a escolha ocupacional dos migrantes bem-sucedidos que retornaram para a aldeia de nascimento vis-à-vis aos não migrantes. Os resultados mostraram que os retornados são positivamente selecionados e mais propensos a tornarem-se empreendedores ou trabalharem em atividades que exijam habilidades/conhecimentos quando comparados aos não migrantes. Esse resultado deve-se ao fato dos retornados terem adquirido capital humano, capital financeiro e capacidade empreendedora no exterior, tornando-se empreendedores na China rural.

Em um estudo recente sobre a escolha ocupacional dos migrantes retornados para a Moldávia, pequeno país da Europa Oriental, Borodak e Piracha (2010) chegaram a resultados paradoxais. Os emigrados que ficaram ilegalmente no país de destino tiveram maiores propensões de se tornarem trabalhadores assalariados quando retornaram. Com relação ao nível educacional, outro achado “conflitante”: os retornados menos habilitados ou que não obtiveram sucesso no local de destino têm maiores chances de se empregarem no mercado de trabalho formal vis-à-vis aos retornados com os melhores níveis educacionais. Os autores atribuíram esses resultados à carga tributária da Moldávia. Como forma de evitar o pagamento de impostos diretos, que incidem sobre o setor formal, parte dos retornados prefere trabalhar no mercado informal.

Aguilar (2010) analisou a migração de retorno procedente dos Estados Unidos para o Alto Jalisco — estado do México, procurando comparar o perfil entre o migrante de retorno e os demais residentes no estado. Os resultados revelaram seletividade positiva para o retornado, que apresentou melhor nível de instrução quando comparado ao outro grupo populacional. No tocante à inserção no mercado de trabalho, nas duas populações, os homens se concentram no setor primário e as mulheres no terciário, a população masculina auferia rendimentos superiores à feminina, sendo o “gap” mais elevado em relação às mulheres retornadas.

A pesquisa de Pungas et al. (2012) estimou as intenções da migração de retorno em função da escolaridade e de outras características socioeconômicas do retornando. A fonte de dados provém de uma pesquisa realizada com emigrantes da Estônia residentes na Finlândia. Os resultados indicaram que o nível educacional não se relaciona diretamente com os planos de retorno. Mas os migrantes que executaram funções abaixo do seu nível de instrução têm maiores intenções de retornarem. Outro achado mostrou que os emigrantes que obtiveram pelo menos parte de sua educação na Finlândia nos primeiros anos têm maiores intenções de regressar para a Estônia, mas essa tendência diminui com o passar dos anos, sugerindo que a educação adquirida no país de destino melhora a integração social.

Para o caso brasileiro, um dos primeiros estudos sobre a migração de retorno é o de Scott (1986). Centrado na questão do trabalho e da família na decisão de migrar, o autor destacou a importância desses fatores nas razões do retorno. De um lado, a exclusão da força de trabalho no local de destino e, do outro, a unidade doméstica solidária na origem, justificaram o retorno para o Nordeste.

Com foco na emigração interestadual de São Paulo para as demais UFs, a partir do Censo Demográfico de 1991, Cunha (2000) observou que, em geral, entre 1986/1991, os retornados compõem um grupo etário adulto, com menos anos de estudo e rendimento médio mensal inferior ao do migrante não natural. Todavia, o retornando apresentou nível educacional superior ao observado na população residente, com provável efeito positivo para os estados receptores.

Santos Júnior (2002), em um estudo pioneiro sobre migração interestadual e seletividade no Brasil, por meio da PNAD de 1999, encontrou evidências que os migrantes ganham, em média, valores superiores aos não migrantes, sendo positivamente selecionados. O autor explicou esse resultado em função da população migrante apresentar, em média, melhores características não observáveis diretamente (ambição, motivação, habilidades específicas, capacidade empresarial etc.) em relação ao não migrante.

DeBiaggi (2004), em uma pesquisa sobre as famílias brasileiras que retornaram dos EUA para o Brasil, destacou que além das motivações econômicas, como o desejo de poupar e trabalhar como conta própria, o projeto do retorno à terra natal também estava vinculado ao reencontro com as suas raízes e ao convívio familiar e de amigos.

Justo e Silveira Neto (2006) realizaram um estudo sobre a migração inter-regional no Brasil e, a partir dos microdados das PNADs de 1997 e 2002, encontraram indícios de seletividade positiva para o grupo de migrantes relacionado aos atributos pessoais (faixa etária e nível de instrução) e ocupacionais (horas trabalhadas e rendimento).

Com base nos microdados do Censo Demográfico 2000, Ramalho e Moreira (2006) encontraram a presença de seletividade positiva para os migrantes do Brasil metropolitano. A partir das análises bivariada e multivariada relacionadas às características pessoais (idade, nível de instrução, rendimento, estado de naturalidade etc.), foi possível observar que os migrantes das regiões metropolitanas auferem, em média, rendimentos acima dos valores recebidos pelos não migrantes.

Siqueira, Magalhães e Silveira Neto (2006) analisaram o perfil do migrante interestadual de retorno no Brasil, no interregno 1995/2000. Os principais resultados mostram que, em sua maioria, o retornado é jovem (entre 18 e 35 anos) e tem, em média, mais de seis anos de estudo. Como corolário, encontraram evidências de que boa parte não foi inserida no mercado de trabalho de destino, recebia baixos rendimentos e vivia em condições precárias de moradia, optando pelo retorno ao local de nascimento ainda que em plena idade produtiva. Assim, o retorno poderia estar associado ao fracasso no destino e as redes de solidariedade no local de origem poderiam facilitar a sua entrada no mercado de trabalho.

Em um estudo sobre a migração de retorno para a microrregião de Governador Valadares procedente dos EUA, Siqueira (2007) analisou as razões de sucesso e de fracasso. Com base em entrevistas realizadas entre 2004 e 2006, os resultados mostraram que quanto maior o tempo de permanência nos EUA, maior a dificuldade de readaptação e de sucesso no local de nascimento. Uma das explicações para o insucesso devia-se à falta de experiência em atividades administrativas. No caso daqueles que conseguiram sucesso como empreendedores, eles procuraram investir em atividades nas quais possuíam algum conhecimento e associaram-se a profissionais experientes.

Ramalho e Silveira Neto (2009), usando a PNAD 2007, procuraram analisar a influência das características socioeconômicas dos retornados sobre a chance de inserção ocupacional no setor formal e informal no local de nascimento. Os resultados indicaram que a informalidade é mais propícia às mulheres, pessoas com baixa escolaridade e não

chefes de família. Por sua vez, o retornado mais escolarizado tem maiores chances de empregar-se no setor formal, especialmente na atividade pública ou como autônomo e/ou empregador.

Buscando analisar o padrão da migração de retorno entre os nipo-brasileiros, Baba (2009) trabalhou com o modelo conceitual de fatores de expulsão e fatores de atração adotados por Gmelch (1983). Em termos metodológicos, foram preenchidos quarenta questionários e realizadas vinte entrevistas diretamente com os nipo-brasileiros que, entre julho e agosto de 2008, retornaram do Japão para São Paulo. As perguntas procuraram saber quem retornava e por quê. As respostas obtidas nos questionários foram semelhantes às evidenciadas por Gmelch (1983) que, em geral, mostrou que os fatores de atração são mais importantes quando comparados aos fatores de expulsão, justificando as razões para o repatriamento. Os motivos pessoais (convívio com a família) e sociais (Brasil é o meu país de nascimento) foram razões mais importantes quando comparadas às questões econômicas (oportunidade de trabalho no Brasil) ou familiares. Entretanto, os resultados com base nas entrevistas mostraram que razões familiares (doença dos pais e educação dos filhos) e econômicas (trabalho exaustivo) também explicavam os motivos do retorno. O autor justificou a divergência ou complementaridade entre os resultados em função da complexidade dos motivos para explicar a migração de retorno, sendo necessária a adoção de vários métodos para compreender as razões do retorno ou devido às limitações do próprio estudo.

Medeiros e Siqueira (2010), em um estudo inédito e específico sobre a relação entre migração de retorno e seletividade no Brasil a partir dos microdados da PNAD 2007, concluíram que o migrante de retorno detém rendimento médio superior ao não migrante, mas inferior ao observado para o migrante não retornado. Diante disso, o indivíduo que decidiu retornar para a UF de nascimento é positivamente selecionado em relação ao não migrante e negativamente quando comparado ao não retornado.

Justo et al, (2010) com o objetivo de captar as causas da migração e da migração de retorno, realizaram pesquisa sobre esse processo nos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, no interregno 1995/2000. Os resultados revelaram que as variáveis determinantes na migração intermunicipal foram a renda esperada, a infraestrutura urbana e

as transferências de renda. Por sua vez, o retorno não foi tão influenciado por essas variáveis, mas por serviços de saúde e pela migração para as áreas rurais.

O estudo de Queiroz (2010) tratou de aferir os efeitos do ato migratório sobre os rendimentos dos retornados interestaduais vis-à-vis aos salários daqueles que decidiram não retornar e o não migrante. A partir das PNADs de 1997 e 2007, a autora encontrou evidências que sugerem seletividade positiva para os migrantes que optaram por não retornar e negativa para os não migrantes e retornados. Ademais, dentre os grupos de migrantes, os retornados foram os piores selecionados, sugerindo que o retorno foi devido ao fracasso no destino. Entretanto, a remigração foi positiva para o estado de nascimento, devido à elevação no salário médio, justificado, provavelmente, por conhecimentos adquiridos no destino.

Devido à recente crise econômica mundial que afetou principalmente a Europa e os Estados Unidos, Fernandes, Nunan e Carvalho (2011) investigaram as causas e o perfil dos migrantes retornados ao Brasil procedentes de Portugal e dos Estados Unidos — tradicionais portas de entrada de brasileiros no exterior. Através de uma pesquisa de campo realizada com 324 retornados para os municípios de Poço de Caldas e de Teófilo Otoni, o estudo mostrou que os retornados de Portugal são, em sua maioria, mulheres e com melhor nível de instrução quando comparado aos retornados dos EUA. Todavia, esse perfil não refletiu sobre o rendimento das retornadas do país ibérico. A justificativa para o retorno foi o alto desemprego nos dois países, além da xenofobia na Europa e leis severas de imigração nos EUA.

A partir do Censo Demográfico de 1991, Assis e Siqueira (2011) compararam o perfil do migrante interestadual de retorno no Brasil vis-à-vis ao retornado para a Paraíba. Eles constataram que o retornado padrão é homem, jovem, com nível de instrução inferior a cinco anos, desocupado, ou exercia atividade profissional sem vínculo empregatício, ou em atividade autônoma. No tocante ao retornado para a Paraíba, as suas características se assemelhavam às observadas para o Brasil. A partir desse perfil, os autores acreditavam que o retorno aconteceu devido ao equívoco na decisão inicial de emigrar, representando um fracasso tanto no fluxo total de retornados quanto no fluxo para a Paraíba. E mais, caso o retorno tivesse sido planejado, o retornado seria idoso e/ou aposentado, figurando como sucesso.

Ferreira e Ramalho (2012) analisaram os determinantes da escolha ocupacional de migrantes interestaduais de retorno no Brasil e, fazendo uso da PNAD 2009, constataram que a acumulação de riqueza afetava positivamente a escolha entre ser autônomo ou empreendedor. Com relação ao perfil, retornados do sexo masculino, da raça/cor branca, com idade mais avançada, poucos anos de estudo e residente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste tinham maiores chances de estarem trabalhando nessas ocupações.

Quanto aos estudos voltados para as migrações cearenses, Queiroz (2003), a partir dos microdados do Censo Demográfico 2000, confrontou o perfil socioeconômico e ocupacional do migrante de retorno e do migrante não natural. Através de estatísticas descritivas, os achados mostraram que a população retornada era menos escolarizada e recebia rendimento inferior ao migrante não natural, mas a sua taxa de desemprego era menor. A autora justificou esse resultado a existência de redes de contato no destino (Ceará) e o crescimento na geração de empregos no mercado de trabalho estadual, facilitando a inserção do retornado no local de nascimento.

Lacerda (2005), através da Pesquisa de Desemprego e Subemprego coletada pelo SINE/IDT-CE (Sistema Nacional de Emprego/ Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – Ceará), estudou a relação entre migração intraestadual para Fortaleza e seletividade no seu mercado de trabalho entre os anos de 2000 a 2002. A partir da estimação de correção do viés de seleção do modelo de Heckman, os resultados apontaram que os migrantes procedentes do interior do estado (zona rural) são negativamente selecionados, ou seja, auferem menores rendimentos em relação aos naturais do município de Fortaleza, considerados como não migrantes.

A partir dessa breve revisão bibliográfica, encontramos nos estudos internacionais e nacionais tanto casos de seletividade positiva quanto negativa para o migrante de retorno. No tocante ao perfil socioeconômico e ocupacional dos envolvidos nesse processo, não existe um padrão específico. Ademais, não há consenso sobre as causas desse movimento e os efeitos sobre a área de destino.

Quanto às pesquisas sobre migração interestadual de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense, até o momento não constatamos nenhum estudo. Sendo assim, a seção 4.4 é dedicada à análise comparativa das características diretamente observáveis (pessoal, ocupacional e rendimento) dos absorvidos na atividade laboral

estadual (migrante de retorno, não migrante e migrante não natural), procurando identificar quem são, como foram inseridos e qual é o rendimento. Em seguida, a partir da equação minceriana dos rendimentos, testa-se a presença de viés de seleção para o migrante natural do Ceará retornado.

4.3. Metodologia de análise

4.3.1. Compatibilização entre os Censos Demográficos

O Censo Demográfico brasileiro avançou em termos de cobertura, quantidade e qualidade das informações, agilidade na coleta e divulgação dos resultados (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). Todavia, devido às mudanças metodológicas e de conteúdo das variáveis, a comparabilidade entre os quesitos censitários muitas vezes apresenta restrições. Nesse sentido, essa seção descreve o esforço metodológico na compatibilização das variáveis capaz de mensurar o perfil socioeconômico (sexo, idade, nível de instrução e raça/cor), a inserção (condição de atividade, condição de ocupação, condição de desemprego, posição na ocupação, classificação das ocupações, classificação dos setores de atividade econômica) e o rendimento dos ocupados (migrante de retorno, migrante não natural e não migrante) no mercado de trabalho cearense entre os Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

4.3.2. A base de dados e as categorias de análise

A principal fonte de informações é os microdados da amostra dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 captados pelo IBGE. O recorte temporal compreende o período de 1986 a 2010, precisamente os quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. A opção por esse ponto de partida justifica-se em função do quesito data fixa (refere-se ao lugar de residência anterior há exatamente cinco anos antes da coleta do Censo Demográfico) ter sido aplicado, pela primeira vez, no Censo Demográfico de 1991 (RIGOTTI, 1999). A data de realização do inquérito domiciliar e o período considerado como data fixa estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro 3 – Data de referência e data fixa dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Data de referência do Censo Demográfico	Data fixa
01/09/1991	01/09/1986
31/07/2000	31/07/1995
31/07/2010	31/07/2005

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Quanto às categorias de análise, as populações foram classificadas em três tipos:

- i) **Migrante interestadual de retorno** – indivíduo natural do Ceará, com dez anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.
- ii) **Migrante não natural** – indivíduo não natural do Ceará, com dez anos ou mais de idade, que na data de referência do Censo Demográfico residia no estado e em uma data fixa (exatamente cinco anos antes do recenseamento) morava em outra Unidade da Federação.
- iii) **Não migrante** – indivíduo natural do Ceará, com dez anos ou mais de idade, que sempre morou no município de nascimento.

4.3.3. Definições, indicadores e descrição das variáveis utilizadas

4.3.3.1. Perfil

As variáveis selecionadas na caracterização pessoal foram sexo, idade, nível de instrução e raça/cor. Segundo Graham e Buarque de Holanda Filho (1980), Coulon e Piracha (2003), Riosmena e Massey (2004), e Piracha e Vadean (2009), esses atributos interferem na inserção ocupacional e, conseqüentemente, sobre os rendimentos, atuando como componente de seletividade entre os migrantes (retornados e não naturais) e não migrantes.

O sexo foi identificado em masculino e feminino, sendo selecionadas as variáveis apresentadas no quadro abaixo.

Quadro 4 – Sexo: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo	Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
1991	V0301	Sexo	1-Masculino 2-Feminino	
2000	V0401			
2010	V0601			

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O perfil etário foi distribuído em seis grupos de idade: i) 10 a 14 anos, ii) 15 a 24 anos, iii) 25 a 39 anos, iv) 40 a 49 anos, v) 50 a 59 anos, e vi) 60 anos ou mais. Como essa variável estava em anos completos, a mesma foi reagrupada.

Quadro 5 – Grupos de idade: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo	Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
1991	V3072	Idade em anos completos		Grupos de idade: 1-10 a 14 anos 2-15 a 24 anos 3-25 a 39 anos 4-40 a 49 anos 5-50 a 59 anos 6-60 anos ou +
2000	V4752			
2010	V6036			

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Quanto à variável anos de estudo, o Censo Demográfico 2010 retirou esse quesito da sua pesquisa, interrompendo a sequência observada desde o Censo Demográfico de 1991. A solução foi trabalhar com o nível de instrução, variável introduzida no último inquérito domiciliar. Desse modo, a variável anos de estudo (Censo Demográfico de 1991 e 2000) foi transformada em nível de instrução (Censo Demográfico 2010), conforme a classificação da PNAD, ficando agregada assim: i) *menos de oito anos de estudo* – sem instrução e fundamental incompleto; ii) *oito a dez anos de estudo* – fundamental completo e médio incompleto; iii) *onze a quatorze anos de estudo* – médio completo e superior incompleto; iv) *mais de quinze anos de estudo* - superior completo. Nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 foram excluídos alfabetização de adultos e não determinado.

Quadro 6 – Nível de instrução: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo	Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
1991	V3241	Anos de estudo	00 – Sem instrução 01 a 16 – número de anos de estudo 17 – 17 anos ou mais de estudo 20 – Não determinado 30 – Alfabetização de adultos	Nível de instrução: 1-sem instrução e fundamental incompleto (menos de oito anos de estudo) 2-fundamental completo e médio incompleto (oito a dez anos de estudo) 3-médio completo e superior incompleto (onze a quatorze anos de estudo) 4-superior completo (mais de quinze anos de estudo)
2000	V4300	Anos de estudo	00 – Sem instrução ou menos de 1 ano 01 a 16 – De 1 a 16 anos de estudo 17 – 17 anos ou mais 20 – Não determinado 30 – Alfabetização de adultos	
2010	V6400	Nível de instrução	1 – Sem instrução e fundamental incompleto 2 – Fundamental completo e médio incompleto 3 – Médio completo e superior incompleto 4 – Superior completo 5 – Não determinado	

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Com relação à raça/cor, conforme se observa no Quadro 7, essa variável não passou por modificações entre os Censos Demográficos. Sendo assim, manteve-se a classificação dos indivíduos em raça branca, preta, amarela, parda e indígena, excluindo os ignorados.

Quadro 7 – Cor ou raça: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo	Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
1991	V0309	Cor ou raça	1-Branca 2-Preta 3-Amarela 4-Parda 5-Indígena 9-Ignorado	
2000	V0408			
2010	V0606			

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

4.3.3.2. Trabalho

➤ Condição de atividade

Uma das principais alterações entre os Censos Demográficos diz respeito ao período de referência da condição de atividade. No Censo Demográfico de 1991, a referência foi os 12 meses anteriores à data da pesquisa e, a partir do Censo Demográfico 2000, a semana passou a ser adotada.

Outro esclarecimento refere-se ao conceito de População Economicamente Ativa (PEA) usado nesta tese. Até o Censo Demográfico de 1991, a identificação da condição de ocupação tinha caráter mais restrito, com as formas de trabalho incluindo o trabalho remunerado e o trabalho sem remuneração em algum negócio ou estabelecimento. No Censo Demográfico 2000 (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003), mantido pelo Censo Demográfico 2010, foi introduzida a produção para o próprio consumo como uma nova forma de trabalho. A partir de então, é possível mensurarmos a PEA de dois modos: i) uma de caráter amplo, definida como a População Economicamente Ativa – Ampla (PEA-A³⁵); ii) e outra restrita, definida como a População Economicamente Ativa – Restrita (PEA-R) (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). Como o ponto de partida deste capítulo é o Censo Demográfico de 1991, e o referido levantamento estima somente a PEA-Restrita, para efeito de compatibilização com os dois Censos Demográficos seguintes (2000 e 2010), adota-se a definição de PEA-Restrita.

Abaixo, apresentamos algumas definições e indicadores sobre condição de atividade adotados nesse estudo.

População em Idade Ativa (PIA) – representa as pessoas com 10 anos ou mais de idade no período de referência. A PIA é composta pela População Economicamente Ativa-Restrita (PEA-R) e pela População Não Economicamente Ativa (PNEA).

$$PIA = PEA - R + PNEA$$

³⁵ **População Economicamente Ativa Ampla (PEA-A)** — considera a população com 10 anos ou mais de idade ocupada com remuneração e a ocupada sem remuneração que trabalhou menos de 15 horas por semana e, aqueles que produziram para autoconsumo, mais as pessoas desempregadas que procuraram emprego num período de referência. (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003).

Considerou-se como **População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R)** a população com 10 anos ou mais de idade ocupada com remuneração e a ocupada sem remuneração que trabalhou 15 horas ou mais por semana, mais as pessoas desempregadas que procuraram emprego num período de referência. (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). A PEA-R inclui, portanto, a População Ocupada (PO) e a População Desempregada (PD). Os conceitos e operacionalização para o cálculo desses indicadores serão apresentados logo adiante.

$$PEA - R = PO + PD$$

Já a **População Não Economicamente Ativa (PNEA)** foi definida como as pessoas com 10 anos ou mais de idade não empregadas e que não procuraram trabalho no período de referência.

A partir das definições de PIA, PEA-R e PNEA é possível calcularmos a Taxa de Atividade e a Taxa de Inatividade.

Taxa de Atividade – calculada pela razão entre a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R) e a População em Idade Ativa (PIA). Esse indicador representa a oferta de trabalho das pessoas com 10 anos ou mais de idade, incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

$$\text{Taxa de Atividade} = \frac{PEA - R}{PIA} * 100$$

Taxa de Inatividade – calculada pela razão entre a População Não Economicamente Ativa (PNEA) e a População em Idade Ativa (PIA). Representa o contingente de pessoas sem emprego e que não procurou trabalho num período de referência.

$$\text{Taxa de Inatividade} = \frac{PNEA}{PIA} * 100$$

➤ Condição de ocupação

Entre o Censo Demográfico de 1991 e 2000, essa variável sofreu duas inovações: a primeira relacionada ao período de referência de ocupação de 12 meses para uma semana e a segunda diz respeito à captação da condição de ocupado. No caso da alteração na data de referência, Dedecca e Rosandiski (2003, p.35) elucidaram que:

Esta orientação melhora as informações sobre a ocupação e o desemprego nas atividades não agrícolas, mas pode causar turbulência na avaliação dessas situações para a atividade agrícola. Ademais, dificulta a comparação com os resultados do Censo de 1991. Vantagens são, portanto, confrontadas com possíveis desvantagens.

Quanto à mensuração da condição de ocupação, no Censo Demográfico de 1991, somente um quesito captava essa questão, sendo considerado como ocupado aquele que declarou o trabalho habitual. Contudo, em 2000, a condição de ocupação desdobrou-se em cinco quesitos, passando para quatro em 2010. A partir disso, para compatibilizarmos o conceito de ocupado definido em 1991³⁶, com os dois levantamentos seguintes, foram selecionados os itens 1, 2 e 3 apresentados no Quadro 8.

³⁶ O Censo Demográfico de 1991 identificou como ocupada “a pessoa que exerceu uma ocupação remunerada mesmo que somente durante algumas horas diárias, semanais ou mensais como assalariado, conta-própria ou empregador, e a não remunerada que trabalhou habitualmente pelo menos 15 horas semanais” (IBGE, 1996, p.34).

Quadro 8 – Condição de ocupação: período de referência e variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

1991	2000	2010
Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses (entre 01/09/1990 a 31/08/1991) – (V0345= 1): 1- Habitualmente 2 - Eventualmente 3 - Não trabalhou	1) Na semana de 23 a 29 de julho de 2000, trabalhou remunerado. (V0439 = 1) - Sim ou Não 2) Na semana, tinha trabalho mas estava afastado. (V0440=1) - Sim ou Não 3) Na semana, ajudou sem remuneração no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio, ou como aprendiz ou estagiário. (V0441 = 1) - Sim ou Não 4) Na semana, ajudou sem remuneração no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio em atividade de cultivo, extração vegetal... (V0442) - Sim ou Não 5) Na semana, trabalhou no cultivo, etc... para alimentação de pessoas moradoras no domicílio. (V0443) - Sim ou Não	Na semana de referência de 25 a 31 de julho de 2010, durante pelo menos 1 hora: 1) Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias, ou benefícios. (V0641 = 1) - Sim ou Não 2) Tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a). (V0642 = 1) - Sim ou Não 3) Ajudou sem qualquer pagamento no trabalho remunerado de morador do domicílio. (V0643 = 1) - Sim ou Não 4) Trabalhou na plantação, criação de animais ou pesca, somente para alimentação dos moradores do domicílio (Inclusive caça e extração vegetal). (V0644) - Sim ou Não

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A partir da PEA-Restrita, definiu-se como **População Ocupada (PO)** aqueles com 10 anos ou mais de idade ocupados com remuneração e os ocupados sem remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana.

A **Taxa de Ocupação** foi calculada pela razão entre a População Ocupada (PO) e a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R).

$$\text{Taxa de Ocupação} = \frac{\text{PO}}{\text{PEA} - \text{R}} * 100$$

➤ Condição de desemprego

As inovações metodológicas a respeito da condição de desemprego referem-se ao período do desemprego e ao tempo de procura por trabalho. Em 1991, foi considerado

como desocupado aquele que não trabalhou nos últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo Demográfico, mas, nos últimos dois meses, tomou alguma providência para encontrar trabalho (IBGE, 1996). Desde 2000, a procura por trabalho foi de 30 dias e o período sem trabalho a semana de referência (IBGE, 2002).

Segundo Dedecca e Rosandiski (2003), a mudança no período de referência tem a vantagem de ficar compatível com o critério adotado pela PNAD, mas aumenta a taxa de desemprego. Um exemplo dessa possível ampliação ocorre na atividade agrícola sazonal, trabalhadores que durante vários meses do ano estavam ocupados poderiam encontrar-se desocupados justamente no período de realização do Censo Demográfico (semana de referência).

O Quadro 9 traz as variáveis selecionadas para estimar o desemprego.

Quadro 9 – Condição de desemprego: período de referência e variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

1991	2000	2010
* Condição de Desemprego - uma das alternativas da situação de não trabalho. (V0358=1 ou V0358=2) - Período sem trabalho = últimos 12 meses anteriores à data de referência do Censo - Procura = 2 meses	* No período de 30 de junho a 29 de julho de 2000, tomou alguma providência para conseguir algum trabalho? (V0455=1) - Sim ou Não * Condição de Desemprego - definida a partir da condição de não trabalho e da tomada de alguma providência. - Período sem trabalho = semana de referência do Censo. - Procura = 30 dias.	* No período de 02 a 31 de julho de 2010, tomou alguma providência, de fato, para conseguir trabalho? (V0654=1) - Sim ou Não * Condição de Desemprego - definida a partir da condição de não trabalho e da tomada de alguma providência. - Período sem trabalho = semana de referência do Censo. - Procura = 30 dias.

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Nesse sentido, considerou-se como **População Desempregada (PD)** aqueles com 10 anos ou mais de idade que declararam estar desempregados, mas procuraram emprego num período de referência.

A **Taxa de Desemprego** é calculada pela razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa Restrita (PEA-R).

$$\text{Taxa de Desemprego} = \frac{PD}{PEA - R} * 100$$

➤ Posição na ocupação

O conceito de posição na ocupação passou por mudanças expressivas ao longo dos Censos Demográficos. Conforme o Quadro 10, em 1991, dois quesitos captavam a inserção da população na atividade econômica, distribuídos em pelo menos 11 possibilidades. Em 2000, a posição na ocupação foi mensurada através de três quesitos, com a classificação mínima em 10 categorias posicionais (JANNUZZI, 2004). No último Censo Demográfico, o número de quesitos diminuiu para dois e a possibilidade de ocupação baixou para o mínimo de sete categorias de inserção.

Quadro 10 – Posição na ocupação: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

1991	2000	2010
1) Posição na ocupação declarada (V0349): 1 - Trabalhador agrícola volante 2 - Parceiro ou Meeiro - Empregado 3 - Parceiro ou Meeiro - Autônomo ou Conta própria 4 - Trabalhador Doméstico - Empregado 5 - Trabalhador Doméstico - Autônomo ou Conta própria 6 - Empregado do Setor Privado 7 - Empregado do Setor Público - Servidor Público 8 - Empregado do Setor Público - de Empresa Estatal 9 - Autônomo ou conta-própria 10 - Empregador 11 - Sem remuneração 2) Número de empregados no estabelecimento, negócio, instituição. (V0351) - 1 ou 2 - 3 ou 4 - 5 a 9 - 10 ou mais - Trabalha sozinho - Com sócio ou não remunerado, - Trabalhador doméstico - Não sabe	1) Nesse trabalho era (V0447): 1 - Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada 2 - Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada 3 - Empregado com carteira de trabalho assinada 4 - Empregado sem carteira de trabalho assinada 5 - Empregador 6 - Conta-própria 7 - Aprendiz ou estagiário sem remuneração 8 - Não remunerado em ajuda a membro do domicílio 9 - Trabalhador na produção para o próprio consumo 2) Nesse trabalho era empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos ou como militar (V0448) - Sim ou Não 3) Quantos empregados trabalhavam nessa firma. (V0449) - Um - Dois - De 3 a 5 - De 6 a 10 - 11 ou mais empregados	1) Nesse trabalho era (V0648): 1 – Empregados com carteira de trabalho assinada 2 – Militares e funcionários públicos estatutários 3 - Empregados sem carteira de trabalho assinada 4 – Conta própria 5 – Empregadores 6 – Não remunerados 7 – Trabalhadores na produção para o próprio consumo 2) Quantas pessoas empregava nesse trabalho. (V0649) - De 1 a 5 pessoas - 6 ou mais pessoas.

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Com a inclusão e exclusão de quesitos, observaram-se mudanças de conteúdo na estrutura da ocupação por posição na ocupação. Uma delas diz respeito ao cômputo de ocupados na produção para o próprio consumo como trabalho, a partir do Censo Demográfico 2000 (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). Tendo em vista que trabalhamos com a definição de PEA-Restrita e esse indicador não considera o trabalho na produção para o próprio consumo, a posição na ocupação foi calculada através do quesito V0349 (em 1991), V0447 e V0448 (em 2000) e V0648 (em 2010). Assim, a posição ocupação foi desagregada em seis categorias/classes, conforme segue:

a) Empregado

Com carteira de trabalho assinada

Militares e funcionários públicos estatutários

Outros sem carteira de trabalho assinada

- b) Conta própria
- c) Empregadores
- d) Não remunerados

A partir dessa agregação, é preciso esclarecer que “outros sem carteira de trabalho assinada”, em 1991, inclui aqueles que responderam que não sabiam se possuíam carteira de trabalho assinada (V0350=2), juntamente com aqueles que não tinham (V0350=3), sendo necessário subtrair o servidor público (V0349=7) e o empregado de empresa estatal (V0349=8) para que não houvesse duplicidade numérica. Conforme o IBGE (1996, p.38), ao responder que não tinha carteira assinada (V0350=3), essa opção contempla “[...] a pessoa empregada, regida por Estatuto do Servidor Público ou pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que não possuía carteira de trabalho assinada pelo atual empregador ou não tinha vínculo empregatício”.

No Censo Demográfico 2000, em “outros sem carteira de trabalho assinada”, somou-se o trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada (V0447=2) ao empregado sem carteira de trabalho assinada (V0447=4), excluindo os militares e funcionários públicos estatutários — que são classificados como trabalhadores sem carteira — para que não houvesse dupla contagem com o quesito (V0448=1), que capta o emprego pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos ou como militar. Com relação ao Censo Demográfico 2010, houve avanço, os militares e os funcionários públicos estatutários foram separados daqueles que responderam que não tinham carteira de trabalho assinada, sem haver duplicidade. Assim, para calcularmos outros sem carteira, fez-se o filtro somente nos empregados sem carteira de trabalho assinada (V0648=3).

No tocante à natureza dos contratos de trabalho, a partir da posição na ocupação, é possível estimarmos o grau de formalização e de informalidade do mercado de trabalho. Apesar de não haver consenso a respeito do significado do trabalho formal e, principalmente, do trabalho informal (ROCHA, 2012), que contempla diversas categorias de ocupações, definiu-se como trabalhador formal os empregados com carteira de trabalho

assinada mais os militares e os funcionários públicos estatutários. A informalidade contemplou os trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada mais os trabalhadores por conta própria. A opção por essas definições baseou-se nos estudos de Ramos (2002; 2007); Sabadini e Nakatani (2002) e do IPEA (2011). Conforme o IPEA (2011, p. 3-4):

[...] os empregadores estão separados isoladamente, pois a sua inclusão nos extratos formais ou não formais depende de inferências de renda ou de outro modelo que permita um corte razoável entre empresários informais e formais. A abordagem faz sentido para a trajetória brasileira devido às especificidades da formação do mercado de trabalho, que estão diretamente relacionadas ao registro do trabalho. Isso criou uma cultura de separação entre trabalho formal e informal segundo o registro por parte dos trabalhadores e, de inúmeras maneiras, uma diferenciação entre trabalho registrado e trabalho não registrado [...]

Contudo, Sabadini e Nakatani (2002, p.7) esclarecem que “[...] uma parte desses trabalhadores por conta própria pode estar ‘formalizada’, no sentido de que suas atividades são registradas e ‘legalizadas’. Da mesma forma, uma parte dos empregadores, não incluídos nesses dados, poderia ser classificada como informal”.

A taxa de formalidade e a taxa de informalidade são outros indicadores que serão analisados, sendo estimados e definidos da forma abaixo.

Taxa de Formalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores formais (empregado com carteira assinada mais os militares e os funcionários públicos estatutários) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Formalidade} = \frac{\text{Trabalhadores Formais}}{\text{PO}} * 100$$

Taxa de Informalidade – calculada pela razão entre os trabalhadores informais (empregado sem carteira assinada mais os trabalhadores por conta própria) sobre o total da População Ocupada (PO).

$$\text{Taxa de Informalidade} = \frac{\text{Trabalhadores Informais}}{\text{PO}} * 100$$

➤ Classificação das ocupações e dos setores de atividade econômica

Com relação à classificação das ocupações e das atividades econômicas, até 1991 o IBGE tinha uma classificação própria, que dificultava a comparação com outros países e inclusive com outras fontes de informações nacionais (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003). A partir de 2000, a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE Domiciliar) foram adaptadas para as pesquisas domiciliares, facilitando a comparação nacional e internacional (IBGE, 2000; 2007; 2013; MTE, 2013).

Além da compatibilidade, houve avanço na atualização das ocupações e dos setores de atividade econômica que estavam sub-representados e não condizentes com a realidade sócio-ocupacional do mercado de trabalho brasileiro (DEDECCA; ROSANDISKI, 2003).

De acordo com o Quadro 11, em 1991, as ocupações estavam classificadas em 381 famílias e em 169 setores de atividade econômica. Em 2000, ampliou-se tanto o número de ocupações (510) quanto os setores de atividade (224). No último Censo Demográfico, as famílias ocupacionais diminuíram para 433 e o número de setores aumentou para 240.

Quadro 11 – Classificação das ocupações e dos setores de atividade econômica: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010*

Sistema	1991	2000	2010
Número de ocupações	381 Classificação do IBGE	510 CBO - adaptada para as pesquisas domiciliares	433 CBO – adaptada para as pesquisas domiciliares
Número de setores	169 Classificação do IBGE	224 CNAE - adaptada para as pesquisas domiciliares	240 CNAE - adaptada para as pesquisas domiciliares

Fonte: IBGE – Microdado do Censo Demográfico 2010.

*Os valores para os anos de 1991 e 2000 foram retirados de Jannuzzi (2004, p.72).

Segundo Jannuzzi (2004, p.71): “[...] essas observações já permitem antecipar, pois, as dificuldades de realizar a compatibilização dessas variáveis em um nível analítico muito desagregado”. Nesse sentido, dividimos as ocupações em nove grandes setores descritos a seguir:

- i) agropecuária, silvicultura e pesca
- ii) indústria extrativa

- iii) indústria de transformação
- iv) indústria da construção
- v) serviços industriais de utilidade pública
- vi) comércio
- vii) serviços
- viii) administração pública
- ix) atividades mal definidas.

4.3.3.3. Rendimento

Neste estudo, optamos por trabalhar com o rendimento bruto mensal no trabalho principal, em salário mínimo. Assim, é importante esclarecer os valores que vigoravam no mês de referência de cada Censo Demográfico. Em agosto de 1991, o valor do salário mínimo era de Cr\$ 36.161,60 (trinta e seis mil e cento e sessenta e um cruzeiros e sessenta centavos); em julho de 1991, foi de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais); e, em julho de 2010, foi de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).

Para a compatibilização entre os Censos Demográficos, fez-se uso das variáveis apresentadas no Quadro 12. As mesmas foram classificadas em cinco faixas salariais:

- i) até 1 S.M.
- ii) mais de 1 a 2 S.M.
- iii) mais de 2 a 5 S.M.
- iv) mais de 5 a 10 S.M.
- v) acima de 10 S.M.

Não foram considerados os “sem declaração” e os “sem rendimentos”.

Quadro 12 – Rendimento bruto no trabalho principal em salário mínimo: variáveis selecionadas nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Censo	Variável	Descrição	Classificação	Classificação nova
1991	V3564	Faixas de rendimento da ocupação principal	01-Até 1/4 de S.M. 02-Mais de 1/4 a 1/2 S.M. 03-Mais de 1/2 a 3/4 S.M. 04-Mais de 3/4 a 1 S.M. 05-Mais de 1 a 1 1/4 S.M. 06-Mais de 1 1/4 a 1 1/2 S.M. 07-Mais de 1 1/2 a 2 S.M. 08-Mais de 2 a 3 S.M. 09-Mais de 3 a 5 S.M. 10-Mais de 5 a 10 S.M. 11-Mais de 10 a 15 S.M. 12-Mais de 15 a 20 S.M. 13-Mais de 20 S.M. 14-Sem Rendimentos 15-Sem Declaração	1-Até 1 S.M. 2-Mais de 1 a 2 S.M. 3-Mais de 2 a 5 S.M. 4-Mais de 5 a 10 S.M. 5-Acima de 10 S.M.
2000	V4514	Total de rendimentos no trabalho principal, em salários mínimos		1-Até 1 S.M. 2-Mais de 1 a 2 S.M. 3-Mais de 2 a 5 S.M. 4-Mais de 5 a 10 S.M. 5-Acima de 10 S.M.
2010	V6514	Rendimento no trabalho principal em número de salários mínimos		

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

4.3.4. Descrição do modelo

Esta parte da tese descreve a metodologia efetuada para testar a hipótese de seleção positiva para o migrante de retorno (Ceará) em relação ao não migrante e negativa quando comparado ao migrante não natural. Tomou-se como referência o estudo de Santos Júnior (2002), que analisou migração e seletividade no Brasil; Ramalho e Moreira (2006), que estudaram migração e seletividade para o Brasil metropolitano (2006); e a pesquisa de Medeiros e Siqueira (2010), que tratou da relação migração de retorno e seletividade no Brasil.

Em concordância com os conceitos definidos na subseção 4.3.2, as categorias de análise referem-se ao migrante interestadual de retorno, migrante não natural e não migrante de data fixa. As informações são provenientes dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2010, optamos por realizar o teste de seletividade com base no levantamento mais recente, dado que a análise descritiva contemplou os três últimos

Censos Demográficos e os resultados em geral mostraram semelhanças ao longo dos quinquênios investigados.

O teste será efetuado através de duas regressões: a primeira compara o rendimento entre o migrante de retorno e o não migrante, e a segunda entre o migrante de retorno e o migrante não natural (MEDEIROS; SIQUEIRA, 2010). A estratégia adotada segue os passos empregados por Santos Júnior (2002), Ramalho e Moreira (2006) e Medeiros e Siqueira (2010) que estimaram a equação minceriana de rendimentos por meio do modelo de regressão linear múltipla, expresso resumidamente da seguinte forma:

$$\ln(Y_i) = \alpha + \beta' X_i + \phi M_i + \varepsilon_i$$

Onde:

$\ln(Y_i)$ representa o logaritmo neperiano do rendimento por hora de todos os trabalhos dos indivíduos;

α , β' e ϕ são os parâmetros do modelo;

X_i é um conjunto de variáveis socioeconômicas (controle) relacionadas ao rendimento dos indivíduos;

M_i é uma variável *binária* que assume o valor 1 quando o indivíduo é migrante de retorno e 0 quando o indivíduo é não migrante. Na regressão entre o migrante de retorno e o migrante não natural, a *binária* assume o valor 1 quando o indivíduo é migrante de retorno e 0 quando é migrante não natural;

ϕ é o coeficiente associado à variável *binária*, se positivo e estatisticamente significativo, indica que o migrante de retorno é mais bem remunerado quando comparado às demais populações (não migrante e migrante não natural), configurando caso de seleção positiva (MEDEIROS e SIQUEIRA, 2010). Ademais, depois de realizado todos os controles pelas características observáveis (pessoais e ocupacionais), a existência de rendimentos diferentes deve-se as experiências pregressas no mercado de trabalho em outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009), além da rede de parentesco e de contato no local de nascimento que facilitaria a sua inserção ocupacional.

ε_i é o erro aleatório não explicado pelo modelo.

A variável dependente (variável resposta) usada no modelo econométrico foi o rendimento por hora de todos os trabalhos dos indivíduos. Segundo Santos Júnior (2002), o teste de seleção de migrantes é efetuado somente com rendimentos positivos, portanto, os indivíduos com renda nula e ignorada foram excluídos da amostra.

Com relação às variáveis de controle (características diretamente observáveis) que podem influenciar o rendimento e atuar como componentes de seletividade, de acordo com Graham e Buarque de Holanda Filho (1980), Chiswick (1999), Santos Júnior (2002), Coulon e Piracha (2003), Riosmena e Massey (2004), Piracha e Vadean (2009), as mais importantes são: **sexo** (masculino e feminino); **idade** (idade em anos completos); **idade ao quadrado**; **raça/cor** (*branca* – branca e amarela; *não branca* – preta, parda e indígena); **nível de instrução** (sem instrução e fundamental incompleto, fundamental completo e médio incompleto, ensino médio completo e superior incompleto e superior completo); **posição na ocupação** (empregado com carteira assinada, empregado sem carteira assinada, militar e funcionário público estatutário, conta própria e empregador); **setor de atividade econômica** (*agrícola* – agropecuária, silvicultura e pesca; *indústria* – extrativa, transformação e construção civil; *comércio e serviços* – comércio, serviços e serviços industriais de utilidade pública; *administração pública*); **zona de residência** (urbana e rural); e **migração** (migrante de retorno, migrante não natural e não migrante).

Algumas agregações nas categorias determinantes da renda foram realizadas, perfazendo um total de 16 variáveis de controle, descritas a seguir:

a) sexo: uma variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo declarou ser do sexo masculino e 0 caso contrário;

b) idade: representa o número de anos do indivíduo, figurando como uma aproximação da experiência no mercado de trabalho;

c) idade ao quadrado: o termo quadrático relaciona-se com o crescimento da renda e da jornada de trabalho até certa idade; sendo que, em geral, para as idades mais avançadas os retornos salariais declinam;

d) raça/cor: uma variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo declarou ser da cor branca e 0 caso contrário;

e) nível de instrução: três variáveis *binárias* para distinguir quatro níveis: i) *primário* – envolve os indivíduos sem instrução e fundamental incompleto (categoria de referência); ii) *fundamental* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo possui o ensino fundamental completo e médio incompleto e 0 caso contrário; iii) *médio* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo possui o ensino médio completo e superior incompleto e 0 caso contrário; iv) *superior* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo possui o ensino superior completo e 0 caso contrário;

f) ocupação: quatro variáveis *binárias* para distinguir cinco posições na ocupação: i) *empregado com carteira assinada* (categoria de referência); ii) *militar e funcionário público estatutário* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo é empregado militar e funcionário público estatutário e 0 caso contrário; iii) *empregado sem carteira assinada* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo é empregado sem carteira assinada e 0 caso contrário; iv) *conta própria* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo é empregado como conta própria e 0 caso contrário; v) *empregador* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo é empregado como empregador e 0 caso contrário;

g) setor de atividade: três variáveis *binárias* para distinguir quatro setores de atividade econômica: i) *agrícola* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo trabalha no setor agrícola e 0 caso contrário; ii) *indústria* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo trabalha no setor industrial e 0 caso contrário; iii) *comércio e serviços* (categoria de referência); iv) *administração pública* – variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo trabalha na administração pública e 0 caso contrário;

h) zona de residência: uma variável binária que assume o valor 1 se o indivíduo reside na zona urbana e 0 caso contrário;

i) migração: variável binária – na regressão entre o migrante de retorno e o não migrante, assume o valor 1 se o indivíduo é retornado e 0 caso contrário; na regressão entre o migrante de retorno e o não migrante, assume o valor 1 se o indivíduo é retornado e 0 caso contrário.

4.4. Migração de retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense

Esta seção estuda a relação entre migração, trabalho e seletividade no estado do Ceará. Através das informações dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, sobre as características diretamente observáveis (pessoais, ocupacionais e de rendimento) da população (retornada, não migrante e migrante não natural) ocupada no trabalho principal, procuramos identificar quem são, como foram inseridos e qual é o rendimento. A outra parte (subseção 4.4.2), por meio dos microdados do Censo Demográfico 2010, tratou de testar a validade da hipótese de seleção positiva para o migrante que retornou para o Ceará comparativamente ao não migrante, mas negativamente selecionado em relação ao migrante não natural.

4.4.1. Análise descritiva

As variáveis de estudo sobre a caracterização pessoal foram sexo, grupos de idade, raça/cor e nível de instrução (GRAHAM, BUARQUE DE HOLANDA FILHO, 1980; COULON, PIRACHA, 2003; RIOSMENA, MASSEY, 2004; PIRACHA, VADEAN, 2009). A identificação do ingresso no mercado de trabalho foi realizada através da condição de atividade, posição na ocupação, taxa de formalidade, taxa de informalidade e o setor de atividade econômica. O rendimento dos ocupados no trabalho principal foi expresso em salário mínimo. Traça-se, portanto, o perfil socioeconômico e ocupacional de cada categoria considerada, para em seguida analisarmos a relação entre esses atributos e o rendimento.

4.4.1.1. Quem são?

A Figura 27 traz informações a respeito da composição dos ocupados no trabalho principal segundo o sexo. Os dados indicaram, durante os três intervalos, em todas as

categorias, o predomínio da inserção masculina³⁷ (com participação em torno dos 60% em 2010), mas o ingresso feminino cresceu de maneira ininterrupta, arrefecendo a diferença entre os sexos³⁸. Uma das explicações tem a ver com a importância e a tipologia de algumas atividades instaladas no Ceará, como a indústria de confecção, têxtil e calçadista, tradicionais lócus de inserção feminina (MESQUITA; MACAMBIRA JÚNIOR, 2006), que desde os anos 1990 tem recebido atenção especial do Governo do Estado (QUEIROZ, COSTA JÚNIOR, 2008).

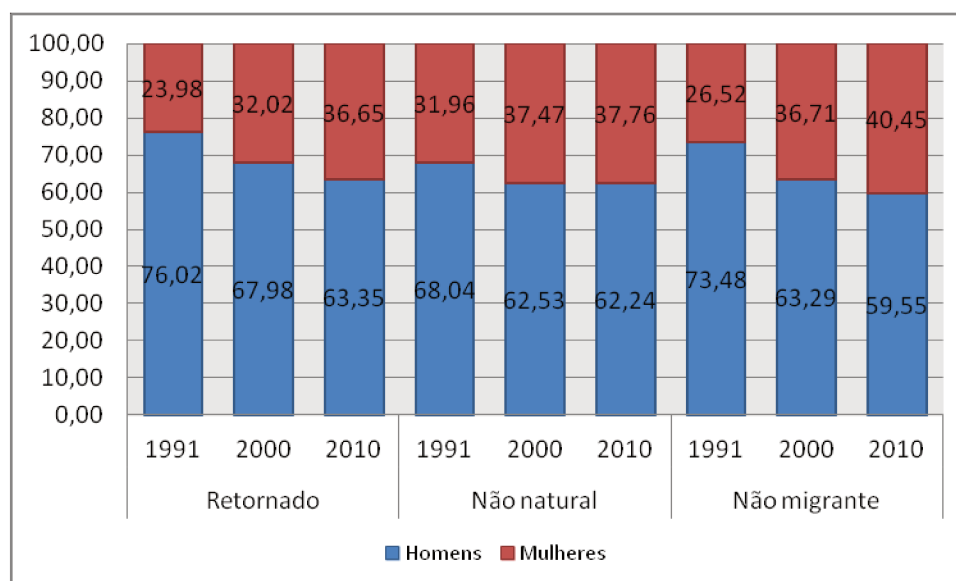


Figura 27 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o sexo – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O paralelo entre as mulheres mostra que, no primeiro período (1991), as retornadas participavam com 23,98% da força de trabalho, contra 26,25% da não migrante e 31,96%

³⁷ Em um amplo estudo sobre o mercado de trabalho no Ceará, realizado pelo Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT, 2006), as informações coletadas a partir da PNAD 2004 sobre a inserção da população ocupada segundo o sexo mostrou participação masculina na ordem de 58% e a feminina de 42%, com valores próximos ao constatado para a população não migrante. Aparácio e Queiroz (2011), a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), para o ano de 2010, também apontaram para a maior presença da população ocupada masculina (54%) em relação à feminina (46%) na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

³⁸ O estado do Ceará seguiu a tendência mundial e nacional de crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. Diversos estudos mostraram essa tendência. Para maiores detalhes, veja Bruschini (2000) e Leone e Baltar (2008).

da migrante não natural. Em 2010, todas as categorias aumentaram a sua inserção, com a migrante retornada (36,65%) se aproximando dos valores observados da migrantes não natural (37,76%) e da não migrante (40,45%). A partir dessa dinâmica, chamou a atenção o incremento na participação das mulheres retornadas, em torno de 13%, entre 1991/2010. Fatores relacionados ao aumento do emprego feminino, mudanças nas relações de gênero, ganho de liberdade e maior nível de instrução possibilitam maior autonomia da mulher em seus trajetos migratórios (CHAVES, 2009) e maior ingresso no mercado de trabalho. Quanto à ligeira “vantagem” para a mulher não migrante, uma das explicações deve-se à sua permanência no Ceará, consolidando e ampliando as redes de contato, facilitando o seu ingresso no mercado de trabalho local.

Quanto aos homens, a dinâmica foi semelhante à vislumbrada para as mulheres ao revelar homogeneidade na proporção de ocupados no trabalho principal, com participação de 63,35% dos retornados, 62,24% do migrante não natural e 59,55% do não migrante em 2010.

Com relação à estrutura etária, a Figura 28 apontou para a concentração de todas as categorias no grupo etário de 25 a 39 anos de idade. Tomando como referência o último Censo Demográfico (2010), 52,24% dos migrantes de retorno e 51,18% dos migrantes não naturais tinham entre 25 a 39 anos, ao passo que a proporção de não migrante foi de 42,10%.

O elevado ingresso de retornados (52,24%) na idade produtiva (25 a 39 anos) nos conduz a dois processos. Primeiro, sugere que o migrante que partiu do Ceará não se inseriu no mercado de trabalho de destino por ser menos capaz ou por não passar pelo processo de adaptação progressiva e/ou pelo processo de sobrevivência dos mais fortes (MARTINE, 1980), optando pelo retorno para o local de nascimento (NEWBOLD, 2001; NEWBOLD; BELL, 2001). Todavia, poderíamos estar diante da situação de inserção precária no destino, e dado o baixo rendimento e o alto custo de vida nas grandes metrópoles, o retorno figurou como melhor opção. Nessa situação, a volta seria devido ao fracasso no destino, mas a experiência migratória (VANDERKAMP, 1971) e as redes de contato na origem (Ceará) facilitaram a sua absorção no mercado de trabalho local.

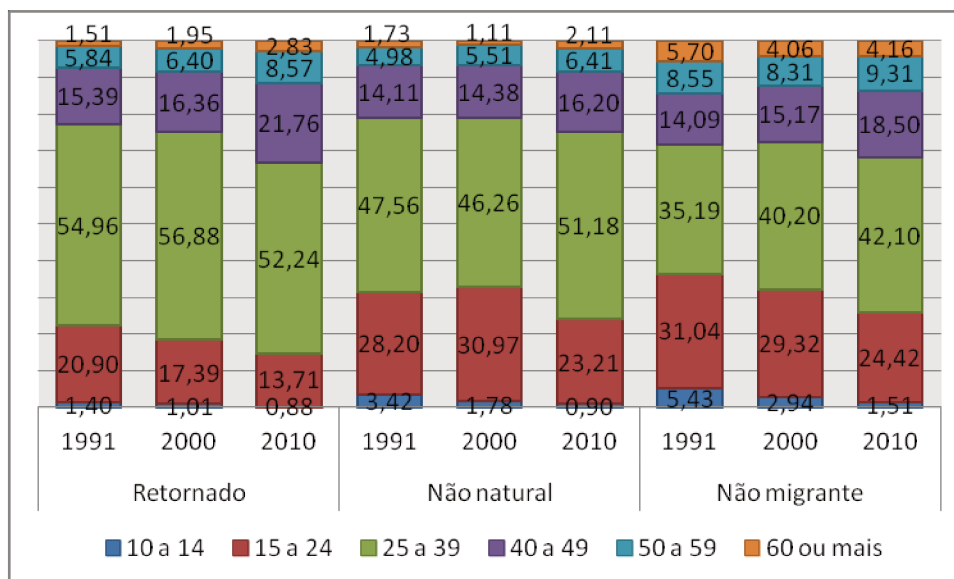


Figura 28 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo os grupos de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)
Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Segundo, esse grupo pode ter passado pelo processo de adaptação progressiva e/ou sobrevivência dos mais fortes (MARTINE, 1980), sendo inserido no mercado de trabalho de destino, e, ao retornar (origem), dado a sua experiência no mercado de trabalho metropolitano/urbano/outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009), o mesmo detém um “know-how” em relação às demais populações, em especial a não migrante.

Quanto ao migrante não natural, a significativa concentração de ocupados entre 25 a 39 anos (51,18%) reflete a maior propensão de jovens adultos migrarem, questão confirmada sobre seletividade da migração por grupos etários (MARTINE, 1994), e principalmente a “adaptação ou sobrevivência dos mais fortes” (MARTINE, 1980) no Ceará. No caso do não migrante, apesar da maioria dos trabalhadores situarem-se no referido grupo etário (42,10%), a sua participação é bem inferior às demais categorias. A explicação deve-se ao ganho do espaço ocupacional nas duas primeiras faixas etárias (10 a 14 anos e 15 a 24), mostrando maior facilidade de ingresso na atividade econômica estadual ou maior necessidade financeira (Figura 28). Esse resultado também ilustra a dificuldade de competir com indivíduos (retornado e migrante não natural) com experiência migratória

(VANDERKAMP, 1971) e conhecimento adquirido no mercado de trabalho metropolitano/urbano (MATOS; VADEAN, PIRACHA, 2009).

Outro dado revelador foi o incremento da mão de obra ocupada a partir dos 40 anos de idade. Entre as categorias, destacou-se o aumento na participação do migrante de retorno que entre 1991/2010 passou de 22,74% para 33,16%, ao passo que o migrante não natural aumentou de 20,82% para 24,72% e o não migrante de 28,34% para 31,97% (Figura 28). Como resultado, depreende-se que apesar da concentração da força de trabalho entre 25 a 39 anos, a economia cearense cada vez mais recruta pessoas experientes, dado o elevado custo e tempo para ‘preparar’ novos funcionários.

Em relação à população idosa ocupada (60 anos ou de idade), a sua participação é tímida, mas entre 1991/2010 os resultados mostraram expressivo crescimento no grupo de retornados (aumentou de 1,51% para 2,83%), seguido do migrante não natural (de 1,73 para 2,11%), enquanto diminuiu para o não migrante (de 5,70% para 4,16%), permanecendo, mesmo assim, com o maior ingresso no mercado de trabalho estadual.

O prolongamento do tempo de permanência na atividade laboral reflete as alterações na dinâmica demográfica, seja através do aumento na esperança de vida ao nascer (BRITO et al, 2008) ou de mudanças na estrutura familiar (BILAC, 2003). Quanto às categorias consideradas, a explicação para o não migrante se destacar com a maior proporção de idosos ocupados indica a necessidade de complementar o rendimento e/ou a facilidade do ingresso e/ou continuidade no mercado de trabalho devido à sua permanência no local de nascimento.

No que diz respeito aos retornados, mesmo com participação pequena, o seu contingente relativo praticamente dobrou (de 1,51% para 2,83 entre 1991/2010), ilustrando, provavelmente, casos de sucesso, como o regresso após a aposentadoria (VADEAN e PIRACHA, 2009). Nessa situação, o retornado pode abrir o próprio negócio (COHEN e HABERFELD, 2001; SIQUEIRA; MAGALHÃES e SILVEIRA NETO, 2006; RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2009) ou, devido à experiência no mercado de trabalho em outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009) e o conhecimento adquirido ao longo dos anos vividos, conseguir reinserir-se no mercado de trabalho estadual.

Com o aumento dos ocupados nos últimos grupos etários, houve diminuição nas duas primeiras faixas (10 a 14 e 15 a 24 anos de idade) em todas as categorias. O retardamento do ingresso no mercado de trabalho pode ser positivo, caso represente mais tempo dedicado aos estudos (SANCHIS, 1997). Por sua vez, esse dado pode sinalizar a falta de oportunidade de emprego para os jovens, tendência constatada no Brasil desde os anos 1990 (MONTALI; TAVARES, 2008). O paralelo entre as populações mostrou que, em 2010, nas duas faixas iniciais, especialmente o migrante de retorno teve a menor absorção (14,59%), ao passo que o migrante não natural (24,11%) e o não migrante (25,93%) se destacaram. Tal discrepância encontra respaldo na baixa proporção de retornados nessas faixas etárias. Conforme constatado no Capítulo 3, a partir da análise da pirâmide etária, o contingente de crianças, adolescentes e jovens retornados foi pequeno.

No que concerne à raça/cor, a Figura 29 apontou para a predominância da população ocupada da cor parda, seguido daqueles tidos como brancos, com semelhança nos resultados entre retornados e não naturais. Tomando como exemplo as informações do último Censo Demográfico (2010), cerca de 47% dos migrantes não naturais se identificaram como pardos, com participação de 50% dos migrantes de retorno, alcançando o patamar de quase 63% dos não migrantes. Os trabalhadores da raça/cor branca têm a segunda maior inserção, com proporção de 43% dos retornados, 44% dos não naturais, contra 31% do grupo não migrante³⁹.

³⁹ O recente estudo do IPECE (2012a) sobre o perfil da raça da população cearense apresentou valores bem próximos aos observados para o não migrante. Conforme os resultados da pesquisa, em 2010, 61,88% dos indivíduos residentes no estado se autodeclararam pardos, 32% brancos, 4,65% pretos, 1,25% amarelos e 0,23% indígenas.

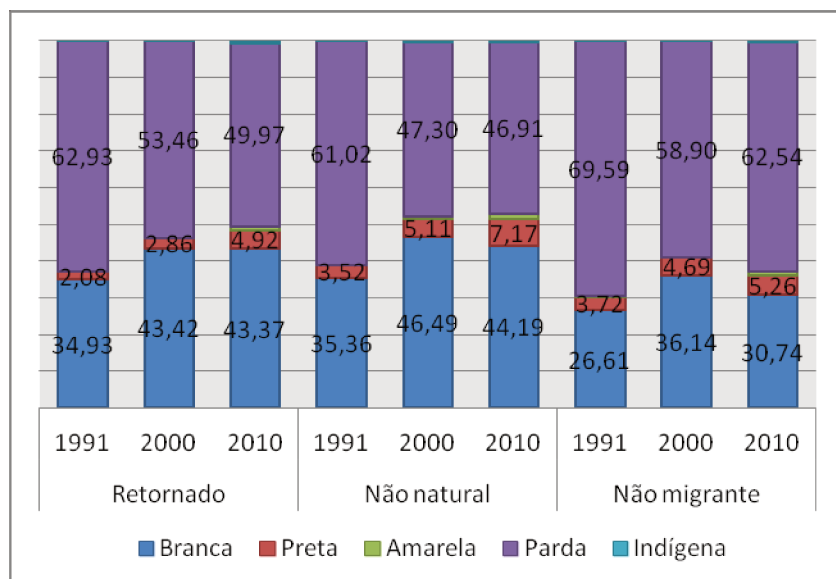


Figura 29 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo cor ou raça – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Com relação aos trabalhadores da raça/cor preta, constatou-se crescimento em todas as categorias ao longo das décadas. Em 2010, 4,97% dos retornados, 5,26% dos não migrantes e 7,17% dos migrantes não naturais se identificaram como pretos. Assimetrias no acesso ao mercado de trabalho existem⁴⁰, mas essa pequena participação da população preta e, em especial, retornada e não migrante, deve estar associada ao componente histórico, no qual o número de pretos residentes no Ceará sempre foi baixo⁴¹. Quanto aos ocupados das demais raças/cores, nos três grupos, durante todos os intervalos, a participação não atingiu 2% da cor amarela e 1% da indígena (Figura 29).

No tocante ao nível de instrução, a Figura 30 indica significativa melhora na educação dos ocupados no trabalho principal na economia cearense. A análise evolutiva mostra que entre 1991 e 2010, a população retornada com menos de oito anos de estudo (sem instrução e fundamental incompleto) diminuiu quase 40% (que passou de 79,24%

⁴⁰ Veja Paixão, Carvano e Rossetto (2010).

⁴¹ Conforme mostrado no Capítulo 1, o pioneirismo do Ceará na abolição da escravidão (25 de março de 1884), quatro anos antes da Lei Áurea (13 de maio de 1888), em parte, explica a tímida participação dessa população no seu quadro humano. Outra justificativa decorre da não adaptação do solo cearense ao plantio da cana de açúcar, com isso, quando comparado a Pernambuco e a Bahia, o estado recebeu poucos pretos.

para 39,27%), o não migrante cerca de 45% (de 85,51% para 40,64%) e o migrante não natural 46,31% (de 71,04% para 24,73%).

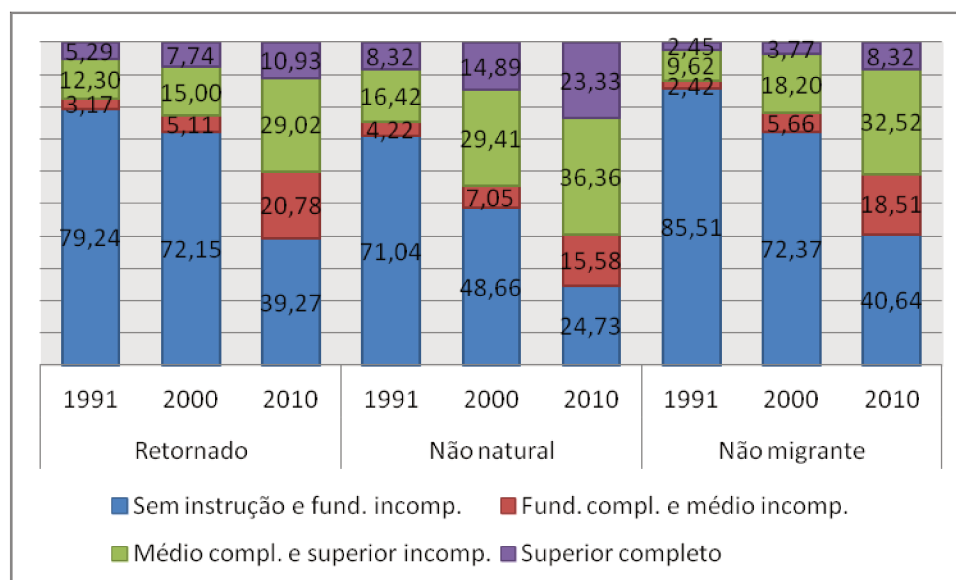


Figura 30 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o nível de instrução – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)
Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Esses resultados seguem a tendência encontrada por Mesquita e Macambira Júnior (2006, p. 34), que afirmaram: “no Ceará, há uma sinalização de melhoria do nível educacional da população ocupada. Um exemplo foi a redução do contingente de ocupados ‘sem instrução ou com menos de 01 ano de estudo’, de 24,25% (2001) para 20,19% (2004)”.

Apesar dessa melhora, a escolaridade do trabalhador é baixa e o “gap” entre as populações permaneceu. Em 2010, a maioria dos retornados (39,27%) e dos não migrantes (40,64%) tinha menos de oito anos de estudo (sem instrução e fundamental incompleto), enquanto o migrante não natural (36,36%) concentrou-se entre 11 a 14 anos (ensino médio completo e superior incompleto).

Diante dessa baixa qualificação e do cenário favorável ao crescimento econômico do Ceará, Costa (2011), no estudo sobre a formalização do emprego e inserção precária na Região Metropolitana de Fortaleza, destacou:

Outra linha de ação seria melhor preparar o trabalhador para esta nova realidade, com mais investimentos na educação, qualificação e orientação profissional, dada a sua baixa escolaridade [...] além das boas perspectivas de crescimento econômico do Ceará nos próximos anos. (COSTA, 2011, p.48)

No caso dos ocupados com nível superior completo (15 anos ou mais de estudo), ao longo das três décadas, a ampliação foi contundente, apesar de a mão de obra inserida no mercado de trabalho estadual permanecer pouco qualificada. Em 2010, 8,32% dos não migrantes e 10,93% da população retornada tinha o ensino superior completo, contra 23,33% do migrante não natural (Figura 30).

A despeito da baixa escolarização e da permanência nos diferenciais entre as categorias, é notória a rápida e intensa melhora na educação dos ocupados no Ceará, com destaque para o não migrante, que diminuiu o “gap” em relação ao migrante não natural e, especialmente, quando comparado ao retornado (Figura 30). Esses resultados sugerem a ampliação e o fortalecimento da rede de ensino no estado. Acesso ao transporte público, menor distância e tempo de locomoção até o local de estudo etc. também devem explicar a melhora na escolaridade daqueles que decidiram permanecer no Ceará.

Em resumo, o confronto segundo escolaridade revelou que o migrante não natural é o grupo populacional mais instruído, os retornados estão em segundo posto e o não migrante encontra-se em pior colocação. Assim, cabe perguntar: a escolaridade terá influência sobre as ocupações e, conseqüentemente, sobre os rendimentos? Se sim, isso significa que o migrante não natural do Ceará ocupa as vagas de melhor projeção social e auferir os maiores salários? Por sua vez, o migrante de retorno teria o segundo melhor rendimento, comprovando a hipótese desse estudo? Ou ainda, mesmo com o retornado figurando com qualificação inferior à observada para o migrante não natural, as redes de contato/solidariedade/parentesco facilitariam a sua inserção no mercado de trabalho local? No caso dos não migrantes, dado o seu baixo nível de instrução, isso significa que o seu ingresso será nos setores que demanda trabalhadores pouco qualificados e remunera com baixos salários?

Procurando responder a essas questões, a próxima subseção averigua, em três pontos do tempo, como as categorias em estudo foram inseridas no mercado de trabalho cearense. A análise será a partir da condição de atividade (PIA, PEA-R, PNEA, taxa de atividade e taxa de inatividade), taxa de ocupação, taxa de desemprego, posição na

ocupação, taxa de formalidade, taxa de informalidade e ocupação por setor de atividade econômica.

4.4.1.2. Como foram inseridos?

O interesse dessa subseção é analisar, comparar e traçar o perfil ocupacional dos inseridos na atividade produtiva cearense. Para tanto, é preciso lembrar que entre os interregnos de 1995/2000 e 2005/2010, o volume de migrantes interestaduais de retorno no país e para o Ceará apresentou descenso, mas, em termos relativos, essa Unidade da Federação permaneceu se destacando ao receber a maior proporção de retornados (43,61%) em relação ao total de imigrantes.

A partir de tal declínio, como esperado, entre 2005/2010, as informações sobre condição de atividade mostram diminuição no número de retornados e de não naturais na População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa - Restrita (PEA-R) e População Não Economicamente Ativa (PNEA), enquanto para o não migrante aumentou (Tabela 12). Assim, a taxa de atividade e a taxa de inatividade são mais apropriadas para revelarem algumas das tendências na absorção estadual (Figura 31).

Tabela 12 – População em Idade Ativa (10+), PEA-R, PNEA, Taxa de Atividade, Taxa de Inatividade, segundo a condição de atividade - migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Condição de atividade	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
PIA (1)	57.674	73.367	46.362	69.236	68.824	53.879	2.863.405	3.655.794	4.646.069
PEA-R (2)	33.243	41.188	26.243	34.641	35.446	27.811	1.248.449	1.524.614	2.028.578
PNEA (3)	24.431	32.179	20.118	34.595	33.378	26.067	1.614.956	2.131.180	2.617.491
Tx.Ativ.(2)/(1)	57,64	56,14	56,61	50,03	51,50	51,62	43,60	41,70	43,66
Tx.Inativ.(3)/(1)	42,36	43,86	43,39	49,97	48,50	48,38	56,40	58,30	56,34

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A taxa de atividade ou taxa de participação, que mede a proporção da População em Idade Ativa inserida na atividade econômica, apresentou ligeiro aumento para todas as categorias no intervalo 2005/2010 (Figura, 31). Entre as populações, o migrante de retorno

sempre figurou com a maior taxa (cerca de 57%), o migrante não natural em situação intermediária (média de 50%) e o não migrante em posição menos favorável (em torno de 43%). Resta saber se essa mão de obra foi incorporada como ocupada ou desempregada.

Com base nesse resultado, o não migrante apresentou a maior taxa de inatividade, atingindo em média 57% da sua força de trabalho potencial ao longo dos intervalos. Por inúmeros motivos (crianças ou idosos, estudantes etc.), parcela considerável dessas pessoas estavam na inatividade — sem emprego e sem procurar trabalho num período de referência. No tocante às demais populações, a proporção de inativos entre os migrantes não naturais foi em média de 49% e o migrante de retorno apresentou a menor (43%), possivelmente devido à baixa concentração de adolescentes e jovens retornados, conforme mostrado através da análise da pirâmide etária no Capítulo 3.

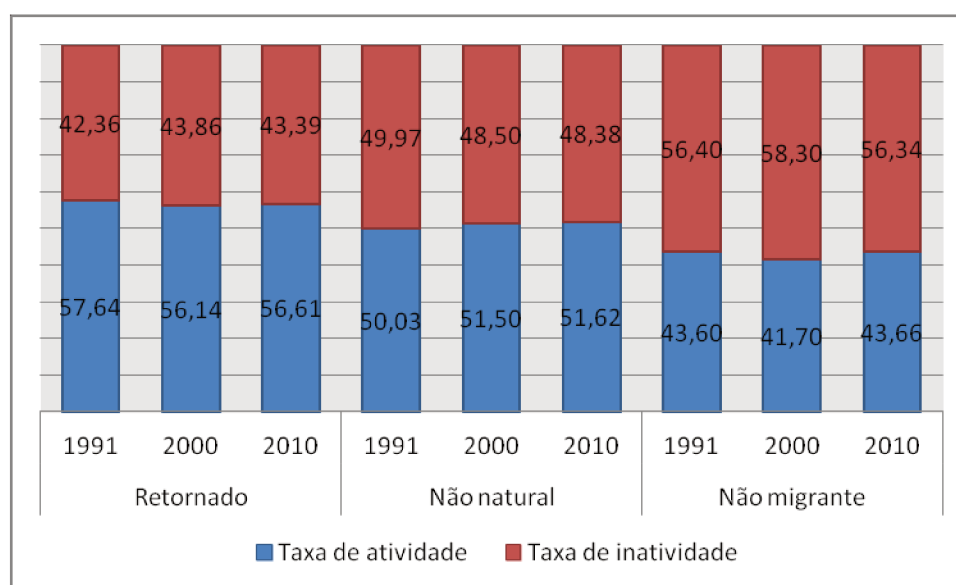


Figura 31 – Taxa de atividade e Taxa de inatividade da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Em se tratando das partes constituintes da PEA-Restrita (População Ocupada e População Desempregada), notadamente a taxa de ocupação e a taxa de desemprego mostram com maior precisão o ingresso na atividade produtiva cearense (Tabela 13). Inicialmente, é preciso lembrar as mudanças na condição de ocupação e na condição de desemprego entre os Censos Demográficos. Até 1991, o período de referência da ocupação

era 12 meses e, a partir do Censo Demográfico 2000, passou para uma semana. Com relação à condição de desemprego, este passou de um período sem trabalho de 12 meses e tempo de procura de dois meses (1991) para o período sem trabalho de uma semana e tempo de procura de 30 dias (2000 e 2010)⁴².

Tabela 13 – População Economicamente Ativa, População Ocupada e População Desempregada, com 10 anos e mais de idade - migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

PEA e suas partes constituintes	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
PEA-R (1)	33.243	41.188	26.243	34.641	35.446	27.811	1.248.449	1.524.614	2.028.578
PO (2)	31.417	34.611	23.320	32.570	29.529	24.623	1.185.120	1.273.410	1.832.783
PD (3)	1.826	6.577	2.923	2.071	5.916	3.188	63.329	251.204	195.796
Tx.Ocup.(2)/(1)	94,51	84,03	88,86	94,02	83,31	88,54	94,93	83,52	90,35
Tx.Des.(3)/(1)	5,49	15,97	11,14	5,98	16,69	11,46	5,07	16,48	9,65

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Para os propósitos desse estudo, a análise do Censo Demográfico de 1991 não fica comprometida quando se compara as taxas de ocupação e taxa de desemprego, entre as categorias, no referido ano. Desse modo, as Figuras 32 e 33 revelaram, em 1991, respectivamente, taxa de ocupação (em torno de 94%) e taxa de desemprego (5,5%) bastante semelhantes entre os grupos investigados.

Ao examinarmos o ano 2000, os resultados refletem em parte as inovações metodológicas introduzidas no Censo Demográfico⁴³, a partir da diminuição na taxa de ocupação (em torno de 84%) e o aumento na taxa de desemprego (aproximadamente 16%), com participações quase idênticas entre as populações (Figuras 32 e 33). Além das alterações na forma de captação de alguns dos indicadores do mercado de trabalho, o

⁴² Maiores detalhes veja a seção metodológica.

⁴³ Idem.

aumento na taxa de desemprego cearense⁴⁴ também reflete as mudanças estruturais na economia brasileira ao longo da década de 1990 (MATTOSO; BALTAR, 1997)⁴⁵.

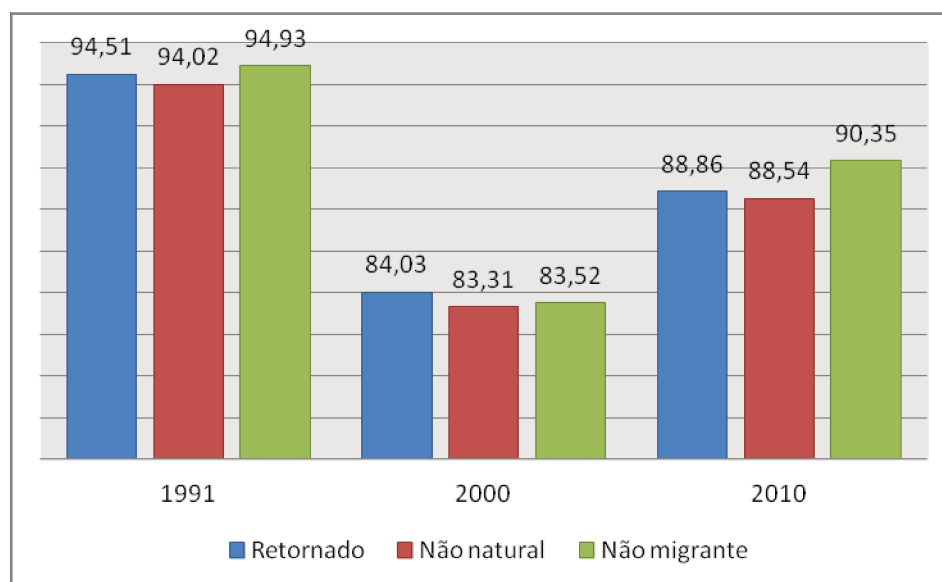


Figura 32 – Taxa de ocupação da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Com a permanência da metodologia entre os Censos Demográficos 2000 e 2010, as principais tendências são delineadas com maior acuidade nesses intervalos, sendo possível o exercício da análise comparativa. Chamou a atenção o aumento na taxa de ocupação (em média de 83,62% para 89,25%) e, por conseguinte, a redução na taxa de desemprego (em média de 16,38% para 10,75%) (Figuras 32 e 33). Esse resultado reflete, em parte, a

⁴⁴ Durante os anos da década de 1990, o estado do Ceará seguiu a tendência nacional de aumento do desemprego (COSTA, 2009). Mas quando comparado ao Nordeste e ao país, o emprego formal cearense cresceu a uma taxa de 4,22% a.a, ao passo que a região Nordeste e o Brasil apresentaram taxas negativas de -0,3% a.a. e -1,1% a.a., respectivamente (VALOIS; ALVES; QUEIROZ, 2007).

⁴⁵ Conforme os referidos autores, os principais determinantes do aumento do desemprego no Brasil seriam a excessiva abertura econômica, a falta de uma política industrial, a diminuição na participação do Estado na atividade produtiva, a elevada taxa de juros e a desregulamentação dos mercados. Galvão (1999) ratificou que a abertura indiscriminada da economia brasileira, por meio da redução das barreiras tarifárias e não tarifárias, ampliou a concorrência dos mercados, com impacto sobre o lucro das empresas nacionais, ocasionando o fechamento de inúmeras indústrias e o aumento do desemprego. Em síntese, a década de 1990 foi marcada por amplas transformações estruturais e pela implantação do Plano Real, que conseguiu a estabilidade dos preços, em detrimento do crescente déficit na Balança Comercial e retração do PIB, com efeitos sobre a redução e a qualidade do emprego (OLIVEIRA, 1996; FILGUEIRAS, 1997).

melhora no cenário econômico internacional e nos indicadores macroeconômicos do país ao longo dos anos 2000 (SERRANO e SUMA, 2011)⁴⁶.

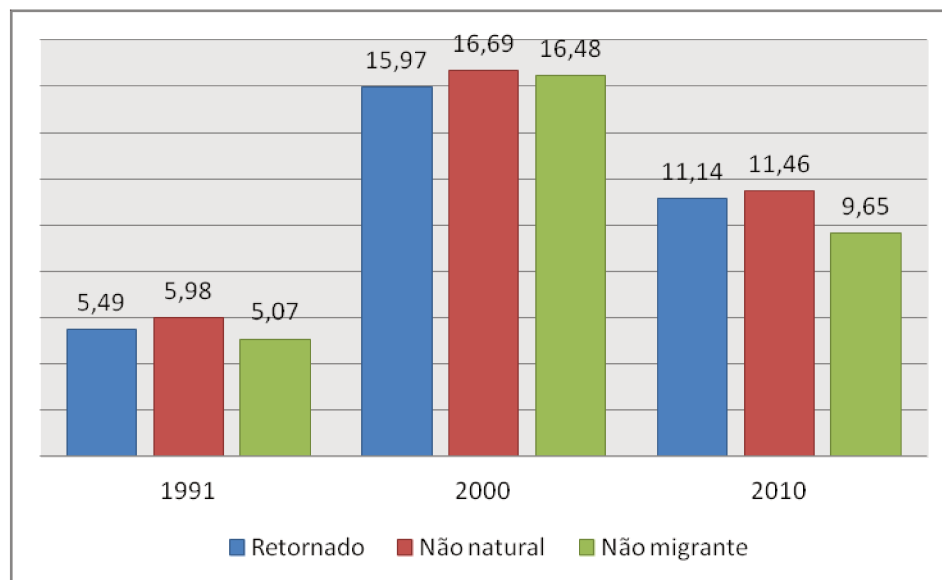


Figura 33 – Taxa de desemprego da população de 10 anos e mais de idade – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante (%) – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Entre as categorias, conforme a Figura 32, o crescimento na taxa de ocupação foi menos intenso para o migrante de retorno, com aumento de 4,83% (saiu de 84,03% para 88,86% no interstício 1995/2000 e 2005/2010), ao passo que o migrante não natural cresceu 5,23% (que passou de 83,31% para 88,54%) e o não migrante 6,83% (aumentou de 83,52% para 90,35%). Com isso, em 2010, a menor taxa de desemprego foi registrada para a população que decidiu permanecer no Ceará: 9,65%, contra 11,14% para o retornado e 11,46% para o migrante não natural (Figura 33).

Em maiores detalhes, observamos que o migrante não natural sempre apresentou o maior nível de desemprego (Figura 33), enquanto a população não migrante (1991 e 2010) e a retornada (2000) alternaram com a menor taxa de desocupação. Esses resultados se assemelham ao constatado no estudo do IPEA (2010, p.12) sobre migração interna no Brasil com foco nas categorias migrante e não migrante: “A taxa de desemprego dos

⁴⁶ Depois de duas décadas de estagnação econômica, a partir de 2004 o Brasil voltou a crescer (QUADROS, 2011). Já o Ceará manteve a tendência de crescimento observada desde os anos 1980. Conforme os dados do IPECE (2011a), entre 2000/2010, o PIB cearense cresceu 4,63% e o do país 3,62%.

migrantes é sempre maior do que a dos não migrantes, o que mostra uma maior capacidade do morador de ter sucesso na sua procura por emprego”. Essa dinâmica aponta para a importância das redes de contato e, principalmente, para a unidade doméstica solidária na origem (SCOTT, 1986), que, de um lado, facilita a inserção do migrante de retorno (QUEIROZ, 2003; SIQUEIRA e MAGALHÃES; SILVEIRA NETO, 2006) e do não migrante e, do outro lado, dificulta o ingresso do migrante não natural, apesar do mesmo se destacar com o maior nível de instrução (Figura 30).

Sendo assim, os indicadores básicos do mercado de trabalho nos conduzem a duas afirmações: i) permanecer no estado do Ceará é mais vantajoso do que emigrar e ii) migrar para o Ceará na condição de não natural não é uma boa opção. Todavia, é cedo para tal conclusão, somente o estudo detalhado nos permitirá apontar com maior precisão para qual grupo populacional a absorção foi mais vantajosa ou qual categoria é positivamente ou negativamente selecionada. Desse modo, a partir de agora, a pesquisa centra-se na população ocupada no trabalho principal em termos de posição na ocupação e setores de atividade econômica.

Nesse aspecto, a Tabela 14 traz informações sobre a evolução e a distribuição dos ocupados no trabalho principal por posição na ocupação. Entre 2000/2010, os resultados revelaram crescimento ininterrupto em todas as categorias na condição de empregado, puxado pelo trabalho com carteira assinada, enquanto conta própria, empregador e não remunerado diminuiu.

Tabela 14 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo a posição na ocupação – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Posição na ocupação	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
a) Empregado	54,48	56,92	67,93	65,60	73,11	74,99	53,22	65,34	74,00
Com carteira assinada	25,72	18,88	29,76	29,76	33,56	39,37	19,28	24,11	34,80
Mil. e Func. púb. estat.	8,10	4,95	4,58	9,03	5,05	5,71	11,69	5,59	4,26
Sem carteira assinada	20,67	33,09	33,59	26,80	34,50	29,91	22,26	35,63	34,93
b) Conta própria	38,29	37,74	29,15	27,81	20,78	20,49	36,18	28,96	23,06
c) Empregador	4,10	2,52	1,61	3,74	3,17	3,12	2,55	1,59	0,97
d) Não remunerado	3,13	2,83	1,31	2,85	2,94	1,39	8,05	4,11	1,97

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Atendo-se ao emprego com carteira assinada, em 1991, cerca de 30% dos migrantes não naturais estavam nessa situação, com participação de 25,72% dos retornados e 19,28% dos não migrantes. Ao longo dos anos 1990, mesmo com a intensa precarização no mercado de trabalho nacional, com resultados sobre a redução relativa de postos de trabalho com registro em carteira (IPEA, 2011), no Ceará, houve ampliação para o não natural (que passou de 29,76% para 33,56% entre 1991/2000) e o não migrante (de 19,28% para 24,11%), todavia, diminuiu a proporção de retornados (de 25,72% para 18,88%).

Entre 2000 e 2010, *pari passu* com a recuperação econômica e o crescimento na formalização do mercado de trabalho brasileiro⁴⁷, o Ceará aumentou a proporção de trabalhadores com registro em carteira. A ampliação foi de 10,88% para o retornados, 10,69% para o não migrante e cerca da metade para o migrante não natural (5,81%). Apesar desse menor crescimento, o migrante não natural sempre se destacou com a maior proporção de trabalhadores registrados. Nesse sentido, quase 40% dos não naturais, 35% dos não migrantes e 30% dos retornados tinham registro em carteira em 2010 (Tabela 14). Essa dinâmica mostra que apesar da população não natural figurar com a maior taxa de desemprego (Figura 33), a mesma encontra-se em posição ocupacional mais favorável, provavelmente reflexo do seu maior nível de instrução (Figura 30).

Quanto ao emprego na condição de militar e funcionário público estatutário, houve descenso em todas as categorias entre 1991 e 2010. O destaque ficou por conta do não migrante, que passou de 11,69% em 1991 para 4,26% em 2010, sendo ligeiramente superado pelo migrante de retorno (4,58%) e o migrante não natural (5,71%). Com isso, em “termos de estabilidade”, o migrante não natural figura com maior proteção, o migrante de retorno vem em segundo lugar e o não migrante encontra-se mais “vulnerável” ou menos protegido. Ou seja, apesar de a população não migrante figurar com a maior taxa de ocupação (Figura 32) (ou menor taxa de desemprego), a mesma tem inserção precária, apontando para o caráter seletivo em benefício do migrante não natural e do migrante de retorno. Esse comportamento, novamente, deve estar relacionado às diferenças quanto à

⁴⁷ Segundo as informações da PNAD, no Brasil, a demanda por trabalhadores com registro em carteira, militares e funcionários públicos estatutários ampliou-se de 28,5 milhões para 41 milhões de pessoas, entre 2001/2009 (IPEA, 2011).

escolaridade, com o trabalhador não migrante tipificando como os menos instruídos (Figura 30).

Em relação ao emprego sem carteira assinada, constatamos dois momentos no mercado de trabalho cearense. O primeiro, durante os anos 1990, em conformidade com a tendência de precarização dos postos de trabalho no país (BALTAR et al, 2010; IPEA, 2011), houve aumento na proporção de trabalhadores nessa situação. A partir disso, em 2000, todas as categorias tiveram mais de 30% dos ocupados sem registro em carteira, com participação de 33,09% dos retornados, 34,50% dos não naturais e 35,63% dos não migrantes. O segundo momento aconteceu ao longo da primeira década do século XXI, a partir da recuperação do mercado trabalho brasileiro, com o aumento no número de vagas e formalização do emprego (BALTAR et al, 2010; IPEA, 2011). O Ceará acompanhou essa tendência com descenso na participação do migrante não natural (de 34,50% para 29,91%) e do não migrante (35,63% para 34,93%) e sutil aumento na proporção dos retornados (que passou de 33,09% para 33,59%).

Com esse resultado, mais uma vez, depreendemos que o migrante não natural é o melhor inserido no mercado de trabalho cearense. No tocante ao migrante de retorno e ao não migrante, não temos clareza sobre qual grupo tem a melhor absorção. Isso porque, em 2010, o não migrante deteve, ao mesmo tempo, a maior proporção de trabalhadores com registro e sem registro em carteira e como não remunerados (Tabela 14). Por outro lado, o migrante de retorno apresentou maior proporção de trabalhadores por conta própria, empregador, militar e funcionário público estatutário (Tabela 14). Nesse contexto, somente com o estudo detalhado das demais posições na ocupação, taxa de formalidade, taxa de informalidade, ingresso por setor de atividade e rendimento será possível distinguir essa questão.

Atendo-se aos trabalhadores por conta própria, em consonância com a dinâmica nacional (BALTAR et al, 2010), houve diminuição significativa nesse tipo de ocupação, sugerindo melhoria qualitativa nos postos de trabalho. Entre os grupos em estudo, o migrante de retorno sempre teve a maior proporção de trabalhadores nessa condição, enquanto o migrante não natural apresentou a menor (Tabela 14). As informações do último Censo Demográfico (2010) revelaram que 29,15% dos retornados era conta própria, contra 23,09% dos não migrantes e 20,49% dos migrantes não naturais. Essa dinâmica, em parte,

explica o motivo de a população retornada figurar com a menor proporção de trabalhadores com carteira assinada e maior taxa de informalidade (Figura 34).

Esses resultados são semelhantes aos observados nos estudos internacionais (DUSTMANN e KIRCHKMAP, 2002) e nacionais (RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2009; QUEIROZ, 2010), que encontraram maiores contingentes de retornados trabalhando por conta própria quando comparados ao não migrante. Ramalho e Silveira Neto (2009), ao estudarem a chance do migrante de retorno inserir-se nos setores formal e informal no mercado de trabalho brasileiro, afirmaram que a elevada participação de retornados por conta própria é devida:

A experiência da migração [...] prover aos trabalhadores novas habilidades e conhecimentos que despertem vocações para pequenos e médios negócios, cujos impactos positivos, ainda que no âmbito informal ou como rota de fuga à pobreza, não devem ser desprezados (RAMALHO; SILVEIRA NETO, 2009).

Ademais, a inserção dos retornados por conta própria pode apontar para a situação de sucesso ou de fracasso. Quando essa forma de ingresso representa um evento planejado, conta com a experiência ocupacional no mercado de trabalho em outros estados, retorno após a aposentadoria, e ao regressar abrir o próprio negócio, esse seria o caso de sucesso. Mas se o trabalho por conta própria decorre da “imposição” do mercado de trabalho, ou seja, figurando como alternativa para o desemprego, esse seria um caso de fracasso.

No estudo sobre migração de retorno para a Albânia, Coulon e Piracha (2003) encontraram evidências de que, em geral, o migrante de retorno é negativamente selecionado quando comparado ao não migrante. Mas aqueles que retornaram e trabalharam por conta própria foram positivamente selecionados, recebendo maiores rendimentos em relação aos não migrantes e aos retornados que ingressaram em outras ocupações.

No caso do Ceará, mesmo no caso de o migrante ter retornado principalmente na idade produtiva (Capítulo 3), a opção por trabalhar como conta própria pode representar um evento planejado, e ao regressar abrir o próprio negócio, sugerindo capacidade de adaptação progressiva ou sobrevivência dos mais fortes no local de destino. Além disso, as habilidades adquiridas, conhecimentos e experiências pregressas do mercado de trabalho em outros estados, devem ser diferenciais, possibilitando o retornado auferir maiores rendimentos em relação à mão de obra não migrante. Contudo, somente com a análise

descritiva da renda e através da estimação da equação de rendimentos chegaremos ou não a essa conclusão.

Quanto à ocupação na condição de empregador, todas as populações apresentaram descenso de maneira ininterrupta (Tabela 14). O não migrante sempre teve a menor proporção de trabalhadores nessa posição e, em 2010, a sua participação foi inferior a 1%, contra 1,61% para o migrante de retorno e 3,17% para o migrante não natural. Segundo Piracha e Vadean (2009), a ocupação na condição de empregador representa um lócus de seletividade no mercado de trabalho ao absorver os mais instruídos e possibilitar os maiores rendimentos. Démurger e Xu (2010), no estudo sobre escolha ocupacional entre o grupo de migrantes retornados para a China, encontraram que os retornados bem-sucedidos são mais propensos a se tornarem empreendedores.

Por meio desses resultados, encontramos que o retornado para o Ceará é o segundo grupo na condição de empregador e maioria relativa por conta própria (Tabela 14). Caso o ingresso nessas ocupações represente um evento planejado, retorno após a aposentadoria, tenha passado pelo processo de adaptação progressiva e/ou sobrevivência dos mais fortes durante a sua experiência migratória, é provável que sejam positivamente selecionados, resta saber em relação a qual população.

É preciso destacar que além dos motivos econômicos, a partir da experiência no mercado de trabalho de destino/outros estados, reinserção em melhores postos de trabalho na área de origem (Ceará), desejo aplicar as economias no local de nascimento, a idealização do retorno à terra natal também está associada ao interesse de reencontrar a sua identidade, raízes, convívio familiar e de amigos (DEBIAGGI, 2004), “busca de valores simbólicos e subjetivos vinculados à região de origem” (MATOS, p.1036).

Outro resultado importante vislumbrado na Tabela 14 foi a expressiva redução na proporção de não remunerados, dinâmica tal qual a verificada em nível nacional, a partir de 2006 (IPEA, 2011). Com base no último Censo Demográfico (2010), o paralelo entre as populações mostrou participação de 1,31% do migrante de retorno, 1,39% do migrante não natural e 1,97% do não migrante. Apesar dessa diferença diminuta, a explicação para os trabalhadores retornados serem minoria entre os não remunerados, possivelmente tem relação com a maior participação dos mesmos como por conta própria (Tabela 14), o que lhes permite contar com um rendimento mensal.

Em sintonia com os resultados acima, as informações sobre a taxa de formalidade e a taxa de informalidade⁴⁸ apontam com maior clareza para as formas de ingresso e as diferenças entre as populações (Figura 34). De imediato, merece destaque o incremento na proporção de trabalhadores formalizados, entre 2000/2010, com dinâmica distinta da década de 1990, sinalizando para a melhoria na qualidade dos postos de trabalho cearense, que seguiu a tendência do país⁴⁹ (BALTAR et al, 2010; COSTA, 2011; IPEA, 2011).

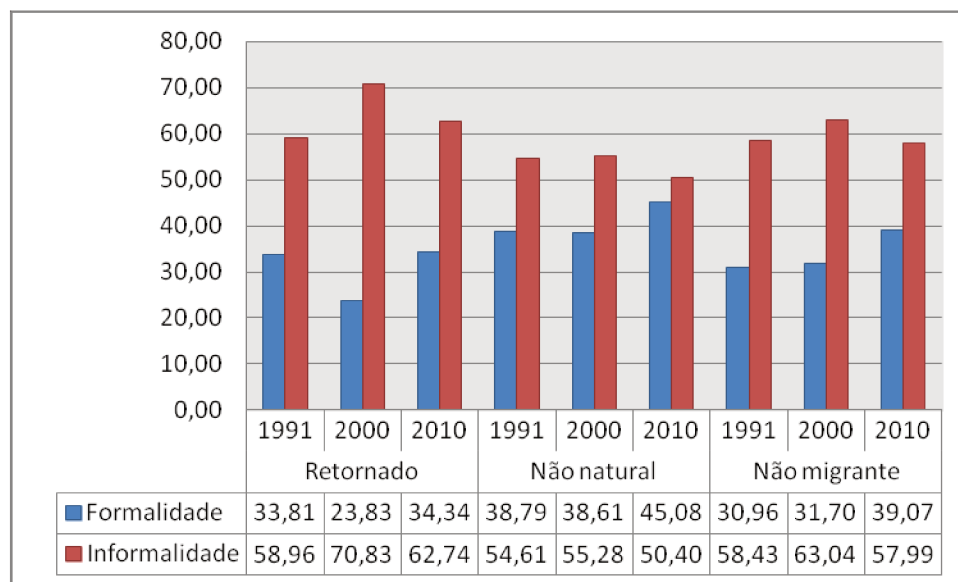


Figura 34 – Taxa de formalidade e taxa de informalidade das pessoas de 10 anos e mais de idade (%) – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data Fixa)

Fonte: IBGE - Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Apesar da ampliação relativa no quadro de vagas formais, os ocupados na condição de informais era maioria, superando a casa dos 50%, com participação de 50,40% dos não naturais, 57,99% dos não migrantes e 62,74% dos retornados, em 2010. A participação distinta entre as categorias tem relação com as características pessoais diretamente observáveis (principalmente educação), experiência migratória, conhecimento adquirido no

⁴⁸ As definições estão na seção metodológica.

⁴⁹ O recente estudo do IPEA (2011) explica o aumento da formalização no mercado de trabalho brasileiro, entre 2001 e 2009, como decorrência da “[...] expansão econômica [...] melhorias institucionais, como maior fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e Emprego e da Justiça do Trabalho, regularização das empresas, ação sindical e reestruturação do Estado” (IPEA, 2011, p.17-18).

mercado de trabalho em outros estados, refletindo sobre a posição na ocupação e, conseqüentemente, sobre a taxa de informalidade, explicando as diferenças ou seletividade entre as populações.

Esses primeiros resultados, a partir dos indicadores básicos do mercado de trabalho e da posição na ocupação, permitem-nos esboçar que o migrante não natural é o grupo melhor inserido na atividade laboral cearense, o migrante de retorno estaria em situação intermediária e o não migrante com a pior absorção. Contudo, é cedo para tal afirmação, o próximo passo trata de conferir o ingresso por ramo de atividade econômica.

A Tabela 15 ilustra os ocupados no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica. Seguindo a tendência do país⁵⁰, durante todo o período (exceção para o não migrante, em 1991), o setor de serviços foi o que mais empregou. Inicialmente, é necessário destacarmos a dimensão desse setor (instituições financeiras, ensino, transportes e comunicações, médicos/odontólogos e veterinários etc.), que engloba atividades de trabalho/intensivo e capital/intensivo (KON, 1997; 1999), e demanda trabalhadores de baixa e alta qualificação e, conseqüentemente, mal e bem remunerados. Nesse sentido, constatamos que desde 1991, a participação do migrante não natural superou a casa dos 40% e o migrante de retorno atingiu os 30%. No caso do não migrante, a sua participação tornou-se acima dos 30% a partir de 2000.

⁵⁰ Maiores detalhes veja Baltar et al. (2010) e IPEA (2011).

Tabela 15 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo o setor de atividade econômica – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Ocupação por setor de atividade	Retornado			Não natural			Não migrante		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Agrop., silvicultura e pesca	24,97	13,96	10,37	13,44	5,34	5,34	43,65	21,90	16,59
Ind. extrativa	0,41	0,14	0,24	0,62	0,56	0,63	0,42	0,33	0,23
Ind. de transformação	12,20	11,87	10,72	12,63	13,79	11,55	9,95	13,40	13,14
Ind. da construção	8,37	8,40	8,18	7,23	6,25	6,81	4,92	6,45	6,88
Serv. ind de util. púb.	0,44	0,64	0,39	0,45	0,50	0,78	0,86	0,88	1,02
Comércio	16,61	23,17	24,81	18,35	21,90	20,29	9,83	16,15	18,11
Serviços	32,88	36,29	35,38	42,77	45,05	41,77	26,73	34,11	33,90
Administração pública	3,47	4,76	5,73	3,85	4,55	6,44	3,10	5,30	5,23
Atividades mal definidas	0,65	0,76	4,18	0,68	2,05	6,40	0,54	1,48	4,90

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010.

O comércio é o segundo locus de ingresso, a cada intervalo, a proporção de trabalhadores cresceu. Em 2010, 18,11% dos não migrantes estavam inseridos nesse setor, contra 20,29% dos migrantes não naturais e 24,81% dos migrantes de retorno. A maior presença dos retornados tem a ver com a sua maior absorção relativa na condição de por conta própria, conforme mostrado acima (Tabela 14). Tais achados estão em conformidade com os dados de Costa (2009, p.73), que afirma: “setorialmente falando, essa retomada do emprego no Ceará ocorreu em todos os setores econômicos, com as presenças sempre marcantes dos serviços e do comércio”.

De outra parte, é possível notarmos que o aumento na proporção de ocupados no setor de serviços e comércio foi devido à transferência da agropecuária, silvicultura e pesca. Particularmente, sobressaiu-se o descenso dos não migrantes que, entre 1986/1991 e 2005/2010, passou de 43,65% para 16,59%, respectivamente. Apesar dessa diminuição, em termos relativos, a população não migrante (16,59%) é maioria quando comparada à migrante de retorno (10,37%) e, notadamente, em relação à migrante não natural (5,34%). Essa supremacia provavelmente decorre da sua maior disposição em aceitar esse tipo de ocupação, dado o seu baixo nível de instrução (Figura 33), além do fato de 25% da população cearense residir em zona rural, ao passo que a média do país era de 15% em 2010 (Tabela 2).

A título de ilustração, convém assinalarmos que o fraco desempenho da agropecuária, silvicultura e pesca na geração de empregos está em consonância com a expansão do setor terciário e da indústria, em detrimento da retração do setor primário, tendência constatada para o Ceará desde os anos 1980 (FERREIRA, 1995; QUEIROZ, 2003). Em 2009, a composição setorial do PIB cearense tinha participação de 70,4% dos serviços, 24,5% da indústria e 5,1% da agropecuária (IPECE, 2011a). Por conseguinte, a ocupação na agropecuária “[...] tem contribuído cada vez menos para a formalização do emprego no Ceará, no transcorrer dos anos 2000” (COSTA, 2009, p.35-36). Em outro estudo, o autor revela: “[...] assinala-se que o PIB da agropecuária estadual acusou queda de 8,1% [em 2010], impactando no mercado de trabalho estadual com a eliminação de 1.178 empregos com registro em carteira” (COSTA, 2011, p.15).

Atendo-se ao emprego na indústria (extrativa, transformação, construção e serviço industrial de utilidade pública)⁵¹, os dados na Tabela 15 mostraram pouca alteração na sua participação e semelhança entre as categorias. Ao longo das três décadas, os retornados e os migrantes não naturais tiveram, em média, participação de 21% e o não migrante de 19,0%. Contudo, a análise específica da indústria de transformação, terceiro setor em termos de ocupação, revelou ligeira diferença na participação da população não migrante, que foi de 13,14%, contra 11,55% do migrante não natural e 10,72% dos retornados. A explicação deve-se ao tipo de indústria instalada no Ceará (têxtil, calçadista e alimentícia), demandante de mão de obra pouco qualificada⁵², justificando provavelmente o maior ingresso do não migrante, categoria com menor nível de instrução (Figura 30), além da manutenção das redes de contato.

No que diz respeito à construção civil, quarto ramo na absorção de trabalhadores, a despeito do recente crescimento do investimento público, tanto na esfera Federal (Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, especialmente em infraestrutura; obras para a Copa do Mundo; programa habitacional popular “Minha Casa, Minha Vida”) (BALTAR et al, 2010) quanto estadual (construção do metrô de Fortaleza, hospitais públicos, Refinaria

⁵¹ Desde o final dos anos 1980, o setor industrial recebe estímulos do Governo Estadual para a sua instalação no Ceará (VASCONCELOS, ALMEIDA e SILVA, 1999; DINIZ e BASQUES, 2004), destacando-se os incentivos fiscais destinados à indústria de transformação, concentrados no setor calçadista e têxtil (QUEIROZ; COSTA JÚNIOR, 2008).

⁵² Veja Costa (2009; 2011); Silva Filho, Queiroz e Clementino (2012).

Premium II, Companhia Siderúrgica, Usina Termoeletrica e do Terminal Múltiplo, além da ampliação do Porto do Pecém) (COSTA, 2009), a expansão foi modesta, com a média das ocupações passando de 7,03% para 7,29%, entre 2000/2010.

Quanto à dinâmica entre as populações, no intervalo 1995/2000 e 2005/2010, houve discreto aumento na participação do migrante não natural (subiu de 6,25% para 6,81%) e do não migrante (que passou de 6,45% para 6,88%), enquanto o migrante de retorno diminuiu sutilmente (de 8,40% para 8,18%), mas permaneceu com a maior proporção de trabalhadores. Parece plausível que esse resultado tem relação com a sua experiência na construção civil em outros estados e, ao regressar, foi absorvido na atividade que tinha conhecimento. Segundo o IPEA (2010, p.11): “[em 2008] cerca de 20% dos homens que migram do Nordeste para o Sudeste estão nesse setor [construção civil]”. Outra explicação tem a ver com o esforço físico que em geral essa atividade exige e, dado a concentração de retornados (52,24%) na idade produtiva (25 a 39 anos), esse atributo teria facilitado a sua absorção.

Ainda segundo o estudo do IPEA (2010), mostrando a importância da mão de obra nordestina na construção civil do Sudeste:

Em todo caso, o migrante nem sempre é um sem lugar, inclassificável. Ele ocupa posições no mundo do trabalho; é objeto de especulações como ‘nordestino, nortista, paraíba’, ‘é feito para trabalhar na construção civil como pedreiro ou ajudante de pedreiro’; ou simplesmente suscita, como nos designativos citados, reações de rejeição e preconceito. (IPEA, 2010, p.3).

No tocante à administração pública, é interessante observar que apesar desse setor agregar pouco número de trabalhadores, paulatinamente, em termos relativos, a participação das três populações aumentou (exceção para o não migrante, entre 2005/2010). Nesse aspecto, o Ceará acompanhou a tendência de recuperação do emprego público no país, vislumbrada a partir dos anos 1990, com maior expansão durante a primeira década dos anos 2000 (BALTAR et al, 2010). No estudo sobre regulação social e políticas públicas no Brasil, Baltar et al. (2010, p.26) afirmam:

Nos anos recentes, houve uma inflexão na estratégia do Governo Federal, na direção de recomposição de algumas carreiras públicas por meio da realização de concursos públicos. Nesse sentido, apesar de insuficiente e de apresentar problemas de eficiência e de qualidade, houve um incremento das contratações.

Segundo a RAIS, o número de estatutários (servidores públicos efetivos) cresceu 25% entre 2003 e 2008; ou seja, a administração pública, nos três níveis da federação, foi responsável pela contratação de 1,4 milhão de pessoas.

Para ilustrarmos essa dinâmica, entre 1986/1991 e 2005/2010, a população retornada passou de 3,47% para 5,73% dos ocupados nessa atividade. A participação do migrante não natural aumentou de 3,85% para 6,44% e a população não migrante expandiu de 3,10% para 5,23%. Diante disso, em 2010, o não natural do Ceará (6,44%) é o grupo com maior inserção na administração pública, seguido do retornado (5,73%) e do não migrante (5,23%). Em virtude de tal atividade frequentemente exigir maior qualificação, esse resultado está em sintonia com a distribuição dos ocupados segundo o nível de instrução (Figura 30).

Esses primeiros achados sugerem que o migrante de retorno tem melhor ingresso no mercado de trabalho cearense quando comparado ao não migrante, mas a absorção é inferior a do migrante não natural. A partir disso e da influência dos demais atributos observáveis diretamente (perfil socioeconômico, especialmente o nível de instrução), é possível que o retornado receba maiores rendimentos comparativamente ao não migrante e menores em relação ao migrante não natural. Na busca de evidências mais conclusivas, a próxima subseção trata de comparar os rendimentos dos ocupados no trabalho principal.

4.4.1.3. Qual é o rendimento?

Depois de identificarmos/traçarmos o perfil socioeconômico e ocupacional dos absorvidos no mercado de trabalho cearense, essa subseção averigua a relação entre essas características diretamente observáveis sobre o rendimento mensal no trabalho principal, expresso em salário mínimo. A comparação é feita a partir da participação segundo as faixas salariais, indicando o melhor e o pior posicionamento entre as categorias em estudo.

De acordo com a Figura 35, mesmo com a substancial melhora na qualificação da mão de obra inserida na atividade econômica estadual (Figura 30), houve piora na remuneração das três populações entre 1995/2000 e 2005/2010. No primeiro intervalo (1986/1991 e 1995/2000), a proporção de empregados ganhando até um salário mínimo

diminuiu, todavia, entre os dois últimos Censos Demográficos (1995/2000 e 2005/2010) aumentou expressivamente.

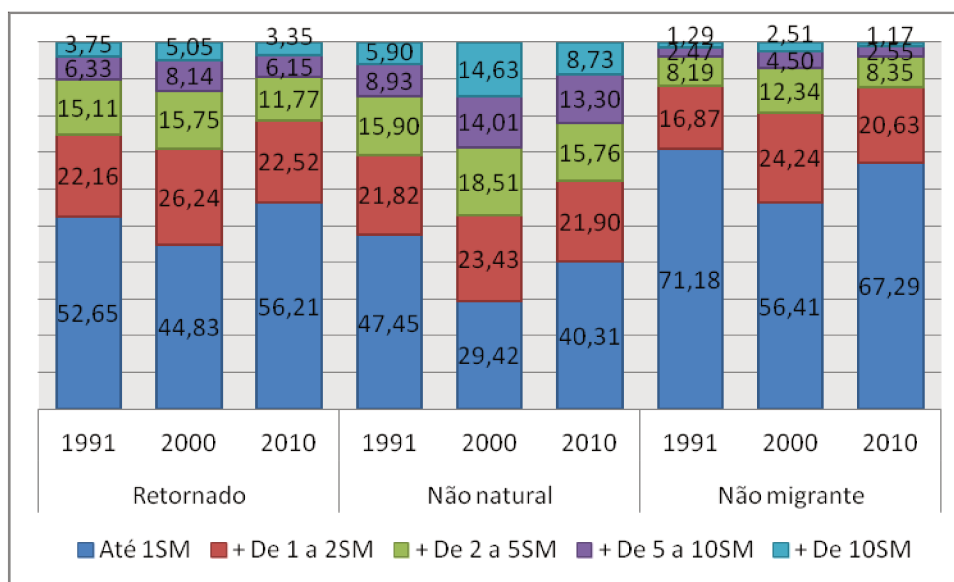


Figura 35 – Distribuição relativa da população de 10 anos e mais de idade, ocupada no trabalho principal, segundo as classes de rendimento nominal mensal* – migrante de retorno, migrante não natural e não migrante – Estado do Ceará – 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 (Data fixa)

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

*Valor do salário mínimo nominal vigente na data de referência do Censo Demográfico - em 1991: Cr\$ 36.161,60; em 2000: R\$ 151,00; em 2010: R\$ 510,00.

Tal inflexão está em consonância com os resultados obtidos por Costa (2009), que estudou o perfil salarial dos empregos formais criados no estado do Ceará entre 2004-2008. Nas palavras do autor:

Inicialmente, qualquer que seja o espaço geográfico sob investigação, uma constatação por demais evidente é que as novas oportunidades de emprego no Ceará foram acompanhadas de salários mais baixos. A eliminação de empregos nas faixas acima de 1,5 salários-mínimos e a concentração das contratações nas faixas salariais inferiores, notadamente até um salário, são evidências muito fortes do acontecido, o que está associado ao perfil salarial vigente no estado, tendo como parâmetro o salário-mínimo, além da política de valorização deste, com reajustes além da reposição das perdas inflacionárias (COSTA, 2009, p.58).

A precarização é tão intensa que, durante os três quinquênios em estudo, os grupos populacionais sempre foram maioria na faixa salarial mais baixa (até 1 SM). Contudo, a

proporção de ocupados segundo classes de rendimentos e entre as categorias é bastante distinta, mostrando indícios de seletividade (Figura 35).

Nesse sentido, constatamos que em todo o período em tela, os migrantes (não naturais e retornados) ganham mais do que aqueles que permaneceram no Ceará (não migrante). Tomando como exemplo o ano de 2010, enquanto 67,29% dos não migrantes ganhavam até um salário mínimo, essa proporção diminui para 56,21% dos retornados e 40,31% dos migrantes não naturais. Nas três faixas centrais (+ de 1 a 2 SM, + de 2 a 5 SM e + de 5 a 10 SM) o “gap” permaneceu, com 50,96% dos não migrantes auferindo mais 1 até 10 SM, contra 40,44% dos retornados e 31,53% dos não naturais. Quando a análise é feita para a faixa de rendimento mais elevada (+ de 10 SM), a situação se inverte, ou seja, os migrantes não naturais são maioria (8,73%), com participação de 3,35% dos retornados e somente 1,17% dos não migrantes.

Esses resultados sugerem seletividade positiva (aufere maiores rendimentos) para o migrante de retorno em relação àqueles que nunca emigraram do Ceará, mas negativa (aufere menores rendimentos) quando comparados ao migrante não natural. Tal inclinação está em sintonia com os achados sobre o perfil socioeconômico e ocupacional, quando evidenciamos que o retornado está em posição intermediária ou secundária no tocante ao nível de instrução e formas de ingresso no mercado de trabalho, com o migrante não natural dotado de melhores atributos observáveis diretamente, enquanto o não migrante teria os piores.

As palavras de Souza e Brito (2008) ratificam essas nossas primeiras conclusões:

Alguns autores, como Martine (1980), Brito e Souza (1995), Souza (2005) e Soares (2006) consideram que a capacidade de adaptação dos indivíduos em uma sociedade se relaciona aos atributos sócio-econômicos dos mesmos, e utilizam os níveis de escolaridade e rendimento dos migrantes como indicadores desse processo.

4.4.2. Análise do modelo

Na busca de resultados mais robustos, somam-se as evidências das estatísticas descritivas, a utilização da regressão linear múltipla, controlada conjuntamente por todos os atributos diretamente observáveis (sexo, idade, experiência, raça/cor, nível de instrução,

posição na ocupação, setor de atividade, zona de residência e migração), que influenciam a renda dos indivíduos (variável dependente). Depois de realizados todos os controles, caso haja diferença entre os rendimentos, a explicação deve-se ao conhecimento adquirido no mercado de trabalho de destino/outros estados (MATOS, 1996; VADEAN e PIRACHA, 2009), e às redes de parentesco e de amizade no local de nascimento. O teste do viés de seleção foi realizado por meio de duas regressões: a primeira entre o migrante de retorno e o não migrante, e a segunda entre o migrante de retorno e o migrante não natural⁵³. O próximo subitem analisa os resultados das regressões.

4.4.2.1. Regressão 1: migrante de retorno versus não migrante

As informações nas Tabelas 16 e 17 trazem os resultados econométricos da estimação da equação do logaritmo do rendimento por hora de todos os trabalhos, auferidos no mercado de trabalho cearense, controlado por sexo, idade, experiência, raça/cor, nível de instrução, posição na ocupação, setor de atividade econômica, zona de residência e migração.

Na Tabela 16 encontra-se a regressão entre o migrante retornado para o Ceará versus aqueles que nunca emigraram do estado (não migrante), enquanto na Tabela 17 a regressão é entre o migrante de retorno e o migrante não natural do Ceará. Os resultados mais gerais mostraram que nas duas regressões, *todos* os coeficientes são estatisticamente diferentes de zero com nível de significância a 1%. Na primeira regressão, o modelo explica 36% da variabilidade do logaritmo da renda em função das 16 variáveis independentes e, na segunda, aumenta para 41%.

⁵³ Para maiores esclarecimentos veja a subseção 4.3.4, que descreve o modelo econométrico adotado no estudo.

Tabela 16 – Estimativa dos coeficientes da equação de rendimentos: migrante de retorno versus não migrante – Ceará – 2005/2010 (Data fixa)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	Estatística t	p-value
Sexo				
Masculino	0,2455	0,00	184,71	0,0000
Feminino		(omitida)		
Experiência				
Idade	0,0227	0,00	92,02	0,0000
Idade ao quadrado	-0,0001	0,00	-42,64	0,0000
Raça/Cor				
Branco	0,1115	0,00	83,28	0,0000
Não branco		(omitida)		
Nível de instrução				
Primário		(omitida)		
Fundamental	0,2167	0,00	118,60	0,0000
Médio	0,4490	0,00	270,48	0,0000
Superior	1,3577	0,00	533,81	0,0000
Posição na ocupação				
Empregado com carteira		(omitida)		
Empregado sem carteira	-0,4078	0,00	-258,46	0,0000
Militar e Func. público	0,1030	0,00	31,34	0,0000
Conta própria	-0,2420	0,00	-136,46	0,0000
Empregador	0,7079	0,01	119,92	0,0000
Sector de atividade				
Comércio e Serviços		(omitida)		
Agrícola	-0,5076	0,00	-223,29	0,0000
Indústria	-0,1106	0,00	-68,83	0,0000
Administração pública	0,2089	0,00	71,62	0,0000
Zona de residência				
Rural		(omitida)		
Urbana	0,2332	0,00	127,81	0,0000
Migração				
Não migrante		(omitida)		
Migrante de retorno	0,0764	0,00	40,56	0,0000
Constante	1,5488	0,01	291,34	0,0000
Número de observações = 5.156				
R² ajustado = 0,3576				

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010.

No tocante à primeira regressão (Tabela 16), observa-se que o coeficiente da dummy do migrante de retorno é positivo e significativo a 1%, com rendimento, em média, 7,7% superior ao dos não migrantes. Esse resultado, portanto, confirma a hipótese de seletividade positiva para o retornado em relação à população que permaneceu no Ceará (não migrante).

Após todos os controles, a justificativa para a diferença na renda decorre da experiência no mercado de trabalho em outras Unidades da Federação, e às redes de parentesco e de amizade no local de nascimento. Destarte, esses resultados estão de acordo com os achados da estatística descritiva e em sintonia com as evidências encontradas por Medeiros e Siqueira (2010), no estudo pioneiro sobre migração de retorno e seletividade no Brasil.

Ademais, o coeficiente relacionado ao sexo revelou que permanecendo todas as variáveis de controle constantes, os homens são mais bem-pagos (em torno de 25%) quando comparados às mulheres (Tabela 16). Para cada ano de idade adicional, os trabalhadores aumentam, em média, 2,27% no seu rendimento, mas com a experiência (idade ao quadrado), ou seja, conforme os indivíduos envelhecem, a renda tende a crescer a taxa decrescente. As pessoas identificadas como brancas auferem, em média, 11% acima dos valores recebidos pelos não brancos e os empregados com ensino superior ganham mais quando comparados às demais faixas de escolaridade, com uma diferença, em média, de 136% em relação aos ocupados com ensino primário, mostrando que a educação é um fator determinante na explicação dos diferenciais de rendimentos. No tocante à posição na ocupação, em média, somente os empregadores (cerca de 71,%) e militares e funcionários públicos (cerca de 10%) recebem melhores proventos em relação ao trabalhador com carteira assinada. No caso do setor de atividade, apenas os ocupados na administração pública (em média 21%) conseguem ganhar mais do que os do comércio e serviços, e os trabalhadores residentes na zona urbana têm maiores rendimentos (em média 23%) quando comparado aos moradores de localidades rurais.

4.4.2.2. Regressão 2: migrante de retorno versus migrante não natural

Com relação à regressão entre o migrante de retorno e o migrante não natural (Tabela 17), o coeficiente da dummy do retornado é negativo e significativo a um nível de 1%, com valor de -0,0970, mostrando que o rendimento da população retornada é, em média, 9,7% inferior ao dos migrantes não naturais. Essas evidências confirmam a hipótese de seletividade negativa para o retornado vis-à-vis ao migrante não natural do Ceará e ratificam os resultados da análise descritiva.

Tabela 17 – Estimativa dos coeficientes da equação de rendimentos: migrante de retorno versus migrante não natural – Ceará – 2005/2010 (Data fixa)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	Estatística t	p-value
Sexo				
Masculino	0,2946	0,00	100,09	0,0000
Feminino		(omitida)		
Experiência				
Idade	0,0279	0,00	47,79	0,0000
Idade ao quadrado	-0,0002	0,00	-26,60	0,0000
Raça/Cor				
Branco	0,1348	0,00	46,28	0,0000
Não branco		(omitida)		
Nível de instrução				
Primário		(omitida)		
Fundamental	0,2807	0,00	65,96	0,0000
Médio	0,5718	0,00	152,24	0,0000
Superior	1,5693	0,00	322,34	0,0000
Posição na ocupação				
Empregado com carteira		(omitida)		
Empregado sem carteira	-0,3540	0,00	-96,59	0,0000
Militar e Func. público	0,1799	0,01	26,05	0,0000
Conta própria	-0,1309	0,00	-34,12	0,0000
Empregador	0,7534	0,01	81,51	0,0000
Sector de atividade				
Comércio e Serviços		(omitida)		
Agrícola	-0,5143	0,01	-85,66	0,0000
Indústria	-0,0872	0,00	-23,94	0,0000
Administração pública	0,2496	0,01	38,40	0,0000
Zona de residência				
Rural		(omitida)		
Urbana	0,2539	0,01	49,95	0,0000
Migração				
Migrante não natural		(omitida)		
Migrante de retorno	-0,0970	0,00	-33,86	0,0000
Constante	1,4153	0,01	105,49	0,0000
Número de observações = 5.156				
R² ajustado = 0,4084				

Fonte: IBGE - Microdados do Censo Demográfico 2010.

Já a explicação para o migrante de retorno ganhar, em média, menos do que o migrante não natural, possivelmente tem a ver com o fato de cerca de um terço⁵⁴ dos não naturais ocupados no Ceará serem procedentes do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Temos, portanto, o confronto entre os nascidos em um estado mais pobre (retornados) e os originários de Unidades da Federação mais rica (não naturais). Assim, mesmo com o conhecimento adquirido no mercado de trabalho metropolitano/urbano/outras UFs, além da rede de solidariedade no local de nascimento, a população retornada não acumulou conhecimento (nível de instrução) ou qualificação/experiência profissional equiparável ao migrante não natural e, ao retornar, insere-se em ocupações mais precárias ou com menor projeção social, justificando os menores rendimentos.

Quanto aos demais coeficientes, mantendo tudo o mais constante, os sinais da segunda regressão foram todos semelhantes ao da primeira, confirmando que a cada ano de idade, em média, a renda aumenta 2,8%, mas, com a experiência (idade ao quadrado), cresce a taxa decrescente. Além disso, os trabalhadores do sexo masculino, em média, ganham 29% a mais em relação às mulheres, e aqueles da cor branca, em média, recebem 13% acima dos proventos do não branco. Com relação à escolaridade, pode-se observar que a educação é uma característica importante no entendimento dos diferenciais de rendimentos. Os ocupados com ensino superior recebem os maiores salários em relação aos demais níveis de instrução, com a diferença atingindo o patamar, em média, de 157% em relação aos empregados com ensino primário. No tocante ao ramo de atividade, apenas os ocupados na administração pública, em média, ganham 25% a mais em relação ao trabalhador do comércio e serviços. Por último, trabalhadores residentes em localidades urbanas, em média, têm rendimento 25% superior aos observados para os moradores em áreas rurais.

Em resumo, as estimativas dos coeficientes da equação de rendimentos, através das duas regressões, comprovaram a hipótese desse estudo ao mostrarem que o migrante interestadual de retorno é positivamente selecionado comparativamente àqueles que nunca emigraram (não migrante), mas negativamente em relação ao migrante não natural.

⁵⁴ Esses valores foram calculados pela autora, mas estão omitidos no trabalho.

4.5. Conclusão

Este capítulo teve como objetivo principal identificar a seletividade dos migrantes interestaduais de retorno inseridos no mercado de trabalho cearense. O objetivo secundário procurou traçar o perfil (socioeconômico, ocupacional e rendimento) do migrante de retorno e comparar com o não migrante e o migrante não natural.

Na busca inicial da caracterização dos grupos populacionais, os resultados da análise da estatística descritiva mostraram semelhanças em quase todos os aspectos. O migrante (retornado e não natural) e não migrante típico ocupado na atividade econômica cearense é do sexo masculino, tem entre 25 a 39 anos de idade, pardo, com menos de oito anos de estudo ou entre onze e quatorze anos de escolaridade (migrante não natural), trabalha sem carteira assinada ou com registro em carteira (migrante não natural), é empregado no setor de serviços e ganha até um salário mínimo.

Apesar dessas similaridades, o estudo pormenorizado revelou distribuição/participação distinta em relação à ocupação, nível de instrução e rendimento. Nesse aspecto, quando comparado às demais categorias consideradas, os retornados apresentaram maior taxa de atividade, maior participação como por conta própria, maioria relativa no ramo do comércio e minoria como não remunerado, mostrando indícios de um retorno programado, após aposentadoria, e abertura do próprio negócio.

Além disso, a mão de obra retornada tem educação superior a da não migrante e inferior a da não natural, apontando para a importância da experiência migratória, através da aquisição de conhecimento no destino ou no mercado de trabalho metropolitano/urbano/outro estado. Em termos de distribuição da renda em salário mínimo, os retornados são mais favorecidos em relação aos não migrantes e menos em relação aos migrantes não naturais.

Esses primeiros achados sugeriram indícios que comprovam a hipótese deste estudo, mostrando que a população retornada se distingue positivamente em relação a não migrante, em termos de educação, inserção ocupacional e rendimento, mas negativamente quando comparada ao migrante não natural. No entanto, somente com as evidências empíricas mais robustas, através do modelo de regressão linear múltipla, no qual

controlamos simultaneamente todos os atributos diretamente observáveis que influenciam os rendimentos dos indivíduos, inferimos sobre a comprovação ou não dessa hipótese.

Os resultados da regressão somaram-se às evidências das estatísticas descritivas, confirmando que o retornado para o Ceará ganha, em média, mais do que os seus conterrâneos que nunca emigraram, atestando seleção positiva para o migrante de retorno. Após todos os controles, a justificativa para a diferença na renda deve-se a experiência pregressa no mercado de trabalho em outros estados, além das redes de parentesco e de amizade no local de nascimento.

Com relação à regressão entre o migrante de retorno e o migrante não natural, constatamos que o retornado aufer, em média, menores rendimentos comparativamente ao não migrante, sendo, portanto, negativamente selecionado. Nesse caso, a explicação tem a ver com o fato de um terço dos não naturais proceder do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, áreas com mercado de trabalho mais exigente/seletivo, e mesmo com a experiência migratória, conhecimento adquirido no mercado de trabalho metropolitano/urbano, além da rede de contato no local de nascimento, esses atributos não são equiparáveis em relação aos presentes no migrante não natural.

CONCLUSÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo principal estudar os fluxos migratórios do e para o estado do Ceará, destacando, para o período recente, o movimento migratório de retorno. Ademais, busca-se identificar a seletividade dos migrantes interestaduais de retorno inseridos no mercado de trabalho cearense.

As principais conclusões relacionadas à direção dos fluxos que partiram do Ceará apontaram para três destinos ao longo do tempo: i) em busca de oportunidades de trabalho na extração do látex, os “soldados da borracha” seguiram em direção à região Norte, até os anos 1950; ii) com o fim do segundo ciclo da borracha, a análise no tempo e espaço mostrou inflexão, com o fluxo se dirigindo preferencialmente para a região Nordeste e, em nível estadual, migrou em marcha para o Maranhão, durante a década de 1960. Aproximação geográfica, menor concentração latifundiária, terras férteis e estiagens menos intensas justificaram a atratividade desse estado; iii) nos anos 1970, com a intensificação da concentração da renda e da riqueza no Sudeste, outra inflexão: a população caminhou em direção a essa região e ao estado de São Paulo, tendência que se mantém até o último Censo Demográfico 2010.

No tocante ao volume, a partir da reconstrução das etapas do desenvolvimento socioeconômico do Brasil, do Nordeste e, em especial, do Ceará, observamos a clássica relação entre dinâmica econômica e migração, com o arcabouço histórico-estrutural justificando, em grande parte, as causas e os motivos dos movimentos migratórios do e para o Ceará, que permanecem se dirigindo no sentido do crescimento econômico.

Assim, entre 1950 e 1980, a população migrou em massa em busca de oportunidades de trabalho em outras Unidades da Federação (Maranhão e estado de São Paulo) e, partir da década de 1980, com o crescimento econômico do Ceará e oportunidades de emprego no estado, as saídas diminuíram e as entradas aumentaram, e mesmo com a ligeira inflexão nos anos 2000, a intensidade das perdas é distinta da observada nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Nesse contexto, o período de 1950 a 1980 foi marcado por elevada perda populacional, mas desde os anos 1980, paulatinamente, o Ceará diminui o seu saldo migratório negativo, com destaque para o volume de retornados.

Nesse cenário, no que diz respeito à migração de retorno, durante os quatro quinquênios estudados (1975/1980, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010), em três deles, o Ceará se destacou no conjunto do país ao receber a maior proporção de retornados em relação ao seu total de imigrantes, com esse fluxo representando a modalidade migratória para o estado. Em termos de origem, como esperado, grande parte dos migrantes interestaduais de retorno procediam do estado de São Paulo, representando, em parte, o refluxo de tendências passadas. Quanto à distribuição no território cearense, à maioria fez o movimento em uma única etapa (dois terços), direto para o município de nascimento, possivelmente justificado pelas redes de parentesco e de contato que facilitam a integração social e inclusão no mercado de trabalho local.

Ainda com relação à migração de retorno, outro aspecto relevante foi o aumento na participação da migração em mais de uma etapa (retornado de curto prazo), com o movimento daqueles que saíram e retornaram para o Ceará em menos de cinco anos se intensificando, mostrando o crescimento da rotatividade de pessoas no estado. Por outro lado, de maneira distinta do retorno em uma única etapa, a cada quinquênio estudado, os imigrantes retornados de curto prazo procediam de estados distintos, não revelando nenhuma tendência ou regularidade, confirmando a complexa tarefa na análise das migrações internas desde os anos 1980, marcada por fluxos, refluxos e baixa temporalidade.

Com relação ao perfil, os típicos migrantes (retornado e não natural) e não migrantes ingressados no mercado de trabalho cearense são homens, com idade entre 25 a 39 anos, pardos, possuem menos de oito anos de estudo ou entre onze e quatorze anos de escolaridade (migrante não natural), trabalham sem carteira assinada ou com registro em carteira (migrante não natural), são ocupados no setor de serviços e ganham até um salário mínimo.

No tocante à identificação da presença de seletividade, o teste foi realizado através do modelo de regressão linear múltipla, com o controle simultâneo de todos os atributos diretamente observáveis (sexo, idade, experiência, raça/cor, nível de instrução, posição na ocupação, setor de atividade econômica, zona de residência e migração) que podem influenciar os rendimentos dos indivíduos.

Os resultados econométricos mostraram que o natural do Ceará que retornou e se inseriu no mercado de trabalho estadual, ganha, em média, 7,7% a mais do que o não migrante, sugerindo seletividade positiva para o retornado em relação à população que permaneceu no estado. Depois de todos os controles, a explicação para a diferença salarial decorre da experiência profissional/ocupacional no mercado de trabalho em outros estados. Ademais, as redes de contato no local de nascimento são outros fatores que contribuem para o “gap” salarial.

Contudo, quando realizado o teste de seletividade entre o migrante de retorno e o migrante não natural, os resultados da regressão apontam que a população retornada tem rendimento, em média, 9,7% inferior aos dos não nascidos no Ceará. Nesse caso, a explicação provavelmente tem a ver com cerca de um terço dos não naturais ocupados na economia cearense ser originário de São Paulo e do Rio de Janeiro, estados com mercado de trabalho mais exigente/seletivo, e mesmo com a experiência na atividade laboral em outros estados e podendo contar com a rede de parentesco e de contato no local de nascimento, os retornados não acumularam conhecimento (nível de instrução), ou qualificação profissional equiparável ao migrante não natural e, ao retornar, ocupam vagas mais precárias ou com menor projeção social, justificando os menores rendimentos.

A partir desses resultados, concluímos que os nascidos no Ceará que retornaram para o estado, passaram pelo processo de adaptação progressiva e/ou pelo processo de sobrevivência dos mais fortes no mercado de trabalho metropolitano/urbano/de outros estados e, ao regressarem, auferem melhores rendimentos em relação àqueles que permaneceram no estado (não migrante) e não viveram essa experiência. Todavia, tais características não foram suficientes para distingui-los positivamente em relação aos migrantes não naturais.

Em resumo, e mais importante, a chegada de trabalhadores positivamente selecionados (tanto retornados quanto migrantes não naturais), comparativamente à população não migrante, representa um ganho para o Ceará através da transferência de conhecimento e o aumento na renda estadual.

Enfim, estudos posteriores poderão aprofundar a relação entre migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho com outros grupos populacionais: retornados versus não retornados. Além disso, os fluxos migratórios podem ser de curta distância: entre

mesorregiões, microrregiões e municípios, dado o crescimento contínuo do movimento migratório intraestadual cearense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADECE – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ S.A. **Balanco das exportações cearenses de 2011 com foco no agronegócio.** Disponível em <www.adece.ce.gov.br/.../2-balanco-de-exportacoes?...20%3Abalanco...> Acesso em: 25.10.2012.

AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP/UNESP, 1995.

AGUILAR, J. F. **Los que regresan: migración de retorno en la región de los Altos de Jalisco.** (Maestría em Población y Desarrollo) Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO. México, 2010.

ALENCAR, J. S; ALVES. M. O. O subespaço semi-árido no contexto de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: Cleide Bernal. (Org.). **A economia do Nordeste na fase contemporânea.** 1 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil/Edições UFC, 2006, v., p. 235-259.

AMARAL, A. E. P. do; NOGUEIRA, R. A. de M. A volta da Asa Branca e as primeiras impressões de retorno. In: **VIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Belo Horizonte: ABEP, 1992, v.3, p.201-212.

AMARAL FILHO, J., et al. (2009a) Mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio nos Arranjos Produtivos Locais – Ceará. **PROJETO DE PESQUISA (BNDES / FUNPEC) – Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste.** Fortaleza/CE, maio 2009. (NOTA TÉCNICA 2/CE). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.

_____. (2009b) Análise do Balanço de Pagamentos do estado e a importância dos APLs no Fluxo de Comércio – Ceará. **PROJETO DE PESQUISA (BNDES / FUNPEC) – Análise do mapeamento e das políticas para arranjos produtivos locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste.** Fortaleza/CE, setembro 2009. (NOTA TÉCNICA 4/CE). Disponível em: <<http://www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br/>>.

ALMEIDA. J. E.; ARAUJO, J. B. Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE. In: **Revista Teoria e Evidência Econômica.** n.12. v. 23, p.97-128. Passo Fundo: UPF, 2004.

ANDRADE, A. S. C.; DEDECCA, C. S. Gênero, migração e trabalho nos mercados metropolitanos das regiões Nordeste e Sudeste. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP.** Ouro Preto-MG, 2002.

APARÍCIO, C. A. P.; QUEIROZ, S. N. de. Mercado de trabalho pós-crise: comparação entre as Regiões Metropolitanas de São Paulo e Fortaleza - 2009 e 2010. In: **XII Encontro**

Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho-ABET, 2011, João Pessoa-PB. Cenários da crise e a organização do trabalho: permanências, mudanças e perspectivas - ABET, 2011.

ARANHA, V. Migração na metrópole paulista: uma avaliação segundo a PED e PCV. X Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu, Abep, out. 1996, p.705-724.

ARAÚJO, A. M. M.; CARLEIAL, A. N. O processo de metropolização em Fortaleza: uma interpretação pela migração. **Revista Geocrítica**. Barcelona, Espanha, 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-73.htm>>. Acesso em: 20.03.2012.

ARAUJO, T. B. de; SANTOS, V. M. dos. Desigualdades regionais e Nordeste em Formação Econômica do Brasil. In: **50 anos de Formação Econômica do Brasil, ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

_____. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em 12 abr. 2012.

_____. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. 2, p. 144-161, abr.-jun. 1999.

ASSIS, R. S.; SIQUEIRA, L. B. O. O fenômeno da migração de retorno no Brasil e no estado da Paraíba: uma análise para o período censitário de 1986-1991. In: **VII Encontro de Economia Baiana**. Salvador, 2011. Salvador. VII Encontro de Economia Baiana, 2011.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.

_____. Migração, migrações. **Ideias** - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP/SP. v. 1, n. 2, 2011. p. 31-41

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2008, Caxambu, MG. Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008.

_____. **São Paulo e suas Migrações no final do Século 20**. São Paulo em Perspectiva (Impresso), São Paulo, SP., v. 19, n.3, 2005.

_____. **Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes**. Brasil, 1980-1996. Textos Nepo, Campinas, SP, v. 35, p. 01-200, 2000.

_____. **Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes**. Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: **XII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 1998.

BABA, Y. Pattern of return migration among Japanese-Brazilians: Who returns to Brazil and why? In: **28th International Congress of the Latin American Studies Association**. Rio de Janeiro, Brazil, 2009.

BALÁN, J. Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórica comparativa. In: BALÁN, J. (Org.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

BALTAR et al. Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira. **Global Labour University Working Papers**. Paper Nº. 9, May 2010.

BARBOSA, V. O. O direito a terra é também direito ao extrativismo: conflitos, construção de identidades e mobilização no Maranhão de meados do século XX. In: **IV Encontro Estadual de História - História: sujeitos, saberes e práticas**, 2008, Vitória da Conquista. Anais do IV Encontro Estadual de História - História: sujeitos, saberes e práticas, 2008.

BARCELLOS, T. M. de. **Migrações Internas: os conceitos básicos frente à realidade da última década**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 16, no 1, p. 296-309, 1995.

BASSANEZI, M. S. C. B. Migrantes no Brasil da segunda metade do século XIX. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**, XII., 2000, Caxambu/MG. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BASTOS, S. Q. A.; MARIONI, L. S.; BERALDO, A. F.; SALDANHA, R. F. Atração, repulsão ou rotatividade: análise do padrão migratório em Minas Gerais. In: **XV Seminário sobre a Economia Mineira**, 2012, Diamantina.

BAPTISTA, E. A.; CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. R. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: **Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP**, XVIII., 2012, Águas de Lindóia/SP. Anais... Águas de Lindóia: ABEP, 2012.

BELTRÃO, H (2003). **Industrialização no Estado do Ceará: 20 anos**. Disponível em: <<http://www.sfipec.org.br>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. . Fecundidade em declínio: Breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos**. CEBRAP, v. 74, p. 11-15, 2006.

BEZERRA, E.; BARBOSA, E. Desempenho econômico do estado do Ceará em anos recentes. **IPECE: Texto para discussão nº. 79**. Fortaleza, 2010.

BILAC, E. D. **Estruturas familiares e padrões de residência**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2003. Mimeografado.

BILSBORROW, R. E. et al. **International migration statistics: guidelines for improving data collection systems**. Geneva: International Labour Office, 1997. 441 p.

BORJAS, G.; BRATSBERG, B. Who Leaves? The outmigration of the Foreign-Born. **The Review of Economics and Statistics**, v. 87, n.1, p. 165-176, Feb, 1996.

BORODAK, D.; PIRACHA, M. Occupational choice of return migrants in Moldova. **IZA Working Papers**, n. 5.207, p.1-22, 2010.

BRANDÃO. C. A. O processo de subdesenvolvimento, as desigualdades espaciais e o “jogo das escalas”. In: **Revista Estudos e Pesquisas**. n. 67, p.9-37, Salvador: SEI, 2004.

BRITO, F.; RIGOTTI, J. I.; CAMPOS, J. **A mobilidade interestadual da população no Brasil no início do século XXI: mudança no padrão migratório?** Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2012 (Texto para discussão, 465).

_____. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios recentes. In: VI Encontro Nacional sobre Migrações, 2009, Belo Horizonte. Anais do VI Encontro Nacional sobre Migrações. Campinas: ABEP, 2009. v. 1.

_____. CARVALHO, J. A. M. de; TURRA, C. M.; QUEIROZ, B. L. A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade. In: Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

_____. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. Rev. bras. estud. popul. [online]. 2008, vol.25, n.1, pp. 5-26.

_____. **A transição demográfica no Brasil: as possibilidades e os desafios para a economia e a sociedade**. Minas Gerais: Cedeplar, 2007 (Textos para discussão, 318).

_____. CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas** (Brasília), v. 22, p. 441-455, 2006.

_____. GARCIA, R. A.; SOUZA. R. G. V. de. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: **XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2004, Caxambu-MG. Anais do XIV encontro Nacional de Estudos Populacionais. v. 1.

_____. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. In: **XXIV IUSSP General Conference**, 2001, Salvador. Anais do XXIV IUSSP General Conference, 2001. v. 1. p. 168-184.

_____. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: **XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2000, Caxambu, MG. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. v. 1. p. 1-44.

_____. Minas e o Nordeste, perspectivas migratórias dos dois grandes reservatórios de força de trabalho. **II Encontro Nacional de Migração**, ABEP/GT de Migração, 1999.

_____. **População, espaço e economia: uma perspectiva histórica**. 1997. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.

BRUSCHINI, M. C. A. Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (1985 a 1995). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. 1ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2000, v. , p. 13-58.

CARLEIAL, A. N. Cultura migratória. In: **XXIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto-MG: ABEP, nov. 2002.

CAMPOS, M. B. Estimativas de migração internacional no Brasil: os velhos e os novos desafios. In: **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Estudos e análises informação demográfica e socioeconômica, vº 1, p75-87. Org: Luiz Antonio Pinto de Oliveira e Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira. Rio de Janeiro, 2011.

CAMARANO, A. A.; BELTRÃO, K. I.; ARAÚJO, H. E.; MEDEIROS, M. Análise demográfica da região Nordeste. In: **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Carlos Américo Pacheco e Neide Patarra (Org.). Campinas (SP): Unicamp. IE, 2000.

_____. **Distribuição espacial da população brasileira: mudanças na segunda metade deste século**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão, 766).

_____; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro. IPEA. 1999. Texto para Discussão, nº. 621:

_____. (1998). Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba, **Anais...** Curitiba, p.189-208, 1998.

CANÇADO, R. P. Migrações e convergências no Brasil: 1960-91. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 53, n.2, p.211-236, abr/jun. 1999.

CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. In: **Revista econômica e sociedade**. São Paulo, n.8, p. 101-141, jun.1997.

CARDOSO, A. A. I. **Os migrantes cearenses e o horizonte amazônico no século XIX**. **Revista de História**, 4, 1 (2012), p. 68-87. Disponível em: <http://www.revistahistoria.ufba.br/2012_1/a04.pdf>. Acesso em 20.03.2013.

CARDOSO, G. C. C. **A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa; Ed.Universitária, 2007.

CARVALHO, J. A. M. de. **Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar. Texto para discussão n° 227, 18p, 2004.

_____. O significado das matrizes de migrantes de última etapa, de migrantes de data fixa e da matriz-diferença entre migrantes última etapa e de data fixa. In: **I Encontro Nacional Sobre Migração**, 2, 1999, Ouro Preto, MG. Anais. Belo Horizonte: ABEP. P 15-34

_____; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.

_____. Migrações internas: mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 171, p. 549-583, jul./set. 1982.

CARVALHO, F. F. SUDENE: do desenvolvimento Cepalino ao desenvolvimento endógeno. **Seminário Internacional Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre as regiões do Nordeste brasileiro e a Baixa Califórnia, México**. Fortaleza, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). **Curso de Introdução ao TerraView política social**. Disponível em: < http://www.centrodametropole.org.br/index.php?section=content&subsection_id=4&content_id=73>. Acesso em: 08 outubro 2010.

CERQUEIRA, C. A.; GIVISIEZ, G. H. N. Conceitos básicos em demografia e dinâmica demográfica brasileira. In: RIOS-NETO, Eduardo Luiz G.; RIANI, Juliana de Lucena. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004, v. , p. 15-44.

CHAVES, M. F. **Mulheres migrantes: senhoras de seu destino?** Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1980/1991. Tese de Doutorado em Demografia, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHISWICK, B. Are immigrants favorably self-selected? **American Economic Review**, v.89, maio, 1999.

COHEN, Y.; HABERFELD, Y. Self-selection and return migration: Israeli-born jews returning home from the United States during the 1980s. In: **Population studies**, v.55, n.1, p.79-91, Mar, 2001.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Estudos de desenvolvimento regional: (Ceará). **Série levantamentos e análises** – 13. Rio de Janeiro, 1959, 153p.

CORSEUIL, C. H.; FOGUEL, M. N. **Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão, n. 897, 2002.

COSTA, M. A. **Urbanização e migração urbana no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.

_____. **Urbanização e migração no Brasil: fatos, tendências e desafios metodológicos**. Campinas-SP, NEPO, 1994 (Mimeo).

COSTA, M. O. **Formalização do emprego e inserção precária: duas faces do mercado de trabalho da RMF**. Fortaleza: IDT, 2011. 50 p.

_____. **Emprego formal no Ceará: um enfoque regional**. Fortaleza: IDT, 2009. 97 p.

COULON, A.; PIRACHA, M. (2003). **Self-selection and the performance of return migrants: the source country perspective**. CEP Discussion Papers, 576. Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science, London, UK.. ISBN 0753016354.

CHISWICK, B. Are immigrants favorably self-selected? **American Economic Review**, v.89, maio, 1999.

CUNHA, J. M. P. da; JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)**, v. 27, p. 115-139, 2010.

_____; BAENINGER, R. (2007) “Las migraciones internas en el Brasil Cotemporáneo.” In: **Notas de Población**. CEPAL/CELADE: Año XXXII, n. 82, 2007.

_____; A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pelas PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Vol. 11, N. 22 (2006). Disponível em: <http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/view/275>. Acesso em 10.04.2012.

_____; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Cadernos do CRH (UFBA)**, Salvador, v. 18, n. 43, 2005.

_____. **Migração e urbanização no Brasil:** alguns desafios metodológicos para a análise. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, p. 3-20, 2005.

_____; BAENINGER, R. **A Migração nos estados brasileiros no período recente:** principais tendências e mudanças. Bahia Análise & Dados, Salvador - Bahia, v. 10, p. 79-106, 2001.

_____; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. In: **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.17, n1/2, jan/dez. 2000.

_____; BAENINGER, R. **Redistribuição da população e meio ambiente:** São Paulo e Centro Oeste, 3 / José Marcos Pinto da Cunha e Rosana Baeninger (coords.). - Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1999, 78 p.

_____. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? In: **XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, out. 1998, GT2, ST6, p.605-626.

CUNHA, A. S. Migração de retorno num contexto de crise, mudanças e novos desafios. In: **XXII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu-MG: ABEP, 2000.

DATASUS. **Indicadores demográficos:** taxa bruta de mortalidade. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idx2011/matriz.htm>. Acesso em: 10.01.2013.

DAVANZO, J. **Repeat migration in the United States:** Who back and who moves on? Review of Economics and Statistics, v. 65, n. 4, p. 552-59, Nov. 1983.

DeBIAGGI, S. D. 2004. Homens e mulheres mudando em novos espaços: famílias brasileiras retornam dos EUA para o Brasil. In: DeBIAGGI, S. D.; PAIVA, G. J. (org.). **Psicologia, E/Imigração e cultura**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 135-164.

DEDECCA, C. S. Crescimento, migração interna e trabalho no início do século. In: V CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, Montevideo-Uruguay. **Anais...** Montevideo: ALAP, 2012.

_____. **População, trabalho e desenvolvimento no Brasil, oportunidades e desafios.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 185, dezembro 2010.

_____. ROSANDISKI, E. N. **Sensos e dissensos: as inovações metodológicas do Censo Demográfico 2000.** Revista da ABET, Rio de Janeiro, v. III, n.2, p. 30-60, 2003.

_____; CUNHA, J. M. P. Migração, trabalho e renda nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: ABEP, 2002.

DÉMURGER, S; XU, H. (2010) **Return migration and entrepreneurship in rural China**: The case of Wuwei county. Disponível em: < http://www.webmeets.com/files/papers/ESWC/2010/2145/DX_Feb10.pdf>. Acesso em: 20.10.2012.

DINIZ, C. C.; BASQUES, M. F. D. **A industrialização nordestina recente e suas perspectivas** – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

_____. A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas. Texto para Discussão do IPEA, nº 375, Brasília, 1995.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El Caracter de Reversibilidad en el Estudio de la Migración. **Notas de Población**, Santiago do Chile, Celade, n. 49, 1990.

DUQUE, J. G. **Perspectivas Nordestinas**. 2a ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

_____. O problema das secas. In: **Diagnóstico sócio econômico do Ceará** – vol. 2. Coord. por José de Sá Parente. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964, 321p.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo, SP: Perspectiva, 249p., 1973.

DUSTMANN, C. (2003). Return migration, wage differentials and the optimal migration duration. In: **European Economic Review**, Vol. 47, Nr. 2 (April 2003) , p. 353-369.

_____; KIRCHKAMP, O. The optimal migration duration and activity choice after re-migration. **Journal of Development Economics**. v. 67, p. 351-372, 2002.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP** 29, São Paulo, p.98-119, mar.1991.

FEI, J.; RANIS, G. **Development of the labor surplus economy**. Homewood, Richard D. Irwin, 1964.

FERNANDES, D.; NUNAN, C.; CARVALHO, M. O fenômeno da migração internacional de retorno como consequência da crise mundial. **Revista de Estudos Demográficos**, nº 49. Editor: Instituto Nacional de Estatística, Lisboa-Portugal, 2011.

FERREIRA, A. A.; RAMALHO, H. M. B. Migração interestadual de retorno e reinserção produtiva: evidências para o Brasil. In: **Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**: ENABER, Recife, 2012.

FERREIRA, A. Uma análise do Produto Interno Bruto do município de Fortaleza. **BNB Conjuntura Econômica**, n. 30. Fortaleza-CE: edições BNB, 2011 (Revista de Conjuntura Econômica).

_____. A aventura da sobrevivência. **As migrações cearenses na década de 1990**. 1. ed. Fortaleza: Edições BNB, 2007. v. 1. 246 p.

FERREIRA, M. F. S.; LEMOS, M. B. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. In: **Revista econômica do nordeste**. Fortaleza, v.31, n. Especial p. 484-507, nov. 2000.

FERREIRA, J. M. N.; RODRIGUES, Márcia. A absorção dos migrantes pelo mercado de trabalho da Grande São Paulo. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, V, Out/1986. **Anais ...** Águas de São Pedro: ABEP, 1986, v.2, p.725-761.

FIEC - Federação das Indústrias do Estado do Ceará. **Revista da FIEC**, Ano III, Nº 36. Edição comemorativa dos 60 anos da FIEC. Fortaleza, 2010.

FILGUEIRAS, L. Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século. In: **Anais do V Encontro Nacional de Estudo do Trabalho**. Rio de Janeiro: ABET, 1997, p.895-920.

FURTADO, C. A Operação Nordeste. ISEB. Rio de Janeiro, 1959.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1986.

_____. A Fantasia Organizada. In: **Paz e Terra**. Rio de Janeiro, 1985.

GALIZA, D. S. de. O declínio da escravidão na Paraíba. João Pessoa: Ed. UFPB, 1979.

GALVÃO, O. J. de A. Globalização, abertura comercial e reestruturação produtiva: um estudo de caso sobre a migração de indústrias intensivas em mão de obra do Sul e do Sudeste para o Nordeste do Brasil. **V seminário Internacional de la RII**. Toluca, México set de 1999.

GAMA, L. C. D. **O Programa Bolsa Família pode influenciar a decisão por migrar? Uma análise para o estado de Minas Gerais**. In: **Seminário sobre a Economia Mineira**, 2012, Diamantina. XV Seminário sobre a Economia Mineira, 2012.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GIRÃO, R. **A Abolição no Ceará**. Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1956. 272 p.

_____. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Ed. A. Batista Fontenele, 1953.

_____. **História econômica do Ceará.** Monografia nº 12. Editora Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, V. C. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará.** 4 ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

GONÇALVES, M. S; QUEIROZ, S. N.; ALVES, C. L. B. Industrialização cearense e os reflexos sobre o mercado de trabalho formal na indústria nos anos de 1994 e 2002. In: X ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ABET, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Pecém:** empreendimentos no CIPP duplicarão PIB cearense. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/5756-pecem-empreendimentos-no-cipp-duplicarao-pib-cearense>>. Acesso em: 29.09.2012.

GRAHAM, D. H.; HOLANDA FILHO, S. B. **As migrações inter-regionais urbanas e o crescimento econômico do Brasil. Migração interna, textos selecionados.** Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.733-778.

GUERRA, D. M. R. **Redes sociais de migração como crítica social às políticas públicas: estudos de caso em Fortaleza.** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade. Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, 2007, 124 f.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. In: **Revista Estudos e Pesquisas.** n. 67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.** São Paulo: Edições Loyola, 1992. 349 p.

HOFFMANN, R. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente,** v. 1, IPEA, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2013). Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). **Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE-Domiciliar 2.0).** Disponível em: <<http://www.cnaedom.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10.02.2013.

_____. **Última etapa de divulgação do Censo 2000 traz os resultados definitivos, com informações sobre os 5.507 municípios brasileiros.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>>. Acesso em: 15.03.2012.

_____. (2012b). **Censo 2010: País tem declínio de fecundidade e migração e aumentos na escolarização, ocupação e posse de bens duráveis.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2018&id_pagina=1>. Acesso em: 15.03.2012.

_____. (2012c). **Primeiros resultados definitivos do Censo 2010:** população do Brasil é de 190.755.799 pessoas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1866&id_pagina=1>. Acesso em: 10.03.2012.

_____. Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil. In: OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (org.) **Estudos e análises informação demográfica e socioeconômica**, nº 1. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **Sinopse do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011b.

_____. Contas Nacionais número 33. **Produto Interno Bruto dos Municípios: 2004-2008.** Rio de Janeiro, 2010.

_____. (2008). **Regiões de influência das cidades - Comunicação Social** 10 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1246>. Acesso em 03.01.2013.

_____. (2007). **Classificação Nacional de Atividades Econômica (CNAE), versão 2.0.** Rio de Janeiro, 2007.

_____. (2005). **Retratos do Brasil e do Ceará: indicadores sociais e econômicos.** Disponível em: < http://www.fiec.org.br/palestras/economia_e_financas/ipece/ibge.pdf> Acesso em: 20.08.2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2001. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 1991.** Rio de Janeiro, 1992. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 1991:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 1996. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 1980.** Rio de Janeiro, 1981. (Microdados).

_____. **Censo Demográfico 1970.** Rio de Janeiro, 1971. (Microdados).

_____. **Anuário Estatístico do Brasil 1960**. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil 1950**. Rio de Janeiro, 1950.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (2012). **Situação social nos estados**: Ceará. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120201_relatorio_situacaosocial_ce.pdf>. Acesso em: 27.04.2012.

_____ (2011). Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. **Comunicado N° 88**. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FE44C453659EF/IPEA_ComunicadoIPEA88.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____ (2010). Migração interna no Brasil. **Comunicado N° 61**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/100817_comunicadoipea61.pdf>. Acesso em: 20 set. 2012.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Informe n°. 23. Perfil da raça da população cearense. Fortaleza-CE, março, 2012a.

_____. **Informe n°. 24**. Comportamento das taxas de migração, fecundidade e nupcialidade no Ceará na última década. **Fortaleza-CE, março, 2012b**.

_____. Estimativa do PIB cearense em 2010 e seu desempenho setorial. **Informe N. 2**, 2011a.

_____. A evolução da desigualdade de renda entre os anos de 2000 e 2010 no Ceará e estados brasileiros. Quais foram os avanços? **Informe N. 19**, 2011b.

_____. **Ceará em números (2010)** – Caracterização territorial. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/ceara_em_numeros/2010/territorial/index.htm>. Acesso em: 11.04.2012.

IPLANCE. **Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará. Macrocefalia de Fortaleza** – suas raízes. Fortaleza, 1982.

JARDIM, M. L. T.; BARCELLOS, T. M. M. de. Migrações no Rio Grande do Sul. In: **VII Encontro Nacional sobre Migrações**, 2011, Curitiba/PR. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2011.

JANNUZZI, P. M. As ocupações brasileiras segundo a CBO 2002: caracterização empírica com base no Censo 2000. **Revista da ABET**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 61-96, 2004.

_____. Inserção ocupacional dos migrantes no mercado de trabalho paulista e metropolitano: uma análise a partir dos Censos Demográficos de 1980 e 1991. In:

Encontro Nacional sobre Migração, 2., 2000, Ouro Preto.. Anais. Belo Horizonte: ABEP, 1999. p. 479-534.

JUSTO, E. R.; FERREIRA, R de A. Migração interestadual no Brasil: perfil do retornado – evidências para o período de 1998-2008. In: **XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 2012, Águas de Lindóia – SP. Anais do XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP.

_____; LIMA, C.F., MARTINS, G.N. Os determinantes da migração e da migração de retorno intermunicipal no Brasil. In: **Anais do XXVIII Encontro nacional de Economia: ANPEC**, Salvador, 2010.

_____; SILVEIRA NETO, R. M. **Migração inter-regional no Brasil: Evidências a partir de um modelo espacial**. Economia (Campinas), v. 7, p. 163-187, 2006.

KON, A. **Transformações na indústria de serviços: implicações sobre o trabalho**. In: V Encontro Nacional de estudos do Trabalho. Rio de Janeiro, 1997.

_____. **Sobre as atividades de serviços: revendo conceitos e tipologias**. Revista de Economia Política, São Paulo, vol. 19 nº 2 (74), p. 64-82, abril/junho, 1999.

LACERDA, K. C. A. **Migração e seletividade no mercado de trabalho de Fortaleza: uma análise empírica**. Texto para Discussão do IPECE Nº 18, Fortaleza, 2005.

LACERDA, F. G. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, SP, 2006.

LAZARTE, R. Tendências recentes de crescimento e distribuição espacial da população brasileira. **Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Águas de São Pedro-SP, 1986.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 89-114.

LEONE, E. T.; BALTAR, P. E. A. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 25, p. 233-249, 2008.

LEWIS, W. A. **Economic development with unlimited supplies of labour**. Manchester school of economics and social studies, p. 139-192, may. 1954.

LIMA. V. Agenciamento e agenciadores da emigração: a inserção dos trabalhadores cearenses na lavoura cafeeira (século XIX). **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, nº 41, abr. 2010.

LIMA, E. E. C.; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória a baixa migração: uma análise dos novos padrões da mobilidade populacional no Brasil. In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, 2010, Caxambu. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP., 2010.

LYRA, M. R. S. **O processo de migração de retorno no fluxo Pernambuco** – São Paulo – Pernambuco. Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, 2003.

MAGALHÃES. M. V. **O Paraná e suas regiões nas décadas recentes**: as migrações que também migram. 2003. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Federal de Minas Gerais.

MAGESTE. P. Exército da borracha (2004). **Revista Época**, Edição nº 306. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG63416-6014,00.html>>. Acesso em: 10.04.2012.

MAIA, A. G.; OLIVEIRA, M. M; BALLINI, R.; DEDECCA, C. S. Impacto dos rendimentos de aposentadoria e pensão na redução da pobreza rural. In: **XLVI Congresso da SOBER**, 2008, Rio Branco. Anais do XLVI Congresso da SOBER, 2008.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, texto para discussão n. 329, jan, 1994.

_____. Migração e metropolização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 1, n. 2, p. 28-31, jul./set. 1987.

_____; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 01, n. 01, pp. 99-144, janeiro-abril, 1984.

_____. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, Hélio. A. (Coord.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.949-974.

_____; PELIANO, J. C. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano**. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento n.19).

MASSEY, D. S.; ARANGO, J.; HUGO, G. KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A.; TAYLOR, J. E. **Worlds in motion**: understanding International Migration at the end of the millennium. Oxford: Oxford University Press, 1998.

_____. Social Structure, Household Strategies, and the Cumulative Causation of Migration. **Population Index** 56, 1, p. 3-26, 1990.

MATA et al. **Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

MATOS, R. E. S. A contribuição dos imigrantes em áreas de desconcentração demográfica do Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.19, n.1, p.49-72, 2002.

_____. Seletividade de migrantes pela procedência e fatores explicativos: o caso de Belo Horizonte. . In: **X Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1996**, Caxambu. Anais do X Encontro da ABEP. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1996. v. 2. p. 1033-1056.

MATTOSO, J.; BALTAR, P. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.18, n.1, p.13-40, 1997.

MEDEIROS, G. B.; SIQUEIRA, L. B. O. Migração de retorno e seletividade no Brasil: evidências a partir da PNAD de 2007. In: **VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos (ENABER)**, 2010, Juiz de Fora. Anais VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2010.

MERRICK, T. W.; GRAHAM, D. **População e desenvolvimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MESQUITA, E. C. **Força de trabalho migrante: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: IDT, 2010. 38 p. Disponível em: <http://www.sineidt.org.br/PortalIDT/arquivos/publicacao/For%C3%A7a%20de%20Trabalho%20Migrante.pdf>. Acesso em: 20.03.2012.

_____; MACAMBIRA JÚNIOR, L. J. B. **Mercado de trabalho no Ceará: um enfoque quantitativo**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho - IDT, 2006. 102 p.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO (2013). **Classificação Brasileira de Ocupação (CBO2002)**. Disponível em < <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTitulo.jsf> >. Acesso em: 10.01.2013

MIRO, V. H.; SULIANO, D. C. Existe Igualdade Racial na Terra da Luz?. In: **IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2011**, Natal/ RN. IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2011.

MONTALI, L.; TAVARES, M. Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 211-231, 2008.

MOURA, H. A. O balanço migratório do Nordeste no período 1950/70. In: MOURA, Hélio. A. (Coord.) **Migração interna, textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. p.1.025-1.071.

MOREIRA, E.; MOREIRA, T. I. Migração e trabalho na construção civil. IV Encontro Nacional sobre Migrações, **Anais...** Rio de Janeiro, 2005.

MOREIRA, I. T. Dependência econômica regional e mobilidade inter-regional do trabalho: o caso do Nordeste. In: **Revista Econômica do Nordeste – REN**, Fortaleza, v.18, n.3, p.405-425, jul./set. 1987.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

NEGRI, B. A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970-1990). In: **XX Encontro Nacional de Economia**. Campos de Jordão: ANPEC, 1992.

NERI, M. C.; **Pobreza e políticas sociais na década da redução da desigualdade**, Nueva sociedad, Buenos Aires, 2007.

NEVES, F. C. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 40, p. 107-131. 2001.

NOBRE, G. S da. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. 1ª Ed., Fortaleza, SENAI/DR-CE. Coordenadoria de divulgação, 1989.

OLIVEIRA, R. A. D de. **Mobilidade circular de cortadores de cana e divisão espacial do trabalho**: expressões regionais na década de 2000. Tese de Doutorado. IFCH/UNICAMP, 2012.

OLIVEIRA, J. E. L. Interesses em disputa: relações de força na comissão de socorros públicos do Aracati-CE na seca de 1877 a 1880. In: **Temporalidades** – Revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG, vol.3, n.1, jan/jul, 2011.

OLIVEIRA, A. T. R. de. Algumas abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. In: Oliveira, Luiz Antonio P.; Oliveira, Antônio Tadeu R.. (Org.) **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2011a, v. 1, p. 11-28.

OLIVEIRA, A. de. **Território e mercado de trabalho - discursos e teorias**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

OLIVEIRA, M. A reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. In: **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez editora, 1996, p. 163-175.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões? In: **Migrações, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: UNICAMP/IE, 1997, p.25-52.

PAES DE BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S. P. A importância da queda recente da desigualdade para a pobreza. In: Ricardo Paes de Barros; Miguel Nathan Foguel; Gabriel Ulyseu. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: 2006, v. 1, p. 331-353.

PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M.; ROSSETTO, I. Desigualdade racial e crise: indicadores de acesso ao mercado de trabalho metropolitano desagregados por cor ou raça em 2009. **Versus** - revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE / UFRJ, v. ano II, p. 72-84, 2010.

PARENTE, J. S. **Diagnóstico sócio econômico do Ceará** – vol. 2. Coord. por José de Sá Parente. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1964, 321p.

PATARRA, N. L. Movimentos Migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos para discussão Escola Nacional de Estatística Número 7**. ENCE, Rio de Janeiro, 2003a.

_____. Tendências e modalidades recentes das migrações internas e da distribuição populacional no Brasil: um olhar para o Nordeste. In: **Seminário Quantos Somos e Quem somo no Nordeste**, 2003, Recife, 2003b.

_____; BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. Dinâmica demográfica recente e a configuração de novas questões populacionais.". In: Neide Lopes Patarra; Carlos Américo Pacheco. (Org.). **Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil**. Campinas: IE-Unicamp, 2000, v. 4, p. 01-44.

PELIANO, José Carlos. **Acumulação de trabalho e mobilidade do capital**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

PEQUENO, R. **Primeiras análises da dinâmica populacional do Estado do Ceará na última década**. Disponível em: http://web.observatoriodasmetropoles.net/download/RMF_Censo2010.pdf. Acesso em: 20.01.2013.

PINHEIRO, F. J. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

PIRACHA, M.; VADEAN, F. Return migration and occupational choice. **IZA Working Papers**, n. 3.922, p.1-34, 2009.

PONTES, P. A.; CAMBOTA, J. N.; BIDERMAN, C.. Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de emprego: um estudo de caso para o estado do Ceará. In: **EnANPAD**, 2011, Rio de Janeiro. Anais de EnANPAD 2011.

PONTES, L. M. V. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará**: a questão dos limites municipais. Fortaleza-CE, IPECE, 2010, 94p.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PUNGAS, E.; TOOMET, O.; TAMMARU, T.; ANNISTE, K. **Are better educated migrants returning?** Evidence from multi-dimensional education data. Department of Economics, University College London in its series Norface Discussion Paper Series with number 2012018, 2012.

QUADROS, W. J. **Em 2009 a heterodoxia afastou a crise social.** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 189, março 2011.

QUEIROZ, V. S. **Migração de retorno, diferenciais de salários e autoseleção: evidências para o Brasil.** 2010. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba .

QUEIROZ, S. N. de.; BAENINGER, R. Tendências recentes das migrações cearenses: o caso da migração de retorno. In: Rosana Aparecida Baeninger. (Org.). **População e Cidades: Subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais.** 1ª ed. Campinas-SP: Núcleo de Estudos de População-NEPO, 2010, v. 1, p. 253-275.

_____; SILVA, K. C. I. ; SILVA FILHO, L. A.; REMY, M. A. P. A. Investimento externo e ingresso de estrangeiros no Brasil: Perfil do imigrante autorizado para trabalho e investidor individual. In: **XVII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, 2010, Caxambu-MG. População e Desenvolvimento Decifrando Conexões, 2010.

_____; COSTA JUNIOR, M. P. da. Diferenças e semelhanças entre os empregados na indústria formal de calçados no Ceará e no Rio Grande do Sul - 1994/2004. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP**, 2008, Caxambu-MG.

_____; MOREIRA, I. T. Ceará: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990. In: **V Encontro Nacional sobre Migrações**, 2007, Campinas/SP. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2007.

_____. **Migração para o Ceará nos anos 90.** 2003. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraíba, UFPB-CME, 2003.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. Migração de retorno e escolha ocupacional no Brasil. In: **VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos – ENABER.** São Paulo, 2009.

_____. MOREIRA, I. T. Migração e seleção: evidências para o Brasil metropolitano. In: **Fórum BNB de Desenvolvimento: XI Encontro Regional de Economia**, 2006, Fortaleza, 2006.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais.** Texto para discussão n. 1255. IPEA, Rio de Janeiro, 2007.

_____. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001.** IPEA, Rio de Janeiro, 2002 (Texto para discussão n. 914).

RAVENSTEIN, E.G. As leis da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Coordenador). **Migrações internas: textos selecionados.** Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 19-88.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. (orgs). **Economia brasileira.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RENNER, C. H.; PATARRA, N. L. – Migrações – In: SANTOS, Jair L. F. et al. (Org.) **Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise** – São Paulo, T. A. Queiroz, 1980, pp. 235-60.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M. A imigração para Minas Gerais no período 1981/1991, com especial enfoque na migração de retorno. In: **XI Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Caxambu-MG: ABEP, out. 1998, GT2, ST8, p.855-868.

RIBEIRO, J. T. L. Imigração de retorno interestadual para o Nordeste Brasileiro por idade e sexo - 1970/80 e 1981/91. In: **I Encontro Nacional de Migração,** ABEP/GT de Migração, Curitiba-PR, 1997., p.349-366.

_____. Caracterização sociodemográfica da migração na década de 80 por grandes regiões brasileiras. **Cadernos de Estudos Sociais.** Recife. V. 12, n. 2, p.357-382, jul/dez., 1996.

RIBEIRO, J. T. L.; CARVALHO, J. A. M; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: **X Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Caxambu-MG: ABEP, out. 1996a.

_____. Migração de retorno: algumas possibilidades de mensuração. In: **X Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.** Caxambu-MG: ABEP, out. 1996b.

RIEDEL, O. H. M; HOLDER, C. S. C. Dimensões e componentes do crescimento demográfico do Nordeste. In: **ABEP.** Anais do primeiro encontro nacional de estudos populacionais, São Paulo, 1978.

RIGOTTI, J. I. R. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos da População,** v. 17, n.1/2, p. 119-140, 2000.

_____. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários:** aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Tese (Doutorado) – CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1999.

RIOSMENA, F.; MASSEY, D. S. Una comparación de los determinantes de la migración de retorno de Latinoamericanos en los Estados Unidos. **I Congresso da Associação Latino Americana de População**, ALAP. Caxambú- MG, 2004.

RIPPEL, R. **Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná** - Uma análise de 1950 a 2000. . Tese de doutorado. IFCH/UNICAMP, 2005.

ROCHA, A. R. F. Evolução intersetorial do mercado de trabalho capixaba e sua contribuição para a redução da informalidade Censos 2000 e 2010. **Nota Técnica**, 38, do Instituto Jones dos Santos Neves. Vitória-ES, 2012.

RODRIGUES, M.; FERREIRA, J. M. N. Migração e mercado de trabalho na Grande São Paulo em 1987. In: **Encontro Nacional de Estudos de Populacionais**, VI, Out/1988. **Anais ...** Olinda : ABEP, 1988, v.2, p.571-621.

ROSADO V (org.). **Memorial da seca**. Diversos autores. Mossoró, RN, Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, V. CLXIII, 1981.

ROSSINI, R. E. A migração como expressão da crescente sujeição do trabalho ao capital. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 65, 1986, Águas de São Pedro. **Anais...** Olinda : ABEP, 1986.

SABADINI, M. de S.; NAKATANI, P.. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. In: **VIII Jornadas de Economía Crítica**, 2002, Valladolid. VIII Jornadas de Economía Crítica. Valladolid: VIII Jornadas de Economía Crítica, 2002. v. 01. p. 01-22.

SANCHIS, E. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

SANTOS JÚNIOR, E.R., MENEZES-FILHO, N. e FERREIRA, P.C. Migração e seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Vol. 32, n. 3, 2005.

_____. **Migração e seleção: o caso do Brasil**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Escola de Pós-graduação em Economia-EPGE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998. 299p.

SASAKI, E. M; ASSIS, G. de O. Teoria das migrações internacionais. In.: **Anais Encontro ABEP** (Associação Brasileira de Estudos Populacionais), Caxambu: 2000.

SASSEN. S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SCALON, C.; **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. 1 ed. Brasília: IPEA: Banco Mundial, p. 113-132, 2005.

SCOTT, R. P. O retorno ao Nordeste: refugio, família e reprodução. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 4., **Anais...** Águas de São Pedro, Abep, v. 2, 1986.

SERRANO, F. L. P.; SUMMA, R. F. Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na economia brasileira dos anos 2000. In: **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da AKB, 2011.

SILVA FILHO, L. A. da; QUEIROZ, S. N. de; CLEMENTINO, M. L. M. Mercado de trabalho cearense: desemprego e desempregados - quem são eles? In: **XI Reunión Nacional de Investigación Demográfica en México**, 2012, Aguascalientes. Cambios demográficos y políticas públicas, 2012.

_____; QUEIROZ, S. N. de. A trajetória da Indústria e do Emprego formal no Ceará 1996/2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 11. ABET, Campinas, São Paulo. **Anais...** Campinas, SP:ABET, 2009.

_____. **A trajetória da indústria e do emprego formal no Ceará: 1996/2006**. Monografia de conclusão de curso. URCA. Crato-CE, 2008.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia política da urbanização**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

SILVEIRA NETO, R. M. Do Public Income Transfer to the Poorest affect Internal Inter-Regional Migration? Evidence for the Case of Brazilian Bolsa Família Program. In: **XXXVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Bahia, 2008.

SIQUEIRA, S. O sonho frustrado e o sonho realizado: as duas faces da migração para os EUA. **Nuevo Mundo-Mundos Nuevos**, v. 07, p. 21, 2007. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/5973>>. Acesso em 25.10.2012.

SIQUEIRA, L. B. O; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO; R. M. Uma análise da migração de retorno no Brasil: perfil do migrante de retorno, a partir do Censo de 2000. In: Encontro Regional de Economia da ANPEC, 11, 2006, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPEC, 2006.

SJAASTAD, L. A. Os custos e os retornos da migração. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 115-143.

SMITH, A. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. **Abril cultural, coleção os economistas**, v.1, 1983.

SOARES, W. **Da metáfora a substância:** redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG. 2002. (tese de doutorado).

SOBRINHO, P. O Ceara: aspectos fisiográficos e antropogeográficos. In: GIRÃO, R; MARTINS FILHO, A. (org.) **O Ceará**. 2ª Ed. Editora Fortaleza, 1945. 514 p.

SOUZA, J.; BRITO, F. A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de BH em direção ao Vetor Norte Central. In: **XVI Encontro da ABEP**, 2008, Caxambu. Anais do XVI Encontro da ABEP, 2008.

SOUZA, E. L. C. Êxodo e migração: dimensões e manchetes da questão agrária no Ceará de 1964. In: **X Encontro Estadual de História** - ANPUH/CE, 2006, Fortaleza - CE. X Encontro Estadual de História - ANPUH/CE, 2006.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subdesenvolvidos. In: MOURA, Hélio A. de (Org.). **Migrações internas:** textos selecionados. Fortaleza: BNB, 1980, Tomo 1, p. 145-171.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: Cadernos IMESC 5 (INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS), 2008.

VADEAN, F.; PIRACHA, M. 2009. **Circular migration or permanent return:** what determines different forms of migration? IZA Discussion Papers 4.287, Institute for the Study of Labor (IZA).

VALOIS, I. S.; ALVES, C. L. B.; QUEIROZ, S. N. Emprego industrial feminino no Ceará na década de 1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 10., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: ABET, 2007.

VASCONCELOS, J. R. de; ALMEIDA, M. B. de; SILVA, A. B. **Ceará:** economia, finanças públicas e investimentos nos Anos de 1986 a 1996. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para discussão, 627).

VANDERKAMP, J. (1971). Migration flows, their determinants and the effects of return Migration. **The Journal of Political Economy**, vol. 79, no. 5, pp. 1012-1031.

ZHAO, Y (2001): **Causes and consequences of return migration:** recent evidence from China. Beijing (China Center for Economic Research, Beijing University), Paper No. E2001010, November 30, 2001.

ANEXOS

ANEXO A - CAPÍTULO 2

Tabela A.1 – Distribuição relativa da imigração e emigração interestadual cearense, segundo Regiões e UFs de origem e de destino – Estado do Ceará – 1960/1970, 1970/1980, 1981/1991, 1990/2000 e 2000/2010 (última etapa)

Regiões e Estados	1960/1970		1970/1980		1981/1991		1990/2000		2000/2010	
	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.	Imigr.	Emigr.
RO	0,37	0,73	0,42	0,78	1,39	2,16	1,34	1,15	0,92	0,75
AC	0,63	0,50	0,29	0,28	0,28	0,27	0,39	0,26	0,26	0,26
AM	1,22	1,30	1,89	1,71	2,48	2,45	2,31	1,98	2,05	1,99
RR	0,12	0,09	0,08	0,40	0,35	1,08	0,47	0,70	0,50	0,63
PA	2,34	5,84	4,26	7,16	6,56	6,46	5,39	4,54	5,08	3,88
AP	0,13	0,09	0,21	0,11	0,41	0,24	0,38	0,43	0,54	0,37
TO	–	–	–	–	0,41	1,07	0,39	1,00	0,68	0,78
NORTE	4,82	8,55	7,15	10,44	11,87	13,72	10,67	10,06	10,03	8,65
MA	7,16	20,04	9,42	6,71	6,95	4,57	5,87	3,40	5,14	3,14
PI	12,19	9,09	11,53	4,71	7,91	5,20	7,50	4,46	6,82	4,12
RN	17,92	2,35	9,58	3,20	6,19	3,61	4,79	3,83	5,22	4,37
PB	25,52	1,80	10,57	1,94	5,11	2,24	3,33	2,38	3,99	2,62
PE	14,54	8,36	12,36	4,88	7,93	5,28	7,60	4,45	8,49	5,16
AL	4,45	0,33	1,88	0,49	1,24	0,45	1,11	0,46	1,20	0,72
SE	0,22	0,11	0,39	0,32	0,36	0,51	0,38	0,40	0,34	0,34
BA	1,77	2,88	4,18	4,72	4,68	3,50	3,98	3,10	4,53	3,69
NORDESTE	83,77	44,97	59,90	26,95	40,38	25,35	34,56	22,47	35,72	24,16
MG	0,87	0,79	1,41	1,08	1,44	1,84	1,97	2,57	2,32	4,32
ES	0,16	0,14	0,23	0,41	0,53	0,59	0,37	0,55	0,38	0,57
RJ	3,35	12,53	8,04	13,13	11,51	10,29	10,91	13,91	10,52	14,43
SP	4,02	13,82	15,12	33,49	25,56	35,39	31,35	37,39	30,10	33,43
SUDESTE	8,39	27,29	24,80	48,12	39,05	48,12	44,59	54,41	43,31	52,76
PR	1,40	4,44	1,81	0,79	0,73	0,63	0,93	0,88	1,33	1,18
SC	0,16	0,03	0,20	0,11	0,21	0,27	0,44	0,63	0,69	1,44
RS	0,31	0,10	0,57	0,30	0,57	0,50	1,12	1,00	1,19	1,12
SUL	1,87	4,57	2,58	1,19	1,50	1,40	2,48	2,50	3,21	3,74
MS	–	–	0,64	0,79	0,53	0,80	0,48	0,54	0,36	0,58
MT	0,33	2,33	0,26	0,44	0,66	1,01	0,64	0,84	0,59	0,98
GO	0,31	3,24	1,35	3,05	1,26	2,89	1,55	3,75	1,96	3,82
DF	0,51	9,05	3,30	9,01	4,75	6,72	5,03	5,43	4,82	5,31
C.OESTE	1,15	14,62	5,55	13,28	7,20	11,41	7,70	10,55	7,74	10,68
CEARÁ	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE – Microdados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaborada a partir da Tabela 3

ANEXO B - CAPÍTULO 3

Tabela B.1 – Imigrante retornado de curto prazo para o Ceará - última etapa e data fixa (0 a 4 anos de residência) – Estado do Ceará – 1986/1991

Regiões e Estados de origem	IMIGRANTE			
	U.E. (1)	D.F. (2)	U.E. - D.F. (3)	R. C.P. (%) (4)
Rondônia	2.619	1.751	868	33,15
Acre	439	382	57	12,96
Amazonas	4.070	2.911	1.159	28,48
Roraima	610	498	112	18,34
Pará	9.897	8.574	1.323	13,37
Amapá	754	615	139	18,46
Tocantins	610	306	304	49,81
NORTE	18.999	15.037	3.962	20,86
Maranhão	10.255	8.840	1.415	13,80
Piauí	12.437	10.496	1.941	15,61
Rio G. do Norte	8.936	7.572	1.364	15,27
Paraíba	7.702	6.729	973	12,63
Pernambuco	12.523	10.889	1.634	13,05
Alagoas	2.143	1.746	397	18,53
Sergipe	590	537	53	9,02
Bahia	7.230	5.193	2.037	28,17
NORDESTE	61.817	52.002	9.815	15,88
Minas Gerais	2.364	1.858	506	21,40
Espírito Santo	609	602	7	1,19
Rio de Janeiro	18.092	13.418	4.674	25,83
São Paulo	41.980	28.584	13.396	31,91
SUDESTE	63.045	44.462	18.583	29,48
Paraná	1.031	939	92	8,93
Santa Catarina	356	312	44	12,27
Rio G. do Sul	1.006	883	123	12,25
SUL	2.393	2.134	259	10,82
Mato G. do Sul	570	544	26	4,56
Mato Grosso	1.037	832	205	19,74
Goiás	1.770	1.275	495	27,97
Distrito Federal	7.235	5.365	1.870	25,84
C. OESTE	10.611	8.016	2.595	24,46
TOTAL CE	156.866	121.651	35.215	22,45

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico de 1991.

Nota (1): Exclusive Brasil sem especificação, país estrangeiro sem especificação e nascido no exterior.

U.E. = Última Etapa; D.F. = Data Fixa; R.C.P. = Retornado de Curto Prazo.

(4) = (3)/(1) * 100

Tabela B.2 - Imigrante retornado de curto prazo para o Ceará - última etapa e data fixa (0 a 4 anos de residência) – Estado do Ceará – 1995/2000

Regiões e Estados de origem	IMIGRANTE			
	U.E. (1)	D.F. (2)	U.E. - D.F. (3)	R.C.P. (%) (4)
Rondônia	2.744	2.056	688	25,06
Acre	744	570	174	23,35
Amazonas	4.936	3.763	1.173	23,77
Roraima	1.198	1.163	35	2,92
Pará	11.635	8.546	3.089	26,55
Amapá	916	890	26	2,84
Tocantins	828	773	55	6,65
NORTE	23.001	17.761	5.240	22,78
Maranhão	11.990	82.16	3.774	31,48
Piauí	15.994	11.986	4.008	25,06
Rio G. do Norte	10.466	7.611	2.855	27,28
Paraíba	7.158	5.278	1.880	26,26
Pernambuco	15.333	11.680	3.653	23,82
Alagoas	2.137	2.001	136	6,37
Sergipe	814	690	124	15,25
Bahia	8.794	7345	1.449	16,48
NORDESTE	72.687	54.807	17.880	24,60
Minas Gerais	4.450	3.384	1.066	23,96
Espírito Santo	1.001	987	14	1,40
Rio de Janeiro	24.652	16.013	8.639	35,04
São Paulo	73.783	52.502	21.281	28,84
SUDESTE	103.886	72.886	31.000	29,84
Paraná	2.419	1.794	625	25,83
Santa Catarina	1.134	1.088	46	4,04
Rio G. do Sul	2.895	2.665	230	7,95
SUL	6.448	5.547	901	13,97
Mato G. do Sul	1.211	1.015	196	16,17
Mato Grosso	1.511	1.348	163	10,80
Goiás	3.581	2.349	1.232	34,40
Distrito Federal	1.1601	7.204	4.397	37,90
C. OESTE	1.7903	11.916	5.987	33,44
TOTAL CE	223.925	162.917	61.008	27,24

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2000.

U.E. = Última Etapa; D.F. = Data Fixa; R.C.P. = Retornado de Curto Prazo.

(4) = (3)/(1) * 100

Tabela B.3 - Imigrante retornado de curto prazo para o Ceará - última etapa e data fixa (0 a 4 anos de residência) – Estado do Ceará – 2005/2010

Regiões e Estados	IMIGRANTE			
	U.E. (1)	D.F. (2)	U.E. - D.F. (3)	R.C.P. (%) (4)
Rondônia	1.223	884	339	27,70
Acre	422	336	86	20,40
Amazonas	3.081	2.063	1018	33,05
Roraima	764	612	152	19,93
Pará	8.707	6.478	2.229	25,60
Amapá	915	705	209	22,87
Tocantins	1.204	622	582	48,36
NORTE	16.316	11.700	4.616	28,29
Maranhão	7.658	5.000	2.658	34,71
Piauí	10.638	7.763	2.875	27,02
Rio G. do Norte	8.676	5.300	3.376	38,91
Paraíba	6.451	4.534	1.917	29,72
Pernambuco	13.177	10.124	3.054	23,17
Alagoas	1.551	1.323	228	14,71
Sergipe	487	471	15	3,09
Bahia	7.346	5.181	2.165	29,47
NORDESTE	55.983	39.696	16.287	29,09
Minas Gerais	4.121	3.058	1.063	25,79
Espírito Santo	540	457	83	15,42
Rio de Janeiro	17.038	12.264	4.774	28,02
São Paulo	45.043	32.773	12.270	27,24
SUDESTE	66.742	48.552	18.190	27,25
Paraná	2.196	1.403	793	36,10
Santa Catarina	1.203	726	477	39,64
Rio G. do Sul	2.146	1.794	352	16,41
SUL	5.545	3.923	1.622	29,25
Mato G. do Sul	510	382	127	25,01
Mato Grosso	751	691	60	7,97
Goiás	3.096	2.182	914	29,52
Distrito Federal	7.641	5.246	2.395	31,35
C. OESTE	11.998	8.501	3.497	29,14
TOTAL CE	156.582	112.372	44.210	28,23

Fonte: IBGE – Microdados do Censo Demográfico 2010.

U.E. = Última Etapa; D.F. = Data Fixa; R.C.P. = Retornado de Curto Prazo.

(4) = (3)/(1) * 100